

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

J. M. Keynes e o Encerramento do *Homo Oeconomicus*

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas em Sociologia.

Banca Examinadora:

Edmundo Campos Coelho (Orientador)

Cesar Guimarães (Presidente)

Wanderley Guilherme dos Santos

Fabiano Guilherme Mendes Santos

Edelmira Del Carmen Alveal Contreras

Silvia Chor

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÍNDICE

	<i>Pg.</i>
INTRODUÇÃO.....	9
METODOLOGIA ECONÔMICA E TEORIAS DA AÇÃO SOCIAL.....	9
I.1. A Historicidade do Homo Oeconomicus.....	9
I.2. Economia e Sociedade: colocação do problema.....	15
I.3. Marshall e Parsons: o problema da Ordem Econômica da Sociedade.....	20
I.4. Concorrência e Equilíbrio: A Lei dos retornos decrescentes.....	26
I.5. Economia e Política no sistema parsoniano.....	30
CAPÍTULO 1.....	32
MOEDA, AGÊNCIA E ESTRUTURA NA TEORIA ECONÔMICA: A CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA MONETÁRIA.....	32
1.1. Sociologia e Economia: A Questão da Moeda.....	32
1.2. A noção de ótimo e de Equilíbrio Geral: O Individualismo Metodológico e suas insuficiências.....	45
1.3. A questão da Racionalidade Substantiva em Economia.....	50
1.4. O conceito de Economia Monetária.....	55
CAPÍTULO 2.....	59
COMPLEXO DE ESTRATÉGIAS COLETIVAS: O PAPEL DA MOEDA COMO SISTEMA DE CÁLCULO GENERALIZADO.....	59
2.1. Economia Monetária e Autonomia dos Indivíduos.....	59
2.2. Cálculo dos Retornos e Equilíbrio: A “Controvérsia do Capital”.....	62
2.3. Auge e Crise da Economia Monetária: a experiência do padrão-ouro.....	71
2.4. A Economia Monetária e a causalidade social.....	84
2.5. Teoria Econômica e Teoria Sociológica.....	94
CAPÍTULO 3.....	99
A QUESTÃO DA TAXA DE JUROS: KEYNESIANISMO E INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO (O <i>TRATADO SOBRE A MOEDA</i>).....	99
3.1. “Mão Invisível”, Poupança e Investimento.....	99
3.2. O que representa a taxa de juro?.....	105
3.3. Moeda e Capitalismo no <i>Tratado sobre a Moeda</i>	114
3.4. O Papel dos Bancos.....	127
3.5. Taxa de juros e taxa de lucros; o elemento contingente da Economia Monetária.....	131
3.6. De novo sobre Taxa de Juros, Poupança e Investimento.....	134
3.7. A vida econômica e o elo Macro/Micro: o debate Keynes / Hayek.....	142
3.8. Capitalismo e Incerteza: a Economia como hiância.....	148
3.9. Conclusão: Economia Monetária e Individualismo Metodológico.....	153
CAPÍTULO 4.....	159
A CONSTITUIÇÃO DA “MACROECONOMIA”: A PREPARAÇÃO DA “TEORIA GERAL”.....	159
4.1. Introdução.....	159
4.2. Os alicerces da <i>Teoria Geral</i> : Keynes e o Comitê Macmillan.....	162

4.2.1. Os impasses do discurso economista.....	162
4.2.2. Uma reconsideração do Individualismo Metodológico.....	167
4.3. A determinação dos remédios.....	171
4.3.1. Digressão sobre Fundamentos da Escolha Racional.....	171
4.3.2. Decisão racional e estabilização econômica.....	172
4.3.3. As objeções do Tesouro.....	173
4.3.4. Uma ética da Política Econômica?.....	177
4.3.5. Política Econômica e Política Monetária: repensando o Individualismo Metodológico.....	179
4.3.6. Fundamentos da terapêutica.....	183
4.3.7. Instrumentos da terapêutica.....	185
4.3.8. As objeções a Keynes.....	189
4.4. Conclusão: A Carta a GBS e a gênese de uma afinidade eletiva.....	192
4.4.1. Carta a Dora Russell – Uma nota prévia a uma conclusão.....	197
CONCLUSÃO.....	201
A “TEORIA GERAL” E OS FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA KEYNESIANA.....	201
C.I. A Crítica da “Macroeconomia”.....	201
C.II. Keynes e a especificidade do Capitalismo.....	203
C.III. A política econômica de Keynes.....	208
C.IV. O Capitalismo segundo Keynes.....	213
C.IV.1 Epílogo: O “Controle Social do Investimento”: uma agenda para o futuro.....	215
BIBLIOGRAFIA.....	220
I. Obras de Keynes.....	220
II. Outros Autores.....	221

RESUMO

A variedade de Individualismo Metodológico desenvolvida pela Economia Neoclássica na segunda metade do século XIX considerou que a estruturação da Sociedade de forma não-coercitiva poderia ser conseguida pela harmonização das necessidades e atividades dos agentes a partir unicamente de sua expressão geral em termos de quantidades monetárias comensuráveis. No entanto, a experiência concreta da Economia Monetária demonstra-nos que, nela, a organização das atividades em termos de investimentos isolados estendidos no tempo esbarra na incerteza fundamental introduzida pelas mudanças de gostos e preferências e, principalmente, pela concorrência inter-capitalista. Tal incerteza atua como elemento determinante, não somente de processos de desvalorização constante de recursos econômicos comprometidos com empreitadas fracassadas, como também como de uma constante esterilização de outros recursos cujo poder de disposição é mantido ocioso sob forma de liquidez monetária não-utilizada. Concretamente, o processo determinante de tal esterilização de recursos encontra-se expresso na contradição entre expectativas de lucro futuro e taxas de captação de recursos (juro) presentes, que determina a dúvida quanto a incorrer em risco de utilização de capitais monetários mediante o compromisso de pagamento de juros atuais em função de retornos puramente potenciais. Ao investigar esta incerteza como um fenômeno de base na estruturação da economia capitalista, Keynes chegou à conclusão de que o mecanismo estruturante desta economia encontrava-se no papel desempenhado pelos bancos, que não apenas criam disponibilidades monetárias para seus tomadores de recurso, como também administram soberanamente as taxas de juros deles cobradas. Neste sentido, é da atitude dos bancos que depende, em última análise, o “clima de opinião” de que depende o desenvolvimento concreto de uma economia capitalista. Na ausência de uma instância coordenadora mais genérica, no entanto, este clima de opinião oscila violentamente entre a euforia e a depressão como reações em cadeia dependentes unicamente do clima subjetivo dos agentes. Tal não contradiz, no entanto, o fato de que exista um mecanismo macro estruturante do jogo aparentemente “livre” de micro-decisões individuais de investimentos, mecanismo este que consiste no gerenciamento da disponibilidade de moeda pelos bancos e/ou pelas autoridades monetárias, o qual é irreduzível à uma naturalidade. Tal constatação dá, assim, lugar ao fato de que tais mecanismos estruturadores devam ser arrancados da obscuridade em que se encontram, e, tornados transparentes na sua operação, serem convertidos em peça chave de organização de um plano de organização da sociedade econômica através de um consenso coletivo; o mecanismo monetário, que até então servia para alternar euforia e depressão, deve agora funcionar como instrumento principal do controle social do investimento.

AGRADECIMENTOS (e esclarecimentos)

Esta tese não busca estabelecer “o que Keynes realmente disse”. Trata-se de um trabalho escrito por autor que, sendo um acadêmico e não homem de partido é certamente partidário de idéias, pontos de vista e de uma visão de mundo contraditórios aos do autor que constitui seu objeto de estudo. O trabalho busca fundamentalmente estabelecer o valor científico das descobertas realizadas por Keynes, no que diz respeito às contradições entre os valores individualistas da sociedade capitalista e os mecanismos globais de auto-reprodução desta sociedade como expressas no seu núcleo mais interno: a organização da sua base monetária. Trata-se de uma questão que a sociologia teórica tem negligenciado um pouco e que não poderia ser deixada de lado por mais tempo – ainda que tal implique num mergulho nas águas um tanto ou quanto turvas da Economia teórica, que foi a primeira formação do autor.

Precisamente porque esta tese visa revalorizar um ponto de vista macro na apreciação dos fenômenos sociais, vem a propósito recordar aqui certa personagem política que foi mantida afastada deste texto – para que não fosse banalizado como um cacoete – que, tendo de dividir uma comenda honorífica com um adversário mortal, aproveitou o fato de que a comenda tinha sido concedida também simbolicamente a uma comunidade inteira, e declarou que, quando se concede uma honraria a um indivíduo, pode-se errar; mas quando se dá uma comenda a uma cidade, então não pode haver erro ou preconceito. Há muito que separa o *don* de Cambridge Keynes e o líder revolucionário seu contemporâneo; mas neste ponto eles encontram-se plenamente de acordo.

Exatamente por isto, desejo começar meus agradecimentos lembrando o papel desempenhado na feitura desta tese por duas comunidades acadêmicas: a do IUPERJ e a da UERJ, onde sou professor desde 1993. Tal foi o carinho, a disponibilidade, e a tolerância com que estas duas corporações concederam abrigo às minhas preocupações intelectuais e às minhas idiossincrasias, que eu cometeria um grave erro se exaltasse qualquer um dos seus membros sobre os demais. Lembro, apenas que em Edmundo Campos Coelho e Ricardo Benzaquen – respectivamente orientador de tese e orientador acadêmico – encontrei tudo que poderia esperar para a feitura de uma tese complicada e que traz ainda tanto de preocupações intelectuais aparentemente alheias às suas áreas de

concentração. Na UERJ, gostaria de lembrar a Profa. Helena Bomeny, que me acolheu no brilhante grupo que ajudou a organizar no Departamento de Ciências Sociais.

Dentre os meus alunos, antigos e atuais, na UERJ e na PUC, sou obrigado a individualizar, citando Haroldo e Márcia Skaba, Denize Souza, Eduardo Henrique Soares da Costa, Roberto Mosca Jr., Wellington dos Santos, Sérgio Tadeu Rodrigues dos Santos, Angelina de Jesus Bonfim e Rodrigo Girdwood Accioli – por sendo, como são, jovens militantes e/ou profissionais dedicados, cumprirem desde já as esperanças neles depositadas.

A base intelectual sobre a qual esta tese se apóia não estaria de pé sem o concurso de Vanna Piraccini e sua filha Milena, que tantos materiais me providenciaram, e de Luciana Villas Boas Castello Branco e Gerda Queiroz, que, mais do que professoras de alemão, foram para mim uma experiência formadora.

Maria Helena dos Anjos Martins Oliveira, primeira digitadora desta tese, tornou possível a que esta tese viesse a luz a partir de um aglomerado de folhas escritas na minha espantosa caligrafia; além disso, sendo assessora do meu pai no Tribunal de Justiça, tornou esta tese em parte um assunto de família. Lydiá Mascarenhas tornou possível que ela fosse escrita num Português ao menos aceitável.

Recebi durante quatro anos bolsa de doutorado da CAPES, que me deu algum desafogo para preparar-me para escrever esta tese.

Finalmente, duas observações:

O período de feitura deste texto foi ensombrecido, em 1994, pelas mortes prematuras, em circunstâncias extremamente penosas, de Anna Luiza Ozório de Almeida e de Sônia Coelho Magalhães de Gomensoro, que foram tantas vezes colegas e orientadoras de mim e de minha colega Lia Hasenclever em vários trabalhos de pesquisa na Faculdade de Economia da UFRJ. Sem serem gênios, Anna Luiza e Sônia eram trabalhadoras incansáveis, que conheciam os segredos do trabalho coletivo e da capacidade de animar e estimular grupos. Suas mortes, ambas ocorridas no exterior, aonde tinham se dirigido pelas dificuldades encontradas no seu ascenso profissional, dão conta de todas as dificuldades que aguardam a quem deseja valorizar o serviço público e a universidade no Brasil de hoje; pelo menos entendo que nenhum país que deseje “contar” no futuro pode dispensar os talentos que ambas possuíam.

Por último, gostaria de dizer de toda a importância que tem representado para mim, nestes anos, a presença e o apoio das pessoas que, em algum momento do tempo, honraram-me com sua amizade, desvinculada – ou para além de – uma relação intelectual ou profissional.

Citaria aqui o papel desempenhado por Inês Patrício (da qual tudo que eu dissesse seria um anticlímax), Maria da Piedade Moraes e Lourdes Almeida Senna. De modo algum poderia dizer que tais relações de amizade foram constantemente pacíficas, ou que nelas não houve lugar para desentendimentos e mal entendido; do mais independente do que venha a ocorrer no longo prazo – no qual estaremos todos mortos – o que interessa é que, de algum modo, já fazemos parte da história uns dos outros. Aqui, também, não pode haver erro e nem preconceito.

Rio de Janeiro, abril de 1996

NOTA ADICIONAL

Para fins de publicação *on line*, realizei uma revisão do texto desta tese doze anos após sua feitura. Não alterei a estrutura do texto e limitei-me a fazer acréscimos pontuais que tornassem mais inteligível um texto que pecava pela compressão excessiva. O texto original encontra-se disponível para consulta na Biblioteca do IUPERJ e na Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2008

Ja! Diesem Sinne bin ich ganz ergeben
Das ist das Weisheit letzter Schluß;
Nur der verdient sich Freiheit wie das Leben,
Der täglich sie erobern muß

Goethe, *Faust*, II, 11573-11576

(Sim! Alcancei a consciência total agora / Do que é o maior grau da sabedoria; / De que apenas se faz merecer a liberdade e a vida / Aquele que diariamente necessita conquistá-los)

Goethe, *Fausto*, 2ª parte, 11573-11576

A meus pais, Mário e Zélia
a Letícia, minha sobrinha,
e seus pais, Luiz Renato e Lúcia

INTRODUÇÃO

METODOLOGIA ECONÔMICA E TEORIAS DA AÇÃO SOCIAL

I.1. A Historicidade de Homo Oeconomicus

Que o keynesianismo tenha surgido na década de 1930, buscando reverter o clima de inação depressiva que dominava os capitalistas privados após a crise de 1929, através de uma vigorosa intervenção do setor público na Economia, dificilmente pode ser considerado como surpreendente. Surpreendente, no caso, foi a *persistência* da crença na ortodoxia econômica por parte dos economistas – e de opinião pública em geral; crença esta que consistia em acreditar firmemente na reprodução ordenada das bases materiais da Sociedade a partir única e exclusivamente dos interesses, expectativas e objetivos de indivíduos isolados e desprovidos de meios institucionais da cooperação. Explicar a emergência do keynesianismo é menos explicar a necessidade de uma intervenção macro do Estado na Economia, do que explicar porque tal intervenção foi durante tanto tempo considerada desnecessária e nociva.

Muito embora a incorporação do paradigma utilitarista da Economia neoclássica à Sociologia seja freqüentemente apresentada como uma moda intelectual associada à ofensiva do neoliberalismo iniciada em 1980¹, o fato é que o Utilitarismo individualista, desde o século XIX é menos uma metodologia a - histórica adotada pelos economistas, e muito mais uma *sociologia rival* das visões organicistas do Romantismo e da Escola Histórica transmitidas à Sociologia *mainstream* do século XX através do durkheimianismo. Antes de qualificar a ideologia do utilitarismo como negação da Sociedade e da História, é preciso considerar – como já o fazia Weber² – que este

¹ Przeworski [1988]; Wacquant & Calhoun [1991], se bem que estes hesitam entre falar de “escalada” ou “retorno” do paradigma utilitarista (Wacquant e Calhoun, *ibid.*, pg. 76). De qualquer modo, eles consideram que a utilização do paradigma utilitarista em Sociologia seria pura e simplesmente uma tradição provinciana americana, oriunda de uma apropriação truncada de uma tradição filosófica inglesa (*ibid.*, pg. 76, nota 2). A expansão das teorias sociológicas da “Ação Racional” ao campo marxista realizada por Elster *et alli* é também denunciada por Wood (1989) nos mesmos termos: trata-se de uma tentativa de acadêmicos *soi disant* marxistas de adquirirem respeitabilidade acadêmica em reuniões departamentais de universidades provincianas dos EUA e da Escandinávia, diante de colegas aderidos à tradição da Economia Neoclássica (Wood, *ibid.*, pg. 87/88).

² Weber não considerava a teoria do valor-utilidade como um *a priori* de toda e qualquer atividade econômica, mas como tipo ideal cuja relevância histórica estava no fato de ser *culturalmente significativo* “no caso de uma sociedade [idealmente] organizada segundo o princípio da troca da livre concorrência e de uma ação estritamente racional” (Weber, 1993, pg., 137). Veremos abaixo como os economistas neoclássicos irão confundir significância cultural e valor normativo de tal regulação da atividade econômica via da troca, problema que já preocupava Weber por, a partir de um valor cultural erigido em valor normativo, entender a troca como *naturalidade* (Weber, *ibid.*, pg. 136)

utilitarismo nada mais é do que *a forma histórica própria* de organização da atividade social racional sob o capitalismo.

Mas, em que consiste esta forma de organização?

Em 1871, o economista inglês Jevons propunha que o estudo dos fenômenos econômicos devesse utilizar o método “indutivo-dedutivo”. No Mercado, encontramos indivíduos que buscam satisfazer necessidades individuais recorrendo à Troca. Para que esta seja possível, estes indivíduos deverão entrar no Mercado não só como consumidores, mas também como produtores; sua capacidade de dispor de bens úteis (compra) dependerá da sua capacidade produtiva (vendas). Os indivíduos estão limitados – no que diz respeito à sua capacidade de maximizar o *quantum* de utilidade à sua disposição – pelo fato de necessitarem produzir bens de valor equivalente; incorrerem portanto, na “desutilidade” (esforço) do trabalho. Serão, assim, guiados pela necessidade de encontrarem uma combinação ótima entre utilidades desejadas e esforço a dispender. Segundo Jevons:

“... Que toda pessoa escolherá o maior bem aparente; que as necessidades humanas são saciadas mais ou menos rapidamente; que o trabalho prolongado se torna cada vez mais penoso, são [...] induções simples a partir das quais podemos continuar a raciocinar dedutivamente [desde que sejamos] capazes de observar os efeitos de uma causa atuando isoladamente, [permanecendo as demais] inalteradas.”³

O equilíbrio entre necessidades formuladas e efetivamente satisfeitas é um fato subjetivo; o indivíduo procura satisfazer suas necessidades dentro dos limites pessoais da saciedade e do desconforto do trabalho. O princípio fundamental que orientaria a atividade individual seria, portanto, o da adequação das necessidades ao esforço para o qual o indivíduo encontra-se objetivamente apto e subjetivamente disposto.

Uma crítica sociológica furiosa a tais supostos existe quase desde a sua formulação. Tal crítica afirma: (a) Sendo as necessidades de intensidade subjetiva, elas não podem ser, nem hierarquizadas, nem quantificadas. Nenhum indivíduo pode classificar necessidades em termos de urgência maior ou menor no que diz respeito à sua satisfação, já que toda necessidade é sentida como carência de um bem qualquer, a qual não se pode ser “maior” ou “menor” do que outra carência. A impossibilidade de

³ Jevons [1983], pg. 36

quantificar objetivamente carências subjetivas impede, também o indivíduo de adequar a satisfação efetiva de suas necessidades aos recursos disponíveis para sua satisfação. Sendo subjetivas, as necessidades são fundamentalmente desiguais no que diz respeito à sua formulação, não podendo, portanto, ser sujeitas a um padrão único de medida: elas não são comensuráveis, não podendo servir de padrão regulador de um sistema de trocas. (b) As carências individuais só podem ser formuladas se os meios de sua satisfação encontram-se previamente presentes, isto é, se há uma estrutura produtiva previamente organizada para satisfazer tais carências. O paradigma neoclássico pressuporia indivíduos “*ao mesmo tempo muito individualizados e bem definidos culturalmente*”,⁴ ao mesmo tempo extremamente atentos à expressão autônoma de suas carências subjetivas e às condições objetivas de sua realização; teriam de ser dotados de gostos e preferências bem marcados e, ao mesmo tempo, capazes de submeterem-se sem objeções às condições efetivamente existentes de realização possível destas preferências.

Tal crítica foi respondida de antemão por Jevons. A caracterização individualizada dos agentes econômicos – e sociais – é um princípio *metodológico* e não *ontológico*. Não é essencial, para que o argumento utilitário seja sustentável, assumir a idéia smithiana de uma propensão inata do ser humano à troca e à barganha.⁵ O argumento utilitarista de Jevons apóia-se na noção de *auto-suficiência*; como o indivíduo é o único a poder estabelecer suas preferências subjetivas, é também o único capaz de adequar o resultado objetivo de suas ações a estas preferências. A racionalidade suposta da conduta do agente exige que se considere *a priori* que as necessidades que ele efetivamente procura satisfazer corresponde às suas prioridades subjetivas, que seriam *reveladas* pela ação concreta. Sendo o agente dotado de racionalidade instrumental, supõe-se que haja um nexo causal entre esforço produtivo e apropriação de utilidades.

Em tais circunstâncias, o cálculo monetário e a divisibilidade das utilidades atuam, fundamentalmente, como uma instrumentalidade arranjada para garantir a operacionalidade do sistema,⁶ e, mais do que isto, para dotá-lo de racionalidade substantiva. O cálculo monetário permite ainda que os agentes econômicos organizem atividades de acordo com a sistemática de custo-benefício, permitindo que estas atividades “revelem” preferências ainda não-dadas, que ultrapassam o quadro presente de possibilidades de produção. O cálculo econômico, diz Jevons, está dotado de um sentido

⁴ Wacquant & Calhoun, *op. cit.*, pg. 86.

⁵ Smith [1983], v.1., pg. 49.

⁶ Esse caráter *ad hoc* da contabilidade monetária é enfatizado, entre outros, por Von Neumann & Morgenstern [1947, pg. 8].

ético (i.e., orientado quanto a valores) exatamente por compreender um elemento crescente de *antecipação dos prazeres futuros*. O indivíduo, utilitário, na medida em que “*nunca é mas sempre está para ser feliz*”,⁷ é fundamentalmente alguém que relaciona os resultados das sua ação em torno de escolhas orientadas quanto a valores. Tal escolha ética é tornada possível na medida em que tal indivíduo foi submetido previamente a uma formação que lhe pede calcular antecipadamente quais os cursos da ação que venham a maximizar o prazer futuro, não só pela adição temporal dos prazeres presentes, mas pela criação de novos prazeres e pela eliminação das conseqüências futuras de prazeres atuais eticamente negativos.⁸ O estudo das formas históricas deste aprendizado ético e que constituiria o corpo de estudos de uma Ciência Social de base histórica, a Sociologia, entendida por Jevons como uma Ciência da Evolução das Relações Sociais, à maneira spenceriana.⁹

No entanto, a escolha dos prazeres futuros eticamente superiores e da sua hierarquização não seria algo socialmente determinado, dado, e por definição, mais ou menos arbitrário e desligado das efetivas disposições subjetivas do indivíduo? Sim, o que não anula o argumento utilitário; Jevons não é Calvino. Ele não considera que a escolha individual maximizadora deva atender a uma vocação individual estabelecida por decreto divino. A congruência do cálculo econômico com as disposições íntimas dos indivíduos viria, principalmente, do desejo hobbesiano de garantia da *autarquia* individual – do desejo dos indivíduos de garantirem a sua auto-preservação em circunstâncias dadas. Seria em torno desta disposição ontológica de independência e auto-suficiência, que a Sociedade deveria prover os indivíduos de uma tábua de valores que os predispuesses ao cálculo. Keynes, numa conferência de 1936, cita a comunicação de Jevons, em 1869, à Sociedade Estatística de Manchester; Jevons era contra a instituição de hospitais públicos na Inglaterra, pois “*o verdadeiro progresso deve tornar cada classe auto-suficiente e independente*”. Ao invés de minar o caráter da classe operária favorecendo sua imprevidência, dever-se-ia melhorá-lo pela educação pública, museus e audições musicais gratuitos.¹⁰ Não se tratava da manipulação cínica de uma má consciência. Tratava-se de

⁷ Bain, *The emotions and the will*, apud Jevons, *op. cit.*, pg. 44 (grifos meus).

⁸ Cf. Jevons, *op. cit.*, pg. 43. É esta idéia do dinheiro *prolífico*, do prazer desdobrado no futuro, em oposição ao dinheiro entesourado como prazer presentificado, que está em Benjamin Franklin, apud Weber [1985], pg. 29.

⁹ Cf. Jevons, *ibid.*, pg. 37.

¹⁰ Cf. Keynes, *Collected Works* [daqui em diante, CW] – X, Cap. 13, pgs. 143-144. A descrição da comunicação é acompanhada do comentário: “*Talvez pudéssemos fortalecermo-nos e ganhar firmeza se fôssemos novamente capazes de abrigar estes duros sentimentos. Poderíamos enfrentar face a face os ventos que sopram vigorosamente do Leste [i.e. da URSS] se pudéssemos acreditar tão firmemente no futuro, a ponto de aceitarmos praticamente tudo como tolerável no presente*” (grifos meus). A dureza da

Ideologia no sentido de uma ontologia da sociabilidade; trata-se de fundar a Ordem Social nos termos do velho pacto hobbesiano; garantir a incolumidade dos indivíduos, obrigando-os a submeterem-se aos ditames da auto-suficiência em termos socialmente determinados, pelo estímulo à apropriação dos bons prazeres e pelo desencorajamento dos maus.

Longe, assim, de reduzir-se à crença smithiana na moderação possível das relações de troca e intercâmbio entre indivíduos,¹¹ a “Moral Social” dos neoclássicos possui um cunho “totalitário” que explica muito melhor a dureza dos padrões de comportamento social a que deu origem – muito especialmente no que diz respeito às relações Capital/Trabalho – do que o seu suposto “laxismo” moral. O elemento mais paradoxal desta Moral Social não se encontra tanto no desamparo a que ela abandona os trabalhadores menos qualificados, os incapacitados, os desempregados, os falidos, os “imprevidentes” em geral; este abandono deliberado fazia parte da “política social” corrente desde a emergência do Capitalismo, em função do desaparecimento de *ethos* paternalista na relação entre classes, da necessidade de generalização de hábitos de trabalho regulares e contínuos em substituição ao ritmo de trabalho determinado pelas estações, etc. O elemento mais marcante desta Moral Social está exatamente no fato de que sua adoção generalizada, na segunda metade do século XIX, deu-se num momento em que o velho endurecimento de atitudes contra os comportamentos economicamente “irracionais” não era mais objetivamente necessário como instrumento de organização dos processos de produção *strictu sensu*. Para os economistas vitorianos, a repressão à mendicância, a instituição dos asilos como locais de trabalho forçado, o trabalho infantil, etc., não eram mais uma necessidade econômica objetiva – como consideravam os economistas ricardianos e malthusianos; eram apenas instrumentos necessários para a socialização através da “têmpera” do caráter individual.

visão de Jevons possui obviamente um elemento fortemente idealista, que não esperaríamos no utilitarismo; o que Jevons denomina “caráter” (*character*) é o que Platão denominava *temperança*: uma virtude difusa que, residindo em todas as partes da cidade, estabeleceria, como uma harmonia musical, a concórdia natural entre superiores e inferiores, no sentido de estabelecer que cada qual ocupe sua própria tarefa e não se intrometa na de outrem (*A República*, IV, §§ 431-433). Garantir a autarquia individual, mesmo a contragosto; tal o ideal utilitário. Keynes demonstrou, num trabalho de 1924, que o utilitarismo, longe de ser uma produção intelectual dos economistas da Escola Clássica – os quais consideravam que a dinâmica econômica da sociedade realizava-se em termos de uma repartição rígida da Renda Agregada entre classes – representava muito mais um ideal normativo popularizado por publicistas e “economistas vulgares”. Estes autores, caracteristicamente, consideravam que a coincidência entre interesse individual e social estaria fundamentada no fato de que a expressão material da temperança, de um ideal moral de “vida morigerada e regrada” compartilhado, só poderia ser expressa num mesmo padrão de vida compartilhado. O utilitarismo seria mais um “clima de opinião”, uma *Moral Social* do indivíduo capitalista – seu “senso comum enciclopédico” – do que uma má consciência (Keynes, CW – IX, VI, 2, pgs. 281-282).

¹¹ Durkheim [1984], v. 1, pgs. 8/9.

O elemento paradoxal da prosperidade econômica da Europa Ocidental pré-1914, diria Keynes, não estava na concentração de riquezas (em volume sem precedentes) num número pequeno de mãos privadas, e sim no fato destes *happy few* dedicarem a maior parte de tais riquezas, não ao consumo conspícuo, mas à acumulação e ao re-investimento – isto é, a garantir os meios de trabalho, subsistência e reprodução de números cada vez maiores de assalariados dotados de padrões de vida e de consumo mantidos mais ou menos estacionários durante todo o período – o que era bem suportado por estes assalariados na medida em que o padrão de vida dos capitalistas e da classe média também não sofreram modificações significativas de qualidade no decorrer do período; fora a generalização do uso de massa de certos serviços industriais (transporte ferroviário, energia elétrica e telefone) os padrões de consumo “doméstico” do público de alta renda, por volta de 1914, estavam mais próximos dos padrões de 1800 do que dos padrões conspícuos que prevaleceriam definitivamente no Pós-IIª Guerra. A “anomia” da sociedade industrial do final do século XIX era perceptível, principalmente, em termos macro: a crise econômica de 1893, a competição pelos mercados, as disputas interimperialistas, etc. (daí tratar-se de uma sociedade que existe para nós fundamentalmente pela via da sua interpretação marxista). Mas ela não padecia de “anomia” no sentido de uma aporia entre condições sociais “macro” e Moral Social “micro”. Muito pelo contrário; a visão da sociedade generalizada pelo discurso economista, dirá Keynes, tomava o enriquecimento individual como condição suficiente e necessária do enriquecimento da comunidade.¹² O gasto de investimento incessante, financiado pela poupança pessoal, era tido como única garantia da prosperidade ininterrupta, ainda que tal prosperidade quase não se traduzisse em elevação da qualidade de vida, e sim como crescimento das quantidades globais de riqueza investida e emprego.¹³ Imperava uma “psicologia da sociedade” na expressão de Keynes, onde:

*“Poupava-se para a velhice ou para os filhos, mas apenas teoricamente – pois o melhor do bolo é que ele nunca chegava a ser consumido, por você ou pelos seus filhos depois de você”.*¹⁴

O fato é que o discurso economista neoclássico, na sua versão original, é obviamente um Individualismo *Metodológico*, mas não um Individualismo *Ontológico*, e menos ainda um Individualismo *Deontológico*. Ele acredita que o que ocorre no nível

¹² Keynes, *CW*, VII, pgs.20/21.

¹³ A “propriedade” neoliberal da década de '80 é o próprio negativo da prosperidade vitoriana, o que os seus ideólogos são os primeiros a não perceber.

¹⁴ Keynes, *CW* – II, pg. 12.

macro é uma decorrência da agregação das ações micro; mas não acredita nem que estas ações estejam orientadas por interesses e objetivos que tenham uma existência pré-social, e menos ainda que o respeito a estes interesses e objetivos constitua um imperativo ético formal. Em termos taxonômicos,¹⁵ os neoclássicos, como Jevons, são mais do que individualistas, atomistas: eles consideram que nada existe na Sociedade salvo a psicologia dos indivíduos, e que, exatamente por isto, a única possibilidade de impedir a anomia das “conseqüências não-intencionais” residiria na uniformização das práticas individuais via da uniformização forçada de determinados estados psicológicos: o amor à poupança, ao cálculo racional, à auto-suficiência. O grande problema de plausibilidade desta economia está, portanto, em estabelecer em que condição esta uniformização psicológica – e, principalmente, a uniformização de percepções convencionais – pode ocorrer.

I.2. Economia e Sociedade: colocação do problema

A Psicologia individual considerada como normativamente desejável pelo utilitarismo prevê, assim, o comportamento estratégico individual maximizador. Pressupõe que cada agente individual, dadas as circunstâncias, deva prever, com acuidade maior ou menor, o resultado possível de cada uma das suas alternativas de ação, e fazer, no dizer de Jevons, uma escolha pelo maior bem *aparente*. O agente econômico deve, assim, rejeitar ações que envolvam considerável incerteza quanto ao seu resultado, dando preferência a outras ações de resultado mais previsível, ainda que o resultado potencial da ação mais incerta seja mais elevado. Ordenando os resultados aparentes de cada ação possível de acordo com sua ordem de preferências subjetivas, o agente optará por seguir o curso de ação que tenha como resultado o objeto situado na posição mais elevada nesta mesma ordem de preferências.

Sendo as preferências do agente puramente subjetivas – no sentido de não se subordinarem a um padrão objetivo, estabelecido *ex ante*, de medida - elas são expressas naquilo que um autor moderno denomina escala *atitudinal* em oposição à observacional; não havendo um *standard* de preferências objetivas, o agente revela suas preferências através do seu comportamento objetivo: “*Se Bruce prefere comer uma maçã a uma pêra, e uma pêra a um pêssego, ... deve-se inferir daí se sua preferência por comer uma maçã sobre uma pêra é mais forte [ou mais fraca] que sua preferência a comer uma pêra sobre*

¹⁵ Como estabelecidos por Olin Wright, Levine e Sober [1993], Cap. VI.

um pêssego.”¹⁶ A ordenação subjetiva das preferências tem como reflexo visível as demonstrações comportamentais da intensidade maior ou menor da atuação ou repulsão exercida por um dado objeto da ação em relação a outros objetos possíveis.

Para os neoclássicos, a atividade econômica individual pressupõe-se determinada pelas conseqüências previstas de cada curso de ação acessível ao agente. Sendo as motivações subjetivas, que levam o agente a desejar obter tal ou qual objeto de preferência a outro, mais ou menos inescrutáveis, a conduta deste agente, seja como consumidor, seja como investidor, será explicada em termos da adequação de sentido entre as ações por ele realizadas e a expectativa, por ele mantida, de ter ao seu alcance o objetivo a que almeja – seja ele o lucro monetário ou uma mercadoria determinada. Neste sentido, a explicação da atividade econômica em termos de preferências “reveladas” (i.e., a partir do *petitio principis* de que o objeto obtido coincide com o objeto procurado) é resolutamente “ideal típica”. Ao desenvolver os argumentos de Jevons, Marshall dizia, ecoando Weber, que a análise econômica deve descrever *efeitos*, e não *motivos*.¹⁷

A organização de uma economia fundada na troca monetária garantiria, à primeira vista, a generalização de uma racionalidade instrumental na gestão da vida econômica, na medida em que, quaisquer que sejam os interesses subjetivos dos agentes econômicos, da compra de chicletes à aquisição da casa própria ou à montagem de uma instalação industrial, o meio genérico de que o agente dispõe é simplesmente o de fazer de modo a poder dispor da quantidade de moeda suficiente. Logo, em economia, deve-se pressupor que sempre que existir acumulação e poupança, existe racionalidade.

Tal atividade de acumulação, no entanto, parece muitas vezes ao senso comum objetivamente irracional. A experiência quotidiana dá a conhecer casos em que o indivíduo acumula uma quantidade enorme, relativamente aos seus meios, de riqueza monetária, visando adquirir um bem qualquer, para acabar por descobrir que a erosão do poder de compra da moeda tornou o objeto inacessível. Inversamente o objeto pode tornar-se acessível, mas seu comprador descobrir que ele tornou-se obsoleto, ou inadequado às

¹⁶ Gauthier [1988], pgs. 22 (para a definição de atitudinal) e 24 (para a citação); tal conceito de preferência revelada foi o primeiro desenvolvido pelo economista Paul Samuelson.

¹⁷ Devo o conhecimento desta formulação ao Prof. F. Cardim. Comparar com a formulação de Weber: “*a Sociologia compreensiva não é parte de uma ‘psicologia’*. *A ‘maneira mais imediatamente compreensível’ da estrutura provida de sentido de uma ação é ... a ação orientada subjetivamente ... conforme meios que são considerados ... como univocamente adequados para alcançar os fins propostos, os quais também ... são ... claros e unívocos*” (Weber [1992], v.2, pg. 317).

necessidades objetivas do presente – ou simplesmente que não lhe desperta mais interesse subjetivo.

Mais ainda: no processo de acumulação, com a alteração das circunstâncias econômicas onde se move o agente (superprodução, surgimento de novas tecnologias, perda de competitividade, etc.), este agente pode descobrir que os meios “univocamente adequados” de que lançou mão para atingir seus fins não eram adequados – ou foram tornados inadequados – para tal.

Sempre que os economistas debruçam-se sobre os modos concretos de operação da vida econômica – e muito especialmente sobre os processos da organização *material* da produção, *i.e.*, sobre o aspecto tecnológico dos processos produtivos, acabam por concordar que o desenvolvimento da racionalidade “substantiva” dos processos de produção específicos, “micro”, atua em sentido contrário à generalização da racionalidade “formal” dos processos de acumulação “macro”. É o caso de um empresário que, ao inaugurar uma estação de processamento de dados centralizada, descobre que o desenvolvimento do computador pessoal transformou sua instalação num aglomerado “sucateável” de bens sem valor. Tal vai contra toda a idéia weberiana de teleologia social em direção à “burocratização do mundo”.¹⁸ Weber mantinha uma noção arcaica da Economia como uma instrumentalidade racional neutra, sobre a qual se apoiariam as escolhas definitivamente cruciais, orientadas quanto a valores, da política e da religião. Daí a sua irrelevância para os economistas, como pensador de processos concretos, apesar da utilidade dos seus escritos metodológicos. Weber não percebeu que a racionalidade instrumental da Economia – e principalmente sua calculabilidade – encontra-se, numa economia capitalista, freqüentemente em contradição direta com a racionalidade substantiva esperada destes mesmos processos econômicos. Schumpeter, ao tomar Marx como inspiração, percebeu claramente que a única maneira de garantir a coincidência destas duas esferas de racionalidade numa economia capitalista estaria na *universalização do monopólio, e na limitação do progresso técnico*, isto é, na negação do próprio princípio concorrencial que tinha fundado a racionalidade instrumental capitalista, assim como do seu próprio fim substantivo.¹⁹

¹⁸ O recente comentário de Collins sobre Weber [1990, es.p Caps. 4 e 5] é especialmente notável quanto a isto, na medida em que acumula análises sobre a mudança técnica como “burocratização” e “racionalização” nas mais diversas épocas, e civilizações... sem nada dizer sobre a sociologia da mudança técnica de cunho concorrencial no capitalismo moderno, que é pura e simplesmente identificado com a monopolização estável das estruturas produtivas; os deslocamentos e aniquilações de empreendimentos industriais em setores de produção e regiões geográficas inteiras produzidas nos 1980s não são sequer mencionados.

¹⁹ Schumpeter [1984].

O resultado de tal contradição sobre os comportamentos típicos dos agentes econômicos foi amplamente estudado por Marshall – que, após Jevons, buscou realizar uma aplicação dos princípios da Economia aos fenômenos concretos – nos seguintes termos:

*“Se as pessoas considerassem os benefícios futuros tão desejáveis quanto os benefícios [...] imediatos, esforçar-se-iam [...] para distribuir seus prazeres e outras satisfações uniformemente [pelo] curso de sua vida. Estariam dispostas, dessa forma [...] a renunciar a um prazer atual por um igual prazer no futuro, assentado que tivessem certeza de obtê-lo ... [Mas,] a mesma pessoa varia de ânimo, ficando ora impaciente e ávida de prazeres imediatos, ora, pelo contrário, vivendo no futuro e disposta a adiar todos os prazeres convenientemente adiáveis.”*²⁰

O problema fundamental do indivíduo econômico seria, o seguinte: *formalmente*, os investidores e assalariados pensam em suas atividades como ordenadas pelo princípio da calculabilidade *ex ante* dos retornos como proporção dos custos incorridos. *Substantivamente*, no entanto, todos eles atuam no sentido de obterem remunerações diferenciadas, não sujeitas a uma proporção padrão dos custos. O economista americano Frank Knight, em 1921, considerava que o “lucro” supranormal, remuneração específica do empresário, não seria uma remuneração sobre o capital investido, mas sobre a *novidade* do produto²¹ – o que caracterizaria este lucro “puro” como única remuneração econômica puramente pessoal.²² Nestas circunstâncias, a organização racional da totalidade da Economia – como uniformização das taxas de retorno sobre o capital investido, que seriam conhecidas *antes* do investimento – eliminaria o lucro capitalista. Se formalmente o lucro é uma remuneração “estática”, substantivamente ele é remuneração “dinâmica”, isto é, contingente, temporária e periodicamente recriada, fundamentalmente, através da mudança técnica.

O modo de operação de uma economia capitalista apresenta-se, assim, como dotado de uma previsibilidade global permanentemente posta em cheque pelas ações locais dos agentes econômicos, que, ao alterarem a base material da organização econômica, reintroduzem permanentemente um elemento de impossibilidade do cálculo dos retornos de cada ação em termos de probabilidade e quantificáveis. O que caracteriza a

²⁰ Marshall [1988], v.1, pg. 111.

²¹ Knight [1971], pg. 34.

²² Hawtrey, *apud* Knight, *ibid.*, pgs. 41/42.

situação genérica dos agentes econômicos é, assim, menos o *risco* resultante de um *quantum* determinado de imprevisibilidade na operação do processo, e mais a *incerteza* resultante da impossibilidade de cálculo de probabilidades de retorno futuro no interior de cenários cujas partes componentes, entre a tomada de decisão individual e seu resultado, sofrem modificações irreversíveis devido às próprias decisões tomadas pelos agentes.

A Teoria Econômica utiliza o tipo ideal da Concorrência Perfeita para lidar com este tipo de situação. Supõe-se que o número de agentes envolvidos nos principais processos econômicos é tão elevado, e tal é a sua interdependência, que eles se encontrariam unanimemente constrangidos a seguir um curso geral de ação previsível devido à sobredeterminação mútua da sua conduta: é o caso dos plantadores de hortigranjeiros que, por trabalharem com preços dados pelos atacadistas, não possuem estímulo para introduzirem melhoramentos técnicos, já que não podem determinar suas taxas individuais de retorno.²³ Se tomamos tal tipo de situação como “ideal-típica”, explicamos o princípio econômico geral da possibilidade de cálculo *ex ante* dos retornos, tornada possível como uma “conseqüência não-intencional de ações intencionais”. Mas tal explicação não pode ser aceita como uma explicação sociológica interpretativa, pois deixa inexplicada a conexão de sentido racional entre intenção desejada e resultado obtido do ponto de vista dos agentes; mais exatamente, a explicação nega que os agentes possam sequer esperar uma ligação entre suas intenções e o resultado de suas ações. A explicação só pode ser aceita por aqueles que consideram não haver diferença entre a explicação dos fenômenos naturais e sociais (v. nota (23), acima). A explicação que se busca dar é: considerando um sistema econômico fundado na propriedade privada e na troca monetária, onde os agentes individuais orientam sua ação pelos termos da maximização dos seus ganhos monetários individuais, *de que forma tal sistema econômico pode organizar-se para operar num sentido previsível que reflita as intenções manifestadas pelos agentes?* Trata-se de colocar em jogo se os fenômenos econômicos são ou não passíveis de uma explicação sociológica em termos de sentido. E, finalmente, o que se coloca é se a reprodução material da sociedade capitalista pode ser explicada em termos de intencionalidade – o que implica em determinar, em grande parte, se a Sociedade pode ou não ser um produto das intenções, ou pelo menos, dos valores dos que a compõem.

²³ Von Neumann & Morgenstern, *op. cit.*, pgs. 13/14, consideram tal situação, do ponto de vista das Ciências Sociais, um análogo da explicação no campo das Ciências Naturais, onde a previsibilidade de um evento aumenta *proporcionalmente ao aumento do número de partes envolvidas*: é mais fácil explicar os movimentos de milhões de partículas agrupadas num gás do que os movimentos das órbitas dos nove planetas do Sistema Solar.

I.3. Marshall e Parsons: o problema da Ordem Econômica da Sociedade

Coube a Parsons, no início da sua carreira acadêmica, investigar a evolução no tratamento da intencionalidade na reprodução econômica, como abordada pelo discurso neoclássico da segunda metade do século XIX. O problema de Parsons era estabelecer de que forma, a partir de utilidades que são maximizadas por indivíduos, a Economia poderia reproduzir-se a si própria como um sistema de produção de bens materiais dotados de um grau mínimo de articulação mútua. A resposta oferecida por Jevons – a de progressiva hierarquização das necessidades em função da “autosuficiência” dos agentes econômicos individuais – era insuficiente, na medida em que não previa os termos de organização do sistema produtivo em função dos deslocamentos das demandas dos indivíduos; era uma solução onde os indivíduos eram vistos mais como consumidores do que como produtores.

Parsons considerou que a teorização da Economia em termos compatíveis com uma visão funcional-sistêmica da Sociedade teria sido realizada, pela primeira vez, pela obra do sucessor de Jevons na formulação da Teoria Neoclássica inglesa: Alfred Marshall.

É um lugar comum a afirmação de que uma economia organizada deve possuir um sistema de preços organizado – ou, mais exatamente, um sistema de proporções estáveis entre os preços das mercadorias (“preços alinhados”). Em Jevons, este sistema de preços expressa as utilidades atribuídas pelos consumidores individuais às mercadorias a cada momento do tempo, não existindo uma relação de causalidade lógica entre o custo de produção incorrido pelos produtores e o preço efetivamente pago pelas mercadorias.²⁴ Mais exatamente, o custo de produção da mercadoria, *vis-à-vis* da expectativa de lucro, determinaria a existência de uma determinada oferta da mercadoria, com a qual os consumidores se relacionariam como uma quantidade *dada*.²⁵ Tal mecanismo, no entanto, deixa em aberto um problema sério de coordenação e reprodução no interior do sistema: em caso de expectativas frustradas dos produtores, a produção de uma – ou de várias – mercadorias pode ser interrompida, independentemente da sua essencialidade.

²⁴ “No comércio *bygones* are always *bygones*; e estamos sempre recomeçando a cada momento, julgando os valores das coisas com vistas à sua utilidade futura. A indústria é essencialmente prospectiva, não retrospectiva, e raramente o resultado de qualquer empreendimento coincide exatamente com as intenções iniciais dos seus promotores”. (Jevons, *apud* Keynes, *CW* – X, pg. 131)

²⁵ O que é sumarizado por Jevons no seguinte conjunto de proposições:

A: Custo de produção determina oferta; B: Oferta determina grau final de utilidade; C: Grau final de utilidade determina valor. A relação causal é, portanto, $A \rightarrow B \rightarrow C$, onde $B \rightarrow C$ é a consequência não-intencional de $A \rightarrow B$. “[*Tudo se passa*] como se, no caso de três bolas A, B e C, que repousam encostadas umas às outras num recipiente, [Jevons] dissesse, não que a posição das três determina mutuamente uma à outra, sob a ação da gravidade, mas que A determina B, e B determina C” (Marshall, [1988], v.II, pg. 364).

Uma alternativa seria considerar o sistema como ordenado nos termos da Teoria Clássica de Smith e Ricardo, que tinha os preços como resultantes da agregação dos custos de produção (medidos em termos de uma “taxa natural” de salários) mais uma taxa “natural” de lucro estabelecida *a priori* (taxa esta considerada como idêntica à taxa de juro prevalecente na Economia a cada momento). No entanto, do ponto de vista metodológico, tal implicariam em conceber o sistema de produção como um todo autômato cuja reprodução realizar-se-ia de forma análoga a de um organismo vivo qualquer – isto é, de forma indiferente aos interesses subjetivos e à intenção consciente dos indivíduos envolvidos no processo.

A solução encontrada por Marshall foi a de conceber a organização do sistema de preços em termos do que ele chamou de “tesoura”: orientados pela utilidade, os consumidores determinam o nível agregado de demanda de cada mercadoria como um *a priori*; em função deste nível de demanda, os produtores organizam o processo produtivo, incorrendo em determinados custos de produção; destes custos de produção, emerge um preço – adicionada ao custo a taxa de lucro necessária para que a produção seja mantida.²⁶

Para Parsons, escrevendo nos anos’30, Marshall teria sido o primeiro economista a aplicar à sua disciplina uma discussão do “Problema da Ordem” sociológico. Em princípio, a Economia estaria interessada na organização do sistema de preços como uma expressão de *necessidades* – ou, alternativamente, carências (*wants*) referidas aos *indivíduos*, e tidas como *a priori*. A dimensão sociológica do fenômeno econômico estaria em que, na medida em que os indivíduos quisessem garantir a satisfação de carências específicas, eles necessitariam organizar um sistema de *atividades* coordenadas entre si, que viesse a garantir, *a posteriori*, esta satisfação.²⁷ Parsons, considerou, portanto, que Marshall teria tentado solucionar o “Problema da Ordem”, a partir da sua clássica formulação hobbesianna: *A priori*, sendo as “necessidades” ilimitadas – e existindo, não apenas como busca de oportunidades de consumo, mas principalmente dos meios para sua realização (lucro), a Livre Empresa só poderia, em princípio, suscitar o Estado de Natureza, com todos os atributos hobbesiannos: *nasty, bruttish and short*.²⁸ A partir da reformulação de Hobbes realizada por Malthus, pode-se admitir – diz Parsons – a redução

²⁶ Cf. Marshall, *ibid.*, *loc. cit.*. Daí a formulação da “tesoura”: “*O princípio do ‘custo da produção’ e o da ‘utilidade final’ são, indubitavelmente, partes de uma lei geral da oferta e da procura, comparando-se cada um deles a uma das lâminas de uma tesoura. Quando uma lâmina se mantém parada, e o corte é efetuado pelo movimento da outra, podemos dizer .. que o corte foi feito pela segunda; mas a observação não pode ser feita de modo formal nem defendida de ânimo deliberativo*” [Marshall, *ibid.*, v.II, pg. 365].

²⁷ Parsons [1931/2], pg. 104 *sqq.*

²⁸ Parsons [1931/2a], pg. 322.

das paixões primárias de Hobbes a uma única: a “tendência de reprodução”, expressa no desejo de preservação da ordem econômica como conjunto articulado de atividades de exploração do meio-ambiente humano, em termos da preservação geral dos meios de subsistência disponíveis.²⁹ A racionalidade capitalista – com toda a sua ênfase na previsibilidade e no cálculo – não seria assim o produto contingente de uma situação histórica determinada, e sim um processo universal de ajustamento das “necessidades” (demandas) às “atividades” (ofertas).³⁰

Parsons não quer estudar as origens da organização econômica capitalista – a qual toma como um *a priori*. Ele quer saber: em que termos funcionais o processo de compatibilização das ofertas às demandas (supostas como, em princípio, infinitas, multifacéticas e anômicas) pôde realizar-se em termos de uma auto-reprodução estável do sistema produtivo? *Quais e quantas* demandas – que representam usos alternativos de recursos finitos – poderão ser legitimadas pelo sistema produtivo? Finalmente, através de que *meios* será feita tal organização do sistema produtivo? Como já vimos, a racionalidade formal da economia concorrencial encontra-se em conflito com sua racionalidade substantiva; a concorrência capitalista implica, primeiramente, em busca do lucro “supranormal”, das taxas de lucros extraordinárias. Esta busca determina que os empresários utilizarão dois mecanismos: o lançamento constante de novos produtos e/ou o controle oligopólico dos mercados de produtos já existentes. Quais os *checks and balances* que impedem que tais estratégias dirijam-se no sentido de uma restauração da anomia apelo acirramento da concorrência (falências, desvalorização de ativos, “enxugamentos” de pessoal, demissões, formações de estoques de capital físico ocioso, de mercadorias semi-acabadas, etc.)?

²⁹ Parsons, *ibid.*, pg. 323. Em princípio, o Estado de Natureza é incompatível com tal atividade de preservação: “*Whatsoever therefore is consequent to a time of Warre, where every man is Enemy to every man; the same is consequent to the time, wherein men live without other security, than what their own strenght, and their own invention shall furnish them withall. In such condition, there is no place for Industry; because the fruit thereof is uncertain; ... no Instruments of Moving, and removing such things as require much force; no Knowledge of the face of the Earth; no account of time; ... and which is worst of all, continual feare, and danger of violent death*” (Hobbes, 1985, pg. 186 – grifos meus). Mas o argumento de Parsons seria o de que a Economia Clássica inglesa teria, com Malthus, proposto que a consequência última do Estado de Natureza seria o deslocamento do *locus* do medo da morte violenta- como algo que viria da ação dos indivíduos concretos - para o temor à “mão invisível” da Fome (“*Famine seems to be the last, the most dreadful resource of nature*” [Malthus, 1982, pg. 118]; quando os indivíduos começam a perecer abatidos pela Inanição, e não por uma mão alheia e visível, o Pacto Social se torna possível. Deve-se dizer que tal exegese é fundamentalmente parsoniana, no que possui de funcional; para a Economia Clássica, a Fome era, não a causa pretérita do pacto social, mas um elemento sempre presente – e recorrente – que garantia o Pacto Social como subordinação do Trabalho Assalariado ao Capital dentro de um equilíbrio fundamentalmente estacionário.

³⁰ Parsons [1931/2a], pgs. 319/320.

Tal problema estava entre as preocupações, não só de Parsons, mas de Marshall, como se pode ver pela simples citação do prefácio deste, em 1890, à sua obra maior:

“Tem-se, de fato tentado constituir uma ciência abstrata sobre as ações de um ‘homem econômico’ que não esteja sob influências éticas e que procure ... obter ganhos pecuniários movido por impulsos mecânicos e egoísticos ... [Mas], ninguém sabe melhor que o homem econômico resistir ao trabalho árduo e aos sacrifícios, no desejo altruístico de prover às necessidades de sua família. Tacitamente, tem-se incluído entre os motivos normais as afeições familiares. Mas se se incluem estes, por que não ... incluir todos os outros motivos altruísticos cuja ação é tão intensamente uniforme, em qualquer tempo e lugar...? Acentua-se, [aqui] o fato de que há uma gradação contínua das ações dos homens da City, que são baseadas em cálculos deliberados e de longo alcance, e executados com vigor e habilidade, até as do vulgo que não tem nem o poder nem a vontade para conduzir os seus negócios de um modo comercial...

*[Não] há nenhuma [diferença] entre valores normais de um lado, e, por outro, os valores ‘correntes’, ‘do mercado’ ou ‘ocasionais’ ... Não há um abismo intransponível entre uns e outros: eles projetam suas sombras uns nos outros por gradação contínua”.*³¹

Marshall evoca uma comunidade de valores, fundado no fato de que o Individualismo Metodológico não implica em supor o egoísmo ontológico do agente individual; os indivíduos podem atuar com base em interesses e objetivos referidos a eles mesmos, e ainda assim, altruístas, na medida em que podem compartilhar tal altruísmo com outros indivíduos.

Sabe-se, porém, que ações individuais inspiradas em interesses altruísticos podem gerar conseqüências macro anômicas tanto quanto ações determinadas por interesses egoísticos. O exemplo evocado por Marshall (as “afeições familiares”) é um caso evidente; um empresário pode adotar práticas concorrenciais destrutivas, exatamente pelo seu desejo de garantir o bem-estar material de uma família numerosa – mesmo com o sacrifício do seu bem-estar pessoal até o ponto da aniquilação física. Aqui está um exemplo do que Keynes considerava a grande deficiência de Marshall; tendo passado toda

³¹ Marshall, *op. cit.*, v.1, pgs. 3/4 -- grifo meu.

a vida preocupado em dar legitimidade acadêmica ao ensino da sua disciplina – principalmente do ponto de vista da sua utilidade para a análise de problemas empíricos, e da sua aceitação pelo público leitor da época – o que se traduzia no interesse em “ser lido pelos homens de negócio”,³² Marshall evitou a apresentação de suas conclusões de forma que pudesse dar margem a controvérsias, preferindo esconder suas fundações teóricas nos termos conciliatórios do senso comum.³³ O resultado disto pode ser resumido na avaliação de Parsons, que diz que, tal como a Dialética de Hegel propunha o funcionalismo público prussiano com o Fim da História, Marshall concluiria que todo o desenvolvimento econômico do Mundo destinava-se à produzir o burguês inglês do final do século XIX.³⁴

Faltava a Marshall uma definição sobre o grande problema: numa Economia organizada em função da livre concorrência, quais os mecanismos – supondo-se que tais mecanismos existam – que garantiriam a estabilidade dinâmica do processo de auto-reprodução desta economia? Quais os limites impostos (ou auto-impostos) às estratégias de acumulação e concorrência individuais pelas necessidades de auto-reprodução global do sistema? Em 1920, quatro anos antes de sua morte, Marshall escreveria sobre a questão num prefácio à edição japonesa de sua obra (que pode não ter sido lido por Parsons):

“A Meca do economista está antes da Biologia econômica do que na Dinâmica ... [Mas] um volume de fundamentos deve dar ... um grande lugar às analogias mecânicas. Faz-se freqüente o uso do termo ‘equilíbrio’ que sugere algo de analogia com estática ... as forças a serem encaradas são tão numerosas que o melhor é tomar poucas de cada vez e elaborar um certo número de soluções parciais como auxiliares de nosso estudo principal ... Reduzimos as outras forças à inércia com a frase ‘todos os outros fatores sendo iguais’: não supomos que sejam inertes, mas por enquanto ignoramos

³² Keynes, CW – X, pgs. 188 e 200.

³³ Keynes chama especialmente a atenção para este aspecto da explicação marshalliana: “[Seu] método tem ... sérias desvantagens: a falta de ênfase e de claro/escuro, o recurso cediço de aplainar qualquer aresta, saliente ou projeção, de modo tal que aquilo que é mais inovador pareça banal, permitem ao leitor atravessar seu texto de forma fácil demais ... As dificuldades ficam ocultas; os problemas mais difíceis são confinados às notas de pé de página; um julgamento original e promissor é apresentado como uma platitudes ... não há cabides que prendam as idéias do autor no armário da mente (sic)” [Keynes, *ibid.*, pg. 212].

³⁴ Parsons [1931/2^a], pg. 335. Esta ausência de sentido histórico em Marshall já tinha sido assinalada por Keynes: “[Marshall] possuía a inclinação de subestimar as partes intelectuais da sua disciplina não diretamente ligadas ao bem-estar humano, à condição da classe operária ou algo assim, mesmo que indiretamente elas pudessem ser da maior importância [...] é provável que ele tenha gasto muito vigor na investigação histórica secundária, sempre vacilando quando a importância que deveria ser dada ao background histórico na sua própria obra. O compromisso daí resultante, como realizado nos **Principles**, não é muito bom. Tudo é diluído em vastas generalizações, onde não há espaço para a produção de evidência” [Keynes, CW – X, pgs. 200 e 210 – grifos do autor].

*sua atividade ... Num segundo estágio novas forças são liberadas do sono hipotético que lhes foi imposto ... a área do problema dinâmico se torna maior, diminui a área abrangida por pressuposições estáticas provisórias e, por fim, se alcança o grande problema central da Distribuição do Dividendo Nacional entre um vasto número de diferentes agentes da produção. A principal preocupação da Economia é assim como seres humanos que, para o bem ou o mal, são impelidos (sic) a mudar e progredir”.*³⁵

Em outras palavras, os limites da expansão sistêmica da Economia seriam limites orgânicos; Marshall dá a impressão de, no final da vida, recorrer a um modo de explicação dos fenômenos sociais comum na geração anterior à sua: a analogia biológica, já então parte do “gabinete dos horrores” do pensamento social.³⁶ O ganho heurístico da contraposição entre “necessidades” e “atividades”, que era postular uma adequação do nível “micro” (necessidades) ao “macro” (atividades), foi perdido. Pois, se o que temos é uma noção de evolução unilinear em direção e um *telos* indefinido – onde, supostamente o organismo econômico realizaria todas as suas potencialidades³⁷ -- *telos* este considerado como único, então não há lugar na Economia para o Individualismo Metodológico.

No entanto, tomemos as alusões de Marshall menos pelo lado “orgânico” e mais pelo lado “ecológico”. Marshall estava menos preocupado com os limites de desenvolvimento de um organismo único e mais com o equilíbrio dinâmico entre organismos individuais mutuamente dependentes; ele via o organismo econômico, menos como um corpo único e mais como uma colônia de organismos, sujeita a pressões potencialmente disruptivas, que se manteria em equilíbrio através de um sistema de *checks and balances*.

I.4. Concorrência e Equilíbrio: A Lei dos retornos decrescentes

Vimos que Marshall preocupava-se com a possibilidade de que o processo de concorrência levasse ao oligopólio de alguns poucos agentes econômicos na fixação dos preços e de taxas de lucros supranormais. No jargão do Individualismo Metodológico atual, ele temia a possibilidade do *comportamento parasítico* dos agentes – isto é, quando um dos agentes obtém benefícios mais do que proporcionais aos custos individuais

³⁵ Marshall, *op. cit.*, v.1, pgs. 10/11 – grifos meus.

³⁶ Cf. Elster, [1989], pg. 203.

³⁷ Interpretação (aristotélica) de Darwin que prevaleceu durante todo o século XIX.

incorridos, em prejuízo dos demais.³⁸ Marshall resolveu tal problema propondo a existência de dois mecanismos que, no longo prazo, tenderiam a reduzir as taxas de lucro a níveis “normais”, no que denominou “Lei dos Rendimentos Decrescentes”: o postulado da capacidade empresarial e o princípio da deseconomia de escala.

O “postulado da capacidade” pode ser sumarizado da seguinte forma: novas empresas podem obter, em curto prazo, lucros supranormais, que decorram da introdução de novos produtos, de novos métodos de comercialização, mas, principalmente, do fato de que os jovens empresários “emergentes” encontrar-se-iam dispostos a organizar seu “estado de vida” em termos de dedicação exclusiva a seus empreendimentos, supervisionando pessoalmente cada etapa do processo produtivo, e colocando seus negócios como único foco dos seus interesses pessoais. Quanto mais bem sucedidos forem, no entanto, maior a exposição dos seus herdeiros direto a estímulos múltiplos, a uma diversificação de necessidades que determinará a dispersão das atividades. O desinteresse pelas atividades empresariais como fim em si levará a que os espaços vazios do mercado, não ocupados pela firma tradicional,³⁹ sejam ocupados por novos concorrentes, mais enérgicos e que entram no mercado abaixando preços. Isto até o ponto em que se chega a uma situação de concorrência perfeita, onde a quantidade de firmas operando no mercado é tal, que nenhuma delas pode isoladamente influenciar os preços praticados pelo mercado e onde o lucro geral estaria reduzido à sua taxa normal.⁴⁰ O declínio da capacidade empresarial de uma geração a outra atuaria, assim, como fator de correção da desigualdade originária na distribuição dos fatores de produção. A atividade livre dos indivíduos resultaria na sua remuneração estritamente de acordo com as suas capacidades, em função da própria desigualdade inicial de dotações.⁴¹ o indivíduo relativamente destituído será exatamente aquele que mais provavelmente “*foi criado por pais dotados de caráter enérgico ... e entrou desde cedo em contato com as lutas e dificuldades da vida*” enquanto os mais bem dotados materialmente “*são entregues aos cuidados de empregados domésticos*” e não possuem a mesma fibra daqueles que estão destinados a suceder.⁴²

No entanto, se a firma for uma sociedade por ações que renova seu pessoal diretor por cooptação, ela não poderá manter sua preeminência e ditar preços e taxas de lucro?

³⁸ Cf. Gauthier, *op. cit.*, pg. 96.

³⁹ Cf. Marshall, *op. cit.*, c.I, Livro IV, Cap. XII, §6.

⁴⁰ Cf. Parsons [1934/5], pgs. 417/418.

⁴¹ Cf. Gauthier, *op. cit.*, pg. 96.

⁴² Marshall, *op. cit.*, v.I, pg. 247.

Em longo prazo, não, diz Marshall. As grandes firmas beneficiam-se de economias *internas* relacionadas à produção em série, à subdivisão do trabalho e ao maior controle sobre a mão-de-obra no que diz respeito aos desperdícios de material na passagem de uma etapa para outra do processo produtivo;⁴³ no entanto, tais grandes indústrias, apesar de desfrutarem de tal elevação de rendimento por um aumento menos que proporcional de esforço (Rendimento de Escala Crescente) por outro lado sofreriam com o afastamento dos seus diretores da supervisão direta do processo produtivo. Ainda que o grande empresário seja um formulador de decisões estratégicas, ele necessitará, para tal, de informação tática direta e atualizada.⁴⁴ Para obter tais informações, os diretores das grandes firmas dependem de um processo de burocratização custoso e *self-defeating*; os custos de controle crescem mais que proporcionalmente à produção (Rendimentos de Escala Decrescentes).

O pequeno empresário dispõe, não só de controle tático, como também de maior flexibilidade para adaptar-se às exigências do mercado, podendo mudar pontualmente os seus métodos de produção para atender às demandas emergentes do mercado; do mesmo modo, ele se beneficiará involuntariamente das *economias externas de escala*, isto é, da redução do esforço produtivo resultante da simples aglomeração de firmas que partilham entre si da alta concentração de mão-de-obra qualificada, de maior facilidade de aquisições mútuas de matérias-primas, da infra-estrutura existente, da facilidade de acesso ao conhecimento científico. Assim, em cada ramo da indústria, chega-se a um equilíbrio setorial entre um número limitado de firmas mais ou menos idênticas em tamanho, métodos de produção e com taxas de lucro dentro dos níveis normais – um conjunto de firmas *representativas*, isto é, que compartilham características da empresa *típica* e da empresa *média*.⁴⁵ O sistema de firmas seria uma comunidade biológica – *e.g.* uma floresta; as árvores individuais atravessam um ciclo vital de nascimento, crescimento e morte; mas é este ciclo que permite a ocupação continuada do terreno pela comunidade vegetal.⁴⁶

O conceito de firma *representativa*, em Marshall, apesar de sua aparente similaridade com o conceito de “tipo ideal” weberiano, é de fato o seu oposto. Marshall desejava resolver, não o problema da conexão de sentido entre os objetivos perseguidos pelos capitalistas individuais no processo de concorrência (a acumulação de capital) e os resultados de médio/longo prazo de sua ação, mas sim desejava esclarecer porque o

⁴³ Marshall, *ibid*, v.1, pg. 231.

⁴⁴ Marshall, *ibid*, 1 v.1., pg. 235.

⁴⁵ Marshall, *ibid*, v.I, pg. 259.

⁴⁶ Marshall, *ibid*, v.I, pg. 258.

resultado alcançado era, a médio/longo prazo, *inverso* ao resultado pretendido; porque o processo de acumulação tendia a limitar-se a si próprio, apesar da busca de poder que guiava as ações dos atores. Ele resolveu tal contradição por um mecanismo contrário à metodologia weberiana; ao invés de buscar estabelecer um mecanismo de limitação da acumulação na própria estrutura formada pelo conjunto das firmas e na interpenetração das ações dos capitalistas individuais, ele introduziu mecanismos *ad hoc* (o enfraquecimento do espírito competitivo dos capitalistas individuais, sua perda da capacidade de controle de seus negócios individuais) que explicassem tal contradição entre resultados pretendidos e efetivamente obtidos. Tal modo de explicação de um processo social pela intervenção de um mecanismo psicológico – entendido como um movimento ao qual o Eu individual não consegue subtrair-se (i.e., como movimento “irracional”) não dá conta exatamente do fato de que o sentido mentado dos processos sociais necessariamente incluiria mecanismos destinados expressamente à superação das resistências “irracionalistas” que surgissem entre a ação e o resultado pretendido.⁴⁷ A tradição sociológica – desde Durkheim e Weber – tende a considerar a “Psicologia” como um *a priori* dos processos sociais que não tem maior importância na sua interpretação causal, senão como uma instância tomada em consideração na produção de um sentido do evento, mas que não produz este sentido.⁴⁸

O problema é que, para Marshall, a introdução da explicação psicológica era fundamental à sua tentativa de provar uma tendência imanente do capitalismo à sua autolimitação, e seu uso da interpretação “psicológica” estava diretamente associado à idéia de que a Economia constituiria uma ciência não “compreensiva”, a maneira de Weber, mas *normativa*; uma espécie de exortação ao comportamento racional oposta à irracionalidade do “Eu” individual.⁴⁹ Este *tour de force* de Jevons e Marshall sobre a análise econômica prévia (difícilmente pode ser dito que Smith, Ricardo e Marx tenham sido “psicólogos”) implica exatamente numa das mais acentuadas diferenças entre Sociologia e Economia: o caráter *arcaico* do discurso economista, sua tendência a fugir das intratabilidades da História, através de prédicas “tecnocráticas”, que são de fato “vitorianas”, no pior sentido da palavra, na medida em que buscam desculpar o economista de responsabilidade moral pela execução de um projeto, imputando as falhas de resultado à “irracionalidade” dos agentes.

⁴⁷ ... “na ‘vivência’ e na ‘experiência’ da realidade histórica ... não se espera uma única e exclusiva reação possível ... ou ... absolutamente necessária, mas ... uma reação que seja suficiente a finalidade para qual [um] sinal ou ... ordem foi dado” (Weber [1993], v.1, pgs. 46/47).

⁴⁸ Sobre Weber, v. a nota acima; v. tb. Durkheim [1984a], pgs. 75 *sqq.*

⁴⁹ *Apud* Keynes, CW – X, pg. 200 (observe-se o tom de sarcasmo pesado).

Fica claro que, ao contrário da análise neoliberal de extração hayekiana, que descreve a Ordem Econômica da Livre Empresa como um *playground* ancestral⁵⁰ para a livre realização das ambições individuais através da livre aquisição, usufruto e disposição da propriedade privada, os neoclássicos ingleses estavam bem conscientes de que o bom funcionamento da Economia de Mercado exigiria um grau considerável de repressão e de autodisciplina por parte dos agentes individuais; a Economia neoclássica representa a *exacerbação* de um paradigma sociológico socializante. A efetividade e legitimidade deste ordenamento construtivista da Sociedade só podem ser avaliadas de uma maneira: são estes mecanismos de repressão e autocontrole bons o suficiente para garantir a reprodução ordenada e previsível da ordem social de que eles formam a base? Tal ordem contratual da sociedade é boa o suficiente para a preservação da vida, no sentido extenso do termo?

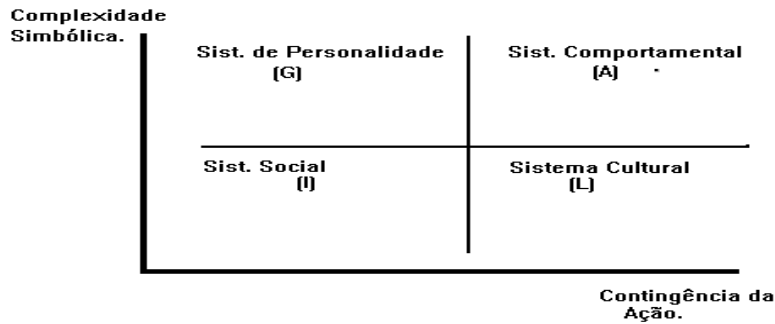
Ainda que se aceite a solução de Marshall – de que existe um mecanismo psicológico interno ao Capitalismo que impede o crescimento excessivo do poder dos grandes oligopólios – resta o problema de que, segundo este mecanismo, a Economia Concorrencial, que parecia poder resolver-se num equilíbrio entre carência e atividades, entre acumulação e consumo, tende na prática a resolver-se em estagnação e arrefecimento do impulso dinâmico que movia os interesses dos empresários de encontro às demandas dos consumidores. Qual o mecanismo causal deste processo? Quais os mecanismos possíveis de sua superação?

I.5. Economia e Política no sistema parsoniano

Quando Parsons enquadra a ação social em subsistemas (fig. 1), ele toma a ação econômica como basicamente comportamental (subsistema A).

⁵⁰ Hayek acabou por fundamentar sua defesa da Ordem Liberal em toda uma mitologia histórica de sua invenção, onde Aristófanes e Cícero surgem como liberais burkeanos preocupados com a preservação da tradição legal como defesa dos vários interesses particulares dos indivíduos (Hayek, [1985], pgs. 254/255). Replique-se a isto que, independentemente de Aristófanes e Cícero terem sido ou não neoliberais *avant la lettre*, “exemplos factuais” não são “argumentos de direito” (Hobbes); a antiguidade de uma instituição não é garantia da sua utilidade contemporânea. Mas sobre este uso de uma História *bogus* como justificativa *ad hoc* de uma ideologia conservadora, ver Finley ([1987], Cap. 2; [1991], pgs. 127/128, com um comentário esclarecedor sobre o uso ciceroniano do costume ancestral como justificativa do poder estabelecido de presente).

Figura 1: Subsistemas de Ação Social em Parsons.



A atividade econômica expressa a multiplicidade de ações dirigidas para a satisfação de múltiplas necessidades resultantes do desejo de satisfação individual. Nestas condições, a ação econômica é necessariamente contingente no mais alto grau, o que determina que ela seja a atividade social anômica por excelência. A vida econômica não seria senão a expressão de um reflexo aquisitivo, do desejo de posse do objeto desencadeado pelo simples contato com a sua forma aparente. Os objetos da economia não seriam senão o resultado da paixão primária de apropriação dos agentes, e a Economia não seria senão uma expressão do Estado de Natureza subjacente a todo o Sistema da Ação Social.

Ora, tal interpretação do ato econômico como resposta a um estímulo aquisitivo esbarrará necessariamente, na evidência empírica fornecida pelo advento do Capitalismo: a de que o planejamento dos agentes econômicos, numa economia em processo contínuo de reorganização das formas tecnológicas de produção, exigirá que se dê um lugar cada vez maior ao planejamento estratégico.

Se as decisões dos agentes se interpenetram mutuamente – isto é, se são realmente decisões estratégicas – deixa de haver correspondência necessária entre a maximização da utilidade individual e a otimização da utilidade coletiva: surge a necessidade de coordenar a conduta dos agentes em função do resultado otimizador; o grau de contingência das ações necessitará ser drasticamente reduzindo, em função da complexidade da coordenação dos agentes: o resultado da ação individual fica submetido à exigência exógena da expectativa de um resultado global otimizador; a ordenação econômica da sociedade vai além da adesão a regras instrumentais (subsistema A), e passa a preocupar-se com a busca de objetivos coletivamente definidos em termos políticos (subsistema G) e/ou de realização de valores normativos (subsistema I).

Em outras palavras: o discurso economista, apoiado na idéia da livre-concorrência, terá de buscar efetividade na realização dos seus objetivos através da subordinação dos objetivos parcelares dos agentes individuais a um objetivo coletivo definido em função de um fim específico. É sobre a contribuição de Keynes à solução deste impasse que falaremos daqui em diante.

CAPÍTULO 1

MOEDA, AGÊNCIA E ESTRUTURA NA TEORIA ECONÔMICA: A CONSTITUIÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA MONETÁRIA

1.1. Sociologia e Economia: A Questão da Moeda

Toda a análise neoclássica do fenômeno econômico está impregnada, na sua versão original, jevoniana, do paradigma fergusoniano que estabelece que o resultado global, algébrico, das atividades individuais seja resultado das *ações*, mas não das *intenções* dos agentes. O equilíbrio entre oferta e procura dá-se em termos exclusivamente da superposição entre as expectativas de ganho dos produtores e das preferências dos consumidores, sem mecanismo *a priori* que prepare o equilíbrio entre ambos. Do ponto de vista da reprodução do sistema, este mecanismo é tão insatisfatório que levou Marshall e Parsons a quererem detectar no sistema mecanismos endógenos de equilíbrio.

Os mecanismos introduzidos por Marshall, no entanto, são de tal forma alheios à idéia de intencionalidade que nos levam de volta às soluções dos economistas clássicos, para os quais os valores das mercadorias deveriam expressar a cristalização de quantidades físicas de trabalho nelas incorporadas, que constituiriam os seus “preços naturais” estabelecidos *a priori* da existência de uma Procura por estas mercadorias. Do ponto de vista de uma explicação intencional do processo de acumulação, este naturalismo era mais insatisfatório do que o atomismo que veio a sucedê-lo. A Economia marxista, que separa a geração do Valor Agregado do produto (concebido como agregado de quantidades de trabalho *socialmente aceitas*) da repartição da Mais-Valia Social Geral pela determinação dos Preços de Produção, via estabelecimento de uma taxa de lucro uniforme, era uma tentativa de superação do naturalismo da “economia vulgar” pós-ricardiana, que considerava salários, lucros e aluguéis como propriedades naturais do trabalho, capital e da terra.⁵¹ Os esquemas marxistas de reprodução, no entanto, ao analisarem os problemas da reprodução em termos de equilíbrio algébrico entre quantidades agregadas de Valor e Preço, não fornecem uma solução alternativa para a análise das microfundações do sistema econômico; suas equações parecem representar equilíbrios autômatos entre as quantidades envolvidas, sem interferência das atividades dos agentes individuais. Daí terem sido sempre interpretadas ao pé da letra como uma representação da estabilidade fundamental

⁵¹ Marx [1978], v.3, anexo: Mattick [1980], pgs. 29 e 42/43.

do Capitalismo, em oposição direta a toda uma análise da “anarquia de produção” que Marx não conseguiu expressar em termos analíticos. Os economistas marxistas sabem que as crises econômicas existem e que são um efeito colateral inevitável de acumulação de capital; apenas não conseguem explicar formalmente os microorganismos que as determinam, na medida em que trabalham apenas com modelos de equilíbrio macro. Daí a persistência do modelo neoclássico (para além da simples apologética do Capitalismo, a qual já era realizada pela economia vulgar ricardiana).

O problema fundamental do discurso economista está em explicar a articulação entre a busca *individual* por utilidades que rege soberanamente a concorrência e o consumo capitalistas, com a consciência empírica dos limites *sociais* de tal busca, seja no que diz respeito ao aproveitamento efetivo dos recursos disponíveis, seja quanto à repartição dos rendimentos por eles produzidos.

A Economia Neoclássica tem por pressuposto que cada agente individual – produtor ou consumidor – satisfaz suas necessidades econômicas incorrendo em determinados custos. Tais custos são determinados pelo tipo e quantidade das atividades necessárias para a obtenção das utilidades pretendidas. A presença de um padrão interindividual comensurável de medição do custo das atividades alternativas – a Moeda – torna possível a cada um decidir quais atividades são as mais adequadas para a satisfação das referidas necessidades. O grau de satisfação das necessidades, no entanto, é medido em termos de Utilidade – e não de custo monetário. O indivíduo, assim, não tem como comunicar a outros o grau de satisfação por ele alcançado: a utilidade não tem um padrão de medida. Em sendo assim, a maximização da utilidade *global* seria incomensurável. Neste sentido, como falar dela como um objetivo de política?

Foi esta a razão que levaria Pareto a limitar os objetivos da Política Econômica às questões distributivas: dada uma repartição *a priori* de recursos, incumbiria ao legislador garantir que esta repartição nunca fosse alterada de forma tal que qualquer indivíduo tivesse suas possibilidades originárias de satisfação diminuídas.

Para além deste “ótimo de Pareto” – i.e., da manutenção de um equilíbrio quanto ao direito de propriedade dos indivíduos sobre sua dotação original de fatores – existe o problema adicional da *coordenação* do uso destes mesmos recursos. Coloquemos o problema nos termos de Marshall: todo indivíduo, em princípio, desejará obter o máximo

de retorno da sua dotação pessoal de recursos econômicos.⁵² Para Marshall, o objetivo fundamental do indivíduo econômico seria o de garantir, pelo bom uso dos seus recursos, a sua independência auto-suficiente; algo como um cavalheiro vitoriano dotado de uma “renda própria”. Não se trata da má consciência de um *rentier*: a fonte de renda pode ser tanto um imóvel quanto os talentos próprios do indivíduo; o ideal de Marshall é o da auto-suficiência como uma fonte de excelência *em si*, e não o modo como ela é alcançada.⁵³ Mas, exatamente porque o valor destes retornos é *relacional* – diz Parsons – o indivíduo econômico não decide o emprego final de seus recursos exclusivamente em termos de garantia de auto-suficiência; ele não ordena sua conduta em função de necessidades invariáveis.

No entanto, se o ideal da auto-suficiência não é histórico, a *forma concreta de sua realização* o é. Tanto quanto sua auto-subsistência genérica, o indivíduo econômico deseja um determinado tipo de *auto-suficiência digna*, associada à satisfação de necessidades historicamente determinadas. E, onde há *necessidades* determinadas, deve obrigatoriamente haver um conjunto de *atividades* organizadas para a sua satisfação.⁵⁴

Se a auto-suficiência está associada a um nível de segurança “mínimo”, historicamente determinado, teremos de supor a existência de um conjunto de atividades organizadas para satisfação deste nível “mínimo” e das necessidades específicas a ele associadas, o que ameaça os supostos do Individualismo Metodológico (IM) economista. Em princípio, a organização da atividade econômica não expressa outra coisa senão as necessidades individuais dos agentes. Mas a existência de um objetivo comum a ser atingido cooperativamente exige que, durante o espaço de tempo existente entre o processo de organização da atividade e o seu resultado, o curso das ações que levam ao objetivo estabelecido deve, a todo o custo, preservar a sua univocidade. Para isto, a ação coletiva deve prever condições de bloquear cursos de ação que venham a interferir com a realização do fim determinado. Os agentes restringirão o seu leque de ações individuais possíveis,⁵⁵ ao invés da simples agregação de contratos atualizáveis, a ação social buscaria perpetuar-se a si própria e aos seus efeitos como totalidade, bloqueando a possibilidade de

⁵² Marshall [1988], vol.1, pgs. 85/88.

⁵³ Ideal já presente em Jevons: v. acima, nota (11). Este ideal está ainda presente em Hayek: “[A] independência do espírito e a força de caráter são raramente encontradas entre os que não estejam seguros de que poderão abrir caminho por seu próprio esforço [...] [um grau de segurança limitado] é, portanto, não um privilégio, mais um legítimo objeto de desejo” (Hayek [1979], pg. 89).

⁵⁴ Parsons [1931/2], pg. 335; [1935], pg. 422.

⁵⁵ Cf. Parsons [1934], pg. 527.

revisão futura de determinados termos contratuais atuais; estaríamos diante do que Pareto denomina a “persistência do agregado”.⁵⁶

Tal “blindagem” que visa preservar determinados cursos de causalidade *vis-à-vis* de um *telos* estabelecido normativamente pressupõe a existência do conflito entre instituições que busquem realizar objetivos diversos, e cujas “blindagens” institucionais – concebendo-se a instituição, no caso, como *locus* de uma instrumentalidade de tipo racional quanto a meios – interferem umas sobre as outras de forma a poderem determinar um resultado da Ação Social Geral diverso, ou até oposto, ao *telos* pretendido por cada um dos indivíduos envolvidos.

A Sociologia do Individualismo Metodológico tende a considerar tal interferência das instituições umas sobre as outras nos seus cursos de causalidade como um aspecto crucial da transição do Micro ao Macro. O IM considera as ações individuais como derivando de valores normativos também individuais (ou partilhados por indivíduos) que se expressam instrumentalmente em condições empíricas tidas como dadas. A Ação Social Racional, não estando subordinada a uma Consciência Coletiva do tipo nomológico, referir-se-ia a valores individuais, os quais teriam, como referência empírica, o que Weber denominava racionalidade “de posição” (*verstehen*). A transição Micro/Macro seria apenas o agregado das ações intencionais dos agentes. A ordem daí resultante, no entanto, é, em princípio, randômica;⁵⁷ só deixaria de sê-lo na medida em que os agentes individuais tendessem a coordenar seus cursos de ação de forma a aproximar o resultado agregado de um *telos* estabelecido consensualmente; neste caso a Estrutura Social surgiria como um espaço multidimensional de posições diferenciadas,⁵⁸ onde cada agente realizaria uma reação adaptativa à ação dos demais agentes de modo a adaptar seus valores individuais à situação concreta. E, ainda assim, o esforço poderia não ser bem sucedido. Tome-se, por exemplo, o caso de uma situação hiperinflacionária. Cada um dos agentes econômicos, com objetivos diversos, visa preservar os retornos futuros de suas atividades econômicas presentes. Numa situação de expectativa inflacionária, cada um barganhará por uma maior remuneração futura, até que todos incorporam, a seus contratos, um indexador institucional que funcione como base de qualquer contrato. Em outras palavras, os agentes econômicos desenvolveram um aparato institucional (coleta de informações para montagem do indexador de preços, peso de cada tipo de produto no indexador, etc.)

⁵⁶ Cf. Parsons [1934/5a], pg. 651.

⁵⁷ Cf. Boudon [1987], pgs. 52/55.

⁵⁸ Cf. Blau [1987], pg. 76.

visando estender uma ponte ao futuro, para que este reproduza o presente.⁵⁹ Mas tal esforço numa hiperinflação, converte-se, *pela própria ação dos agentes*, em ação anômica: da indexação parcial passa-se à indexação generalizada; a indexação generalizada leva à antecipação generalizada dos aumentos de preços até o ponto em que o indexador passa a operar com um índice de correção que reflete... uma previsão do aumento futuro de preços, como chegou a ser praticado na Alemanha de 1923. “*Sob a indexação, pensar que a inflação ocorrerá pode fazê-la realmente ocorrer!*”⁶⁰ A hiperinflação é apenas mais um resultado possível da superposição das ações individuais.

Pode-se afirmar que a constatação da existência de tais efeitos perversos não invalida de modo algum o IM, desde que os interpretemos num sentido *atomista*, i.e., que abandonemos a idéia de que fins coletivos da atividade humana – embora úteis como parte de uma explicação das *escolhas* individuais realizadas – possam ter qualquer valor como explicação, seja dos *resultados* efetivos da agregação das atividades individuais, seja da organização de um *mecanismo* retro-alimentador que pudesse garantir a ocorrência final de tais resultados.⁶¹ Para a sociologia atomista, a presença de tais efeitos consistiria em evidência de que é impossível organizar a Ordem Social a partir de uma normatividade estabelecida *Ex-Ante* da ação dos agentes; é impossível gerar uma Ordem Social que elimine a incerteza do futuro.⁶² tal seria apenas uma obsessão da Sociologia do século XIX e do seu esforço em determinar as “leis da História”.

Este tipo de explicação expressaria, no entanto, uma confusão – denunciada por Keynes numa carta a Joan Robinson – entre uma condição de *Incerteza* – aceitável pelos agentes –, e uma condição de *Instabilidade*.⁶³ Se a incerteza denota a existência de um conjunto finito de futuros possíveis e previsíveis, a Instabilidade significa que os resultados futuros da ação dos agentes não são passíveis de qualquer forma de prefiguração – seja probabilística (isto é, associada a um conjunto finito de ocorrências futuras possíveis) ou não-probabilística (isto é, associada a um determinado estado de coisas futuro “A”, oposto a todos os futuros alternativos classificados como “não-A”). Ora, a situação de incerteza não é passível de estudo sociológico, senão como cessação da Ação Social Racional, a qual se refere, por princípio, a um resultado previsível. Se a instabilidade fosse um produto das expectativas livremente formuladas dos agentes,

⁵⁹ Cf. Davidson [1986], pg. 385.

⁶⁰ Davidson, *op. cit.*, pg. 395.

⁶¹ Wright, Levine e Sober [1993], pg. 193.

⁶² Boudon [1989], prefácio e Cap. I.

⁶³ Keynes, *CW* – XIV, pg. 137.

teríamos então de supor que a livre ação dos atores sociais conduziria periodicamente a um mergulho anômico do qual a Ordem reemergiria periodicamente por uma mudança de expectativas. Mas como poderiam ter expectativas indivíduos isolados submetidos à inexistência de toda expectativa compartilhada?

As instituições, assim, surgem como um ambiente mantido pela ação coletiva dos agentes, dentro do qual cada um deles deve poder elaborar uma estratégia de auto-reprodução dotada de um mínimo de previsibilidade. Em outras palavras, a instituição é um filtro de efeitos perversos que, mais do que estimular o surgimento de uma situação “A”, tende a inibir o surgimento de situações “não-A”. A existência de “blindagem” institucional terá por fim eliminar *in limine* determinadas ocorrências concebidas *a priori* como inaceitáveis, mais do que garantir o controle individual das ocorrências possíveis. Ela corresponde à necessidade de eliminar “o medo preciso das sanções difusas”, reservando aos indivíduos a tarefa de superarem “o medo vago das sanções precisas” dos futuros aceitáveis.⁶⁴ Algo como o passageiro de um avião que, sem perguntar sobre a segurança do voo – que se supõe garantida – concentra-se em controlar sua bagagem.

Assim, é impossível uma análise sociológica centrada apenas nos *mecanismos* de comportamento individual recorrente, como querem alguns corifeus do IM.⁶⁵ Pois reduzir a análise sociológica à interação individual, e aos seus efeitos recorrentes, deixa supor que os efeitos perversos seriam inevitáveis e determinariam o retorno periódico à anomia, da qual não se poderia sair a não ser pela *criação* de uma institucionalidade cuja própria existência é, *in limine*, negada. A instituição é um *a priori*, de maior ou menor extensão, da Ação Social individual. Como tal *a priori* é escolhido e como tem sua extensão determinada, é produto das circunstâncias históricas de uma sociedade. Mas o fato é que ele existe como uma construção intencional da Ação Coletiva, como uma barreira a ameaças tão mais fortes quanto mais indefinidas. Pode-se, portanto, dispensar todas as “Leis da História” menos uma: a de que, no decorrer do processo de transformação social, os indivíduos “ocupados na criação daquilo que ainda não existe ... timidamente conjuram os espectros do passado em seu auxílio ... enquanto recuam diante da imensidão determinada dos seus próprios objetivos”.⁶⁶

⁶⁴ Cf. Veyne [1976], pg. 279; *cit.* p. Elster [1990b], pg. 38.

⁶⁵ E.g. Elster, *ibid*, pg. 10

⁶⁶ Marx [1977], pgs. 146 e 150.

A atividade econômica, diz Parsons, não pode dispensar a interface com a Política e com um sistema de valores que constitua um objetivo permanente da *Polity*.⁶⁷

Ainda na terminologia parsoniana, a Economia terá de integrar-se no Sistema de Ação Social, não só através da integração entre a instrumentalidade com a norma societária (interface I/A), como entre a norma societária e os objetivos da *Polity* (interface G/I), assim como entre a instrumentalidade e os quadros de referência da mesma *Polity* (interface L/A).⁶⁸

Explicuemo-nos: para o IM neoclássico estrito, a atividade econômica constituiria um Sistema de Ação Social autônomo, onde se processaria uma permanente adaptação pontual das decisões de produção às demandas de consumo formuladas pelos indivíduos. A normatividade coletiva, em relação a estas demandas, não teria outro papel, a não ser o de prover mecanismos de adaptação mútua das demandas individuais. O único valor normativo que emergiria desta Ação Social seria o respeito à autonomia do indivíduo isolado que busca adequar suas necessidades às fontes de recursos disponíveis.

Se a atividade econômica reduz-se a decisões interindividuais, ela seria apenas um esforço de integração contínuo entre decisões de produzir e decisões de consumir. A agregação individual destas decisões é que determinaria, por si só, a integração entre padrões de produção e consumo globais. Estes padrões, em função das decisões individuais, estariam sujeitos a ajustamentos bruscos, não limitados por uma normatividade *a priori*, quanto a tipos, preços e quantidades de mercadorias produzidas e consumidas.

O ajuste agregado daí resultante ser visto da seguinte forma: de um lado, temos o capitalista individual como organizador das decisões de produção – no que diz respeito, principalmente, à decisão de inovação quanto ao tipo de bens produzidos – isto é, o capitalista como um *empresário* em busca de uma renda de inovação.⁶⁹ O processo de inovação, especialmente quando bem sucedido na geração de uma modificação dos padrões de consumo (*e.g.* a substituição do tear manual pelo tear mecânico, do transporte animal pelos veículos automotores, a automação generalizada dos processos de produção em larga escala) geram graves conseqüências (desvalorização violenta de capitais investidos em processos de produção obsoletos, desemprego setorial elevado em

⁶⁷ Parsons, CF. Münch [1987], pgs. 330 *sqq.*

⁶⁸ Cf. Alexander [1987], pgs. 81 *sqq.*

⁶⁹ Cf. Parsons & Smelser (1957), pg. 79.

determinadas comunidades, etc.). Neste processo de “destruição criadora” – na expressão de Schumpeter – haveria uma coincidência necessária entre o instrumental e o normativo: os indivíduos dotados de maior capacidade de adaptação seriam necessariamente aqueles que têm acesso a maiores retribuições pelas suas atividades. Esta simetria perfeita entre ação individual e ganho individual poderia, assim, constituir a única norma da sociedade econômica⁷⁰ ou, mais exatamente, a única norma seria a ausência de qualquer norma senão a da exigência de simetria entre *desempenho* e *retorno*. Mas aí há uma contradição: como decidir um desempenho *a priori*, se o seu retorno é estabelecido *a posteriori*?

Por exemplo: uma decisão no sentido de adquirir ou não instrução superior – e em que especialidade – está informada por uma dada situação econômica *presente*. Do mesmo modo, uma decisão de investimento a longo prazo também está similarmente informada. No entanto, o retorno destas decisões está localizado no tempo *futuro*, o que implica na imediata dissociação entre seleção e desempenho: as opções individuais selecionadas – isto é, efetivamente implementadas – o são em função de uma ambiência presente que se convencionou prefigurar a ambiência futura. Se não existir, no entanto, ação coordenada dos agentes no sentido de que tal reprodução ocorra, a agregação das ações dos agentes individuais poderá produzir um efeito perverso. Se tal efeito ocorre, torna-se necessário a prefiguração de uma ambiência futura oposta à ambiência presente. Em outras palavras, a adequação do desempenho ao retorno pode existir somente enquanto prefiguração resultante da ação coordenada dos agentes, isto é, enquanto *expectativa*.

Os atomistas alegarão que tal condição de instabilidade é uma condição ontológica de toda atividade social: os indivíduos *terão* de agir sob o “véu da ignorância” de Rawls; eles tomarão suas decisões selecionando, do imenso número de cenários possíveis, os mais prováveis, excluindo os demais (cuja ocorrência não é impossível, mas apenas pouco provável) dos seus cálculos mentais. Ainda que a ocorrência de efeitos perversos faça-se de maneira a frustrar os cálculos dos indivíduos envolvidos, *o processo de tomada de decisões, em si, persistiria intacto* com processo rigorosamente *individual*, mesmo em condições de incerteza extrema. Pois, ao fim e ao cabo, como poderiam os indivíduos *cessar de decidir*? Tanto o industrial falido pela concorrência, quanto o operário desempregado, ao continuarem vivos, terão necessariamente de continuar a investir e procurar trabalho, respectivamente, mesmo que em condições de instabilidade; não poderiam fazê-lo de modo diverso.

⁷⁰ Cf. Schumpeter [1984], pgs. 112/113 e 102.

Ou poderiam?

Parsons chama a atenção novamente para o fato de que as decisões dos agentes econômicos – quanto a investimentos, consumo, emprego, etc., são tomadas em termos – principalmente no caso de investimento – de *custos e retornos monetários*. Ora, tais custos e retornos abstraem de si toda informação concreta referente a matéria própria da decisão a ser tomada; o balanço de uma empresa nada nos diz sobre seu domínio das tecnologias, sua capacidade de inovação técnica futura, etc.

Exatamente por isto, Parsons e Smelser apontam para o fato de que a principal função do Sistema Monetário parece ser a de facilitar a *gestão política da Economia* por meio da concessão de *vantagens diferenciais*, vantagens estas concedidas pela manipulação dos mecanismos de *volume de crédito* e do gerenciamento do nível da *taxa de juros*. Pois – por razões que trataremos com mais detalhes no Capítulo 2 – a taxa de juros predominante no mercado para empréstimos nada sinaliza quanto à maior ou menor possibilidade de sucesso de um negócio particular, pois não contém – e nem poderia conter – quaisquer informações sobre os retornos específicos do negócio onde será investido o capital emprestado; estes retornos dependerão do controle de custos, da gerência de tecnologias, das produtividades específicas da mão-de-obra e do capital físico, e, principalmente, do preço de venda alcançado pelas mercadorias produzidas. Precisamente por isto, uma taxa de juros não pode ser “alta” ou “baixa” em si mesma – ou *a priori*; ela só irá revelar-se “alta” ou “baixa” *a posteriori*, *vis-à-vis* dos retornos efetivamente alcançados pelo empresário específico que tomou capital emprestado.

A organização de um mercado de capitais e de empréstimos a juro, portanto, *não* pode constituir, por si só, um elemento disciplinador da atividade econômica racional quanto a meios. Parsons & Smelser parecem ter em mente que, nas economias pré-capitalistas – onde o mercado de capital foi organizado juntamente com a criação da Moeda como meio de troca – o crédito atuava menos como elemento de organização do sistema produtivo do que como uma excrescência parasitária, como um último recurso em circunstâncias desesperadas, dado o temor das manobras espoliativas dos usuários para tomarem os bens de seus devedores.

O que diferencia um mercado de capitais capitalistas dos seus congêneres pré-capitalistas é exatamente o fato de que nele os credores – públicos e/ou privados – trabalham, não com uma taxa de juros uniforme, mas sim com um *complexo* de taxas de

juros variáveis segundo cada tomador de recursos específico. Os emprestadores trabalham com uma taxa de juros “básica” – a qual, no entanto, só é utilizada concretamente para alguns devedores considerados excepcionalmente “seguros” e ou que se deseja favorecer com um incentivo. A partir desta *prime rate*, os credores desdobram taxas de juros mais elevadas de acordo com o grau de “insegurança” oferecido pelos devedores menos seguros; o crédito funciona, em última análise, como elemento de estímulo ou dissuasão dos empreendimentos econômicos específicos, atuando como um elemento de gestão política da Economia.⁷¹

O valor heurístico da análise de Parsons não deve esconder, no entanto, as insuficiências da mesma análise do ponto de vista do método de análise sociológica adotado. As condições em que são fixadas as várias taxas de juros específicas representam efetivamente estímulos ou desencorajamentos *pontuais* concedidos aos devedores individuais. Não temos uma solução do “Problema da Ordem”: se admitimos que os credores orientam-se por considerações puramente individuais na determinação das condições de crédito oferecidas a cada devedor (fato político, confiança abstrata em determinados indivíduos e/ou firmas e desconfiança em relação a outros), então a Ordem Econômica, ao surgir a partir da operação do sistema de crédito como produto dos *likes & dislikes* individuais dos credores, não possuirá estabilidade interna; será uma simples coleção de empreendimentos não-articulados cuja ordenação estável se faz em função de “conseqüências não-intencionais”. O Problema da Ordem permanece, repetimos, irresolvido, pois uma Economia organizada em função dos caprichos dos banqueiros pode ser tudo, menos ordenada. Chegamos ao impasse fundamental do Individualismo Metodológico: explicando a Sociedade apenas causalmente (Intenções/Ações) não resolvemos o problema da sua estabilidade interna – que exigiria uma explicação funcional.

Admitamos, como hipótese alternativa, que exista uma instância global que organize o Sistema Econômico – a partir, basicamente, da manipulação da taxa *geral* de juro, i.e., da taxa *básica* de juro. Se não explicamos, entretanto, *quem* opera esta instância genérica, e *por que meios* a opera, recaímos numa explicação coletivista vulgar de cunho conspiratório, onde a instância coletiva, “A Banca” surgiria como um ente imaterial dotado de poderes de demiurgo. Principalmente, precisaríamos estabelecer como *uma* taxa genérica de juro pode ser determinada como elemento ordenador das articulações entre os

⁷¹ Parsons & Smelsen, *op. cit.*, pgs. 56/57 e 77.

vários processos produtivos; senão cairemos no vício específico do Coletivismo Metodológico de explicar a Sociedade com base nos interesses – idênticos às intenções – de um Ator coletivo conjurado que não tem existência empírica fora do papel.

O problema fundamental da análise sociológica da Economia, gira, assim, sobre a questão da *Moeda*, que se, de uma lado atua como elemento individualizante da ação social (decisão puramente instrumental, neutra quanto a valores, em termos de puro cálculo), de outro exige, para operar plenamente, uma previsibilidade geral da atividade econômica expressa em instrumentos de integração obscurecidos nas economias capitalistas.

Constatar a separação formal dos mecanismos de decisão em Economia e em Política é uma tarefa fácil em qualquer economia moderna. Exatamente por isso, adverte Alexander⁷², o conceito não possui valor explicativo: se a idéia da separação Economia/Política é universal, ela não é capaz de explicar a natureza específica de uma sociedade.

O elemento primordial do discurso economista é a idéia da neutralidade do cálculo instrumental, que limitaria a sinalizar quanto às possibilidades concretas de cada meta politicamente determinada. Mas tal “neutralidade” nada diz quanto aos seus mecanismos efetivos de operação. A separação entre “econômico” e “político” pode supor virtualmente qualquer escala de valores entre Lenin e Ronald Reagan, passando por Roosevelt e De Gaulle. Isto é, desde a idéia de que a Comissão do Plano alimente de informação técnica a direção política do Partido para a formulação das metas do plano quinquenal, até a idéia de que o Estado, para desempenhar suas funções específicas (produção de bens públicos) deva limitar-se a manter determinadas regras formais mínimas para a iniciativa privada, que não poderiam jamais variar, sob pena de criar erros de informação dos agentes econômicos que levariam ao surgimento de recursos ociosos.⁷³ Em Parsons, finalmente, a idéia da separação Economia/Política parece indicar um modelo empírico entre o *New Deal* e o “planejamento indicativo” francês.

Pode-se, como Parsons, argumentar que o “Socialismo Real” representaria uma exceção, já que ele se basearia na gestão política da Economia através de mecanismos puramente *coercitivos* e não consensuais. Mas, se todas as sociedades modernas separam

⁷² Alexander [1987], pgs. 208/210.

⁷³ Noção central entre os economistas “Novos Clássicos” (Lucas e Sargent), Cf., entre outros, Amadeo [1989], pg. 3.

rigidamente a Economia da Política, em princípio, por que algumas são mais bem sucedidas que outras neste projeto? E, de qualquer forma, qual a medida empírica desta separação e da eficiência econômica por ela supostamente determinada? Do ponto de vista de economistas conservadores dos anos '80, a experiência histórica do *New Deal* representou uma intrusão indevida da Política no clima de expectativas da comunidade de negócios (Lucas & Sargent) ou na rede de informações desta mesma comunidade pela manipulação da Moeda (Milton Friedmann). Teria tal “gestão política” resultado em fracasso – dado o fato empírico de que ela estava na base da prosperidade Capitalista do Pós-IIª Guerra? Se dissermos que o fracasso último desta experiência revelou-se na crise do *Welfare State* nos anos '80, teremos que dizer que elementos empíricos estavam inequivocamente presentes desde os anos '30, que tenham atuado explicitamente no desencadear da situação de crises dos anos '80.

James Coleman adverte que, de um ponto de vista monitoramento *retrógrado* (*backward*) é fácil identificar um sistema econômico mais ou menos eficiente do ponto de vista *global*, em termos de desemprego e de recursos ociosos. Ocorre, no entanto, que os agentes econômicos – quaisquer que eles sejam – tomam decisões de acordo com suas expectativas de ganho *individual* e *futuro*: realizam uma monitoração *anterógrada* (*foward*).⁷⁴

A eficiência do sistema econômico, no que se refere aos resultados da ação voluntária dos agentes, só pode ter como base a comparação entre a meta pretendida pelos agentes e o resultado alcançado, e não a comparação entre o resultado alcançado e uma norma qualquer de ótimo empiricamente inexistente.⁷⁵ Em outras palavras, a decisão econômica está referida a expectativas, e não a qualquer norma que possa exercer uma impressão sobre a conduta presente dos agentes. Ela, assim, necessariamente referida a fins é, por natureza, política. Mas, se a Moeda funciona como instrumento de flexibilização das decisões *individuais*, como a administração de uma Economia Monetária pode ser ordenada em função de um consenso *global*?

A análise econômica, desde o século XVIII, tem o ideal normativo de chamar a atenção dos agentes econômicos para a percepção consciente dos benefícios globais da ação cooperativa. Os economistas partiram da idéia de que existiria um produto potencial máximo, resultante de uso pleno dos recursos naturais existentes (i.e., terra e trabalho

⁷⁴ Colemann [1990], pgs. 452/462.

⁷⁵ Cf. Amadeo, *op. cit.*, pg. 2.

humano), que resultaria ser o produto da ação efetiva dos agentes, desde que houvesse coordenação efetiva, um padrão de remuneração que garantisse o interesse de cada agente individual em engajar suas capacidades potenciais no processo produtivo efetivo (a economia neoclássica estabelece que a realização desta norma estaria contida na idéia de remuneração pelo produto marginal: cada agente é remunerado pela sua contribuição individual para o crescimento do produto da atividade agregada).

Tal discurso, desde o século XIX, baseia-se em três proposições:

a) Os agentes econômicos não têm razão para deixarem de produzir o produto correspondente ao pleno emprego dos recursos naturais e do trabalho disponíveis;

b) Os conflitos distributivos referem-se à repartição deste produto de acordo com um princípio de proporcionalidade à contribuição de cada agente individual;

c) Portanto, a persistência do desemprego de fatores deve expressar a ausência de tal princípio de repartição proporcional, que pode decorrer das seguintes causas:

a') de uma perda temporária da capacidade produtiva contida nos recursos naturais;

b') da existência de um monopólio sobre determinados recursos, expandindo as remunerações de um determinado grupo de agentes em prejuízo de outro, que se afasta do processo produtivo;

c') da falta de informação sobre o emprego produtivo dos recursos.

O produto de pleno emprego, ainda assim, continua o fim de toda atividade produtiva; a crise só pode existir enquanto movimento cíclico realizado em torno da norma,⁷⁶ do *ótimo econômico* resultante da utilização plena das capacidades potenciais do sistema.⁷⁷ O sistema econômico seria uma interface Sociedade/Natureza e seu crescimento seria como a expansão de um conjunto de organismos vivos que se expande de forma a aproveitar a totalidade dos recursos disponíveis na biota. Ainda que a prioridade da explicação seja dada aos indivíduos, o objeto que se acaba por analisar é a Coletividade.

⁷⁶ Amadeo, *ibid*, *loc. cit.*

⁷⁷ Adam Smith para a noção do “ótimo” na formulação dos fisiocratas: “Alguns médicos teóricos parecem haver imaginado que a saúde do organismo humano só poderia ser preservada por um certo regime preciso de dieta e ginástica e que qualquer violação ao mesmo (...) provocaria algum grau de doença (...) proporcional a este grau de violação. ... O Sr. Quesnay ... médico muito teórico, parece ter sido uma idéia do mesmo tipo quanto ao organismo político, e parece ter imaginado que ele só se desenvolveria ... sob ... o exato regime da liberdade e da justiça perfeitas.” (Smith, 1983, v.2, pg. 137).

Caí-se num Coletivismo Metodológico estrito, como o do Durkheim das *Formas Elementares*; apenas, trata-se de um Durkheim de ponta-cabeça: os preços e as quantidades trocadas, resultantes de experiências rigorosamente individuais, unificam-se num Sistema de Classificação, que funciona como representação *Ex Post* da norma existente *Ex Ante*. Insistindo: como um sistema que só adquire existência empírica *a posteriori* pode apresentar-se como informando a conduta dos agentes *a priori*?

1.2. A noção de ótimo e de Equilíbrio Geral: o Individualismo Metodológico e suas insuficiências

As trocas econômicas exigem a existência de um intervalo de tempo entre prestação e contraprestação. A existência deste intervalo, tanto maior quanto maior a complexidade da ação a ser realizada, determina que haja o risco de não realização da reciprocidade contratual. Quando a atividade econômica privilegia os contratos de longo prazo – muito especialmente na organização e financiamento de empreendimentos de ampliação da base produtiva – ela desvincula-se da solidariedade baseada na atração mútua de cunho social entre prestação e contraprestação descrita por Durkheim⁷⁸ que se expressa na forma concreta de *one-shot deal*. Não só a produção em massa é impossível dentro dos quadros da reciprocidade estrita⁷⁹ como a constituição de grandes empreendimentos econômicos, mobilizando múltiplos capitais privados num longo prazo de maturação, impõe um grande intervalo entre a contração da dívida e o seu saldo.

Não se trata do problema do *Free Rider*. A decisão de aquisição de ações, o pagamento de prestações num consórcio ou a abertura de uma caderneta de poupança vinculada, geram obrigações entre partes, e também o temor de que qualquer um dos lados envolvidos não possa prosseguir, por algum motivo, no cumprimento de suas obrigações, frustrando todo o empreendimento. Trata-se do que poderíamos chamar “*free ride* negativo”: o não cumprimento das obrigações contratuais de um inviabiliza os benefícios de todos. Ou ainda, tratar-se-ia de um Dilema do Prisioneiro *sui generis*: uma vez que a única opção maximizadora é o comportamento cooperativo de todos os agentes, resulta daí que todos devem cooperar. Basta, no entanto, que um só, mesmo involuntariamente, seja obrigado ao comportamento não-cooperativo, para que o resultado seja idêntico ao da não-cooperação generalizada.

⁷⁸ Durkheim [1969].

⁷⁹ Cf. Collins [1982], p. 21.

Um dos fundadores da economia neoclássica, o francês Walras, estava bastante consciente deste problema. Sua solução, no caso, tomou a forma de uma “utopia realista” normativo,⁸⁰ na qual a totalidade das transações econômicas seria reduzida, abstratamente, a um único “pacote” de transações, permitindo o *one-shot deal*. Todos os agentes econômicos compareceriam a um estádio, oferecendo bens e serviços (pessoais ou produtivos) e declarando uma preferência, a determinados preços, sob a coordenação de um agente neutro, o “leiloeiro”. A função deste agente seria estabelecer exatamente um conjunto de preços de liquidação que igualem o valor total dos bens ofertados e dos bens demandados, resultando daí que a receita das vendas de todos os produtos fosse idêntica ao necessário à compra dos mesmos. Tal consenso representaria a expressão transparente da volição grupal através de sucessivos ajustes que traduzissem a experiência do aprendizado dos atores singulares.⁸¹

O sistema walrasiano, no entanto é atemporal, não podendo ser concebido como algo que exista enquanto tendência, ou para o qual a conduta dos agentes fosse orientada; não é um tipo ideal. Ele existe apenas como vetor de preços e quantidades resultantes de um longo processo de adoção e abandono de vários vetores alternativos de preços que não garantem o Equilíbrio Geral das partes (*tatônnement*). O *tatônnement* não corresponde a nenhuma experiência de Mercado historicamente – ou empiricamente – identificável. Muito pelo contrário: a existência do Mercado pressupõe a idéia da ação individual dos agentes econômicos enquanto resultante de decisões individuais *informadas*, mas jamais *condicionadas*, pela ação de outros agentes. O Mercado é um *locus* de decisões interdependentes; mas a própria idéia de interdependência contrapõe-se à idéia subjacente ao Equilíbrio Geral, que pressupõe a liquidação das trocas como resultante de uma única decisão tomada pelo conjunto dos agentes como um corpo único cuja ação coletiva corporifica-se no dito vetor de preços e quantidades. Assim, empiricamente, o Equilíbrio Geral só poderia existir como produto do acaso, como um caso particular sem qualquer valor explicativo, como um efeito perverso decorrente da simples sorte do jogo das trocas. A não ser que ele decorra da caracterização do Sistema de Preços - como forma visível de um Sistema de Classificação durkheimiano, onde o vetor de preços e quantidades de equilíbrio pudesse permanecer estável por tempo indefinido como expressão visível de um equilíbrio social estático – o que obviamente não corresponde à realidade concreta de uma economia capitalista moderna.

⁸⁰ Cf. Jaffé [1980].

⁸¹ Cf. Hempel e Reichembach, *apud* Turner & Factor [1983], pgs. 193 e 197.

Para Walras, o problema estrutural envolvido na concretização do Sistema de Trocas era o seguinte: cada agente econômico busca maximizar a utilidade total que pode obter de suas trocas – isto é, das mercadorias compradas – maximizando a utilidade total das mercadorias vendidas. Tal estratégia de maximização supõe que o agente disponha de um mecanismo de mensuração de utilidade que torne possível trocas absolutamente impessoais: cada agente individual deve poder maximizar a utilidade por ele apropriada de forma absolutamente indiferente dos parceiros com os quais se relaciona. Para tal, deve existir uma regra impessoal de classificação das trocas que permita a comunicação, através dos preços, das utilidades que os vários agentes trocam entre si. Em outras palavras, o problema walrasiano visava superar o impasse descrito por Durkheim:

*“Por elas próprias, as consciências individuais estão fechadas umas às outras; elas não podem comunicar-se senão através de símbolos que traduzem seus estados interiores. Para que o comércio que se estabelece entre elas resulte numa comunhão ... na fusão dos sentimentos particulares num sentimento comum, é preciso que os sinais que manifestam tais sentimentos venham fundir-se numa única e mesma resultante.”*⁸²

Ao imaginar o Equilíbrio Geral como resultante das trocas reguladas em termos de *preços*, e não de *quantidades* de mercadorias, como proposto por Jevons,⁸³ Walras atentou para o fato de que o equilíbrio entre as partes, para ser estável, dependia da impessoalidade da troca, que deveria representar um intercâmbio entre valores iguais segundo um padrão que garantisse a comensurabilidade de todas as mercadorias, permitindo que todas se troquem por todas.⁸⁴

Estamos agora diante de uma idéia expressa pelo último Parsons, no seu *The System of Modern Societies*: a troca monetária funciona como uma generalização do símbolo enquanto forma; a ação individual de troca encontra-se condicionada pela existência desta estrutura. Só existe ação individual livre na medida em que a substituição da troca individualizada (*barter*), pela troca social generalizada, gere a multiplicação das

⁸² Durkheim [1968], pg. 329 – grifo meu.

⁸³ Walras [1988], pg. 87.

⁸⁴ A dívida em espécie, não sendo regulada por tal padrão, cria inevitavelmente um nexo da dívida que exige a contraprestação, o que termina por determinar que troca e “antitroca” surjam como um jogo de poder em que o devedor busca converter-se em credor pela superação da parte contrária, como visto em Mauss: “*A obrigação de dar é a essência do potlatch*” (Mauss, 1985, pg. 205 – grifo do autor).

possibilidades de troca individualizada – ou das “oportunidades múltiplas de afeto” na terminologia parsoniana.⁸⁵

Assim, a agência humana livre surge como decorrência de um Sistema Classificatório rígido que, de uma forma não explicitada, evita que a interação individual resulte num resultado puramente randômico. De certa forma, a situação que temos é descrita por Keynes da seguinte forma, ao caracterizar os economistas que o teriam precedido (os “clássicos”):

“[seu] argumento essencial é ... que cada fator de produção [isto é, o fator de produção representado pelo seu portador] aceite como sua remuneração uma parcela predeterminada do produto [output] corrente esperado, seja em moeda, seja em algo que possua um valor de troca idêntico ao da dita parcela.”⁸⁶

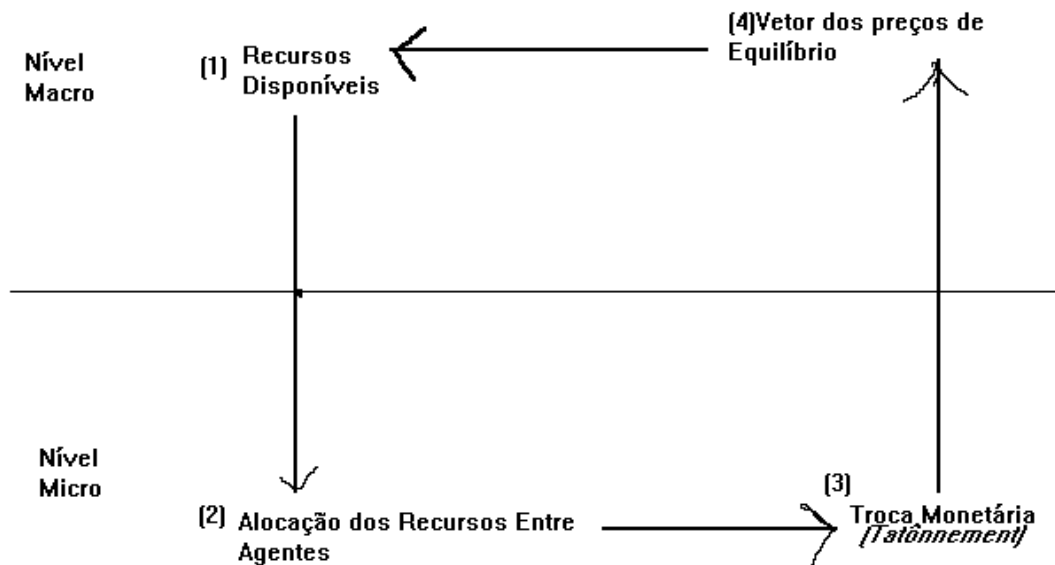
Como se pode saber qual a parcela reservada a cada portador de um fator de produção *a priori*? De forma simples: desde que haja informação perfeita sobre os recursos disponíveis – que serão explorados na sua totalidade – os agentes econômicos gastarão a totalidade de suas rendas na aquisição da totalidade do produto; o Equilíbrio Geral walrasiano poderia, assim, existir como resultado não-randômico, na medida em que, repetindo-se as interações entre os agentes em vários períodos produtivos, eles formulassem um vetor de preços de equilíbrio sobre um conjunto estável de quantidades também estáveis de mercadorias. As posições relativas dos atores individuais, assim, repousariam sobre uma estrutura rígida: a distribuição inicial de recursos aproveitáveis entre os indivíduos determina a necessidade da troca para que haja aproveitamento total dos mesmos recursos, surgindo daí o vetor de equilíbrio. A distribuição do produto, no entanto, se faria proporcionalmente à distribuição inicial de recursos produtivos, que seria tomada como um *data*: supõe-se de qualquer modo, que o nível total de produto correspondesse ao máximo globalmente possível. A explicação segue, assim, o seguinte percurso estilizado, adaptado do esquema padrão da explicação sociológica proposto por Coleman.⁸⁷

⁸⁵ *Apud* Alexander [1987], pgs. 257/258.

⁸⁶ Keynes, CW, XXIX, pg. 77 – grifo meu.

⁸⁷ [1990], pg. 8.

Figura 2



Mas o processo de *tatônnement*, enquanto representação de um equilíbrio não-randômico, só pode admitir um único vetor de preços de equilíbrio: os agentes podem fazer qualquer distribuição do produto; mas as quantidades totais trocadas, e os preços praticados, serão sempre os mesmos. Tudo se passa como se, dados os recursos totais disponíveis, as mercadorias far-se-iam “produzir” e “trocar” *a si próprias, a priori* das decisões dos indivíduos, dispensando a transição do nível Macro ao Micro, e vice-versa; preserva-se apenas uma explicação Macro/Micro, tida pelo IM como falaciosa por definição.⁸⁸ O que parecia ser IM, transforma-se num Coletivismo Metodológico que parte de uma Estrutura concreta (o Sistema de Recursos), para outra simbólica (o vetor de preços), sem que se deixe espaço para explicar como os agentes individuais fazem emergir tal sistema simbólico e que fins perseguem com tal processo organizacional.⁸⁹

O Individualismo Metodológico neoclássico termina por reduzir as questões da Produção e da Distribuição da Riqueza Social a uma Mecânica, onde *uma* determinada constelação de recursos (Terra, Trabalho e Capital) gera *uma* determinada constelação de produtos a distribuir de acordo com o arbitrário dos direitos de propriedade *existentes*; o problema da organização *Intencional* da Sociedade é escamoteado em favor da

⁸⁸ Cf. Wacquant & Calhoun [1991], pg. 81.

⁸⁹ Wacquant & Calhoun, *ibid*, pg. 83.

instrumentalidade pura – ou das leis físico-químicas. Seu ponto de chegada é o seu ponto de partida.

1.3. A questão da Racionalidade Substantiva em Economia

A separação entre Economia e Sociedade, no sistema de Equilíbrio Geral de Walras, se expressa como separação absoluta entre Produção e Distribuição; esta se faz totalmente independente daquela. Esta separação, por oposição dialética, acaba por converter-se numa identidade absoluta – e mecânica – entre Tecnologia e Sociedade. No sistema de Walras, os agentes não organizam materialmente sua vida social em função de escolhas quanto a gostos, preferências e objetivos individuais; apenas consomem passivamente os bens e serviços que lhes são oferecidos. Tudo se passa como se a atividade social dos indivíduos fosse um reflexo da produção autômata de mercadorias que coloca à disposição dos indivíduos quantidades e qualidades *dadas* de bens. O sistema walrasiano concebe a vida concreta da sociedade como desprovida de autonomia face ao econômico; o comportamento dos indivíduos é sobredeterminado pelas exigências de escoamento das mercadorias que compõem a cada momento o produto ótimo. Tal significa negar a possibilidade de *escolha* social face a diversas formas alternativas de organização do sistema produtivo. Tal redução dos problemas do social a uma “Engenharia de Produção” dos fluxos de mercadorias, onde o conteúdo objetivo das Demandas está subsumido à Oferta objetivamente existente, só é inteligível, dada a enorme influência na época de um Naturalismo grosseiro, pré-darwinista, que concebia a Sociedade como organismo, e, ao mesmo tempo, concebia tal organismo social como uma *máquina* que assimilaria passivamente os nutrientes que lhe fossem oferecidos. Esta velha concepção cartesiana teve uma longa influência no pensamento francês, e, se encontramos seus ecos no Durkheim d’*A Divisão do Trabalho Social*, nada mais natural que a encontremos numa forma ainda mais crua, num pensador tão menos sofisticado conceitualmente como Walras.

O problema real diante do qual estes pensadores encontravam-se, no entanto, é de que, sendo as economias capitalistas economias fundadas na troca monetária – e numa ampla separação entre decisões da produção e de consumo – nada impediria que elas padecessem amplamente de uma mazela que iria afligir as economias centralmente planejadas entre os 1930s e os 1980s: a produção maciça de bens sistematicamente rejeitados pelos seus consumidores potenciais, com o desperdício maciço de recursos escassos daí decorrente. No entanto, de alguma forma, as economias capitalistas - não

obstante eventuais crises de superprodução e quebras de empresas - conseguem evitar largamente tal problema. Argumentar que é a competição entre produtores que preserva a “sintonia fina” entre produção e consumo é não levar em consideração a possibilidade de que esta sintonia, na ausência de comunicação direta entre produtores e consumidores, poderia *nunca* ser realizada. O fato é que os consumidores capitalistas estão na situação darwiniana de terem de ajustar seu modo de vida a disponibilidades de bens e serviços que sofrem mutações súbitas; não obstante, tal situação de *struggle for life* lhes passa largamente despercebida. Em Marshall, pelo menos, encontrava-se uma tentativa de explicação *ad hoc* para tal situação: na medida em que o sistema de produção tenderá a ajustar-se aos princípios da concorrência perfeita, ele poderá realizar pequenos ajustes constantes na produção que, envolvendo sempre uma pequena parte da miríade de firmas disponíveis, são pouco traumatizantes. Mas tal situação não explica a mudança súbita (e induzida pelos oligopólios) dos padrões de produção e consumo.

Em Marx, encontra-se sugerida a existência de um mecanismo macro que organizaria a sintonia produção/consumo: o de que a produção capitalista de valores de troca refere-se a valores de uso *socialmente aceitos*. Mas como Marx não explica através de qual mecanismo estes valores são socialmente validados, sua sugestão cai no vazio, deixando o campo aberto para o naturalismo funcionalista dos economistas marxistas do final do século XIX (especialmente Kautsky) que consideravam que a diversificação da produção (e a Divisão Social do Trabalho) dava-se em função – novamente – das necessidades globais do organismo social ao evoluir. Isto significa propor que a evolução da sociedade econômica se dá de acordo com os princípios de um evolucionismo teleológico, mais à maneira de Lamarck do que de Darwin.

De fato, o grande problema da análise da Economia Capitalista está exatamente em estabelecer de que forma a produção de mercadorias, feita de maneira aparentemente anômica, pode conformar-se às necessidades efetivas dos indivíduos. O fato é que os economistas e sociólogos do século XIX encontravam-se diante de um caso análogo ao do proverbial vôo do besouro; tudo indica que uma economia assim organizada não devesse funcionar sem considerável dose de atrito, de contradição entre interesses individuais; e, ainda assim, este atrito é amplamente evitado. De fato, diante das dificuldades conceituais envolvidas, esta questão acabou sendo escamoteada pelos seus estudiosos. Já vimos o abandono a que esta questão foi finalmente relegada pelo marxismo; mas é ainda mais

espantoso que ela tenha sido escamoteada por uma Sociologia tão declaradamente individualista como a de Marx Weber.

Em princípio, Weber é bem claro em estabelecer que o que torna a atividade econômica racional quanto a fins (*zweckrational*) é exatamente sua *indeterminação* quanto ao seu fim último – isto é, quanto à composição global da totalidade de bens úteis efetivamente produzidos: “o Mercado orienta-se pelo interesse das partes nos bens transacionados, e nada mais”;⁹⁰ tal interesse pode ser, indistintamente, instrumental, de valor afetivo ou tradicional; não está subordinado a qualquer norma social previamente estabelecida. O agregado de demandas dos consumidores pode determinar uma composição do produto agregado oposta aos valores morais gerais da Sociedade. Para que tal variedade de individualismo extremo torne-se socialmente viável, no entanto, diz Weber, é necessário que o poder de apropriação (*Verfügungsgevalt*)⁹¹ sobre as utilidades seja disciplinado pelo uso pacífico da troca monetária como meio neutro de apropriação.

Weber considera que a organização de uma Economia de Mercado fundada em trocas não impõe qualquer racionalidade substantiva *a priori* aos agentes econômicos, no que diz respeito aos seus fins últimos. É o que ele assinala ao distinguir entre *atividade economicamente orientada e gestão econômica*. A primeira constitui qualquer atividade orientada para a apropriação de utilidades: é o caso da guerra, da pirataria, da escravização, que, não exigindo a troca, também possuem necessariamente um objetivo econômico *strictu sensu*;⁹² uma operação de saque pode ter como objetivo, tanto a apropriação de capital físico, quanto a busca da glória, a aquisição de prisioneiros para um sacrifício humano, a construção de um templo ou o consumo desordenado do botim. Para que haja gestão econômica – isto é, para que haja efetivamente uma “Economia”, o que é necessário é a organização *pacífica e planejada* da atividade de apropriação em termos da sintonia fina entre meios e fins.⁹³

Não existe subordinação da gestão econômica a um fim *a priori*. Mas Weber acaba por estabelecer que, na constituição de uma economia monetária, o “meio é a mensagem”. É o que ele faz quando opõe a gestão do “patrimônio” (*Vermögen*) à busca do lucro

⁹⁰ Weber, *apud* Poggi [1983], pg. 25.

⁹¹ Poggi, *op. cit.*, pg. 15, comete um erro de ortografia (*Verfungung* em lugar de *Verfügung*) e traduz *Verfügungsgevalt* como “poder de disposição”; a tradução é literalmente correta, mas preferi traduzir por uma paráfrase que desse conta do elemento originariamente *coercitivo* da apropriação de bens, transmitidos pelo uso de *Gewalt* em lugar de *Macht*.

⁹² Cf. Weber (1984), pg. 46.

⁹³ Weber, *ibid.*, *loc. cit.*

(*Erwerb*). No primeiro caso, a atividade do agente está voltada para o acúmulo pacífico de capacidade de apropriação referida exclusivamente à *satisfação dos interesses pessoais* do proprietário o que diz respeito, principalmente, à manutenção de um padrão de consumo doméstico conspícuo associado a determinadas vestimentas, hábitos alimentares, tipos de lazer individual, etc.; um “estilo de vida” moralmente justificado. No caso da atividade lucrativa, a acumulação de poder de apropriação encontra-se ligada à busca específica do *lucro monetário*.⁹⁴ A busca do lucro monetário *enquanto tal* tenderia, assim, a encerrar os padrões de consumo, modos de vida, formas de sociabilidade, etc., dentro da dialética dos custos e dos lucros: dados os recursos existentes, produz-se aquilo que é mais econômico e mais lucrativo; de outro lado, consome-se apenas o que é mais barato. Os modos de vida tenderiam a conformar-se às exigências do econômico, na medida em que os padrões da vida quotidiana dos indivíduos estariam limitados pela produção de *um* determinado conjunto de mercadorias disponíveis, que seriam as únicas compatíveis com a maximização dos lucros monetários. Escamoteia-se a possibilidade de que existam vários conjuntos de bens maximizadores do lucro, e o conhecimento do mecanismo pelo qual se chegou a um determinado conjunto efetivamente produzido. A administração da sociedade se converteria, assim, em administração das coisas. “[A] moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série ... determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo ... e, quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta”.⁹⁵

Assim, a separação entre Economia e Sociologia, ao assignar à primeira a esfera de uma instrumentalidade “neutra” da vida social, e à outra o estudo da esfera dos valores, acabou por resolver-se, na Sociologia individualista, numa reflexão sobre a inutilidade de toda a Sociologia – pelo menos na sociedade capitalista.

Muito se tem responsabilizado o marxismo por propor este deprecimento das Ciências Sociais *strictu sensu*, com a noção da dialética Base/Superestrutura, e, muito especialmente, da dialética Produção/Consumo, tal como na citação abaixo:

“... Ainda que produção e consumo sejam observáveis como atividades de um único indivíduo, ou de indivíduos diversos, ambos são parte de um mesmo processo, no qual a produção é o ponto de partida real e ... o momento predominante. O consumo como urgência, como necessidade é por si só um

⁹⁴ Weber, *ibid.*, pgs. 74/75, e Poggi, *op. cit.*, pg. 19.

⁹⁵ Weber [1985], pg. 131.

*momento intrínseco da atividade produtiva. Mas a atividade produtiva é o ponto de partida para a realização [da necessidade] e, portanto, seu momento predominante ... O indivíduo produz um objeto, e consumindo-o, restabelece a si próprio, mas agora como indivíduo produtivo e auto-reprodutivo.”*⁹⁶

O indivíduo – suas preferências, gostos e necessidades – parecem estar aqui subsumidos às exigências do processo produtivo como um todo, na medida em que tais preferências, gostos e necessidades deveriam conformar-se às exigências autômatas do processo produtivo como um todo; na medida em que são obrigados a organizar seu “comer, vestir e morar” da forma mais racional possível, os indivíduos seriam obrigados a comer, vestir e morar *de um determinado modo*; a predominância do econômico implicaria na negação cabal de qualquer visão individualista da Sociedade. Admitir a predominância do econômico significaria, em última análise, a aceitação de certa panóplia marxista que transforma a democracia soviética num subproduto da eletrificação (mas a frase de Lenin admite outros entendimentos), onde a estagnação da criação de carneiros na França do século XVII engendra a melancolia dos pensamentos de Pascal,⁹⁷ tal como o desenvolvimento do Imperialismo, a Teoria da Relatividade.⁹⁸

Deixemos de lado estes horrores; mas admitamos que os teóricos da IIª Internacional responsáveis pela introdução deste jogo – onde rigorosamente qualquer modificação na superestrutura não é senão o reflexo de um evento ocorrido na base – nada mais faziam do que generalizar para toda a história humana uma desvalorização da autonomia do fato sociológico que o próprio Weber considerava essencial ao entendimento do desenvolvimento histórico do Capitalismo. Pois, se admitimos que as exigências concretas da produção e do intercâmbio das necessidades materiais se dão de acordo com as leis do mundo físico; se admitimos, ainda, que mesmo que desenvolvimentos tecnológicos *pontuais* possam ser um produto da atividade autônoma de indivíduos, as *suas formas de articulação num todo coerente* se dão em função de exigências de minimização de custos e maximização de lucros – isto é, em função de exigências *puramente instrumentais*; se admitimos que tais exigências impõem-se em função de uma racionalidade transcendente (poupar esforço e aumentar o prazer) que preside a toda e qualquer atividade humana, então não poderemos senão aceitar tal

⁹⁶ Marx [1981], pg. 94.

⁹⁷ Marie [1967], pg. 14 (alusão a Lucien Goldmann)

⁹⁸ O que foi efetivamente feito por J.D. Bernal.

paradigma. Para começar a rejeitá-lo, seria necessário, por exemplo, interpretar a citação de Marx acima como uma afirmação do fato de que as exigências instrumentais dos vários processos de produção tomadas em separado – seus custos e retornos – assim como a distribuição dos retornos entre os indivíduos e grupos de indivíduos sejam função de uma organização consciente do sistema de produção como um todo, que reflita uma visão normativa da Sociedade na sua totalidade. Em suma: teríamos de supor que a autodeterminação dos indivíduos residiria no fato de que – dentro de determinados limites – *preços, custos e taxas de lucro se constituiriam em criações sociais articuladas entre si de forma coerente como produto de um desiderato intencional*. E, principalmente, teríamos de estabelecer os *mecanismos* pelos quais se realiza tal hegemonia do Geral sobre o Particular, como forma de expressão de uma intencionalidade. Tal parece-nos teria sido o aporte específico de Keynes à análise da relação entre Economia e Sociedade.

1.4. O conceito de Economia Monetária

Nem Marx, Weber, nem os economistas neoclássicos, debruçaram-se detidamente sobre o problema do caráter *sui generis* do objetivo procurado pelo capitalista – ou gerente – *individual*: a obtenção de um lucro sob forma *puramente monetária*. Tal implica em que eles não consideraram o fato de que, numa economia capitalista, os gostos, preferências e objetivos dos agentes *não* encontram-se necessariamente voltados para bens e serviços concretos, senão que podem estar dirigidos para a aquisição de poder de disposição abstrato sob a forma de Moeda mantida à disposição do agente *enquanto tal*. Na medida em que a Moeda *representa* a totalidade dos bens econômicos que compõem o produto total, e ao mesmo tempo *é* este produto, sua posse pode ou não preceder a participação do agente na distribuição dos produtos concretos. O agente econômico poderá, indistintamente, participar concretamente da repartição dos bens produzidos ou preservar poder de disposição abstrato sem data de exercício ou objeto determinado. Poderá escolher entre engajar-se ou não na organização do processo produtivo, integrando – *ou não* – seus objetivos individuais na realização do processo social de produção.

Keynes, nos manuscritos preparatórios da *Teoria Geral*, chama a atenção para este traço *sui generis* da economia capitalista distinguindo três “tipos ideais” de organização econômica.

a) uma economia onde a Moeda não existe e a divisão da produção é realizada por repartição simples dos bens de forma proporcional à contribuição de cada agente, que seria a *Economia Cooperativa*, ou de *Salários Reais*.

b) uma economia onde a “quota parte” de cada fator de produção é igual, em valor monetário, ao que seria uma parcela de produto numa Economia Cooperativa, supondo-se a possibilidade de comercialização das ditas quotas. Esta seria uma *Economia Empresarial Neutra*.

c) finalmente, onde ha troca monetária, sem proporcionalidade na repartição da “quota” de cada agente, temos uma *Economia Empresarial*, ou *Monetária* – i.e., a Economia Capitalista efetivamente existente.⁹⁹

A especificidade da Economia Monetária estaria no fato de que nela a Moeda *não* representaria o que teria representado até então no discurso economista: uma convenção que permitiria a igualação das mercadorias entre si e o estabelecimento de um equilíbrio estático entre as partes contratantes.

Keynes observa que Marx já havia ressaltado que, numa economia capitalista, a ação intencional dos agentes responsáveis pela organização do processo produtivo encontra-se voltada, não para a mercadoria a ser trocada com outro agente (circuito M – D – M’, em que M e M’ são diversos enquanto bens e iguais enquanto convenção), mas para a obtenção do lucro monetário (D – M – D’, onde D’ seria necessariamente maior que D).¹⁰⁰ Marx não teria, no entanto, rompido *o suficiente* com a tradição economista, segundo Keynes: para ele, o circuito D – M – D’ existiria enquanto convenção distributiva que marcaria uma relação de exploração externa ao processo produtivo em si (“O excesso de D’ sobre D é a fonte ... da mais-valia.”) Tal predomínio da distribuição sobre a produção surge, no entanto, como contradição, como uma disfuncionalidade que se expressa como crise de superprodução (D’ > D). Outros representantes da heterodoxia econômica (Hobson, Douglas, etc.), mais reformistas, enfatizavam, segundo Keynes, não tanto a *contradição* entre produção e distribuição, mas a simples ausência temporária de mecanismos de equilíbrio entre ambas, adotando uma teoria de subconsumo.¹⁰¹ Mas todos tomavam o fenômeno da desigualdade entre disponibilidade de Moeda e procura de bens como uma disfunção do sistema, sem considerarem a possibilidade de que, na Economia

⁹⁹ Keynes, CW, XXIX, pgs. 77/78.

¹⁰⁰ Keynes, *ibid.*, pg. 81, corpo do texto e nota.

¹⁰¹ Keynes, *ibid.*, *loc cit.*.

Monetária, a atividade dos agentes poderia estar voltada para a acumulação de reservas monetárias *enquanto tais*.

Qual o sentido desta acumulação de Moeda sem fins definidos? Para Keynes, a posse da Moeda como meio de disposição sobre os elementos componentes do processo produtivo determina que, na Moeda *presente*, o resultado dos processos de produção e distribuição *futuros* estejam concentrados *in nuce*. Ao reter uma determinada quantidade de Moeda, o agente econômico busca, basicamente, preservar-se no resultado incerto de um processo qualquer de produção¹⁰², resultado este que ele não tem como prefigurar acuradamente em todos os seus aspectos, no qual ele só pode vir a engajar-se por um ato de vontade: acionando o poder de disposição contido na Moeda.

De fato, o agente prefigura o lucro monetário, grosseiramente, como uma diferença positiva entre sua receita futura e os gastos presentes:¹⁰³ de certo modo, ele calcula os resultados monetários futuros do processo produtivo em termos de valores presentes, o que ele poderá fazer se duas formas: em termos anterógrados (*foward*), projetando uma taxa de lucro desejada sobre o capital disponível e verificando se tal resultado futuro é possível;¹⁰⁴ ou, em termos retrógrados (*backward*), prefigurando as receitas futuras e calculando seu valor real mediante desconto de uma das taxas de juros mais comuns do mercado (isto é, descontando a receita esperada através do *complexo* de taxas de juros existentes, e não a partir de uma taxa de juro média).¹⁰⁵ Em termos empíricos, um indivíduo que retém um dado capital, e quer investi-lo num negócio, faz sua decisão em função de dois experimentos mentais: ele pode projetar uma determinada taxa de lucro ideal no futuro e verificar se é possível alcançá-la; ou pode projetar as receitas futuras (as *quase-rendas*) e compará-las com os rendimentos oferecidos pelas principais taxas de juros do mercado (TR, CDB, etc.); no entanto, esta prefiguração necessariamente exige uma representação dos eventos futuros, não como previsão, mas como *expectativa individual*,¹⁰⁶ o agente econômico não possui controle sobre as diversas variáveis que determinarão o sucesso ou o fracasso da sua empreitada, não podendo, aliás – a situação em que se encontra sendo caracterizada pela *incerteza* – sequer prefigurar todos os cenários possíveis no interior dos quais tal empreitada poderá desenrolar-se. Em tais circunstâncias, a preferência pela acumulação de Moeda entesourada, a decisão pelo *não* -

¹⁰² Keynes, CW, XIV, pgs. 113 e 116; *apud* Cardim de Carvalho [1983], pg. 2.

¹⁰³ Keynes, CW, XIII, pg. 381.

¹⁰⁴ Keynes, CW, XIII, pg. 382.

¹⁰⁵ Keynes, CW, XIII, pg. 398.

¹⁰⁶ Keynes, CW, XIII, pg. 400.

agir – ou pelo *adiamento* da ação – é lógica, na medida em que representa uma defesa frente a ocorrências externas não-controláveis.¹⁰⁷

Tal implica num desafio importante ao Individualismo Metodológico: o de que o indivíduo, portador de gostos, preferências e objetivos; da capacidade de formular, a cada momento, *novos* objetivos; dotado de recursos e capacidades para a realização dos mesmos – possa, racionalmente, optar por manter seus recursos e capacidades *em suspenso*, não os engajando em nenhuma ação objetiva, pela impossibilidade de articulá-los de forma previsível as ações dos demais indivíduos, ou mais exatamente, por falta de um *plano coletivo* que funcione como meio de articulação dos vários interesses individuais em torno de um objetivo coletivamente acordado. Trata-se, no fundo, da transposição da questão do Elo Micro/Macro aos domínios do econômico.

É sobre esta impossibilidade da ação e desta necessidade do plano na dimensão material da vida social que falaremos a partir daqui.

¹⁰⁷ Cardin de Carvalho, *op. cit.*, pg. 1.

CAPÍTULO 2

COMPLEXO DE ESTRATÉGIAS COLETIVAS: O PAPEL DA MOEDA COMO SISTEMA DE CÁLCULO GENERALIZADO

2.1. Economia Monetária e Autonomia dos Indivíduos

Uma vez formulado o circuito de troca básico de uma Economia Monetária, D – M – D', deve-se enfatizar o cunho *sui generis* deste circuito em relação aos circuitos de troca de outras formações econômicas históricas. Tomemos uma economia fundada no escambo, onde, em lugar da troca monetária inter-individual, temos a troca de utilidades de valor idêntico, com a identidade entre os valores de uso trocado representada pelo circuito M – M. Neste padrão de distribuição, denominado por Polanyi¹⁰⁸ *reciprocidade*, o processo de distribuição dos bens se realizaria através de séries de trocas: não existindo uma mercadoria especial que faça a mediação dos bens trocados, cada agente terá de proceder a várias trocas até apropriar-se de um bem específico por ele desejado. A complexidade da cadeia de trocas exigirá a instituição de uma mercadoria que, sem participar efetivamente da mediação entre os objetos trocados, funcione como padrão de medida ao qual se referem as partes envolvidas em cada troca individual para o cálculo do valor dos bens trocados, visando assegurar a equivalência entre pares de mercadorias equivalentes. Em princípio, a mercadoria especial – geralmente um metal precioso – será instituída como padrão de valor, e como tal entesourada, mas não participará efetivamente de qualquer troca; as mercadorias continuarão sendo trocadas por escambo, mas seus valores serão medidos convencionalmente em termos, *e.g.*, de quantidades de metal precioso; não necessariamente quantidades de moedas cunhadas, mas principalmente de quantidades de peso. No Oriente Médio Antigo, *e.g.*, a cunhagem da moeda foi um fenômeno histórico tardio; os valores das mercadorias eram calculados em termos de pesos ideais de metal precioso (*e.g.* o siclo [*shekel*] de prata bíblico).¹⁰⁹

Em outras palavras – dirão os economistas liberais – a simples existência da apropriação *individual* de utilidades implicaria necessariamente na formação de um mercado que operaria de acordo com preços estabelecidos através da livre negociação entre indivíduos. O que tais economistas não consideram é que a existência de um padrão de troca *generalizado*, que garanta a existência de razões de troca mais ou menos

¹⁰⁸ Polanyi, [ago80], pg. 63.

¹⁰⁹ Finley [1982], pg. 228.

constantes entre as mais diversas mercadorias, impõe admitir que tal padrão, por ser generalizado, é *ideal*, e, como tal, *socialmente instituído*.

Um sociólogo americano, Granovetter, aponta para o fato de que a principal vantagem funcional da instituição de um padrão monetário de troca está em *reduzir custos de transação e informação de cada agente individual*.¹¹⁰ Por exemplo: uma rendeira autônoma realiza, domesticamente, uma pequena produção de rendas como enfeite de redes (“varandas”) e barganha pessoalmente a venda destas pequenas quantidades de rendas de porta em porta, visitando pessoalmente várias fábricas de redes em busca do melhor preço de venda. Tal estratégia apresenta, no entanto, vários riscos: existe um gasto significativo de tempo subtraído da atividade produtiva; a limitação de tempo pode levar à existência de lacunas de informação quanto ao melhor preço possível (uma fábrica não visitada pode ser a que ofereceria o melhor preço); a oscilação da demanda das fábricas pode levar a vendedora a ter de aceitar preços menos convidativos, e/ou a não vender grande parte de sua mercadoria. Finalmente, os compradores podem estabelecer um acordo informal entre eles de forma a arbitrarem preços únicos para as mercadorias que lhes são oferecidas.

Do ponto de vista da rendeira, pode, portanto, ser vantajosa a venda de todo o produto, a um preço combinado, a uma “sacoleira” que irá encarregar-se de negociar as rendas de porta de fábrica em porta de fábrica, buscando maximizar o *seu* próprio retorno.¹¹¹ Tal contrato desigual apresenta vantagens para cada uma das partes envolvidas: a rendeira pode dedicar-se a maximizar sua produção, como rendimento físico de sua atividade; a sacoleira, dispondo de capital de giro, pode ou reter a mercadoria por algum tempo, ou buscar compradores alternativos numa área maior, e assim maximizar lucro monetário maximizando preços.

Segundo os sociólogos individualistas, neste processo, a atividade corporada – no caso, o empreendimento de produção de redes – existiria apenas como *locus* objetivo (*objective self*, na terminologia de Coleman); isto é, apenas como o *local* onde ocorrerem encontrarem expressão os interesses individuais das partes envolvidas. Tal *objective self* surgiria como uma estrutura criada *ad hoc* para coordenação dos interesses dos indivíduos envolvidos, que estes sim, constituem verdadeira ação social (*acting self*).¹¹²

¹¹⁰ Granovetter [1992].

¹¹¹ Schimitz [s/d], pg. 107 e segs.

¹¹² Coleman [1990], pg. 420.

Granovetter dá um exemplo em sentido oposto: nos anos 1880s, a indústria de aparelhos elétricos americana procurou primeiro vender geradores elétricos a famílias e firmas. O comprador era responsável pela manutenção e conservação da máquina comprada e, portanto, pela minimização dos seus custos de retornos obtidos com geração de energia¹¹³ o fabricante lucrava apenas uma vez, sobre os custos de produção dos geradores.

No decorrer dos mesmos anos 1890s, Edison e Insull conseguiram levantar, graças a suas conexões políticas e financeiras, capital suficiente para estabelecer um novo padrão tecnológico baseado na central elétrica vendedora de *serviço de produção de eletricidade* numa base contínua para os consumidores finais.¹¹⁴ Este padrão coexistiu com o anterior até os anos 1920s nos EUA, tendo depois se tornado único – exceto no setor de calefação, onde o antigo sistema de aquisição de máquina pelo consumidor continuou a predominar.¹¹⁵

A mudança qualitativa na provisão do serviço de eletricidade – da venda de máquinas para a venda de serviços – de um lado, poupou o consumidor final de ter de arcar com os custos de manutenção do sistema; de outro, determinou uma deterioração da sua posição de barganha: para que o serviço de fornecimento de energia fosse continuado, o consumidor teve de conformar-se a ter os valores das tarifas estabelecidos soberanamente pela *companhia*, em função dos custos e da taxa de lucro por ela esperada. Para que a mudança qualitativa na matriz de produção fosse viabilizada, os valores dos novos serviços passaram a ser determinados pelos empresários através do mecanismo que Granovetter chama valor *retrospectivo*: o valor dos custos de produção *passados* multiplicados por uma taxa de lucro futura *esperada*, e, portanto, em certa medida, *arbitrária*. Em outras palavras, no circuito $D - M - D'$, $D = f(D')$, isto é: os custos de produção justificam-se retrospectivamente em função da expectativa de ganho futuro – as quais são função de uma expectativa *socialmente sancionada* de determinados agentes. Tanto no caso das rendeiras, quanto no dos serviços de eletricidade, houve um momento em que, para garantir a continuidade da troca, uma das partes abdicou do direito de barganhar pontualmente e de expressar seu interesse individual, aceitando um valor estabelecido de fora como um *a priori*. Para que o sistema produtivo pudesse operar como um todo ordenado foi necessário estabelecer uma restrição dos *direitos de saída* dos

¹¹³ Granovetter, *op. cit.*, pg. 8.

¹¹⁴ Granovetter, *ibid.*, pg. 9.

¹¹⁵ Granovetter, *ibid.*, pg. 8.

agentes.¹¹⁶ O Mercado representaria menos a apoteose do indivíduo, e mais sua subsunção às exigências de organização do ator corporado.

2.2. Cálculo dos Retornos e Equilíbrio: A “Controvérsia do Capital”

O IM considera ainda que o Mercado permita um Equilíbrio Dinâmico entre as partes em contato, já que, dada uma distribuição inicial de fatores de produção entre indivíduos, cada um pode utilizar sua dotação inicial para satisfazer sua própria escala de preferências individuais, maximizando a utilidade individual por ele apropriada a partir da sua dotação. Sendo a utilidade individual apropriada simétrica ao custo incorrido pelo indivíduo ao empregar sua dotação inicial de fatores no processo produtivo, a existência do Mercado, como única instância reguladora do processo de produção e distribuição, excluiria, pela sua simples existência, a ocorrência de estratégias individuais do tipo *Free Ride* (apropriação de utilidades sem incorrer no custo da sua produção) ou de tipo parasítico (apropriação de utilidade por deslocamento do custo de produção para outro agente). Como toda redistribuição de produtos finais implicaria na ocorrência de assimetria entre custo incorrido pelo indivíduo e utilidade apropriada¹¹⁷ – para escândalo dos mais penalizados em termos de custo – a única maneira de preservação da *indiferença moral* como *economia de custos de otimização coletiva* seria a interferência na repartição, não do produto, mas sim das dotações iniciais de fatores de produção como *inputs*.¹¹⁸

Ocorre, no entanto, que o sistema de Mercado Perfeitamente Competitivo baseia-se na idéia de que a dotação inicial de fatores é tal que nenhum indivíduo possa impor aos

¹¹⁶ Hirschmann, *apud* Coleman, *op. cit.*, pg. 458.

¹¹⁷ Estas estratégias redistributivas poderiam ser classificadas em dois grupos: (a) *Produção de Bens Públicos* de apropriação forçosamente livre, como bens que “não perdem valor ao comunicar sua utilidade” (Cícero, *apud* Veyne, [1976], pg. 459): são aqueles bens cuja apropriação se faz a um custo marginal nulo – em outras palavras, são bens cujos custos de produção não são divisíveis por *pro rata* entre seus consumidores (não é possível taxar os visitantes de um jardim em função do desgaste infligido por cada um às plantas e aos equipamentos). Assim, toda produção de bens públicos implicará numa alienação dos que incorreram no seu custo de produção *vis-à-vis* da sua utilidade apropriável; daí a tensão moral ressentida por cada indivíduo no pagamento de um tributo pessoal que não resulta numa quantidade equivalente de utilidade imediatamente apropriável. (b) *Redistribuição de Bens Privados* entregues ao consumo individual; se, no caso anterior, estávamos diante de uma estratégia do *Free Ride*, que só gera tensão moral na hora de financiar a provisão do bem, aqui temos uma tensão moral ampliada pela ocorrência de uma estratégia parasítica: é a indignação moral da dama da classe média que vê assistentes sociais promovendo uma distribuição de quentinhas aos pivetes que dormem no jardim público. Note-se que o que está em jogo aqui é uma concepção de Bem Coletivo como Fim: em todas as sociedades históricas, jamais causou escândalo que soldados, mesmo em tempo de paz, sejam alimentados pelo erário, na medida em que estão “às ordens” do poder público; já alimentar cidadãos pobres – principalmente quando tal gasto é apresentado como base para a integração destes cidadãos no *body politic* como parte autônoma e deliberante – é algo que sempre provocou escândalo (v. Gauthier [1988], pgs. 104/110; Veyne, *op. cit.*, pgs. 462/469).

¹¹⁸ “A essência do sistema [do Mercado Perfeitamente Competitivo] é que nele a justiça distributiva constitua um atributo dos *inputs* e não dos *outputs*” (Winch, *apud* Gauthier, [1988], pg. 95).

demais, de forma sistemática, a extração de uma *renda*, como tal entendida aquela remuneração derivada da propriedade privada exclusiva de um determinado fator de produção.¹¹⁹

A renda econômica é aquela remuneração que deriva da capacidade de um determinado agente individual, pelo controle exclusivo de um dado *input*, poder controlar decisivamente a oferta dos *outputs* derivados deste fator de produção, e exigir uma remuneração adicional pelo seu controle sobre a oferta de um dado bem. A existência da renda econômica pressupõe-, assim, que um determinado número de agentes possa comportar-se como *price-maker* e não *price taker*, o que viola o princípio do Mercado.Perfeitamente competitivo como *locus* da escolha paramétrica (o indivíduo decide em circunstâncias dadas de fora), reintroduzindo a escolha estratégica (o indivíduo tem o poder de alterar as circunstâncias de sua escolha) no mesmo Mercado.¹²⁰ Quando a tecnologia de produção de um dado bem é acessível a todos que possuam uma mesma dotação mínima de capital, o preço prevalecente é determinado exclusivamente pela demanda dos consumidores. Quando houver demanda insatisfeita, a oferta aumentará, pois a entrada no mercado é livre. O equilíbrio entre Oferta e Procura é, assim, determinado pelo lado da procura, e o preço de equilíbrio é estabelecido de forma não-individualizável; consumidores e produtores organizam e atualizam suas ações tomando o preço como um dado. Os produtores terão de cobrir os pagamentos aos fatores de produção empregados a partir de um equilíbrio estático – *inclusive a taxa de lucro sobre o Capital*, que será reduzida à condição de uma remuneração *residual*: o lucro de um plantador de alface é o que lhe resta após o pagamento dos aluguéis e dos salários.

Imagine-se agora que um determinado produtor *individualize* o seu produto: *i.e.*, que lhe atribua uma marca associada a uma dada característica concreta. Enquanto ele conseguir manter o controle deste “sinal distintivo” sob seu controle exclusivo, ele será capaz de fixar um preço e ameaçar os consumidores com a possibilidade de sua retirada do mercado; a renda diferencial funciona como um sobrepreço de permanência. Em tais circunstâncias, a taxa de lucro pode ser estabelecida a partir das expectativas de ganho do produtor, não constituindo, assim, uma remuneração residual. Deixando de ser uma remuneração de equilíbrio, um preço conferido pelo Mercado a cada unidade do Capital enquanto fator de produção indiferenciado, o lucro perde seu caráter de remuneração simétrica aos custos.

¹¹⁹ Gauthier, *ibid.*, pgs. 97/98.

¹²⁰ Gauthier, *ibid.*, pg. 85.

Para que esta simetria fosse recuperada, seria necessário que o lucro diferencial – concebido como resultante de uma propriedade particular do *output*, do produto específico de um dado processo produtivo – fosse redistribuído entre as remunerações de fatores proporcionalmente ao custo de cada um dos mesmos. Ocorre, no entanto, que a busca do lucro diferencial é motivada exatamente pelo seu caráter de remuneração não-proporcional; tudo se passa como se o empresário estabelecesse livremente a sua remuneração – como se esta fosse uma projeção concreta das suas expectativas futuras do agente – continuando a remunerar os demais fatores de acordo com as taxas de mercado (que os agentes subordinados terão de aceitar como remuneração de equilíbrio). A realização do lucro diferencial, no contínuo temporal, dá-se, assim, de forma tal que o empresário pareça realizar, no futuro, uma expectativa de lucro presente arbitrariamente estabelecida, enquanto limita-se a remunerar os portadores dos fatores de produção com remunerações contratualmente fixadas no passado. O lucro diferencial resulta da prioridade *lógica* da expectativa de lucro, como fator de planejamento, sobre as remunerações presentes. Um dos agentes possui o monopólio de exploração da totalidade das vantagens contingentes, estando os demais limitados a remunerações convencionais. O capital precifica a si próprio no tempo t de realização da venda efetiva, pagando aos demais fatores os preços de $t - 1$, quando da realização do processo de produção.

A emergência do lucro diferencial está ligada a dois fatores: a existência de recursos ociosos e o caráter dinâmico da matriz tecnológica. Em torno das unidades produtivas autônomas, existe necessariamente uma quantidade indeterminada de recursos sem valor econômico presente, que não participam da distribuição inicial dos *endowments*. Em termos do discurso economista, estes *bens livres* são simplesmente uma periferia da propriedade privada, um meio circulante através do qual se realiza a difusão das externalidades, sob a forma de efeitos genéricos (positivos ou negativos) da manipulação da propriedade privada.¹²¹ Ocorre, no entanto, que a extensão desta periferia pode expandir-se ou contrair-se; bens não-utilizáveis, ou de apropriação livre, numa dada matriz tecnológica, podem converter-se em bens econômicos de apropriação privada em outras (e vice-versa): *e.g.* a emergência do patrimônio genético dos seres vivos como recursos sujeitos à manipulação produtiva e potencialmente privatizáveis, e, no sentido oposto, as violentas desvalorizações da propriedade imobiliária e de equipamentos de capital ligados a atividades industriais da produção de massa na década de '80 (automobilística, siderurgia e demais atividades da indústria metal-mecânica). Os laboratórios universitários

¹²¹ Gauthier, *ibid.*, pgs. 87/88.

multiplicam-se e valorizam-se enquanto as imediações do porto de Nova Iorque tornam-se áreas de ocupação irregular de imigrantes subempregados.

Entre os poros da propriedade privada, portanto, circula uma massa de recursos ociosos que, dependendo da mudança da matriz tecnológica *e da expectativa de retorno associada à sua apropriação*, podem ser capturados como propriedade privada ou deixar de sê-lo. Este processo de captura está associado basicamente a uma mudança qualitativa do produto: apenas ativos sem um retorno compensatório *presente* podem estar disponíveis como bens livres em função de um retorno *futuro*. Neste sentido a mudança tecnológica tem sua causalidade determinada pela busca do lucro diferencial como *taxa de remuneração não-existente no momento presente, senão nas intenções do agente*. O fator causal da mudança tecnológica não está referido ao equilíbrio estático entre os retornos e os custos, expressa na existência de uma taxa única de lucro normal. Toda estratégia dinâmica de acumulação é ação intencional de busca do lucro supranormal, que tem como seu efeito não-intencional movimentos súbitos de valorização/desvalorização de ativos, impedindo a formulação do equilíbrio dinâmico.¹²²

A busca do lucro supranormal através da exclusividade de posse de um conjunto de ativos dá ao empresário o papel de ator individual *sui generis*, pela sua condição de

¹²² O conceito schumpeteriano de “destruição criadora” está fundado exatamente sobre o fato de que o elemento concorrencial da economia capitalista – *i.e.*, o mecanismo que fundamenta a ação estratégica dos agentes empresariais no sentido da maximização dos seus retornos – está baseado na busca de lucros *futuros* supranormais por retenção de exclusividade de posse de um determinado recurso, processo de produção ou produto. Nesse mecanismo, se o volume de lucro futuro for grande o suficiente para amortizar o investimento presente (e a parcela não-amortizada do investimento passado), um novo método de produção será adotado e os recursos dos concorrentes sofrerão uma desvalorização imediata em função desta estratégia concorrencial (Schumpeter [1984], pgs. 138/139 e 130). Na sua crítica a Schumpeter, Jon Elster, repetindo uma crítica comum à visão schumpeteriana, considera que esta predominância do cálculo estratégico sobre o cálculo paramétrico não tem outra explicação senão a suposição de que o empresário atua motivado por uma suposta “vontade de poder” ilimitada e sem objetivo concreto predeterminado – uma pulsão como força constante que impede o indivíduo a uma atividade cujos alvos são, em última análise, indeterminados (sobre a irracionalidade última de escolha do objeto da ação, v. o trecho de Schumpeter citado por Elster [1988], pag. 128). Elster, como aficcionado da Psicologia Cognitiva, não aprecia explicações baseadas em entidades *causais* que não possam ser reduzidas à uma estratégia *intencional* do agente (Elster [1990], pgs. 160/161): alegar a “vontade de poder” como causa não explicaria nada, se não estabelecermos de que forma ela serve às intenções do empresário no processo concorrencial. Acredito que a intencionalidade do empresário competitivo surja, no caso de um simples fator histórico: o da fluidez da propriedade privada capitalista. Numa sociedade tradicional, os recursos estão atrelados aos agentes para um determinado retorno *em certos produtos específicos*, o que favorece uma gestão tradicional – e portanto, a manutenção dos agentes em equilíbrio paramétrico. Mas se a propriedade privada tem sua transmissibilidade facilitada em função do seu uso para a maximização de um simples *retorno monetário quantitativo*, nada mais natural que os agentes retenham recursos em função de uma busca do lucro supranormal com generalização do que, numa sociedade pré-capitalista, seria apenas uma instância aberrante do *windfall profit*, do *ganho de ocasião* (*Gelegenheitshandel*) de Sombart (*apud* Veyne, op. cit., pg. 121 e nota 149). Ainda se faltará aqui desta generalização do *windfall* em Keynes. O que importa é salientar que para Schumpeter, o caráter distintivo da economia capitalista é o fato de que nela a maximização da eficiência dinâmica impeça por si só a ocorrência do Equilíbrio como maximização global estática (cf. Schumpeter, op. cit., pg. 113).

único agente dotado do privilégio do cálculo anterógrado e capaz de planejamento estratégico independente. Os demais agentes – muito especialmente os portadores de trabalho – remunerados convencionalmente – estão confinados ao planejamento paramétrico, ainda que em condições de desequilíbrio, uma vez que reagem ao já ocorrido. Seu planejamento padece das conseqüências de constituir uma reação presente a fatos passados.¹²³

Se o proprietário de Capital é o único agente dotado de capacidade de cálculo anterógrado enquanto *formulação de expectativas*, qual a base causal destas expectativas? Em torno de que – e como – são calculadas as pretensões de retornos futuros numa situação de incerteza?

A Economia neoclássica descreve o Sistema Econômico como uma agregação de *inputs* heterogêneos trazidos pelos agentes ao mercado. Cada um destes recursos é vendido por um preço de equilíbrio *ad hoc* entre oferta e procura, onde o preço pago a cada um dos agentes por uma unidade de cada recurso é suposto como preço da liquidação da totalidade dos recursos transacionados. O sistema de preços de Equilíbrio Geral é, assim, a conseqüência não-intencional da superposição dos múltiplos equilíbrios parciais, e condição de reciprocidade do sistema como um todo: o valor das vendas é idêntico ao valor das compras.

Sendo assim, o valor da totalidade de recursos agregados pela ação dos agentes individuais, como valor *aditivo*,¹²⁴ constitui-se de uma série de remunerações de fatores de produção heterogêneos que, entre elas, *esgotam* o produto. O produto é valorado pela soma dos pagamentos, e distribuído entre os agentes em função do valor de cada pagamento individualmente recebido por cada agente. É o processo de agregação de valores – isto é, de recursos que recebem preço à medida que são transacionados no mercado – que garante o caráter simétrico do processo. Cada um oferece tanto quanto deseja, a um dado preço, e, portanto, cada um recebe exatamente na razão do que deu. A razão para tal está no mecanismo da composição adotado: sendo o preço a soma dos

¹²³ O conceito marxista de “exploração” está baseado exatamente na idéia de que o recurso trabalho, ao ser contabilizado como custo de produção monetário, apresenta-se como um valor genérico contabilizado enquanto custo de produção, independente das condições objetivas em que é realizado: a valoração do trabalho assalariado individual faz-se em condições de absoluta indiferença quanto ao conteúdo particular do trabalho (Marx, 1981, pgs. 163/4). Este trabalho genérico é apreendido pelo empregador como um custo de valor dado, enquanto o lucro empresarial enquanto lucro monetário, é visto como um retorno do esforço individual do empresário. O preço do trabalho genérico é sobredeterminado, assim, como expressão convencional, encerrando-o num padrão distributivo onde os salários têm uma participação preestabelecida e os lucros possuem fronteiras elásticas (Marx, *ibid.*, pg. 104).

¹²⁴ Cf. Garegnani [1980].

valores das contribuições, o valor do produto global é necessariamente igual ao somatório das remunerações parciais. Há identidade entre simetria e reciprocidade.

Os problemas, neste esquema lógico, começam quando a dimensão tempo é incorporada ao processo, o que ocorre quando se incorpora o *Capital*, à análise do processo produtivo.

Dissociado da sua materialidade, o Capital Monetário é tido pelo agente como portador de uma *expectativa de rendimentos futuros*. Mas a realização destas expectativas dependerá dos preços futuros dos bens concretos que este capital virá a produzir, e estes bens futuros não têm seu valor determinado previamente pelos custos.¹²⁵ serão precificados em função do equilíbrio futuro, *ad hoc* entre oferta e procura. Este equilíbrio futuro, naturalmente, não coincide necessariamente com as condições presentes do equilíbrio.

O discurso economista dirá que a plasticidade do Capital Monetário garante a simetria da sua remuneração; o preço de equilíbrio do Capital é a *taxa de juros*, que expressa o equilíbrio entre o total de fundos disponíveis para empréstimo pelos poupadores e a procura destes fundos para investimento pelos empresários. Uma vez estabelecida esta taxa *genérica* – i.e., um preço do capital monetário indiferenciado – cumpriria aos empresários buscar uma remuneração *particular* sobre sua atividade de inovadores da base tecnológica, expressa sobre a forma do componente de lucro “puro” – i.e., supranormal – dos retornos do seu capital específico.

Ocorre, no entanto, que os rendimentos “genéricos” e “particulares” não podem ser discriminados na massa de lucros obtida pelo investidor sobre o seu capital. Mais ainda: a taxa de juros *efetivamente cobrada* sobre o capital emprestado pode variar livremente entre o momento da concessão do empréstimo e o do seu pagamento, sem conservar qualquer peso fixo em relação aos retornos *efetivamente obtidos* pelo empresário. É o caso de contratos de médio/longo prazo, que incluam cláusulas de revisão da taxa de juros e/ou indexação do valor da dívida. Um produtor agrícola pode contratar um empréstimo imaginando que, *aos preços presentes* do produto que pretende cultivar, o pagamento de juros representará, digamos, 10% dos retornos esperados; mas os movimentos *futuros* dos preços do produto podem determinar com que o juro sobre a dívida – corrigida

¹²⁵ Como já sabemos desde a formulação de Jevons, citada acima, de que *bygones are always bygones*.

monetariamente – reduza substancialmente a taxa de lucro efetiva do produtor, ou até converta o lucro *esperado* num prejuízo *efetivo*.

Outro caso seria o de uma taxa de juro fixa sobre o capital emprestado com uma oscilação inesperada da taxa de lucro. Por exemplo: dois indivíduos tomam emprestado quantidades iguais de capital, à mesma taxa de juros... cada um possui um terreno da mesma extensão, sendo vizinhos. *Ego* utiliza seu capital no plantio de mangas, e *Alteri* no de laranjas. Supõe-se que, no presente, ambos os negócios, voltados para o mercado externo, apresentam a mesma taxa de lucro esperada. Ocorre, no entanto, que *Ego* é surpreendido por uma nova legislação estrangeira exigindo o fumigamento com inseticida e padrões rígidos de embalagem e sanidade para frutas exóticas. *Alteri*, que vende suas laranjas para uma fábrica de concentrado, pode ignorar tal regulamentação. O Capital investido por *Ego* é, assim, violentamente desvalorizado, enquanto que *Alteri* valoriza seus haveres. A carga de juros idêntica que pesa sobre um e outro corresponderia a um valor idêntico de capital, desde que o critério adotado fosse o critério retrógrado dos custos de inversão. No entanto, ao atualizarmos o valor dos haveres de *Ego* e *Alteri* pelo critério do desconto da taxa de juros, o que teremos é que tudo se passou como se *Alteri* houvesse efetivamente contratado um empréstimo muito maior do que *Ego* – ou um empréstimo idêntico a taxa de juros muito menores. Em outras palavras: a introdução de dimensão tempo no processo de valorização do capital implica em admitir-se a *ausência de simetria* entre custos e retornos, pois o mesmo custo passado pode dar origem a retornos diferentes. Poderia dizer-se, no caso, que tudo se deveu a oscilações na taxa de retorno associada ao lucro “puro”, diferencial, obtido por cada empresário. Mas o fato é que, nos exemplos dado acima, a taxa de retorno foi individualizada em função de uma *expansão diferenciada dos custos*, e não de uma variação interindividual dos retornos – variação de custos esta que se deveu a fatores não-controláveis pelos empresários individuais.

Ora, a ação social racional, para o IM, define-se como racional em função de uma intencionalidade projetável em resultados quantificáveis. Exatamente porque o agente deseja apurar a “sintonia fina” de suas ações, é necessário que o resultado da ação seja passível de comparação interpessoal. A forma mais efetiva desta comparação seria o cálculo monetário, que reduziria resultados intrinsecamente diversos a uma unidade de medida comum.¹²⁶

¹²⁶ Interpretação weberiana do fenômeno capitalista – Weber [1985], pg. 4] partilhada por Marx [1976, pg. 93].

O juro, nesta visão, seria um mecanismo de alocação dos recursos confiados em *trust* aos bancos – como forma de agilização de investimentos em empreitadas que se prevêem lucrativas, e cuja execução seria retardada caso dependesse da acumulação prévia de fundos próprios. A instrumentalidade do juro estaria expressa pelo fato de que os bancos, ao emprestar, assumem uma condição de “insolvência” permanente, que corresponderia à sua função de instituições intencionalmente destinadas ao adiantamento de fundos.¹²⁷ O IM aceita tal postulado parsoniano: a ação dos bancos é funcional, na medida em que os bancos lançariam mão do cálculo racional para exercer uma função produtiva em troca de uma remuneração.

No entanto, se o juro não estabelece a simetria entre custos e retornos, então as condições de reprodutividade da atividade econômica são não apenas *contingentes*, mas *imprevisíveis*; e, neste caso, a economia de mercado – a economia capitalista *tout court* – não poderá ser entendida senão como uma anomia, como “anarquia da produção” – a não ser que exista uma instância reguladora coletiva que organize a reprodução global do sistema.

Em 1953, Joan Robinson estabeleceu que a taxa de juros, do ponto de vista do cálculo *ex ante* dos agentes, *não* é instrumental: o valor da taxa monetária de juro não mantém qualquer relação com a taxa de rentabilidade própria¹²⁸ de cada investimento, a qual se revela *ex post*, e que existe *ex ante* apenas enquanto *expectativa*. Longe de representar o resultado esperado da ação individual, o juro – que pode tanto viabilizar quanto inviabilizar o empreendimento – implica na existência de uma aporia entre o significante genérico e os significados individuais. Se a taxa de juros for determinada exogenamente à ação dos agentes econômicos, então sua ação como mecanismo viabilizador do cálculo anterógrado desaparece, com a Moeda ficando privada do seu papel de “idioma” de representação dos resultados. Em tal situação, a persistência de uma Economia de Mercado teria de ser protegida pela gerência intencional das instituições, *exogenamente aos indivíduos*.

O artigo de Robinson¹²⁹ desencadeou uma controvérsia que durou quase até hoje – a “Controvérsia do Capital” ou “Querela de Cambridge”.*

¹²⁷ Parsons [1977] pg. 115.

¹²⁸ Sobre o conceito de “taxa própria” de juros (*own-rate-of-interest*) em Keynes, ver Rebello de Mendonça [1991].

¹²⁹ Joan Robinson [1979].

* Os opositores de Joan Robinson possuindo seu núcleo mais importante no MIT, em Cambridge (EUA), de onde se opunham ao grupo de neo-keynesianos de Cambridge (Inglaterra).

O núcleo deste debate consistia no seguinte: Joan Robinson afirmava que o processo de valorização dos capitais individuais *não* representava um processo de valorização de qualquer elemento intrínseco contido neste mesmo capital, e sim um processo contingente onde o valor *passado* do capital seria determinado pela atualização do seu valor *presente* – i.e., tal como se o valor de cada capital individual fosse a cada momento *atribuído* a ele por uma instância externa. A isto opôs-se Samuelson:

“Até que as leis da termodinâmica sejam revogadas, continuarei a relacionar os outputs aos inputs – i.e., continuarei a acreditar em funções de produção... [Continuarei] a aderir às aproximações neoclássicas, para as quais os fatores de produção contam na determinação de suas próprias remunerações de mercado... [A existência de] bens de capital heterogêneos e de capacidade de substituição um tanto limitada entre fatores... [introduz complicações] que não justificam o niilismo ou o refúgio em teorias que negligenciam a precificação microeconômica de curto prazo”.¹³⁰

Ou, de outra forma: o Capital, como massa física da mercadoria seria portador de um valor que é a expressão quantitativa do esforço agregado despendido nas ações individuais que lhe deram origem. Tal valor, como “substância valorificante” seria despendido no processo de depreciação comunicando-se a outras mercadorias sob a forma de retornos uniformes no tempo – daí a referência às leis da termodinâmica – o que permite estabelecer que o valor esteja contido previamente no interior do Capital, comunicando-se a outras mercadorias. A origem do valor está na ação individual que determinou que ele tomasse forma concreta e reificada. Esta corporificação do valor – independeria de qualquer outra ação – individual ou coletiva – além da do empresário. O processo produtivo estaria, assim, nuclearmente vinculado ao indivíduo como unidade de ação.

As alterações constantes no cálculo da taxa de juros, no valor das dívidas, e nos rendimentos próprios de cada empreendimento, no entanto, *invertem* a relação causal Capital/Retorno, na medida em que o valor do Capital *surge como uma decorrência dos retornos*, e não o contrário.

É claro – dizem os críticos de J. Robinson, notadamente Swan e Salter – que, não podendo os capitais, como massa heterogênea de máquinas, matérias-primas, etc., serem

¹³⁰ Samuelson (1966), citado por Ferguson (1969), *apud* Harcourt, *ibid.*, pgs. 2/3 – grifos meus.

instantaneamente deslocados de um empreendimento a outro, a massa de Capital Social seria constituída de diversas “safras” ou camadas geológicas, cada nível representando um dado conjunto de expectativas *ex ante*, validades ou não *ex post*.¹³¹ Mas é exatamente este fenômeno que precisa ser explicado: se a relação custos/retornos, na economia capitalista, não é simétrica nem regulada pela taxa de juro geral, qual o mecanismo que esta economia pode invocar para garantir a continuidade ordenada do processo de reprodução, face à incerteza dos retornos de capital?

A resposta dos economistas – isto é, dos economistas neoliberais – está em considerar que a simetria Custos/Retornos, no mundo empírico, é freqüentemente rompida em função da manipulação dos valores monetários envolvidos, através de políticas monetárias, fiscais, creditícias, etc., que visariam favorecer determinados interesses particulares através de emissões inflacionárias, subsídios, taxas de juros diferenciadas, anistias de juros, renúncias fiscais, etc., que seriam os instrumentos de eleição de política econômica de tipo corporativo. Basta que exista uma política econômica cujo objetivo fundamental seja a preservação da estabilidade dos valores monetários – e principalmente, do valor das dívidas monetárias – para que a simetria do sistema seja restabelecida. Sabe-se que esta ênfase na estabilidade monetária – à exclusão de qualquer outro objetivo – foi a característica básica do período de predominância do padrão-ouro (dos 1840s a 1914). Possuiu tal política econômica efetivamente o poder estabilizador que lhe é atribuído pelos seus apologetas atuais? Keynes escreveu exaustivamente sobre a questão, em escritos que representam o fundamento empírico dos seus escritos teóricos, e que analisaremos agora.

2.3. Auge e Crise da Economia Monetária: a experiência do padrão-ouro.

O desaparecimento do padrão-ouro durante a Primeira Guerra Mundial teve por causa as emissões maciças de moeda sem lastro pelos principais beligerantes europeus, de modo a cobrir despesas de guerra. Tal teve por consequência, no imediato pós-guerra, transferências maciças de propriedade de ativos reais por meio de manobras especulativas com moedas desvalorizadas, mais uma desvalorização igualmente rápida de poupanças pessoais investidas em títulos de dívidas públicas e privadas. Tal aconteceu até na Inglaterra, apesar do cuidado tomado pelos formuladores de política econômica em evitarem qualquer possibilidade de inadimplência da autoridade pública, limitando as emissões de títulos da dívida pública e de moeda. A combinação de emissões monetárias com manobras especulativas em torno de ativos teve por consequência o agudo

¹³¹ Harcourt, *ibid.*, pgs. 54/66.

empobrecimento, nos outros países da Europa Ocidental, daquela “classe média” ociosa proprietária de quantidades maiores ou menores de riqueza mobiliária em títulos de dívida de renda nominal prefixada,¹³² cujo padrão de vida era estabelecido em termos de valores *nominais* de suas rendas anuais destes títulos.

Keynes aponta para o fato de tal “classe média” poderia ser caracterizada como composta de capitalistas em estado puro. Não se tratava de um grupo social definido em termos de sua relação com o mundo do trabalho – isto é, dos profissionais liberais e gerentes do segundo pós-guerra. Tratava-se de um grupo de proprietários de capital na sua forma da riqueza monetária desvinculada do processo produtivo, e, portanto, era, antes de tudo, uma classe ociosa.¹³³

¹³² Keynes observa que, a partir da adoção do padrão-ouro após as Guerras Napoleônicas, e, portanto, durante todo o século XIX, a crença na estabilidade do poder de compra da moeda refletia-se no fato da legislação cível inglesa *exigir* dos tutores que investissem o patrimônio dos seus tutelados *exclusivamente em títulos dotados de um retorno monetário nominal fixo*, a não ser quando tal patrimônio fosse investido em bens imóveis – exigência esta que tinha permanecido em vigor na Alemanha... até a hiperinflação de 1923 (Keynes, CW IV, pg. 7 e nota).

¹³³ “Ociosa”, é claro, não no sentido de Veblen, que associa ociosidade e consumo conspícuo, como fundamento de uma legitimidade no exercício do poder econômico e político. Era o caso da atividade “evergética” exercida pelos mecenas americanos do final do século XIX, que lhes garantia uma posição de autoridade nos corpos intermediários compostos pelas associações locais, numa estratégia de dominação política legítima similar à exercida pela *gentry* inglesa em relação aos órgãos de autogoverno locais (Cf. Tocqueville [1945], Cap. XII; [1982], Cap. I). A “classe ociosa” da Europa Ocidental é um grupamento de rentistas que se definia a si própria, não só pela ausência do exercício de qualquer atividade produtiva, a partir de uma estratégia de poupança constante, como também pelo afastamento internacional da política. Esta “classe média” constituía uma *burguesia anti-política*, uma burguesia deliberadamente desligada não só da atividade política *strictu sensu*, mas da própria atividade produtiva como atividade política *latu sensu* (defesa dos interesses da indústria). Mais uma vez, o aparato conceitual de Keynes revela-se superior ao de Weber: enquanto Keynes separará nitidamente o empresário do *rentier*, não só quanto à sua dinâmica ocupacional como também quanto aos *ethos* de cada um destes grupamentos, Weber localiza o “espírito capitalista” exclusivamente no *ethos* da acumulação de riqueza como poupança monetária do *rentier* (ver a caracterização de Benjamin Franklin como burguês *par excellence* em Weber [1985], pgs. 29/36) e descarta a atividade especulativa praticada pelos empresários como simples *ethos* arcaico de caráter trans-histórico determinado por uma demanda... “pulsional” de poder de comando sobre as coisas. De fato, a análise weberiana, não articula os *ethos* do burguês *rentier* e do empresário – e, portanto, não consegue explicar o porquê da conversão do espírito capitalista numa *Weltanschauung*, já que uma burguesia retraída de tipo puritano estaria condenada a permanecer encerrada em enclaves de ascetismo intramundano. Em Keynes, os *ethos* contraditórios do *rentier* e do *entrepreneur* apresentam-se num equilíbrio dinâmico que oscila entre a fusão e o conflito, num processo no qual a separação aparentemente rígida do século XIX seria apenas um caso *sui generis* (Keynes, CW IV, pg. 15). Observe-se, finalmente, que, em Marx, esta relação nunca foi bem explorada: Marx trabalha num sentido oposto ao de Weber, caracterizando o *entrepreneur* como *robber baron* e ignorando o *rentier*, que ele considera (Marx [1977], pgs. 262/263) como simples apropriador de *faux frais de production*. As análises marxista e weberiana coincidem no fato de que, freqüentemente, tomam a ordem social capitalista como fundada no interesse organizado de uma classe, mais do que nos interesses desorganizados dos indivíduos. Ambas não exploram, tanto como poderiam, os mecanismos através dos quais os conflitos de interesse *no interior da classe capitalista* são canalizados de forma a preservar uma determinada forma de organização da sociedade, apesar de – ou mesmo por causa de – uma persistente impossibilidade desta sociedade de organizar-se em torno de interesses genéricos.

A função desta “classe ociosa” na organização do processo produtivo era a de constituir uma classe de *poupadores* – isto é, de portadores de fundos emprestáveis à disposição da classe empresarial para inversão no processo produtivo.

Esta *classe investidora* [*investing class*] (em oposição à classe negocial [*business class*]), tinha-se organizado como grupo de pressão, no pós-Iª Guerra Mundial, para reivindicar o restabelecimento da confiabilidade dos valores monetários contratuais onde estava expressa sua riqueza capitalista. Daí sua oposição a toda e qualquer legislação de rupturas unilaterais de contratos de crédito, nacionais e internacionais;¹³⁴ e sua pressão no sentido do restabelecimento do padrão-ouro como base da confiabilidade das moedas nacionais.

Durante todo o período de entre-guerras, a *investing class* operou como grupo de pressão em oposição à *business class*, que ela concebia como um agrupamento de *profiteurs* que estaria apropriando-se de uma crescente parcela da riqueza nacional pela via da especulação com ativos reais, e que estaria erodindo a base da riqueza capitalista pela desmoralização da instituição da poupança.¹³⁵ Em outras palavras, havia uma sublevação larvar dos acionistas e poupadores contra os seus supostos agentes – *i.e.*, os agentes assalariados e o empresariado industrial supostamente deles dependentes. A resolução desta contradição, no pós-IIª Guerra Mundial, acabou por aniquilar a velha *investing class* como classe ociosa; a nova classe média do período 1945-1974 foi reconstituída no interior do que Keynes chama *earning class*: os assalariados em geral e os prestadores de serviços. Tal desenlace correspondeu à constatação, de *facto* que a divisão bipartite da burguesia no período 1815-1945 não era funcionalmente justificável.

Keynes assinala o seguinte: os membros da classe negocial *não são* os agentes dos membros da classe investidora, pois não existe qualquer vínculo bilateral institucional

¹³⁴ Este papel político pós-1918 referiu-se principalmente a duas questões: (1) Insistência do público inglês e francês em reparações de guerra alemãs ao Tesouro Público dos aliados, como forma de criação de meios de pagamento da dívida pública interna dos governos reparados; (2) Pressão política dos poupadores franceses compradores de títulos russos, no sentido de reverter o cancelamento da dívida russa realizada pelos bolcheviques, pressão esta que foi um dos grandes fatores de legitimação da política de isolamento da URSS consagrada na Conferência de Gênova (1922) (Cf. Serge [1951], pg. 173). Keynes se preocupou principalmente com a primeira, sua primeira intervenção pública sob a forma de livro consistindo na famosa polémica anti-reparações públicas sob o título de *Conseqüências Econômicas da Paz* (Keynes, *CW II*). Sobre a questão, ver ainda Kindleberger [1986], esp. Pp. 18 *sqq.*

¹³⁵ O próprio Keynes, sem endossar a funcionalidade da divisão, caracterizava a clivagem de interesses entre os dois grupos como potencial fator de erosão da legitimidade da riqueza capitalista como poder de comando, na medida em que a classe negocial se vise submetida a um crescente processo de estranhamento por parte da classe investidora. (Keynes, *CW II*, pp. 148/150). Não é necessário insistir no papel que esta percepção do caráter *alien* da classe negocial veio a ter na gênese do fascismo no período histórico em questão.

entre ambos. A classe investidora possui a propriedade das poupanças, como fundos emprestáveis; no entanto, a intermediação impessoal do sistema de crédito (dada a necessidade de economia de custos de transição) faz com que não haja uma obrigação pessoal entre portador e tomador de fundos emprestáveis (havendo tal vínculo, aliás, inexistiria a possibilidade de estabelecimento de uma taxa de juros genérica, como remuneração genérica do Capital; para cada transação prevaleceria uma taxa de juros individualizada). De fato, do ponto de vista causal, a classe negocial, através dos seus membros individuais, atua como se estivesse investida coletivamente com a administração dos recursos postos à sua disposição pela classe investidora como um todo (mais aqueles recursos próprios dos membros da classe negocial que são investidos pessoalmente pelos próprios empresários)¹³⁶. Na ausência desta obrigação pessoal recíproca, seja quanto à utilização dos fundos envolvidos, seja quanto a remunerações – diz Keynes – deve-se considerar o longo período durante o qual tal sistema foi operacional como um acontecimento “quase inacreditável”¹³⁷.

De fato, a classe negocial tem, como principal estratégia maximizadora, a *antecipação* do comportamento futuro dos agentes econômicos. Num período de instabilidade monetária, tal estratégia de antecipação terá como principal forma a busca do lucro supranormal mediante o aumento especulativo de preços. Tal estratégia, no entanto, implica em riscos: mesmo com o aumento de preços, a taxa de lucro pode cair abaixo do nível normal pela elevação inflacionária. A estratégia dos empresários é, fundamentalmente, de *projeção*, no futuro imediato, das condições do presente.¹³⁸ De fato, o papel dos empresários individuais, tal como eles próprios o concebem, está em diminuir o risco de suas atividades pela *antecipação* de tendências sobre as quais eles não têm o poder de *modificação*.¹³⁹ Esta estratégia antecipatória dos agentes individuais numa economia monetária terá, necessariamente, um elemento especulativo:¹⁴⁰ mesmo uma política de preços “sólidos” constitui uma especulação sobre a estabilidade.

O bom senso econômico prevalecente a partir das Guerras Napoleônicas e que durou até a Primeira Guerra Mundial tinha como principal elemento de previsão dos resultados globais da atividade econômica a instituição do padrão-ouro, i.e., a emissão da moeda apenas quando houvesse uma quantidade convencional de lastro em metal precioso

¹³⁶ Keynes, *CW IV*, pp. 5/6.

¹³⁷ Keynes, *ibid.*, pg. 6, nota 2 (o qualificativo foi substituído numa segunda redação do texto).

¹³⁸ Keynes, *ibid.*, pg. 23.

¹³⁹ Keynes, *ibid.*, pg. xvii.

¹⁴⁰ Keynes, *ibid.*, pg. 33.

para manutenção em reserva pela autoridade monetária. A quantidade de Moeda existente no mercado seria, a cada momento, dada – já que a Autoridade Monetária não poderia realizar a emissão como um mero ato de vontade, seja para cobrir as dívidas do Estado, seja para atender às demandas dos agentes econômicos privados – *e.g.* no caso de uma crise de crédito. O nível de preços decorreria da adaptação dos agentes à oferta monetária existente, e não o contrário. Cada agente econômico, para que suas transações fossem solventes, necessitaria praticar preços compatíveis com a disponibilidade de Moeda dos demais agentes. Supunha-se que, sendo a Moeda uma corrente de transmissão entre bens e serviços – algo assim como um mapa cuja escala pode ser maior ou menor, mas é sempre a representação ideal do mesmo território – os agentes econômicos, no que diz respeito aos preços praticados para suas transações, se encontrariam na situação de um cartógrafo ao qual fosse dada a tarefa de traçar o mapa de um continente, primeiro num afresco cobrindo toda uma parede, e em seguida numa folha de caderno escolar: na passagem do afresco ao caderno, a redução da quantidade da informação, pela supressão do registro de cidades, rios, acidentes geográficos e subdivisões administrativas, seria imensa; ainda assim, o objeto a representar – o continente – seria invariável. Da mesma forma, a Moeda poderia tornar-se mais rara ou mais abundante sem que o volume de transações realizadas sofresse qualquer alteração; os preços é que deveriam adaptar-se às necessidades de realização das transações acordadas entre os agentes econômicos. A existência de uma disponibilidade de moeda dada tornaria impossível a manipulação unilateral do nível de preços por qualquer um dos agentes, garantindo a crença de todos na estabilidade dos valores monetários. Tratava-se de uma estratégia de *pre-committing*: dada sua racionalidade imperfeita, os agentes buscam meios de tornar impossível antecipadamente a própria implementação de uma estratégia menos que absolutamente racional.¹⁴¹ a atividade maximizadora deverá estar voltada para os bens transacionados, e não para a Moeda em si.¹⁴²

¹⁴¹ Cf. Elster [1990], pgs. 36/37.

¹⁴² A idéia do nível de preços como função do equilíbrio no mercado monetário, com a demanda de Moeda ajustando-se à sua oferta, e não como função do volume de transações a financiar, foi adotada teoricamente por Ricardo, como teórico da chamada *Currency School*, oposta à *Banking School* de Tooke. A Teoria Monetária de Ricardo foi decisiva na ordenação institucional da Autoridade Monetária inglesa, via do *Bank Charter Act* de 1844, que deu ao Banco da Inglaterra o monopólio da emissão monetária e estabeleceu a conversibilidade plena do papel-moeda em ouro (Skidelsky [1983], pgs. 230/231). Observa-se que esta última disposição não se justifica do ponto de vista da instrumentalidade do sistema, senão como mais uma estratégia de *pre-commitment*: cada agente econômico sabe que pode converter moeda em ouro como defesa de uma estratégia de manipulação do poder de compra pela Autoridade Monetária (*e.g.* uma desvalorização súbita). No entanto, todos os agentes sabem também que, se houver uma corrida generalizada ao ouro, o sistema de transações entrará em colapso por insolvência da Autoridade Monetária. Cada uma das partes encontra-se assim obrigada a agir racionalmente, e a garantia da racionalidade mútua está no fato de que cada agente econômico encontra-se dotado do *Direito de Retirada* (Keynes, *CW IV*, pg. Xx): isto é – a idéia é de que a norma provê a si própria de mecanismos que geram um único curso de ação – uma “estratégia saliente” reconhecida por todos os agentes como única estratégia otimizadora (Cf. Elster [1990],

Cada moeda nacional possuía um estoque de reservas insulado dos demais. As trocas no comércio exterior realizavam-se, assim, mediante a transferência do saldo líquido de trocas entre dois países, em metal, do país deficitário ao superavitário. O resultado deste processo seria que o país deficitário perderia reservas e teria de reduzir o seu meio circulante interno, ou então desvalorizá-lo, o que operava como um mecanismo inesperado de frustração das expectativas dos agentes econômicos internos. Segundo ainda a Teoria Econômica da época – já reduzida, com o correr do tempo, a um senso comum universal¹⁴³ – a flutuação do valor das divisas operaria sempre no sentido do restabelecimento da estabilidade dos valores de longo prazo: o país deficitário, tendo sua moeda desvalorizada, teria importações mais caras e exportações mais baratas, ocorrendo o inverso com o país superavitário; o *déficit* tenderia a converter-se em *superávit*, e vice-versa; a estabilidade de longo prazo seria mantida em função dos movimentos compensatórios de curto prazo.

Ocorre, no entanto – na época considerada e hoje – que no comércio exterior as trocas são realizadas em valores pré-fixados em termos nominais – isto é, em quantidades de moeda trocadas a uma taxa de câmbio pré-fixada. São trocas combinadas em termos de valores *foward*:¹⁴⁴ o valor nominal combinado deve ser pago numa data pré-combinada, ainda que, tratando-se de uma transação envolvendo câmbio, o valor da taxa tenha se modificado e com ele, o poder da compra interno da quantia dada em pagamento.

É fácil demonstrar que, caso se deixe a taxa de câmbio flutuar livremente, o resultado final da ação, do ponto de vista de cada agente, é randômico: o resultado envolve um risco calculado – já que previsível – e, ao mesmo tempo, incalculável no sentido probabilístico.¹⁴⁵ Por exemplo: um país industrial – *e.g.* a Inglaterra – tem seu preço de venda *foward* de uma máquina calculado em dólares, para um segundo país agrícola, fixando a entrega em seis meses, quando o segundo país está fazendo a maior parte das

pgs. 139/140).

¹⁴³ Esta idéia da institucionalidade convertida em norma que garanta a estabilidade do sistema pela simples adesão continuada das partes é enunciada claramente por Keynes como principal razão da permanência do padrão-ouro muito após seu esgotamento como mecanismo de promoção funcional de uma estabilidade dos valores monetários de longo prazo; para o *establishment* bancário britânico, a manutenção do padrão-ouro era algo decorrente de uma escolha entre as qualidades intelectuais necessárias para a realização de uma política monetária sem o padrão-ouro e as *de caráter* que deveriam necessariamente prevalecer (Cf. Keynes, *CW IX*, III, 4, pg. 188). Remeta-se de novo a Elster [*ibid.*, *loc. cit.*] para esta emergência de um “Imperativo Categórico *ad hoc*” como estratégia de maximização global.

¹⁴⁴ Trata-se de contratos denominados, no jargão do mercado financeiro brasileiro, *opções*: comprometo-me a adquirir ou vender um ativo a uma taxa pré-fixada, realizando um lucro (no caso do comprador, espero que o título valorize-se acima do preço combinado; se sou vendedor, espero que ele se desvalorize) ou um prejuízo.

¹⁴⁵ Cf. Keynes, *CW IV*, pg. 94; sobre o conceito de randômico, v. Elster [1990], pgs. 140/141.

suas exportações. Ocorre, no entanto, que o momento da entrega é exatamente aquele em que o *déficit* em libras da Inglaterra – como importador líquido – é maior, e, portanto, quando a taxa de câmbio da libra deveria, idealmente, estar mais desvalorizada; no entanto, o valor pelo qual o país agrícola importará a máquina será dado em termos da taxa de câmbio fixada seis meses antes. Ao mesmo tempo, o país agrícola está com sua moeda valorizada em função de sua posição superavitária. Mas, se o preço da venda das exportações foi fixado também à taxa de câmbio ideal de seis meses atrás – quando, devido à baixa sazonal das exportações, o país agrícola tinha um déficit, o ganho das exportações por ele realizadas a preço *foward*, é inferior ao que ele poderia ser realizado ao preço *spot*.¹⁴⁶

A incerteza dos agentes quanto aos ganhos de sua ação surgia, no caso, da simples combinação do ajuste automático dos tempos da troca com a dimensão temporal da liquidação dos contratos. Isto é: o próprio elemento de equilíbrio estático dos valores trocados (o padrão-ouro), quando associado ao elemento de equilíbrio dinâmico dos ganhos (o caráter *foward* do contrato), resultava na incerteza geral que ele supostamente deveria evitar quanto aos resultados da ação de cada um dos agentes. Os termos de contrato, estando referidos a uma condição de equilíbrio estático (mesmo o contrato *foward* tem seus termos fixados em função de um valor *spot*), tinham de prover instrumentos que permitissem que as expectativas de ganho presente (*spot*) pudessem, com razoável grau de certeza, ser expectativas de ganho futuro (*foward*) – isto é: para que o equilíbrio estático pudesse existir, ele necessitaria prever e prefigurar as condições de sua reprodução sob a forma de equilíbrio dinâmico. Assim, na constituição da Ordem Econômica, a Ação Social, que parecia unicamente orientada pelo interesse individual objetivo, converte-se, em função do interesse *individual* dos indivíduos, em conjugação das ações individuais voltada para a produção de um resultado *global* que surge como o único espaço possível de investidura das diversas reivindicações originalmente expressas pelos indivíduos isolados. Tudo ocorre como se os interesses individuais, dos indivíduos isolados, ligados entre si pela simples barganha de cunho binário – *i.e.*, em isolamento de todas as partes salvo os diretamente reunidos em contrato – exigissem – na medida em que os mesmos indivíduos buscam ordenar sua ação pelo cálculo – uma ação global no sentido de se estabelecerem estruturas normativas e institucionais que encaminhem a ação do

¹⁴⁶ Os valores dos produtos agrícolas sendo sazonalmente instáveis – o que torna o ganho real de sua exportação sumamente incerto – e os valores dos produtos industriais sendo estáveis em função da não-sazonalidade de sua oferta – o que permite o cálculo mais acurado da possibilidade de ganho de seus produtores (Cf. Keynes, *CW*, IV, pg. 89, nota 1).

contrato para a realização previsível dos resultados antecipados. Tudo se passa assim como se a livre expressão dos interesses individuais, sob a forma dos múltiplos futuros alternativos possíveis, acabasse por orientar-se no sentido de engendrar um único futuro previsível.¹⁴⁷

Como evitar as flutuações sazonais de câmbio sob o regime de padrão-ouro? Muito simplesmente, diz Keynes, pelo uso de financiamentos de exportação/importação que mantinham o nível das reservas monetárias em níveis mais ou menos estáveis no curto prazo – o que quer dizer quem, em termos concretos, as taxas de câmbio eram mantidas, salvo em caso de flutuações anormais, estáveis¹⁴⁸. Ocorre, no entanto, que, para que esta estabilidade fosse alcançada, era necessário que os créditos estivessem disponíveis no volume necessário e no momento disponível. Apenas, quanto maior o volume de comércio, maior a demanda de crédito, e maior a possibilidade de perda em caso de não se conseguir reprimir uma flutuação súbita de câmbio.

O que temos aqui é o seguinte: o padrão-ouro correspondia a um ordenamento da esfera das atividades econômicas onde a troca entre os indivíduos era regulada estavelmente, mesmo no seu movimento dinâmico, exclusivamente em torno de um sistema de representação onde os agentes sinalizavam, supostamente, de forma absolutamente transparente quanto a suas intenções. A racionalidade econômica estando fundada exclusivamente na estabilidade da unidade de cálculo – isto é, na racionalidade instrumental dos meios de troca empregados – era tomada pelos agentes como algo natural: o padrão-ouro buscava seu fundamento na própria natureza física dos corpos; aos olhos do bom-senso econômico, a raridade, maleabilidade e divisibilidade dos metais preciosos – *i.e.* seus atributos físicos – eram a melhor garantia da sua institucionalização como lastro da troca econômica e do seu caráter igualitário e previsível. A adesão à institucionalidade, sua percepção como Ordem Legítima, derivava do fato de que, a “cristalização” dos preços como um sistema de supostas representações físicas, acabava por fazer prevalecer seu aspecto reificado, aos olhos dos agentes, sobre o seu aspecto de representação. A estratégia do *pre-commitment*, originalmente instituída como mecanismo *ad hoc* de garantia do equilíbrio entre as partes, subsistia em função do seu caráter

¹⁴⁷ Esta contradição encontra seus termos expostos claramente em Max Weber que contrapõe, nas dinâmicas relações sociais fundadas no interesse objetivo (“Sociedade”) – em oposição ao sentimento subjetivo (“Comunidade”) – a idéia de uma superposição entre a *compensação* dos interesses individuais e a *união* dos interesses dotados de uma mesma motivação (Cf. Weber [1984], pg. 33). Sobre o caráter *sui generis* da atividade econômica como tentativa de “domesticação” por “fechamento” do elemento aleatório, individualizado, da ação social, ver Fiori [1991].

¹⁴⁸ Cf. Keynes, *CW*, IV, pg. 89.

inercial: tudo se passava como se o *pre-commitment* resultasse da simples conformação dos agentes à ordem da Providência ou da Natureza.¹⁴⁹ No entanto, o padrão de representação utilizado, na sua origem, era contingente e dependia de circunstâncias históricas que presidiram à sua adoção; existe, é claro, um valor subjetivo, tradicional, aderido ao uso do metal ouro como meio de medida de valor – o seu caráter de “reliquia bárbara”.¹⁵⁰ No entanto, para que tal valor subjetivo pudesse dar origem a um valor objetivo, numa época histórica moderna, foram necessários dois fatores: em primeiro lugar, o aumento – inteiramente contingente – das jazidas conhecidas de ouro a partir dos anos 1840s, em função da descoberta das jazidas da Califórnia, Austrália e África do Sul – que permitiu uma oferta do metal suficiente para sustentar emissões monetárias compatíveis com o nível de transações existentes no mercado mundial durante todo o século XIX.¹⁵¹ No entanto, este aumento da oferta de ouro não justificaria, por si só, sua utilização como padrão de valor confiável, *antes pelo contrário*; o outro grande aumento histórico da oferta de metal precioso, associado aos Descobrimentos do século XVI, tinha se feito sentir nos seus efeitos imediatos como uma crise inflacionária desencadeada pelas emissões do metal precioso cunhado com prata de Potosí que, a partir da Espanha e do seu maciço comércio de exploração, atingiram todo o continente europeu.

No entanto, na sociedade feudal/absolutista da Europa dos séculos XVI/XVII, o metal precioso tinha um valor tradicional que estava associado, não ao seu caráter de *reserva*, mas à sua *confiabilidade* como instrumento imediato de exercício do poder de compra: na medida em que todos os tesouros dos estados absolutistas utilizavam a manipulação do teor metálico da Moeda como instrumento de política fiscal (o tesouro

¹⁴⁹ “Se, efetivamente, a Providência velasse sobre o Ouro, ou se a Natureza nos tivesse provido de um padrão [de medida] estável e *ready-made*, eu não... transferiria a sua gerência à fraqueza e à ignorância de gerências e governos” (Keynes, *CW* IV, pg. 136). Observe-se a superposição entre os dois sistemas de crença que fundamentam o *pre-commitment* como Ordem inercial: a crença na Providência e a crença na Natureza. No primeiro caso, temos o processo pelo qual Weber descreve a aquisição de legitimidade de uma instituição numa sociedade tradicional: a instituição outorgada legalmente recebe a sanção da tradição após sua justificativa como instrumentalidade; desta forma, na Antiguidade Clássica, uma ordenação legislativa, ao receber a sanção de um oráculo, é incorporada ao *corpus* da tradição (Cf. Weber [1984], pg. 30). No segundo caso, temos o processo descrito por Marx como *fetichismo da mercadoria*: a representação subjetiva do objeto de uma relação social (no caso, a mercadoria), surge aos olhos dos agentes envolvidos como característica sensual, puramente objetiva, da coisa (Cf. Marx [1976], pgs. 164/165). O que importa ao Individualismo Metodológico genuíno, no entanto, é que, sejam quais forem os *trappings* revestidos pela instituição para sua validação subjetiva, a instituição possui uma Ontologia determinada pela intencionalidade da sua constituição pactuada – o que Weber, pouco preocupado com a historicidade dos tipos ideais, negligencia. De fato, na fundação das instituições econômicas, o que deve existir, em ato ou em potência – e a obra de Keynes é uma longa dissertação sobre a importância para o agente da preservação e valorização do poder de compra da Moeda enquanto tal numa ambiência incerta – é a intencionalidade das ações do agente no sentido da apropriação dos meios de preservação e reprodução da sua existência concreta – seu “comer, vestir e morar” (Engels).

¹⁵⁰ Keynes, *CW*, IV, pg. 138.

¹⁵¹ Keynes, *ibid*, pgs. 132/133.

tomava peças de moeda antigas como receita e pagava suas despesas em peças de menor teor em metal precioso, adicionando cobre ou bronze à liga de prata ou ouro¹⁵²) a posse da moeda enquanto peça de metal¹⁵³ representava principalmente uma disponibilidade imediata de poder de compra confiável, e não um lastro metálico de transações correntes. No século XIX, o objetivo buscado pelas autoridades monetárias ao introduzirem e generalizarem o padrão ouro era outro: o de aumentar o volume de trocas internacionais pela via de uma convenção de regulação das taxas de câmbio – *i.e.*, pela fixação definitiva do valor em ouro da moeda. Para os Mercantilistas – que consideravam a Moeda como um meio de captura de riqueza pela manipulação estatal sobre o peso em metal da peça cunhada – esta idéia do uso do ouro como uma reserva acumulada num Banco Central expressamente para ser entesourada, seria absurda: o metal precioso existe para ser acumulado como tesouro; mas o Tesouro existe para utilização imediata como instrumento da apropriação de riqueza material, não como lastro.¹⁵⁴ É exatamente aí que residia a segunda razão, segundo Keynes, para a adoção do padrão-ouro: o caráter *self-fulfilling* desta instituição; a estabilidade do poder de compra do ouro era preservada pela pressão compradora das autoridades monetárias, que absorviam os excessos de oferta do metal que, se lançados no mercado e não entesourados, tenderiam inevitavelmente a gerar pressões inflacionárias.

A funcionalidade do padrão-ouro parecia derivar, assim, da *crença* subjetiva associada a este padrão de valor, ao elemento tradicional do sistema de representação dos valores de trocas pelo ouro. Mas o fato é que este sistema de representações tradicionais era, desde sua origem, inteiramente artificial: a estabilidade do valor do ouro devia-se a

¹⁵² “... em todos os países do mundo ... a avareza e a injustiça dos príncipes e dos estados soberanos, abusando da confiança de seus súditos, foram diminuindo gradualmente a quantidade real de metal que originariamente continham as moedas” (Smith [1983], V.I, pg. 60).

¹⁵³ Se o peso em ouro da moeda fosse pouco confiável, os seus portadores fundiam o metal precioso, pelo qual poderiam obter, do próprio tesouro, uma quantidade de moeda mais elevada que o peso convencional existente na moeda cunhada. Esta prática, comum na Inglaterra até as reformas monetárias do século XVIII, é detalhada por Smith (*ibid.*, V.I, pg. 72 e segs.).

¹⁵⁴ Quando Celso Furtado considera que o influxo de prata da América do Sul gerou uma pressão inflacionária na Espanha da Conquista, que teria determinado que “o nível geral de preços haja sido persistentemente mais elevado neste país que em seus vizinhos ... [provocando] um aumento das importações e uma diminuição das exportações” e que os gastos da corte espanhola teriam aumentado “... o número de pessoas economicamente inativas, reduzindo a importância ... dos grupos dirigentes ligados às atividades produtivas” (Furtado [1975], pg. 14), ele comete um anacronismo óbvio – e até mesmo cômico, que teria espantado qualquer europeu do século XVII, que tinha o estado espanhol como uma potência internacional. O fato é que esta economia, na sua base produtiva, era predominantemente camponesa, como qualquer outra economia da época, e sua dinâmica interna nada tinha a ver com um estímulo monetário; o seu comércio exterior era um comércio suntuário. Mais ainda, a limitada monetarização esta economia teve o efeito histórico de *deslocar* as manufaturas em favor da agricultura de exportação e de estimular o trabalho assalariado sazonal (Anderson [*op. cit.*], pgs. 72/73; Polanyi [*op. cit.*], pg. 52) em detrimento da ocupação em atividades artesanais. O desenvolvimento da economia industrial não é um produto necessário da economia monetária; deriva de condições históricas específicas.

um sistema de arranjos tácitos entre os principais bancos centrais, durante todo o período de *circa* 1840 até 1914, no sentido da preservação de um valor estável – e inteiramente arbitrário – do metal precioso.¹⁵⁵

Podia, no entanto, a preservação intencional da convenção, apenas pelo valor subjetivo a ela atribuído, preservar a funcionalidade objetiva do sistema como um todo? Como é bem sabido, era sobre a estabilidade dos valores monetários que repousava a estabilidade dos valores dos ativos e dos seus retornos: decorreria daí, como um silogismo, que a estabilidade monetária fosse tida como um complemento indispensável da funcionalidade da propriedade privada: manipular a moeda seria manipular a convenção em torno da qual girava a gestão ordenada da vida econômica. Ocorreria com a convenção do padrão-ouro o mesmo que com a convenção do governo monárquico na Inglaterra: *exatamente o seu caráter arbitrário* seria a base da sua permanência, pois seria a garantia da sua neutralidade fundamental como meio condutor de informação relevante.

No imediato pós-1ª Guerra Mundial, no entanto, começaram a agir dois importantes fatores de pressão sobre o padrão-ouro: o interesse dos estados nacionais europeus em aliviar o peso de sua enorme dívida pública de guerra, por via da desvalorização; e o interesse de determinados setores da iniciativa privada numa política de crédito fácil para financiamento de investimentos de modernização, mais a desvalorização da moeda como forma de favorecer exportações. Especialmente na Inglaterra dos 1920s, onde a extensão da dívida pública (muito especialmente a dívida do Tesouro com os bancos privados americanos, determinante do processo histórico pelo qual a hegemonia inglesa foi literalmente transferida aos EUA sob a forma de posição credora¹⁵⁶ e a falta de competitividade industrial no mercado externo surgiam *ao mesmo*

¹⁵⁵ “Os EUA não seriam capazes de deixar o preço do ouro cair a seu nível ‘natural’, já que não poderiam suportar a desvalorização daí resultante. Foram levados, portanto à custosa política de sepultar nas caixas-fortes de Washington aquilo que os mineiros do Rand [na África do Sul] tinham acabado de trazer laboriosamente à superfície da terra. Conseqüentemente, o valor do ouro é ‘artificial’ e sua evolução futura depende ... da política do *Board do Federal Reserve*. O valor do ouro não é mais resultado das dádivas fortuitas da Natureza e do julgamento de diversas autoridades e indivíduos atuando independentemente uns dos outros” (Keynes, *CW*, IV, pg. 134, grifo meu).

¹⁵⁶ Até 1914, o padrão-libra era o sinal palpável na hegemonia britânica. Como a emissão de libras significaria *aumento* do preço das importações inglesas, a Inglaterra de 1914-1918 teve de fazer a guerra sob o signo do padrão-ouro, *mais* um sistema tributário próprio de um “Estado mínimo”. A principal fonte de financiamento de despesas militares foi, portanto, o produto do lançamento de títulos de dívida no mercado americano, lançamento este que tinha o efeito de comprometer a autoridade monetária com uma política da libra valorizada – senão, os títulos emitidos no exterior não encontrariam aceitação. Deste modo, o governo britânico não pôde utilizar o imposto inflacionário – *i.e.*, a emissão de Moeda para pagamento a particulares como forma oculta de taxaço. O temor ao desgaste político do uso da taxaço invisível determinou que a Primeira Guerra Mundial, do lado inglês, fosse uma guerra financiada a crédito (num *paper* de 1915, Keynes resumizou a situação na seguinte frase: “se isto estivesse ocorrendo no Brasil, falaríamos em bancarrota [sic]” (*apud* Skidelsky, *op. cit.*, pgs. 307/308). Tal introduzia a complicação adicional da necessidade de

tempo, era que as pressões por uma política de desvalorização da moeda eram mais fortes. E foi exatamente na Inglaterra dos anos '20, onde a desvalorização não decorreu do acidente histórico – como nos casos da Alemanha e da URSS contemporâneas, onde a hiperinflação, pelo menos na sua origem,¹⁵⁷ foi consequência de uma derrota militar e da ocupação estrangeira – que o *vested interest* de um pequeno grupo compacto opôs maior resistência a uma modificação necessária do padrão monetário.

A situação era perfeitamente olsoniana: a *City* sustentava uma política de libra valorizada pela simples força da sua conexão direta com o aparato governamental (o Banco da Inglaterra sendo, tecnicamente, um banco privado dotado de poder emissor). Esta política determinou que a economia inglesa não viesse a sofrer os efeitos da Depressão de 1929... já que entrou em depressão em 1919. O argumento da *City* era o seguinte: convencional ou não, o padrão-ouro era a única medida de valor tangível criada pela prática, e a mais facilmente compreensível pelos titulares de contrato. Exatamente pela *accountability* que a fácil percepção do valor tornava possível, o outro seria *a priori* superior a qualquer medida de valor estabelecida por via administrativa, cujo valor não teria a transparência dada pela tradição do seu uso. Um padrão valor alternativo tenderia necessariamente a ser manipulado por governantes nem sempre sábios e, mais cedo ou mais tarde, a crise gerada pela manipulação dos termos de contrato seria instaurada.¹⁵⁸

Argumento burkeano – o valor da convenção estava justamente no fato de que sua legitimidade derivar não da sua origem objetiva, mas do seu caráter subjetivo de tradição.¹⁵⁹ Ao que Keynes replicava aos seus adversários da *City*:

“O Conservadorismo e o Ceticismo dão-se as mãos – como freqüentemente o fazem”.¹⁶⁰

ações militares espetaculares que, entre outros objetivos, produzissem uma boa impressão nos credores (no caso, os banqueiros americanos que atuavam como distribuidores de títulos) – como os resultados que fazem parte do conhecimento histórico comum (sobre o papel de Keynes como funcionário do Tesouro durante a guerra, v. Skidelsky, *ibid.*, Cap. 13).

¹⁵⁷ Descontando o fato de que, na URSS, durante a fase final do “Comunismo de Guerra”, o uso maciço de moeda desvalorizada para pagamentos do governo foi aclamado como uma etapa na criação de uma economia socialista baseada no escambo entre “unidades de energia”. Bukharin foi o grande “teórico” desta formulação *ad hoc*, sobre a qual Keynes faz uma digressão (*CW*, IV, pgs.48/49) como um exemplo de engenharia social. De fato, o governo soviético contava menos com a moeda e muito mais com a requisição armada como instrumento de provisão, o que *Keynes* não era obrigado a saber.

¹⁵⁸ Keynes, *CW*, IV, pg. 132.

¹⁵⁹ “We are afraid to put men to live and trade each on his own private stock of reason; because we suspect that this stock in each man is small, and that the individuals would to better to avail themselves of the general capital of nations, and of ages” (Burke [1988], pg. 183).

¹⁶⁰ Keynes, *CW*, IV, pg. 132.

Para Keynes a Tradição era apenas a justificativa do poder de comando presente a que se aferram os que estão incertos do seu poder de comando futuro. Mais do que isso, para Keynes a Convenção econômica, como forma da Tradição, tinha o mesmo lugar lógico na esfera econômica que o Direito Natural: ela existe concretamente sob a forma de um direito presumido *ex ante* sobre parte do produto da atividade coletiva. Mas, do mesmo modo que o interesse – individual ou de classe,¹⁶¹ a Convenção só poderia dar lugar a direitos reais como resultado de uma dinâmica transcendente que identificasse a expectativa do direito futuro com a *preparação das condições do seu exercício*, e o exercício do interesse com a ação coletiva racionalmente ordenada com vista a um resultado tangível: os interesses só podem realizar-se a partir de um processo *in fieri*:

“... a civilização é um substrato precário erguido pela personalidade e vontade de poucos, e perpetuada por regras e convenções intencionalmente constituídas e cuidadosamente preservadas”.¹⁶²

Neste sentido, o equilíbrio civilizatório é dinâmico e está fundado na articulação das ações intencionais dos indivíduos num *telos* coletivo em permanente processo de atualização, e não na expectativa, de um futuro equilíbrio estático colocado num determinado ponto futuro hipotético. É neste sentido que deve ser interpretado o *obiter dictum* keynesiano:

“O longo prazo [grifo de Keynes] é uma referência imprecisa dos empreendimentos correntes. No longo prazo [grifo de Keynes] estaremos todos mortos. A tarefa dos economistas seria muito banal e inútil se a única

¹⁶¹ A visão de Keynes do marxismo é a de um *claim* preeminente do proletariado sobre a distribuição do produto da atividade econômica, fundado numa ética distributiva – uma visão errônea, porém induzida por uma leitura de Marx com os olhos do pragmatismo anglo-saxão. Neste sentido, o marxismo era para Keynes uma teoria do Direito Natural – “uma redução *ab absurdum* do Benthamismo” (Keynes, *CW*, X, 39, pg. 446). Para Keynes, a Ética utilitária funda-se na idéia de que o indivíduo isolado busca racionalmente apropriar-se daquilo que ele concebe à luz da Razão ou da Convenção – ou, mais especificamente, do Cálculo – como o necessário à realização da sua autonomia enquanto indivíduo isolado – isto é, da sua autarquia (o *feeling good* de G.E.Moore – cf. Keynes, *ibid.*, pg. 436 e segs.). O interesse Individual, no entanto, não tem como encontrar representação na condição autárquica; ele precisa validar-se na atividade social quotidiana – mais especificamente, a partir da prefiguração de uma totalidade futura. Enquanto expressão *a priori*, o interesse individual não encontrará outra forma de expressão que não seja a vontade anômica de apropriação, ou o *vested interest* induzido pela preservação da Convenção; a sua expressão racional necessita da *contrievance* do plano, enquanto ação intencionalmente produzida e voltada para determinados efeitos concretos. Apenas num sentido é que Keynes pode ser descrito como burkeano: na negação da Ordem Social como Natural; mas sua negação estende-se a toda e qualquer ética da Ordem Social como um *a priori* estático (o que não é percebido por Fitzgibbons [1989, Cap. 4] que transforma Keynes num burkeano). O ideal de Keynes é um ideal aristotélico de atualização de potencialidades, através do plano (Keynes, *CW* – X, 11).

¹⁶² Keynes, *CW*, X, 39, pg. 447, grifo meu.

*coisa que eles pudessem fazer durante a má estação fosse assegurar-nos de que a calma viria quando as tempestades houvessem passado”.*¹⁶³

2.4. A Economia Monetária e a causalidade social

Em 1925, o governo inglês, por decisão do então *Chancellor of the Exchequer*, Winston Churchill, buscou restaurar a confiabilidade da libra como uma reserva de valor internacional – supostamente o principal fator determinante da atração de capitais internacionais de empréstimo para a órbita da *City* – pela restauração do padrão-ouro da libra, de forma a restaurar a taxa de câmbio – ou mais exatamente, a taxa de paridade entre quantidades de lastro ouro – da libra em relação ao dólar ao exato nível de 1913. Tal significava a revalorização da libra, com o conseqüente encarecimento das exportações britânicas e aumento da perda de competitividade no mercado internacional. Esta conseqüência imediata da revalorização era admitida, pelo senso comum de todos os analistas, como indiscutível.¹⁶⁴

A réplica dada pelo *establishment* econômico, no entanto, era de que, uma vez que os preços, internos e externos, representavam uma simples convenção de troca, a competitividade prejudicada pela valorização seria restaurada pela simples redução compensatória dos preços, *i.e.* por um movimento deflacionário que reduziria os preços *absolutos* em libras, mantendo as proporções *relativas* entre estes mesmos preços, o que permitiria aos preços de exportação serem igualmente reduzidos em função da redução do preço dos seus insumos. Se tal não ocorria imediatamente, era devido à resistência, principalmente, dos sindicatos, interessados em preservar o poder da compra dos salários nominais, sem sequer considerarem que este poder de compra seria exatamente o mesmo antes e depois de uma redução geral de preços (exceto no que diz respeito ao poder de compra de mercadoria importada, o que era negligenciável). A sabedoria convencional considerava a resistência sindical à revalorização como um simples problema de falácia de composição local/global: cada sindicato nada teria a opor a que os salários dos demais grupos assalariados caíssem – tendo em vista o caráter geral neutro do processo de deflação – mas desejava preservar a sua remuneração nominal. A mesma lógica aplicava-se aos empregadores: cada industrial desejaria preços mais baixos para suas compras de outras indústrias, menos para a sua própria. Tal rigidez induzida dos níveis de remuneração setoriais, enquanto persistisse, não teria outro efeito senão a redução da

¹⁶³ Keynes, *CW*, IV, pg. 65, grifo meu.

¹⁶⁴ “Os preços de nossas exportações no mercado internacional estão muito altos. Não há opiniões divergentes a este respeito.” (Keynes, *CW*, IX, III, 5, pg. 207).

competitividade global. Tal ação dos agentes econômicos seria tanto mais persistente, na medida em que cada grupo de trabalhadores sindicalizados e cada grupo de indústrias buscasse preservar o seu nível nominal de remuneração, mesmo com o processo de ajuste já em curso, de forma a beneficiar-se de um aumento setorial de poder de compra: quanto mais adiantado o processo deflacionário, maior seria a resistência dos bolsões de rigidez de preços (*sheltered industries*), induzida pela perspectiva da obtenção de uma renda diferencial.¹⁶⁵

A situação combinava, assim, segundo as autoridades monetárias, dois efeitos perversos: uma falácia de composição mais uma estratégia *rent-seeking* induzida pela mesma falácia. Mas a suposta “neutralidade” do ajuste é que o tornava suspeito: qual o sentido e o objetivo de iniciar-se um processo doloroso de ajuste, se seu único objetivo seria deixar os agentes, *vis-à-vis* uns dos outros, na mesma posição em que iniciaram o mesmo processo? Se não se pretendia qualquer alteração estrutural, qual o sentido do ajuste puramente formal?

O objetivo intencional do processo era justificado assim: mesmo que o consenso dos agentes econômicos fosse puramente formal, o *locus* de tal consenso se encontraria exatamente na garantia de previsibilidade dos resultados da ação de cada um. Do ponto de vista da classe inversora, esta previsibilidade tinha como *locus* os retornos nominais das inversões realizadas. O sentido, assim, da restauração da paridade libra/dólar nos níveis exatos de 1913 era simplesmente o de garantir, a cada investidor potencial na praça de Londres, que cada libra recebida como juros sobre os fundos investidos teria exatamente o mesmo valor em poder de compra, tanto em 1925 como em 1913. Sendo o resultado final do ajuste a redução do nível geral de preços aos valores de 1913, o consenso geral dos agentes econômicos – inversores, negociastas e membros da *earning class* – deveria derivar da permanência do poder de compra dos seus rendimentos, como expressão transparente do resultado do esforço realizado por cada um. A atividade econômica racional não teria como expressão outro consenso, senão este: o de uma transparência dos retornos *vis-à-vis*

¹⁶⁵ Daí a necessidade de introduzir restrições ao crédito, elevando a taxa de juros (mediante a elevação das taxas de desconto sobre títulos da dívida privada entregues pelas indústrias às autoridades monetárias, via bancos, para obtenção de capital de giro) de forma a reduzir o lucro das indústrias protegidas, criar desemprego nestes setores, e forçar os empregadores a recuperarem sua receita “praticando” preços mais baixo e oferecendo salários menores. Note-se que, de acordo com o discurso de Churchill ao Comitê Monetário do Tesouro, “não seria politicamente seguro admitir que estamos aumentando desemprego como forma deliberada de reduzir salários. Assim teremos que alegar qualquer razão imaginável para explicarmos o que está ocorrendo – exceto a verdadeira [sic]” (Cf. a paráfrase de Keynes, *ibid.*, pg. 215).

do esforço realizado por cada um. A transparência do meio – no caso a moeda estável – substituiria o consenso quanto a fins.

Keynes replicou que os resultados pretendidos eram, em si mesmos, inalcançáveis: de fato, a manutenção da paridade libra/dólar aos níveis de 1913 exigia a existência de reservas estáveis junto à autoridade monetária inglesa que simplesmente não podiam ser mantidas nas circunstâncias de 1925. Tendo a *Wall Street* tomado o lugar da *City* como centro financeiro mundial – com uma centralização muito maior de capitais nesta única praça do que em qualquer período histórico anterior,¹⁶⁶ qualquer movimento mais expressivo de expectativas ascendentes nos EUA geraria um fluxo especulativo que simplesmente privaria a Inglaterra da maior parte das reservas disponíveis para sustentação da libra.¹⁶⁷ A sustentação do padrão-ouro na Inglaterra – e na Europa Continental – dependia da boa-vontade dos bancos privados americanos em financiarem – no caso da Inglaterra, mediante inversões não-organizadas – o balanço das reservas de ouro dos estados europeus.

O objetivo proposto – a ressurreição da posição hegemônica da praça britânica – era inalcançável. E, mais ainda: o meio proposto – a deflação interna – não possuía o caráter neutro que lhe era atribuído.

Preservar o poder de compra das remunerações nominais aos níveis de 1913 significaria, no caso, preservar o poder de compra dos rendimentos de títulos de dívida – públicos e privados – aluguéis, hipotecas, e toda espécie de retornos de inversões expressos em somas nominais antecipadamente fixadas, em contrapartida a redução do valor nominal dos retornos de investimentos negociais (lucros) e dos salários. Em outras palavras: a deflação significaria uma transferência imediata de poder de compra, das vendas provenientes da ocupação, para as rendas provenientes da não-ocupação. Os

¹⁶⁶ Deve-se considerar que o pós-Primeira Guerra Mundial criou um imenso mercado de financiamento de gastos de reconstrução, sustentação de sistemas monetários nacionais, etc., voltado principalmente para a Europa Central (especialmente a Alemanha) que simplesmente não existia no pré-guerra e cujos fundos eram inteiramente manipulados a partir do mercado americano. O período do entre-guerras é também o período do endividamento preferencial da América Latina junto ao mercado americano. Acrescente-se o movimento de capitais especulativos desencadeado pela prosperidade interna americana dos anos '20, e teremos um movimento de centralização de fundos auto-sustentável (Cf. Kindleberger, pg. 39).

¹⁶⁷ “Fomos, de fato, o parceiro hegemônico na aliança do padrão-ouro. Mas os que pensam que um retorno deste padrão significa um retorno a tal condição são tolos e cegos. Somos agora os devedores dos Estados Unidos. Seu investimento externo é o dobro do nosso, e seus recursos líquidos disponíveis para este investimento são provavelmente dez vezes os nossos. Sua reserva de ouro é seis vezes a nossa. O simples aumento [grifo de Keynes] dos depósitos dos bancos afiliados ao *Federal Reserve* no ano passado [1924], ficou pouco abaixo da metade dos nossos depósitos *totais*” [grifo de Keynes]. (Keynes, *CW*, IX, III, 4, pg. 199).

inversores seriam favorecidos enquanto rentistas, e não enquanto investidores. A aplicação do capital como empreitada produtiva de longo prazo, envolvendo um processo intencional de reestruturação da base produtiva pela introdução de novas técnicas e produtos, ficaria desfavorecida em relação à manutenção de uma imensa massa de capital imobilizado para extração de rendas de propriedade e/ou como reserva de especulação. A Moeda como veículo de circulação dinâmica do sistema seria prejudicada em função do seu papel de cristalização de riqueza imobilizada. Seriam os rentistas que se beneficiariam da revalorização como grupo *rent-seeking* - já que seriam o único grupo a ter uma elevação do seu poder de compra, contra os assalariados e homens de negócio, que estariam buscando simplesmente preservar o mesmo poder de compra; situação esta que Keynes considerava politicamente insustentável.¹⁶⁸

De fato, a concentração de rendas nas mãos dos rentistas desviaria recursos de investimentos novos em indústrias não-tradicionais, além de agravar ainda mais as expectativas pessimistas quanto aos retornos dos investimentos das indústrias tradicionais, atingidas pela falta de competitividade. A concentração dos fundos disponíveis em inversões especulativas tendia, assim, a resolver-se num processo de depressão econômica prolongado e dotado de um impulso dinâmico próprio. Na ausência de um estímulo, ao menos indireto – via política de crédito – ao investimento produtivo, a dinâmica econômica tenderia a resolver-se, não em anomia, mas sim na paralisação duradoura do processo produtivo.

No entanto, uma política de crédito significaria a desvalorização *de facto* das dívidas públicas e privadas: a redução da taxa de juros sinalizada, mais o fim do padrão-ouro, diminuiriam os retornos dos portadores de títulos, em termos de seu poder real de compra. Tal implicaria, para os *experts* da *City*, numa ruptura de contrato no que diz respeito à sua característica essencial – a previsibilidade. Esta ruptura era considerada, pelos defensores da convenção, como uma ruptura de uma gestão racional da vida econômica. É aí que Keynes replica:

“Se os acréscimos de juros acumulados crescessem ilimitadamente por gerações e gerações, metade da população seria escrava da outra metade. E o fato de que o Estado, em tempo de guerra, tenha mais facilidade para tomar

¹⁶⁸ “Quando aumentamos o valor do esterlino em 10%, transferimos por volta de 1 bilhão aos bolsos dos rentistas, vindos dos bolsos do resto de nós, e aumentamos o valor real da dívida nacional de 750 milhões... Seria politicamente impossível que o Governo admitisse que está deliberadamente aumentando o desemprego [por sua política de crédito]” (Keynes, *CW*, IX, III, e, pg. 225).

emprestado do que para taxar, não deve permitir que o contribuinte seja escravizado ao portador de títulos. Os que insistem que o Estado esteja na mesma posição que o indivíduo, se se lhes der mão forte, tornarão impossível a continuação de uma Sociedade Individualista, que depende para sua existência da Moderação”.

*Os banqueiros conservadores... [alegam a existência] de um reino de pensamento onde o vested interest pode triunfar de bem comum sem debates ulteriores. Mas isto os torna guias não-confiáveis numa era de transição. O Estado... em situações comuns [deve] promover a certeza e a segurança dos negócios. Mas quando grandes decisões devem ser tomadas, o Estado torna-se um corpo soberano com o fim de promover o maior bem de todos. Quando entramos nos domínios da ação estatal, tudo [grifo de Keynes] deve ser considerado e pesado de acordo com seu mérito. Mudanças nos ritos funerários, imposto de renda, posse da terra, licenciamento, leis de caça, direitos da Igreja, direitos feudais, escravidão... foram, através dos tempos, combatidas pelos absolutistas do contrato, que são os verdadeiros pais da revolução”.*¹⁶⁹

Na sua forma aparente, o sistema econômico é um sistema de *representações quantitativas*, de investimentos e retornos quantitativamente comensuráveis que organizam as trocas pela maximização dos retornos de cada investimento individual; na sua atividade quotidiana, o indivíduo buscará realizar o investimento de uma dada quantidade de recursos I , de forma a maximizar o retorno individual R daí proveniente. Colocando tal proposição sob forma gráfica, teremos que: $I \text{ -----} \rightarrow R$, $R = \text{Max. } f(I)$., isto é: o retorno é o valor máximo pretendido da função do investimento.

O cálculo quantitativo do investimento – *i.e.*, sua representação, assim como a representação do seu retorno, só torna-se possível pelo seu da *instituição do contrato*, como representação do tipo de recursos detidos por cada indivíduo e dos tipos de retornos que a ele serão atribuídos. O saber convencional supõe que a instituição do contrato seja normativamente neutra: na medida em que enumera formas de recursos e de retornos, estabelecendo um conjunto de obrigações, o contrato seria um “avalor”. Mas, exatamente por isto – dizem os críticos – o contrato como fundamento da ordem social abriria caminho à negação da autonomia individual que pretenderia sustentar. Pode-se supor, por

¹⁶⁹ Keynes, *CW*, IV, pgs. 56/57.

exemplo, que a instituição do contrato de trabalho exclua normativamente a escravização do indivíduo das formas de contrato possíveis? Se o contrato é normativamente neutro, por que o indivíduo não poderia opcionalmente, resolver dispor da sua capacidade de trabalho mediante um contrato em perpetuidade, de preferência a um contrato limitado no tempo?

Os absolutistas do contrato responderão que a escravização não seria senão a ausência de relação contratual, e não uma relação contratual específica. De fato, o contrato pressuporia uma relação *quantitativamente definida* entre recurso investido (qualquer que ele seja) e seu retorno: a relação de escravização, pelo próprio fato da sua perpetuidade, excluiria tal relação quantitativa. Falar de um “contrato de trabalho” entre senhor e escravo a ser respeitado (como, no início da Ordem Liberal, fizeram as Constituições americanas de 1783 e a brasileira de 1824) não seria senão um erro essencial induzido pelo desejo de perpetuar uma instituição contrária ao próprio contrato através da sua representação como um simulacro de contrato.

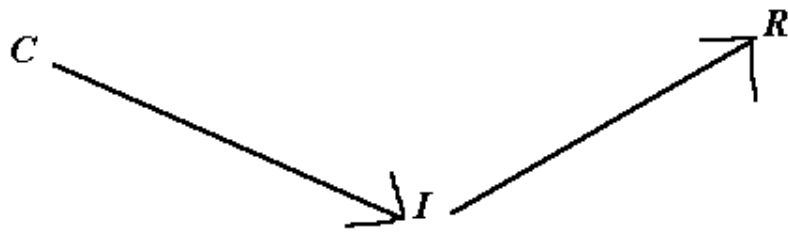
A característica essencial do contrato seria, no caso, seu caráter de impessoalidade: a recursos equivalentes, retornos equivalentes, quaisquer que sejam os portadores do recurso em questão. Os absolutistas do contrato poderiam responder a Keynes que vários dos exemplos institucionais que lhes apresentava – *e.g.* a escravidão, o direito da caça da aristocracia sem compensação de danos, o direito de *enfiteuse* da Igreja sobre determinadas terras, tiveram do ponto de vista de geração de um ótimo econômico, um efeito contraproducente. Mas tal teria ocorrido porque tais obrigações não constituíam contratos de fato; admitir que as condições de nobre trouxessem como retorno o direito de infligir dano à propriedade dos demais; exigir porcentagens sobre o valor de venda de uma terra em função da sua condição de bem sujeito ao Direito Canônico, tudo isto significava, na verdade, a extorsão de uma renda mal definida em função de um recurso não quantificável de antemão: tratava-se, em ambos os casos, de uma extorsão do tipo *rent-seeking*, de uma renda absoluta, de um retorno arbitrário sobre uma quantidade indeterminada. Eliminadas estas aberrações, o sistema tenderia para uma condição de transparência expressa na simetria puramente quantitativa dos investimentos e dos retornos; a instituição de um padrão estável de mensuração é a expressão em grau mais elevado desta transparência. Em sendo assim, como dizer que se possa otimizar retornos globais se abolirmos a instituição chave de orientação da conduta dos agentes?

A reflexão keynesiana oferece a seguinte resposta: em primeiro lugar, os direitos da propriedade absolutos não foram abolidos em sua totalidade pelo ordenamento liberal:

basta apenas pensar que o *aluguel*, como remuneração extraída de um direito de uso sobre a terra desvinculado com o retorno proveniente do seu uso, jamais chegou a ser abolido, e que propor tal abolição seria tocar no fundamento do sistema, *i.e.* a propriedade privada dos recursos econômicos.¹⁷⁰ De fato, a atribuição de rendimentos quantitativamente mensurados aos portadores de recursos econômicos pressupõe que recurso e portador são definidos, como tais, por uma instância exógena à atividade espontânea dos agentes: o sistema de recursos definidos como portadores de valor - e os direitos de propriedade sobre eles – existem em função do sistema social e de sua forma histórica. Observemos o caso das formas arcaicas das estratégias *rent-seeking*: os direitos tradicionais preeminentes. Títulos de nobreza e benefícios eclesiásticos podem ser transacionados em mercado de forma tão rotineira quanto qualquer outro direito de propriedade: as cortes do absolutismo faziam tais transações de acordo com uma ordenação precisa dos valores monetários dos títulos, cargos e benefícios oferecidos, vendidos e comprados. Quanto ao instituto da escravidão, pode-se dizer o seguinte: desde que se retire do escravo a condição de sujeito de direito, a sua *persona* individual é imediatamente assimilada a qualquer outro recurso econômico: o valor pago ao proprietário deste recurso estará fundado no valor presumido dos retornos a serem obtidos pela sua operação. Neste sentido, o contrato de compra e venda de um escravo continuará a ser um contrato fundado no cálculo exato dos investimentos e dos retornos. Basta, no caso, que as partes do contrato não sejam o escravo e seu proprietário, mas sim o comprador e o vendedor do mesmo escravo; a venda de um escravo não tem seu equivalente no contrato de trabalho assalariado, e sim na compra e venda da propriedade fundiária.

De acordo com todos os que sustentam uma noção contratualista da Ordem Social, tudo se passa como se a simples institucionalidade contratual, imediatamente, validasse a atividade de cálculo de investimentos e retornos, que se produz *apoiada* na instituição do contrato, mas não em função da mesma. Numa expressão gráfica simples, podemos dizer que o contrato C , enquanto simples instituição, daria origem ao cálculo dos retornos R do investimento I , assim:

¹⁷⁰ Observa-se, no entanto, que, para impedir a retenção de recursos ociosos no seu sistema de Equilíbrio Geral, Walras introduziu nele a proposição normativa da nacionalização geral da propriedade fundiária, que seria alugada pelo Estado em função das ofertas feitas pelos agentes quanto à sua utilização. Esta proposição constituiu-se em parte integral, no final do século XIX, de um programa de “socialismo liberal” que propunha uma economia auto-regulada pela ação dos agentes privados em lugar da regulação por uma instância supostamente representativa do interesse geral. Sobre esta “utopia normativa” de Walras, v. Rosanvallon ([1989]), pgs. 218/20) e Jaffé [1980].



Ocorre, no entanto, que o valor dos investimentos existe apenas, como já vimos, como atualização do valor futuro presumido dos retornos; este valor futuro, na sua forma puramente qualitativa, expressa-se sob a forma de *juro*. O juro, no entanto, surge como rendimento sobre o investimento inicial, cujo valor só pode ser calculado sabendo-se qual o juro que sobre ele incide... Em outras palavras, a explicação tornou-se circular. De fato, temos aqui o que Pareto denominaria de uma explicação imaginária, porém lógica:¹⁷¹ supõe-se a existência do sistema contratual como uma unidade de mensuração de valores de recursos; surge uma esfera ordenadora de valor dotada de “pura” objetividade na atribuição dos valores; em outras palavras, a ação individual dos agentes pressupõe esta instância fantasmal de objetificação dos valores sob a forma reificada de pura quantidade. Assim para que a ação individual seja puramente racional, ela deve ignorar tudo que diz respeito aos interesses subjetivos dos agentes individuais – suas aspirações, seus fins, a sua atividade de adaptação e correção dos resultados efetivamente alcançados, *i.e.*, o elemento *qualitativo* que informa sua ação.¹⁷²

Em assim sendo, teremos de propor outros vínculos causais, que decorram do seguinte entendimento: no decorrer da sua atividade quotidiana, os indivíduos tendem a formular aspirações quanto ao resultado das suas ações, informados pelo caráter qualitativo das escolhas disponíveis. A existência destas escolhas, no entanto, depende da sua geração no decorrer da sua atividade criadora de novos bens e novas formas de organização. Neste sentido, o sistema de representações tende a se apresentar como um agregado aonde vão ajuntando-se, continuamente, novas alternativas, novos fins qualitativamente definidos. Este sistema, no entanto, deve ser não apenas uma resultante da agregação simples das ações individuais: deve conter uma instância supra-individual orientadora. A atividade individual pode estabelecer – no dizer paretiano – *orfelimidades*,

¹⁷¹ Cf. Pareto [1967], pg. 125.

¹⁷² E assim, o Individualismo Metodológico deixaria de ser uma Teoria da Ação Social, pois as escolhas puramente quantitativas excluem a ação individual orientada por *valores*. Sobre esta problemática, v. o artigo recente de Turner, *IN Wiley* (ed.) [1987], Cap. 7.

representações de valor qualitativo, um sistema de valores; não pode estabelecer *utilidades*, representações ordenadoras do custo e dos benefícios de cada ação possível em relação às demais, em termos quantitativos – isto é, uma *escala* de valores ¹⁷³

No início do século XX, os positivistas lógicos ingleses (Russel e Moore) tinham colocado o problema do caráter nomotético da vida social dos indivíduos da seguinte forma: para que possamos dizer que os indivíduos conhecem objetivamente o mundo social, deve-se provar que eles conheçam este mundo em termos de *conhecimento da generalidade de seus futuros possíveis*. Se os indivíduos possuem tal conhecimento, devem ser capazes de expressá-lo em termos de *cálculo das probabilidades de ocorrência de cada um destes futuros* (o conhecimento objetivo da realidade nunca podendo ser absoluto, mas apenas relacional, e portanto, só podendo ser expresso em termos da maior ou menor probabilidade da ocorrência de um evento em relação a outros). É a partir do cálculo probabilístico que o conhecimento do mundo social pode existir como *conhecimento de suas partes componentes*, e não como conhecimento de uma totalidade hegeliana (que Russell chamava “um pote de melado”).¹⁷⁴ Os eventos sociais devem reger-se por leis, pois senão os indivíduos não poderiam rotinizar suas vidas quotidianas em termos de futuros mais ou menos prováveis.

Keynes, no seu *Tratado sobre a Probabilidade*, no entanto, estabeleceu que os eventos sociais, na sua grande maioria, não podem ser reduzidos a um número finito de futuros possíveis – tais como no caso do jogo de cara e coroa, onde a probabilidade está associada à frequências estáveis. Constituindo os eventos sociais numa totalidade orgânica de fatores – totalidade esta necessariamente *sui generis* – o nosso conhecimento parcial da realidade social e dos seus fatores de causa e efeito só nos permite raciocinar em termos de futuros “mais prováveis” ou “menos prováveis”, aos quais não podemos atribuir uma probabilidade mensurável. Os indivíduos tomam decisões menos a partir do cálculo de probabilidades exatas, e mais, aristotelicamente, a partir daquilo que “usualmente ocorre”. Admitir o contrário seria admitir – dada a ausência de frequências estáveis na maior parte dos eventos sociais – que a probabilidade “*não* seria a guia da vida”.¹⁷⁵

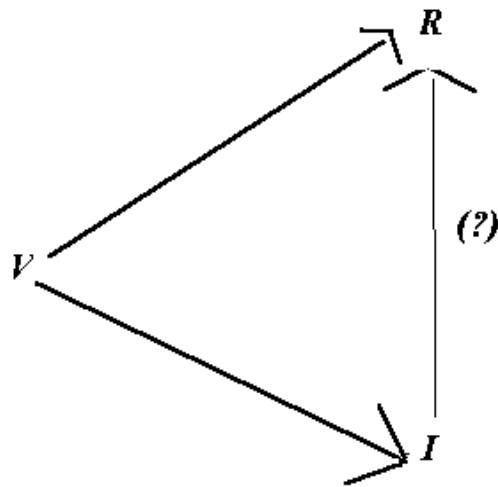
Deve-se admitir, assim, que a superação da incerteza associada a maior parte dos eventos da vida social exige que, através de uma instância concreta de consenso supra-individual, determinados futuros sejam facilitados e outros, dificultados. Tal instância de

¹⁷³ Cf. Pareto, *op. cit.*, pgs. 99/102.

¹⁷⁴ Skidelsky [1992], pgs. 74 e 75.

¹⁷⁵ Keynes, *apud* Skidelsky, *ibid.*, pg. 79; grifo de Keynes.

valoração (V) será responsável pela determinação, em última instância, dos valores – senão absolutos, pelo menos relativos – dos investimentos e retornos, da seguinte forma:



O vínculo I – R configura-se como uma causalidade *aparente*, quando de fato representaria, mais do que causalidade, uma relação convencional, onde a posse de I *pressupõe* a apropriação de R. I é feito para que R possa ocorrer; no entanto, se I *causa* R, causa-o apenas no sentido de precedê-lo e de determinar sua ocorrência; I não é capaz de *explicar* R. Esta explicação terá de ser buscada na instância V, que provê a validação social dos investimentos e retornos.

Assim, a Sociedade não é constituída por um conjunto fixo de futuros possíveis, já que a maior ou menor probabilidade de cada futuro está apoiada num conjunto de valores quantitativos. Conjunto de valores este que tem a função de estabelecer uma ordenação dos resultados de cada ação possível. Tais resultados refletem, portanto, uma tábua de valores estabelecida; refletem quais ações são mais ou menos desejáveis do ponto de vista de uma Moral social que determina a probabilidade da sua ocorrência.

2.5. Teoria Econômica e Teoria Sociológica

Todo o *mainstream* da Teoria Econômica – até um período que pode, *grosso modo*, ser colocado entre os anos '10 e '20 do século 20 – considerou que o sistema econômico representaria uma instrumentalidade moralmente neutra. O produto da atividade econômica geral era concebido como expressão da própria Natureza – *i.e.*, das condições naturais irredutíveis de subsistência da espécie humana. A troca e a acumulação

representariam o processo de produção e circulação dos produtos naturalizados para o atendimento das necessidades naturais. O conflito dos indivíduos econômicos se reduziria ao conflito quanto aos diversos direitos de propriedade sobre o produto genérico.

Neste sentido, deve-se considerar que a emergência da economia marxista na segunda metade do século XIX *não* veio a alterar tal visão básica do econômico. O marxismo inovou ao sustentar que a atividade econômica, longe de corresponder a uma integração ontológica entre necessidades do Homem e possibilidades produtivas da Natureza, existia de fato como uma “Naturalidade” fabricada pelo Homem, externa a ele mesmo, com a qual ele defrontava-se na medida em que intentava apropriá-la de forma ordenada e previsível. A Sociedade Humana não se formaria em torno do produto da Natureza, senão que a sociedade se constituiria a partir de um estranhamento originário entre o Homem e a Natureza que ela percebia como externa e intentava subsumir ao seu processo de acumulação.

A crítica convencional imputou ao marxismo a idéia de que a aporia fundamental do sistema econômico capitalista consistiria na repartição desigual dos direitos de propriedade individual sobre os retornos gerais do aparato produtivo. De fato, para os marxistas, a aporia fundamental do capitalismo consistiria principalmente no fato de que a apropriação individual de parcelas do aparato produtivo operava de forma subótima no sentido de garantir a operação continuada do sistema à plena capacidade produtiva: a aporia fundamental da Economia Capitalista seria a *crise de superprodução*, como cessação da produção de parte do total potencial de mercadorias a produzir, por não terem sido atendidas as expectativas de lucro de partes dos proprietários privados de Capital. Neste sentido, neoclássicos e marxistas concordam com o fato de que as reivindicações parciais dos agentes em termos dos seus retornos são, em princípio, operacionalmente factíveis; sua ocorrência de fato depende da existência de uma instância transacional que pode sancioná-las, ou não. No caso dos neoclássicos, tal instância é o Mercado competitivo; no caso dos marxistas, a luta de classes, centrada no processo de extração do sobretrabalho. Em outras palavras: desde que o Mercado, ou o conflito entre Capital e Trabalho Assalariado, permitam a emergência da taxa de lucro normal ou da taxa de exploração conveniente, não haverá razão pela qual a crise de superprodução não venha a ser superada, e o sistema produtivo não venha a produzir a plena capacidade. A aporia do sistema consiste apenas num conflito de repartição referido à estrutura produtiva efetivamente existente. Nos neoclássicos, este conflito é um conflito realizado, em termos

lógicos, *Ex Post* da atividade produtiva – é um conflito em torno de remunerações, de preços, a ser resolvido por uma instância supra-individual que emerge das múltiplas interações interindividuais: o Mercado. Para os marxistas, o conflito de repartição existe, não como conflito distributivo *Ex Post*, mas como conflito de organização *Ex Ante* da própria base produtiva (direito da propriedade e seus fundamentos), com o poder de inviabilizar a sua operação a plena capacidade.¹⁷⁶

Até Keynes, os economistas – e seus críticos marxistas – consideravam que as aporias do sistema econômico estavam referidas à repartição e acumulação do produto concreto da atividade econômica – real ou potencial – com o sistema monetário operando como representação simbólica da base produtiva. O Sistema Monetário funcionaria como elo, como correia de transmissão que, a cada momento, conecta cada agente econômico individual com o todo produtivo. De certo modo, seria como se os agentes individuais dispusessem deste sistema monetário como um instrumento mediático – algo como os painéis que apresentam a cada momento as cotações dos papéis nas bolsas de valores, ou ainda aqueles outros painéis que permitem acompanhar o movimento de apostas e o ganho possível de cada pule antes de cada páreo num hipódromo. A Moeda simplesmente orientaria a ação dos agentes individuais no sentido de empregarem seus recursos objetivando sua otimização individual. Como esta otimização expressa-se em termos de pura quantidade, a maximização individual de todos corresponde à maximização global.¹⁷⁷

¹⁷⁶ A Teoria Econômica de Marx, pode, assim, ser considerada uma teoria das “relações de propriedade”, como desejam os Marxistas Analíticos, na medida em que descreve leis de movimentos históricas de um dado sistema de acumulação em termos de sua capacidade de garantir sua auto-reprodução *Ex Ante*; mas *não* é, como quer, por exemplo, Roemer [1982], uma reflexão genérica sobre a eficiência distributiva *Ex Post* de cada sistema em termos do princípio de contribuição.

¹⁷⁷ Num trabalho que não pode ser examinado detidamente aqui, Held [1989] analisa detalhadamente a influência de visão instrumental dos fenômenos econômicos sobre os teóricos marxistas da primeira metade do século – e muito especialmente sobre a tradição econômica social-democrata. Assim, no curso de um debate na social-democracia alemã sobre a recuperação econômica da Depressão de 1929, Hilferding opôs-se à proposta – defendida pelo chamado grupo “WTB” (Wołtinsky, Tarnow e Baade) – de recuperação econômica pela expansão autônoma dos meios de crédito nacionais e internacionais (Wołtinsky chegaria a propor a instituição de uma moeda internacional em 1931, precedendo a proposta do “Bancor” realizada por Keynes em Bretton Woods) como forma de superação do cunho paroquial (*bezirke*) do planejamento privado (Held, op. cit., pg. 113). Considerava o velho teórico do Capital Financeiro que, numa economia capitalista “organizada” – isto é, fundada no planejamento das grandes empresas privadas e na preservação da estabilidade monetária – nada poderia, em princípio, impedir a ocupação a plena capacidade dos recursos econômicos existentes, salvo o fato de que a destruição de parte da infra-estrutura econômica produzida ... pela guerra [de 1914-1918] teria determinado a ocorrência de “desproporcionalidades” – isto é, de lacunas nas cadeias de produção (escassez setorial de infra-estrutura, de matérias-primas, de recursos humanos, etc.) que determinariam a persistência do desemprego, das “indústrias mortas”, etc. (pelo menos é o que se presume quando Hilferding argumenta: “Sobretudo devemos dar por estabelecido que ainda não captamos o significado da guerra, suas conseqüências e seus efeitos de longo prazo, em todas as suas propriedades” – apud Held, *ibid.*, pg. 124). Em suma: até que os “gargalos” da estrutura produtiva tenham sido preenchidos pela atividade dos agentes econômicos atomizados (como, num período de depressão generalizada? E em quanto tempo, se não foram preenchidos depois de 13 anos?) não há nada a fazer; a ênfase na atividade individualizada dos agentes “micro” acaba por levar à crença na impossibilidade da ação intencional sobre a

Ora, a aporia fundamental está no fato de que a convenção monetária não consegue, por si só, representar as aspirações – setoriais e globais – dos agentes – *senão em termos de quantidades*, e não de qualidades. O fim da atividade econômica não encontraria meios de representação dentro da convenção monetária.

O *tour de force* de Keynes esteve exatamente em perceber que sendo os fatos econômicos o produto de uma constelação sempre *sui generis* de fatores – pois a Economia é tão idiográfica quanto qualquer outra ciência social, ocupando-se de fatos necessariamente singulares porque históricos - a causalidade econômica não pode ser entendida em termos de leis, ou mesmo de uma acentuação *ex post* puramente descritiva de tipos ideais desprovidos de qualquer valor de previsão empírica; estes tipos ideais, aliás, constituem o essencial da sabedoria dos economistas e a base de previsões... no mais das vezes, erradas (“A queda de valor real dos salários elevará o nível de investimentos”; ou que “aumentar o poder de compra dos salários aumentará o mercado interno e o nível de investimentos”; sem consideração sobre a situação concreta na sua totalidade, ambas estas afirmações só podem ser corretas por acaso). Se o público consome tal sabedoria convencional dos economistas, tal se deve não ao seu valor como previsões, e sim à sua adequação a uma determinada visão do mundo compartilhada. Na medida em que tal visão de mundo funciona como um princípio da organização da atividade econômica em termos previsíveis, então elas podem ter valor de previsão na medida em que a organização da Totalidade do Sistema Produtivo forneceu-lhes, *ex ante*, as suas condições de realização;¹⁷⁸ mas o enunciado destas afirmações *não* pode, de forma alguma, substituir o conhecimento da totalidade enquanto tal. Para que “aquilo que habitualmente ocorre” numa economia em termos de retorno de investimentos, taxas de juros, repartição de rendas, organização dos

totalidade. As leis da Economia convertem-se em leis da Natureza; a atividade autônoma do ator é tida como impossível. O fato de estarmos nos domínios da germanofonia permite introduzir aqui exatamente o fundamento da reflexão keynesiana sobre o fenômeno econômico. Numa introdução à edição alemã da *Teoria Geral*, em 1936, Keynes escrevia: “A Teoria da produção como um todo [...] adapta-se muito melhor às condições de um estado totalitário [...] do que às de livre competição e *laissez faire*” (Keynes, CW VIII, pg. xxvi). Observação considerada “infeliz” (Skidelsky [1992], pg. 581) e “vergonhosa” (Moggridge [1922], pg. 611). Mas, exatamente porque a atividade do economista implica necessariamente numa *intervenção voluntária sobre a totalidade do social*, e não na descrição para fins de “consultoria” e previsão “meteorológica” do mundo instrumental, o economista deverá ter em mente que sua atividade é orientada por valores, e que nela a neutralidade axiológica é impossível; a boa medicina serve indistintamente para curar e para matar. Exatamente por isto é que Keynes, durante a Crise de Munique, em 1938, pode criticar a política de Apaziguamento de Chamberlain – contra a parte mais significativa da opinião liberal inglesa – estabelecendo que: “*Nossa força é grande, mas nossos estadistas perderam a capacidade de parecer formidáveis. É aí que reside o maior perigo [...] Nossa capacidade de evitar uma guerra depende da recuperação da capacidade de parecer formidável, que é uma qualidade de vontade e de postura. O Sr. Churchill compreende este elemento vital da política; o Sr. Chamberlain parece que esqueceu dele*” (Keynes, CW-XXVIII, pg. 104). A Instrumentalidade não substitui os valores como totalidade.

¹⁷⁸ Sobre a noção das estruturas sociais como “orgânicas” em Keynes, v. Skidelsky [1922], pg. 86.

diversos mercados de fato ocorra, a Economia deve estar organizada para a produção destes resultados habituais da ação dos agentes. De uma certa forma, o que Keynes propõe nada mais é, quanto aos fundamentos metodológicos da Economia, do que um retorno a Hegel;¹⁷⁹ a Economia é uma visão do mundo que busca realizar-se no mundo objetivo. Para Keynes, portanto, o problema fundamental da Economia não é o problema da *divisão* entre indivíduos do que *já foi produzido*, mas sim o da determinação global de *quanto e do que* deve-se produzir. Ou, em outras palavras: tendo em vista que, a cada momento, o Sistema Econômico deve ser como que reinventado e reorganizado, para nele definir o papel a desempenhar de cada recurso disponível, de cada indivíduo e de suas habilidades, deve existir uma instância globalizante que reordene este sistema e as articulações entre agentes nele existentes, sob pena de perpetuar um resíduo estrutural de recursos ociosos e de capacidades humanas desempregadas que permanecem como tal por não encontrarem qualquer meio de valorização. O grande problema econômico da nossa época não seria, assim, a distribuição do “Dividendo Social Geral”, e sim a determinação da própria composição – qualitativa e quantitativa – do Produto Social Geral, e, principalmente, do papel de cada indivíduo na geração deste mesmo produto. Não se trata de remunerar mais ou menos, senão de assegurar a todos o direito de produzir algo, e de participar na tomada de decisão quanto à tessitura material de sua vida cotidiana. Em suma: trata-se de atribuir a Economia a capacidade de servir, não mais para a simples gerência de uma “Renda Mínima de Inserção” individual, e sim para a satisfação de um ideal de “Boa Vida”. Ideal este que seria realizado garantindo-se à *Totalidade dos Indivíduos* a capacidade de determinarem, autonomamente, *de que objetos, de que atividades, de que estilos de vida, em suma*, irá compor-se o seu “comer”, seu “vestir” e seu “morar”.

¹⁷⁹ Ou, no caso de Keynes, a McTaggart; Skidelsky, *ibid.*, pg. 77.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO DA TAXA DE JUROS: KEYNESIANISMO E INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO (O *TRATADO SOBRE A MOEDA*)

3.1. “Mão Invisível”, Poupança e Investimento

Desde Adam Smith, o pensamento econômico encontra-se diante do paradoxo de ter de tomar, de um lado, o indivíduo isolado, como único juiz das formas de maximização de seu bem-estar individual, pelo exercício de poder de disposição individual sobre mercadorias; de outro, um sistema de produção de mercadorias fundado na divisão do trabalho – e, portanto, no caráter coletivo da produção de mercadorias que os indivíduos compram e vendem uns aos outros. Tal paradoxo está presente desde a formulação, por Smith, dos fundamentos normativos da Ordem do Mercado: posso maximizar minha satisfação individual, e não a do meu açougueiro, diz ele, exatamente porque, não me relacionando com o açougueiro senão como consumidor, posso obter dele o que desejo apelando apenas para seu interesse, e não para sua benevolência.¹⁸⁰ Esta formulação foi sempre entendida no sentido de representar o processo de maximização do interesse mútuo realizado pelas transações de Mercado, em oposição à satisfação do interesse de apenas uma das partes através de uma transferência (i.e., de uma cessão unilateral) do bem sem uma contrapartida quantificável. Smith sabia que, desde que consideremos que as partes envolvidas numa transação econômica constituem individualidades dotadas de interesses distintos, a emergência de uma ordem econômica estável exige a existência da reciprocidade interindividual. Se esta “benevolência” se constituísse apenas de prestações unilaterais, então o Mercado seria a única forma de organização possível da Economia. No entanto, o consumidor ideal de Smith ainda poderia apelar para a “benevolência” do seu açougueiro, padeiro, ou cervejeiro, na medida em que buscasse articular seus próprios recursos e habilidades individuais aos deste. A “benevolência” de cada um estaria em reconhecer os talentos e recursos do seu associado como próprios a se fundirem aos seus próprios, visando a produção em comum de um bem (ou bens) que atendessem às necessidades de ambos. Na fusão de produtor e consumidor numa única unidade de produção, seriam apagadas as especialidades individuais de ambos: cada indivíduo teria à sua disposição imediata, não só o “seu próprio” padeiro, mas também “seu próprio” padeiro & carpinteiro, padeiro, carpinteiro & sapateiro etc., dependendo das habilidades de

¹⁸⁰ Cf. Smith (1983), v. I, pg. 50.

cada um e do número de indivíduos reunidos nesta associação. A benevolência demonstrada por cada uma das partes estaria em que cada uma delas teria de supor que o produto de cada um deveria necessariamente coincidir com os seus próprios interesses individuais. Sou benevolente, neste caso, na medida em que aceito o que é posto à minha disposição. Pois minha inclusão numa associação de auxílio mútuo dispensa-me – ou mais exatamente, *obriga-me a dispensar* – de buscar comparar, a cada momento, as várias retribuições possíveis que poderei obter em troca dos bens e serviços que posso fornecer como resultado do meu esforço individual.

É óbvio que tal apelo constante à benevolência teria um efeito desgastante sobre a convicção da perfeita identidade entre os interesses individuais próprios e o acesso aos bens disponíveis em função do auxílio mútuo. Quanto mais completa a associação, e maior a divisão do trabalho, maior o desgaste. No interior de uma associação complexa onde cada um fosse padeiro, cervejeiro, açougueiro e carpinteiro para si e para todos os demais membros da associação, a *função* ocupada por cada um na associação coincidiria necessariamente *com o próprio indivíduo que a exercesse*; a existência de um vínculo de aceitação incondicional da contribuição de cada um, tornaria impossível realizar ajustes pontuais por substituição dos indivíduos que exercessem suas funções de forma sub-ótima. A trama das trocas bilaterais se tornaria tão complexa – já que cada indivíduo realizaria uma determinada atividade para todos os demais – que, para que tal substituição fosse efetuada, seria necessário que o indivíduo exercesse suas funções de maneira *unanimemente* considerada como sub-ótima. A associação acumularia, assim, múltiplos “gargalos” decorrentes de *tarefas* mal executadas, os quais dificilmente conseguiriam ser eliminados: os vínculos de benevolência mútua preservariam a associação, limitando seu desempenho. A incapacidade de realização de uma “sintonia fina” determinaria uma tal rigidez das posições ocupadas pelos indivíduos, que a composição do grupo só poderia ser modificada de forma traumática. Na associação familiar, fundada em tal benevolência, a preservação dos laços familiares como fim em si mesmo exige – a complacência com os desempenhos individuais ineficientes; aceitamos dos nossos familiares um desempenho medíocre das tarefas domésticas tal como não o aceitaríamos da parte de criados. O que confirma que a função do Mercado estaria em garantir a troca de bens e serviços, desligados dos indivíduos que os produziram. Não há prova histórica de que a divisão complexa do trabalho tenha engendrado o Mercado visando tal articulação da maximização do desempenho individual com a otimização do desempenho global; a emergência do Mercado não pode ser *explicada* em termos funcionais. Ainda assim, o

Mercado poderia ser funcionalmente *justificado* como sendo o mecanismo mais eficiente de correção pontual do desempenho individual, já que apenas precificaria diferenciadamente os produtos da atividade de cada indivíduo, ao invés de corrigir seus erros de desempenho pela substituição ou eliminação dos menos eficientes. Mesmo que se considere que a Comunidade – irreduzível aos indivíduos que a compõem – seja a verdadeira categoria ontológica da vida social, é certo que sua auto-reprodução realiza-se através de ações individuais pelas quais ela é constantemente auto-reproduzida.¹⁸¹ Em sendo assim, as ações corretivas das ineficiências de produção no Mercado, seriam tanto mais eficientes exatamente por visarem exclusivamente a correção de *ações* específicas consideradas menos eficientes em função dos fins a que se destinam, deixando de lado o indivíduo executor da ação. Mecanismos de valoração e correção apoiados exclusivamente sobre a instância coletiva são de manejo problemático. Nos “períodos heróicos” das economias centralmente planejadas (URSS c. 1930-1935, China c. 1958-1962, 1966-1976), a ordem social tinha sua unidade de representação mínima – do ponto de vista de todos os agentes envolvidos – no coletivo de produção que implementava o Plano, promulgado como uma lei, que todos eram obrigados a cumprir e fazer cumprir na condição de membros do corpo político. A execução menos que ótima das tarefas específicas atribuídas a cada agente individual comprometia, portanto, o indivíduo na sua condição de cidadão, expondo-o à exclusão da cidadania (acusação de sabotagem, deportação, “reabilitação” por trabalho forçado). Exatamente por isto, quando houve uma liberalização da ordem política nestes países, os instrumentos administrativos simplesmente deixaram de servir, por inaplicáveis. Um *apparatchik*, diante de operários ineficientes, encontra-se na mesma situação de um chefe de família sem empregada diante de pratos estragados preparados pelo cônjuge: só pode escolher entre a complacência e o divórcio (excluindo o recurso a exortações de resultado incerto).¹⁸² A fragmentação das transações entre indivíduos seria eficiente exatamente pelo seu caráter não-traumático,

¹⁸¹ Oakshott, “On Human Conduct” *apud* Santos [1988], pg. 50.

¹⁸² Sobre esta questão e seu desenvolvimento histórico na URSS, ver Callinicos [1992], pgs. 45-49; para o caso da China, v. Reis Filho [1981, pgs. 29-33. A experiência histórica do “pós-comunismo”, no entanto, nos coloca diante de um problema inverso: se, durante a vigência do “stakhanovismo” ou da “Revolução Cultural”, o operário ineficiente, o funcionário retardatário etc., eram tidos como inimigos do povo e sabotadores, os termos do “Contrato Social” do stalinismo eram tais que o operário eficiente era automaticamente considerado como um cidadão que fazia jus a uma série de benefícios sociais concedidos em bloco como condição de sua inserção social na sociedade socialista. Exatamente por isto, o programa neoliberal para o “pós-comunismo” apresentou-se desde muito cedo como um programa de atomização e fragmentação da vida quotidiana: pelo trabalho, um salário de mercado, e nada mais; as creches, escolas e hospitais são acessíveis apenas a quem fez por onde poder pagá-los (E. Mandel [1989], pg. 34). A resistência a esta abolição do “pacote” de inserção na cidadania exigiria, assim, uma estratégia política de atomização forçada da sociedade, uma imposição da ordem contratual e de mercado forçando as massas a “privatizarem” suas condições de existência[...] com os métodos de Pinochet (V. David Mandel [1991], pg. 159, nota 15; Kagarlitsky [1993], pgs. 149-151 e 209; Chauvier [1993]).

comparada a outros mecanismos de ajuste da operação de uma ordem social baseada na divisão do trabalho.

Tal mecanismo esbarra, no entanto, num importante problema de composição; como já vimos, o valor dos diversos ativos, e dos seus retornos é, relacional, possuindo cada ativo um valor em relação aos demais. Isto é: as retribuições individuais atribuídas a cada um devem conformar-se, em grandes linhas, a um determinado esquema de repartição por tipo de retribuições. Em toda a história do Capitalismo, sempre se buscou fazer coincidir os retornos da propriedade individual com a participação relativa de cada agente no processo produtivo como um todo. Na evolução histórica do processo de trabalho capitalista, como descrita por Smith e Marx, passando do artesanato à manufatura, e desta à grande indústria mecanizada, procurou-se sempre individualizar a produtividade do trabalho, atribuindo-se responsabilidade ao operário individual pela operação e/ou supervisão de um conjunto definido de máquinas e operações, ao mesmo tempo em que se buscava integrar e valorar as diversas atividades *externamente* aos operadores individuais, por via da maquinaria e da gerência centralizada.¹⁸³ Neste processo, a mercadoria força de trabalho, como ativo de propriedade individual, seria a mercadoria de valor relacional por excelência, na medida em que seu valor lhe seria atribuído externamente a ela mesma.

O valor relacional dos ativos implica que os recursos econômicos não possuem valor em si, e sim associados a outros recursos; sendo o número de associações possíveis destes recursos cada vez mais elevado – já que é determinado em função do número de bens finais possíveis – o custo da informação sobre usos alternativos dos recursos impede que os indivíduos atomizados possam compará-los com vista a escolher o que ofereça o maior retorno; a valoração dos ativos, e a determinação da estrutura de retornos, seriam dados de fora, a partir de uma instância organizadora global.

Este é um dos pontos perenes de conflito no contencioso entre liberalismo e marxismo, no qual os marxistas acabaram por não valorizar suas importantes vantagens

¹⁸³ Smith [1983], Livro I, Cap. 3; Marx [1976], Caps. 13-15. A tendência à terciarização dos processos de trabalho sob condições “pós-fordistas” segue a mesma dinâmica na medida em que reforça a responsabilidade do trabalhador pelo cumprimento de uma tarefa objetificada sob a forma de produto acabado transacionado entre firmas, e não mais sob a forma de produto semi-pronto submetido apenas ao controle interno da empresa. A tecnologia de informação, de que depende o bom desempenho da organização pós-fordista (controle de fluxos de bens e de estoques, controle de qualidade adequados pontualmente à demanda pelo uso intensivo da informática) torna os mecanismos de controle do processo global ainda mais remotos em relação aos operadores individuais do que teria sido possível na linha de montagem fordista, muito vulnerável à ação dos operários para o retardamento do ritmo de trabalho abaixo do seu potencial máximo. Sobre esta questão, ver Burawoy [1990] e Castro e Guimarães [1991].

iniciais. Ao explorar a questão do valor-trabalho, o marxismo enfatizou corretamente o caráter relacional do valor da mercadoria força de trabalho, fazendo-o depender, em última instância, do “preço natural” das mercadorias finais como quantidades de trabalho *socialmente aceitas*. O valor da força de trabalho surgiria como um valor dado, a partir da necessidade do trabalhador individual, despossuído de meios de produção, de vender sua força de trabalho aceitando um preço que lhe é dado de fora: a força de trabalho tem o valor que lhe é dado pelo Capital.

O *handicap* marxista em relação ao liberalismo deu-se apenas quando os marxistas, persistindo num laxismo incompatível com os progressos da sofisticação metodológica nas Ciências Sociais, passaram a tratar “o Capital” como um sujeito coletivo de limites, composição e localização no Tempo e no Espaço indeterminada, mas ainda assim capaz de ação intencional no sentido de garantir a reprodução do sistema econômico capitalista como um todo *e* de suas partes componentes, pela determinação de preços, taxas de lucros e taxas de salário: a explicação marxista das “leis gerais de movimento” do Capitalismo passou a se apoiar sobre as ações da entidade “Capital” que, ainda que representasse uma relação social genérica, ou um coletivo de agentes individuais, passou a ser arbitrariamente dotada do poder de realizar ações intencionais não-precedidas por qualquer processo decisório identificável por parte dos capitalistas individuais. Este laxismo – generalização indevida de situações históricas particulares¹⁸⁴ – foi partilhado por marxistas das duas principais nuances ideológicas, quer oriundos da IIª Internacional (“Capitalismo Organizado”)¹⁸⁵ quer da extração leninista (“Capitalismo Monopolista de Estado”).¹⁸⁶ A atribuição de ações intencionais ao “Capital”, concebido como *locus* de uma estratégia do agregado de capitalistas individuais (ou do “setor monopolista” da

¹⁸⁴ No caso, as práticas de economia de guerra da Alemanha Guilhermina durante o final da Iª Guerra Mundial, certas práticas de administração da crise econômica na Alemanha de Weimar, e o “Plano Trienal” na Alemanha Nazista, todas as quais foram parcialmente reproduzidas por outros estados capitalistas, e que pareciam ter-se constituído num modo geral de administração das economias capitalistas com o *Welfare State* do Pós-IIª Guerra Mundial. Deve-se notar que tais intervenções na proteção de indústrias emergentes, no estabelecimento de controles de preços e salários e na mobilização de recursos em situações de emergência nacional, foram concebidas como *tópicas*. Tratava-se de recursos empíricos associados à situação historicamente específica de um país de industrialização tardia; não se apoiavam numa doutrina econômica definida – exceto talvez nas considerações da Economia Nacional de List, que nega justamente à Economia qualquer caráter de atividade dotada de “leis gerais”. Apenas nos anos ‘50 é que tais práticas passaram a ter seu caráter doutrinário legitimado sob a denominação de “keynesianismo”. Sobre a evolução histórica e internacionalização deste “Capitalismo de Estado”, v. Altvater [1987].

¹⁸⁵ Conceito cunhado por Hilferding na década dos 1930s: v. Bottmore [1985, IV].

¹⁸⁶ Sobre a gênese deste conceito em Lenin e seu desenvolvimento pelos economistas soviéticos, alemães-orientais e do PCF, v. Ernest Mandel [1980], pgs.513-522.

“burguesia”)¹⁸⁷ tornou-se, justificadamente, um dos *straw men* “marxistas” preferidos do Liberalismo sempre que se trata de atacar o “funcionalismo” marxista.¹⁸⁸

Alegam os liberais que o caráter relacional da mercadoria força de trabalho é apenas um epifenômeno decorrente de uma desigualdade produzida pelo acidente histórico da repartição de ativos no momento histórico da “acumulação primitiva”: se, num dado momento, a despossessão dos trabalhadores de meios de produção outros que não sua força de trabalho foi essencial para a criação de uma força de trabalho assalariada, tal fator – com a redução de poder de barganha que ele determinaria – poderá ser resolvido mediante uma simples reforma social em larga escala que democratize a propriedade privada do capital monetário (o thatcherismo chegou a avançar algumas propostas neste sentido). Mas o mecanismo fundamental de gestão “por sintonia fina” da ordem econômica continuaria fundado em retribuições individuais sobre *portfolios* de propriedade privada.

Poder-se-ia opor a tal argumentação que os custos de informação sobre a melhor aplicação dos ativos seriam proibitivos à maioria dos indivíduos portadores de *portfolios* individuais reduzidos. A isto os liberais respondem que, no processo de circulação, os ativos são reduzidos a uma mesma forma comum: a forma monetária. De um lado, temos uma oferta de ativos disponíveis em busca de maximização das suas *retribuições*; de outro lado, no interior do mercado de crédito, encontramos demandas de ativos para aplicação em *empreendimentos* específicos; do *trade-off* entre retribuições desejadas que determinam a oferta de ativos, e a procura destes ativos para realização de determinadas expectativas de retorno, surge uma *taxa de juros genérica* a partir da qual é estabelecido o custo monetário de captação de cada ativo. Mesmo que não se saiba como é estabelecida a expectativa de retorno, o problema de coordenação fica resolvido, desde que exista uma taxa de juros geral. Assim, é possível a qualquer indivíduo aplicar seu capital disponível, a custo de informação nulo, e contar com uma retribuição real positiva à taxa geral do mercado.

¹⁸⁷ “Burguesia” entendida não como o conjunto de indivíduos dotados de acesso a determinados mecanismos de acumulação econômica fundados numa dada posição *vis-à-vis* dos meios de produção, mas como um ente coletivo portador de uma estratégia intencional e comum a todos os seus membros individuais.

¹⁸⁸ Ver Elster [1989].

3.2. O que representa a taxa de juro?

O liberalismo considera, assim, que se existe um problema de coordenação entre diversas atividades econômicas privadas, ele refere-se à existência de recursos monetários ociosos, não pela ausência de oportunidades de aplicação, mas sim pela ausência de uma remuneração de utilização suficiente, ou por falta de informação quanto à existência de oportunidades de aplicação. Neste sentido, a solução do problema da ordem no Mercado está contida na sua solução enquanto problema de otimização: o que importa é que a totalidade dos recursos econômicos detidos por mãos privadas sejam empregados de forma a maximizar os retornos individuais e globais resultantes de sua aplicação. Trata-se, portanto, de, a cada momento, garantir que o Mercado seja capaz de fornecer aos indivíduos, a custo irrisório, informação suficiente para que as poupanças individuais possam direcionar-se para os investimentos de mais alto retorno possível, dentro de seus prazos de retorno próprios. Em outras palavras, trata-se de manejar informação de forma a garantir a superação da assimetria intertemporal entre poupanças *efetivamente disponíveis* e investimentos *financiáveis*, estabelecendo o equilíbrio geral pelo recorte de um conjunto de investimentos efetivamente *financiados* a partir do volume de poupanças disponíveis. O fato de tratar-se de um problema de coordenação entre atividades individuais retém a questão keynesiana da assimetria Poupança/Investimento dentro dos parâmetros do Individualismo Metodológico estrito, e, portanto, dentro do cânon do liberalismo.¹⁸⁹

Explicamos melhor, abandonando a terminologia econômica. Partiremos da idéia de que, no interior de um dado espaço de atividade econômica, no tempo i , existe uma massa de recursos R_i , composta pela agregação de diversos patrimônios individuais r_{ij} , divididos entre um conjunto de j proprietários. Esta massa de recursos, a cada momento, é manipulada pelos indivíduos no sentido da expansão do seu valor objetivo intrínseco, enquanto poder de disposição individual sobre quantidades cada vez maiores de um dado *mix* de bens e serviços. Objetivamente, numa economia monetária, tal acréscimo de poder de disposição global pode ser expresso pelo crescimento linear do valor monetário do agregado de bens e serviços mantido nas mãos dos indivíduos, o que pode ser representado da seguinte forma:

¹⁸⁹ Santos [1988], pgs. 83-86.

$$R1 \longrightarrow R2 \longrightarrow R3$$

Onde $R3 > R2 > R1$.

Tal reprodução ampliada do agregado de recursos surge, assim, como uma resposta da totalidade dos indivíduos ao mesmo estímulo compartilhado: o de aumentarem o valor monetário de seus patrimônios individuais, seu poder de compra genérico. Aquilo que, segundo Keynes, seria a principal dificuldade de coordenação da economia monetária (a necessidade de conversão de utilidade individual subjetiva em uma escala de valores monetários objetivos) seria, de fato, a condição de estabilidade dinâmica de todo o sistema. Como todos os indivíduos portadores de recursos são capazes de comparar a utilidade subjetiva associada à posse de um determinado conjunto de bens com o custo monetário da sua aquisição, eles poderão dirigir sua atividade indiferentemente para a aquisição dos bens ou para a aquisição das quantidades monetárias que os representem. Numa economia não-monetária, a estratégia individual de maximização da utilidade individual está sempre dirigida para a posse de objetos concretos dotados de valor subjetivo para o indivíduo. Como, a cada momento do tempo, a quantidade disponível de tais objetos é finita, e o estoque existente encontra-se já dividido entre os indivíduos, o agente individual só pode escolher entre duas alternativas da ação: ou bem dispõe dos recursos disponíveis para produzir o objeto desejado; ou terá de obtê-lo trocando-o por outro objeto. Trata-se, neste caso, de converter um objeto em outro objeto; na notação marxista reutilizada por Keynes, de uma conversão de tipo $M - M$.

Se o indivíduo não dispõe das condições materiais necessárias para produzir o objeto ele mesmo, e se a troca por ele proposta não interessa aos portadores atuais do objeto almejado, ele pode ver-se obrigado a recorrer a uma estratégia não-cooperativa: tomar o objeto a força do seu proprietário. É forçoso aqui admitir que o mesmo impulso que dirigia o indivíduo para a troca e a barganha o teria dirigido para o saque como forma de satisfação imediata do seu desejo subjetivo. “*Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer*”;¹⁹⁰ tal pressupõe que, quando o outro não está disposto a realizar a troca proposta, só me restará o recurso de tomar-lhe à força aquilo que desejo. A

¹⁹⁰ Smith [1983], v. 1, pg. 50.

predisposição à troca, longe de ser uma expressão de benevolência mútua entre as partes, é apenas um recurso a mais¹⁹¹ introduzido como alternativa ao conflito autodestrutivo.

A introdução da Moeda como meio geral de troca permitiria converter o interesse subjetivo individual por um bem específico, em interesse genérico – “*nominalista*” na expressão de Simmel¹⁹² -- na acumulação monetária. A uniformidade do meio de troca – que vai permitir ao indivíduo formular uma estratégia de apropriação de qualquer bem em termos de uma estratégia de acumulação monetária – é que vai permitir a expressão de uma diversidade extrema de interesses individuais, sem que estes interesses diversos se encontrem em posições antagônicas. Se, em princípio, tudo é acessível pela via da acumulação monetária – se não há bens e serviços *a priori* excluídos do circuito de trocas – então o interesse no ganho monetário constituirá uma estratégia *geral* simples, acessível a qualquer indivíduo, como ponto de partida para a realização dos mais complexos fins *pessoais*. A análise de Simmel coincide com a de Weber: se fazemos com que o fim (a posse de um objeto específico) esteja subsumido pelo meio (a posse de um ganho monetário genérico)¹⁹³ tal apresenta a vantagem de permitir a emergência de um mercado monetário que permite uma resposta individual simples a impulsos aquisitivos complexos pela sua variedade subjetiva. Em sendo assim, estes mesmos impulsos são racionalizados; os fins mais diversos podem ser alcançados através de um meio uniforme,¹⁹⁴ e no máximo exige-se um tempo de espera entre a apropriação do valor em Moeda e a obtenção do bem.

Resumindo, tudo ocorreria como se cada indivíduo, portador de uma dada soma de recursos individuais (r_{ij}), pudesse ofertar tais somas de recursos no mercado de poupanças, e que o agregado destas poupanças a cada momento do tempo (R_i) fosse

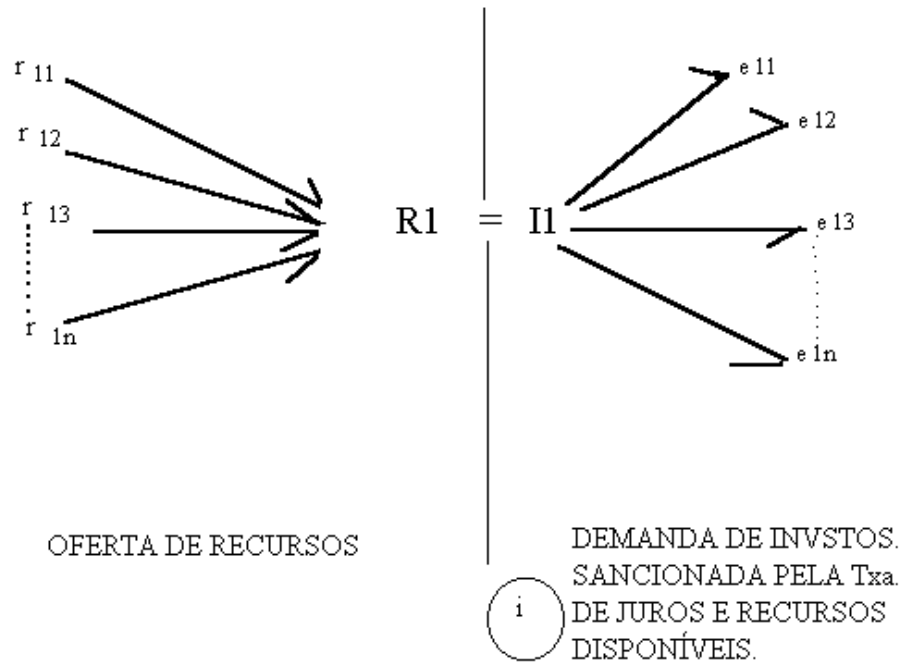
¹⁹¹ Note-se que Smith (*ibid.*, pg. 49) hesita entre qualificar a propensão à troca como resultado de “*um princípio original da natureza humana*” ou – “*como parece mais provável*” – “*uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar*”. Isto é: a troca poderia ser uma expressão de uma benevolência original, como pode também ser uma *contrivance* introduzida como alternativa ao exercício puro e simples da força. Mas Smith não dá o passo decisivo, que seria o de considerar este mecanismo, não como um desenvolvimento *necessário* do raciocínio, mas como um desenvolvimento *contingente*. A faculdade de raciocínio exibida na abstenção da destruição mútua pela troca poderia igualmente ter-se voltado para o desenvolvimento de meios mais eficientes de associação entre grandes grupos para a espoliação de outros. A troca pode, aliás, disfarçar uma espoliação, na medida em que seja precedida de uma ameaça de recurso à coerção caso o objeto pretendido não possa ser cedido. As trocas em sociedades arcaicas, dirá um historiador moderno, estão subsumidas sob a denominação de *presente* – podendo ser “*seja um pagamento por serviços prestados, desejados ou antecipados, sejam taxas, recompensas ou prêmios, ou mesmo um suborno*” (Finley, 1982, pg. 66).

¹⁹² *Apud* Boudon [1989], pg. 498.

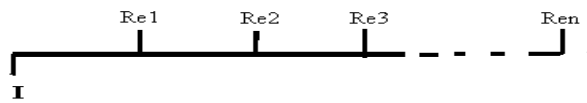
¹⁹³ “*Sendo a Moeda nada, senão um meio indiferente para fins concretos e infinitamente variados, sua quantidade é sua única determinação importante naquilo que nos diz respeito*” (Simmel, 1990, pg. 259).

¹⁹⁴ A introdução da Economia Monetária tendo assim o resultado de estabelecer a distinção entre a *racionalidade formal* da gestão econômica – como “*grau de cálculo que lhe é possível aplicar efetivamente*” e a sua *racionalidade material* como “*abastecimento de bens [...] por meio de uma ação social de cunho econômico, orientada por postulados de valor (de qualquer espécie)*” (Weber, 1984, pg. 64, grifos do autor).

demandado ao mesmo tempo para diversos empreendimentos individuais (e_{ij}). A disputa dos recursos entre empresários individuais resultando, portanto, numa taxa de juros de equilíbrio (i) que determina *quais* empreendimentos serão realizados, mas de forma tal que o *quantum* de investimento agregado seja idêntico ao *quantum* de poupanças oferecidas. A representação gráfica deste esquema pode ser feita assim:



Tal equilíbrio entre recursos disponíveis e montante de investimento efetivamente realizado, no entanto, deve ser feito de modo sincrônico, o que significa omitir o elemento diacrônico da remuneração dos investimentos, cujos retornos estão dispostos no decorrer do tempo, assim:



Havendo retornos diversos para cada empreendimento individual distinto – seja quanto ao prazo, seja quanto ao valor – é necessário estabelecer uma simetria intertemporal entre as datas dos retornos aos investidos e as datas de pagamento aos poupadores pelos recursos utilizados. Ocorre, no entanto, que o caráter estritamente monetário destes pagamentos será exatamente o elemento que, ao mesmo tempo em que permite a racionalidade formal de sua administração, estabelece que haja uma assimetria intertemporal entre as expectativas de retorno dos poupadores e as escalas efetivas de retorno dos investidores. A ocorrência desta assimetria é um problema adicional para o ordenamento da Economia Monetária: não se trata apenas de garantir uma remuneração “justa” aos investimentos realizados, mas também uma remuneração cuja “justeza” leve em conta o tempo próprio de cada investimento.

Como coloca Simmel, o elemento nominalista da Economia Monetária – a redução de todos os fluxos relacionais a quantidades de moedas – visaria basicamente favorecer a determinação individual livre da extensão das “cadeias teleológicas” esperadas.¹⁹⁵ Tanto poupadores quanto investidores podem soberanamente decidir, de acordo apenas com suas disposições individuais, sobre o intervalo de tempo a decorrer antes que a colocação monetária por eles realizada converta-se num objeto – no caso do investidor – ou numa quantidade ampliada de moeda – no caso do poupador. Não há relação necessária entre o tempo necessário para que cada investimento “dê fruto” e o tempo esperado para que o poupador se reaproprie da poupança por ele emprestada para a aquisição de um

¹⁹⁵ “A Moeda representa a síntese mais elevada possível de um puro instrumento pelo fato de não possuir qualidades específicas para um específico, consistindo apenas numa ferramenta para a aquisição de valores concretos, cujas oportunidades de uso são sempre as mesmas a qualquer momento do tempo e para qualquer objeto” (Simmel [1990], pg. 214, grifo meu). O empréstimo de uma poupança, no entanto, implica em manter moeda – ainda sob a forma de “puro instrumento” do ponto de vista do emprestador – desprovida, por um espaço de tempo mais ou menos longo, da sua característica essencial de poder de disposição apto a converter-se em qualquer objeto a qualquer tempo.

determinado bem. A assimetria intertemporal Poupança/Investimento decorre diretamente da automização das cadeias teleológicas individuais no interior da Economia Monetária, como condição endógena da mesma economia de mercado. Trata-se de condição que necessita de algum recurso para solucioná-la – que implicará numa redução da autonomia original concedida idealmente aos agentes econômicos.¹⁹⁶

Existe, assim, um problema de assimetria intertemporal entre Poupança e Investimento. A existência de tal assimetria é uma decorrência inevitável da “individualização” da alocação de recursos econômicos de forma não-coercitiva, numa Economia Monetária. Os indivíduos visam, ao mesmo tempo, maximizar o retorno monetário de suas poupanças no prazo mais rápido possível; o mesmo objetivo será buscado pelos investidores, que, no entanto, realizam os seus retornos de acordo com o tempo de produção necessário para que o investimento venha a dar fruto. Tal ordenamento pode ter como efeito, ou uma ociosidade de recursos disponíveis face às oportunidades de fato existentes (excesso de Poupança), ou um excesso de empreitadas iniciadas sem recursos que permitam o seu prosseguimento (escassez de Poupança). No entanto, para que tal invalidasse o ordenamento de Mercado, teríamos de provar: primeiro, que este problema de composição não pode ser resolvido pelo ajuste das expectativas individuais mediante introspecção dos agentes – mediante a revisão de suas expectativas de ganhos elevados de curto prazo; segundo, teríamos de provar que a alocação de recursos por vias de expectativas individuais de retorno monetário é usualmente inferior à alocação direta de recursos materiais por uma instância “externalizada”. Provar esta última proposição é extremamente difícil. E isto, não só devido aos imensos problemas de coleta de todas as micro-informações necessárias para fundamentar os macroplanos; mas também pelo fato de que a alocação não-monetária de recursos implicaria num elemento necessariamente coercitivo que recriaria tensões supostamente eliminadas pela gestão puramente monetária – disputa política de recursos, interesse das burocracias de ampliação dos seus *staffs*, legislação em causa própria etc. Seria necessário provar, assim, não tanto que ocorram custos gerados pela assimetria numa Economia Monetária, mas sim que o custo alternativo da gestão não-monetária seja significativamente inferior.

Os defensores do ordenamento liberal consideram é que a existência de uma instância reguladora sobre as expectativas e demandas individuais tende, muito simplesmente, a introduzir um elemento adicional de *self-delusion* por parte dos

¹⁹⁶ Cf. Santos [1988], pgs. 82-83.

planejadores, que tendem a operar, tanto quanto os agentes individuais, sobre expectativas que condicionam sua interpretação de informação relevante (supondo que tenham acesso a tal informação). Dado o maior poder de comando do agente-supra-individual (o Estado, ou a Autoridade Monetária, ou ambos) sobre os recursos disponíveis – *i.e.*, dada sua maior capacidade de manipular estes recursos de acordo com as suas expectativas próprias – a presença do agente ordenador tende, apenas, a aumentar a amplitude das flutuações do nível de atividade econômica provocadas por expectativas não-realizáveis.

Episódios como o da revalorização da Libra em 1926, descrito no capítulo anterior, poderiam ser explicados, de acordo com os liberais, da seguinte forma: o erro fundamental, gerador de toda a crise, não foi senão dos agentes paraestatais que, baseados na expectativa de atraírem capitais americanos abundantes para a sustentação da Libra, resolveram determinar a revalorização imediata, com todo o seu corolário de desemprego e/ou compressão salarial, fortalecimento da posição dos credores *vis-à-vis* dos devedores, etc. deste ponto de vista podem-se sustentar duas proposições apenas aparentemente contraditórias: primeiro que a abolição do padrão-ouro tenha sido, em princípio, má, pois sujeitava o poder de compra da moeda à sua gestão política; mas, uma vez abolido, o padrão-ouro não deveria ser restaurado sem ser precedido de um longo período de ajuste que permitisse a todos os agentes econômicos reajustarem suas expectativas individuais de restauração. Esta explicação considera que a restauração da “verdade monetária” de forma súbita teria operado como mais um golpe de força de interesses setoriais operando através do aparato estatal, em prejuízo da confiabilidade geral do sistema monetário como simples instrumento de representação. Em suma: o aparato paraestatal do Banco da Inglaterra teria aumentado o problema da coordenação dos interesses particulares ao operar, não como representação do Interesse Geral ou de algum interesse setorial já existente, mas apenas como um interesse setorial *a mais*.

O economista sueco Wicksell, no final do século XIX, tinha estudado este problema de coordenação, da seguinte forma: idealmente, deve existir uma quantidade de Moeda em circulação suficiente para financiar as várias trocas que os agentes econômicos desejem realizar entre eles num dado período de tempo. Em torno desse volume ideal de Moeda, podemos organizar um sistema de preços estáveis, como representação de um equilíbrio entre trocas que não resulte em vantagens para as partes contratantes que não as contidas na posse dos bens trocados. Este “equilíbrio indiferente”, no mercado de crédito, seria representado por uma taxa de juros *natural* – ou mais exatamente, uma taxa de juros

viável, no sentido de garantir um equilíbrio estável entre as posições credoras e devedoras.¹⁹⁷

Ocorre, no entanto, que este equilíbrio estável tende a ser constantemente eludido, em função do próprio modo de organização das instituições financeiras privadas. O estabelecimento desta taxa viável, em termos estáveis, necessitaria a centralização das operações de crédito num número reduzido de instituições com acesso ao fluxo de informações relevantes. Mas o desenvolvimento histórico concreto da atividade de crédito estabeleceu que estas instituições formassem-se, não como instituições especiais, públicas, de empréstimo, mas a partir dos bancos privados, cuja função original era a de atuarem como meras instituições de custódia. Os “bancos de giro” medievais não tinham sido concebidos como instituições de crédito e estavam proibidos de emprestar dinheiro a juros.¹⁹⁸

Estes “protobancos”, mais aparelhados em termos de informação relevante sobre mercados do que os prestamistas da época, podiam oferecer crédito a juros muito mais baixos. Estando legalmente impedidos de fazê-lo, passaram a lançar mão do recurso de um depósito fictício na conta do tomador do empréstimo, no chamado “sistema inglês” ou “escocês”.¹⁹⁹ A mesma quantia, lançada no haver bancário quando posta em custódia, passou a ser lançada duplamente no mesmo haver quando emprestada, continuando a ser movimentada pelo custodiante e pelo emprestado, de forma total independente. Em outras palavras, os bancos passaram *a criar moeda*: o exercício da sua atividade privada levou-os a apropriarem-se de uma função estatal. Ou, em outras palavras, o interesse particular manipulou a função geral de acordo apenas com suas expectativas e interesses próprios.

Em períodos de expectativas otimistas, os bancos multiplicavam empréstimos – multiplicando, assim, o dinheiro em circulação – a uma taxa de juros *bancária* baixa; mas, ao aumentarem a moeda em circulação, contribuíam para inflacionar preços e criavam involuntariamente um aumento dos custos operacionais de seus financiados, que começavam a encontrar dificuldades para realizarem os lucros à taxa real (descontada a inflação) esperada. Diante dos primeiros sinais de inadimplência em termos de retornos reais, o volume de empréstimos caía e a taxa de juros subia; havia uma redução brusca da moeda circulante e uma queda de preços; o mercado retraía-se e a condição de inadimplência – contra a qual os bancos queriam defender-se – tornava-se generalizada,

¹⁹⁷ Wicksell [1988], pgs. 199 e 275.

¹⁹⁸ Wicksell, *ibid.*, pg. 207.

¹⁹⁹ Wicksell, *ibid.*, pg. 212.

até que os bancos absorviam os prejuízos e voltavam a emprestar com facilidade. A taxa bancária – ou *monetária* – de juros tendia, assim, a executar um movimento pendular, estando ora acima, ora abaixo da taxa natural.²⁰⁰

A gestão racional da economia de mercado depende, historicamente, da centralização do crédito nos bancos – muito especialmente para garantir a circulação rápida do crédito em “sintonia fina” com as necessidades da transação; Wicksell sustenta claramente esta opinião.²⁰¹ Uma rede de usuários não poderia fazê-lo, especialmente por não poder contar com a vantagem dos bancos em terem como ponto de partida depósitos captados a custo zero. Na posição dos bancos, portanto, há uma interpenetração originária entre o seu papel instrumental como meio de circulação de Moeda e Crédito, e seu interesse particular como emprestadores e criadores de massa monetária: os bancos satisfazem as necessidades do público emprestando a título privado; a taxa de juros, como variável do ajuste, depende tanto da demanda pública quanto das expectativas privadas dos banqueiros.

Assim, a formulação de Max Weber, de que a ordem de Mercado se caracterizaria pela “organização Industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunidades políticas ou especulativas”,²⁰² não se justifica, já que esta organização industrial foi um produto do Capital Financeiro, orientado por preferências políticas e expectativas especulativas. Apenas, diversamente dos velhos empresários e especuladores, o Capital Bancário não opera à contracorrente do “estado geral das coisas” senão que cria uma ordem geral das coisas que corresponda a suas expectativas.

²⁰⁰ Wicksell, *ibid.*, pg. 275; sobre o desenvolvimento desta idéia do ciclo econômico como fenômeno bancário e de reversão de expectativas, ver o trabalho de Castro [1979, Cap. VI]; parece-me duvidoso, no entanto, atribuir a paternidade de tal teoria do ciclo a Marx, que muito embora tivesse adiantado a idéia da taxa de juros como variável convencional, encontrava-se demasiadamente preso à idéia da crise como uma contradição entre o interesse “real” e o interesse “monetário”, como intrusão anti-funcional do Capital Financeiro no mundo da produção: a Moeda deve de alguma forma adaptar-se às necessidades da produção e circulação (v. o comentário de Wicksell sobre esta visão de Marx em *ibid.*, pg. 250). É pena que os marxistas queiram teorizar em cima desta noção de uma separação rígida entre o Interesse Privado e a Esfera Pública feita por Marx, que não passa de um cacoete iluminista da dicotomia Sociedade Civil/Estado – a principal contradição do Capitalismo estando no fato de que *suas instituições públicas estão ontologicamente contaminadas de interesse privado incontrolado e desproporcionalmente representado*. A doutrina do ciclo de Wicksell só é “marxista” na medida em que foi apropriada por Hilferding [1985], e depois por Lenin – que, no entanto, em nome da ortodoxia maxiana, resolveu colocar a Produção prevalecendo sobre a Moeda e estabeleceu que o controle do Capital Financeiro sobre a atividade econômica devia necessariamente resolver-se sob a forma de um vínculo de propriedade privada formal, sob a forma de monopólio (Lenin, 1985, pgs. 226 e segs.). Trata-se, no caso, da agregação ao marxismo de um segundo cacoete teórico do final do século XIX: a idéia de que a análise “materialista” deve tratar o mundo da produção – *i.e.*, as reações físico-químicas e motoras a ele associadas – como um *Das Dinge*, uma coisa em si pertencente a esfera do ontológico. Não é preciso insistir que a metodologia científica predominante nos 1890s é basicamente positivista e neo-Kantiana.

²⁰¹ Wicksell [1988], pgs. 202 e 204/205.

²⁰² Wber [1985], pgs. 7/8.

3.3. Moeda e Capitalismo no *Tratado sobre a Moeda*.

Quando Keynes, no início da década de '30 publica o seu *Tratado Sobre a Moeda* [*Treatise on Money*], ele iniciará a análise da Moeda a partir de dois pontos de partida: (a) como a moeda pode exercer seu papel de representação de forma a permitir a coordenação intertemporal das atividades dos agentes privados; (b) se tal atividade de coordenação pode chegar a dotar-se de mecanismos que determinem que tal coordenação assegure uma maximização global do produto não-randônica e, portanto, dotada de equilíbrio dinâmico.

Keynes começar por indagar: qual a caracteriologia da Moeda? Que espécie de representação torna-se possível a partir dos valores monetários? Ao responder, ele começar por negando que o caráter relacional da Moeda – *i.e.*, sua função como meio de troca neutro que medeia entre as demais mercadorias – seja exclusiva. O equilíbrio estático entre bens trocados pode ser alcançado mediante sistemas de convenção organizados em torno de quaisquer mercadorias. Tais sistemas de representação complexos (em que vários bens podem ser utilizados como meio de troca, ou onde as razões de troca são convencionais) apresentam, sobre o sistema de troca simples entre pares de mercadorias, a vantagem de incorporarem ao ato de troca uma representação das circunstâncias não só objetivos, como subjetivas de intercâmbio – circunstâncias estas, em sociedades arcaicas, relacionadas basicamente a trocas cerimoniais, prêmios, oferendas religiosas, onde as razões entre os bens trocados são estabelecidas a partir do julgamento individual dos participantes e assistentes da troca.²⁰³

Qual a característica ontológica da Moeda, de acordo com a evidência histórica dos textos? Segundo Keynes, a instituição da Moeda cunhada, como peso padrão de metal garantido pelo Estado – que dispensava, teoricamente, as partes da troca da verificação de peso e de pureza – foi atribuída pelos gregos aos semilegendários legisladores antigos, que

²⁰³ “*Estes padrões vagos seriam perfeitamente satisfatórios para os fins semi-econômicos a que se destinavam. Por exemplo, poderíamos falar de um homem rico medindo sua riqueza em cabeças de gado ou ovelhas; fixar uma escala de multas ou penas judiciais nestes mesmos termos; estabelecer prêmios costumeiros... O elemento vago destes padrões não importaria muito. Se o vencedor de uma competição atlética recebesse um animal em más condições, o organizador receberia a pecha de avaro...; mas isto seria o pior que poderia acontecer*” (Keynes, *CW*, XXVIII, pgs. 256/257 – grifo meu). A evidência utilizada por Keynes quanto ao caráter costumeiro das razões de troca utiliza-se basicamente de evidência – literária e arqueológica – sobre tais padrões na Antigüidade Clássica, que toma como ponto de partida a famosa descrição de uma troca cerimonial na *Iliada*, VI, 234/236, onde um herói homérico, por erro de julgamento induzido pelos deuses, troca uma armadura de ouro por outra de bronze, “*o valor de cem bois pelo preço de nove*”. A exegese deste e de outros textos por Finley [1982, pgs. 65/68, 95/100] confirma as conclusões de Keynes, que enfatiza o elemento costumeiro da troca como contingente, sujeito às apreciações subjetivas contraditórias, e portanto, portador de tensões internas à ordem de significância por ele mesmo estabelecida (sobre as inconveniências de uma análise da troca como fixidez da estrutura, como postulado desde Lévy-Strauss, v. Aglietta & Orléan [1990, pgs. 32/33]).

desejavam regular o pagamento das dívidas pessoais dos homens livres empobrecidos *vis-à-vis* de seus credores aristocráticos de forma a evitar a escravidão por dívidas. Sólon, diz Keynes, converteu dívidas expressas em quantidades físicas de metal precioso em quantidades de moeda, ambas medidas pela mesma unidade de mensuração, o dracma – apenas com a ressalva de que o peso em metal do dracma-moeda representava 73,50% do dracma-peso.²⁰⁴ Assim, “Sólon, percebendo em sua sabedoria... que o interesse da sociedade pedia que o peso... dos velhos direitos sobre o trabalho vivo devia ser aliviado, tornou-se o primeiro de uma longa série de estadistas – o último dos quais foi Lenin – ... que deliberadamente empregaram a desvalorização sabiamente no sentido de diminuir o peso do capital privado ou de solapar suas fundações”.²⁰⁵ A Moeda, portanto, surgiu como instrumento político de determinação dos valores das dívidas privadas, como instrumento regulador do valor contratual de pagamentos futuros,²⁰⁶ visando o equilíbrio dinâmico entre expectativas individuais de retornos privados. A Moeda existiria, assim, não como um instrumento de regulação das razões de troca *presentes*, mas como representação genérica das expectativas de retornos *futuros*: sua qualidade ontológica não seria a de meio de troca, mas de *meio de conta* [*Money-of-Account*].²⁰⁷

Ao determinar que a quantidade monetária não seja a forma fenomênica da Moeda de Conta,²⁰⁸ e sim a representação genérica do Poder de Compra [*General Purchasing Power*]²⁰⁹ sobre bens futuros, Keynes estabelece que tal expressão fenomênica é originariamente um atributo ao Estado; a imposição de um determinado padrão monetário como *legal tender* seria algo como um dicionarista que obrigasse uma população ao uso de um idioma de sua própria criação, cujo vocabulário estivesse contido num dicionário de uso obrigatório.²¹⁰ Assim, a Moeda, suposto meio de expressão, segundo Simmel, das expectativas individuais singulares, que nela encontrariam a possibilidade de expressarem-se por um meio de troca neutro, em Keynes é uma categoria estruturante, um significante que delimita as expectativas individuais com sua forma de expressão obrigatória. Esta instância estruturante é diretamente política desde o momento da sua criação e, como tal,

²⁰⁴ Keynes, *CW*, XXVIII, pg. 224.

²⁰⁵ Keynes, *ibid.*, pg. 227.

²⁰⁶ Keynes, *A Treatise on Money* [TM], v. 1, pg. 3.

²⁰⁷ Keynes, *ibid.*, *loc. cit.*. Os próprios preços monetários – anunciados ao comprador potencial ao invés de resultarem da barganha prévia à troca – devem ser considerados como ofertas contratuais para compra futura (Keynes, *ibid.*, *loc. cit.*).

²⁰⁸ Keynes, TM, v.1, pg. 4.

²⁰⁹ Keynes, TM, v.1, pg. 3.

²¹⁰ Keynes, TM, v.1, pgs. 4/5.

funciona como *locus* de expressão e de defrontamento agônicos dos interesses individuais.²¹¹ De fato, o poder de emitir Moeda deriva de disputas sobre a soberania política, soberania esta expressa pela manipulação do meio de conta de expressão de dívidas e de regulação da relação devedores/credores. Tal manipulação de forma fenomênica por acesso ao significante é a base da dicotomia entre o valor legalmente atribuído à Moeda e o valor a ela atribuído privadamente; a existência de avaliações rivais do valor da Moeda é algo que pertence à sua história inconstitucional.

Keynes chama a atenção para a evidência arqueológica de que as moedas da Antigüidade Clássica circulavam com defeitos de cunhagem, limadas pelos cambistas, adulteradas na sua liga pelos moedeiros, de tal forma que seu peso real de metal precioso era sempre inferior ao peso *standard* determinado pela autoridade Estatal.²¹² Gregos e romanos freqüentemente aceitavam o valor da face da Moeda como valor real – em pequenas compras – ou eram obrigados a fazê-lo – no caso de pagamentos feitos pelo Estado,²¹³ mas em caso de grandes operações privadas de compra e venda, lançavam mão da balança do cambista, liquidando a operação em termos de um peso em metal, e não de uma quantidade de peças de moeda.²¹⁴ A existência da *seignorage*²¹⁵ estatal determinava a formação da resistência privada. No caso da Antigüidade Clássica, tal resistência era expressa pela reversão da moeda, de unidade de conta, a simples meio de troca como peso em metal. Numa Economia Monetária, o setor privado pode manipular, como moeda rival à Moeda Estatal, os *Títulos de Confissão de Dívida* – e.g. as “letras de câmbio” medievais, os *assignats* da Revolução Francesa (títulos de dívida que circulavam no mercado privado com um deságio pesado), etc. Mas aqui o movimento se dá num sentido inverso ao do caso antigo: se antes tínhamos um retorno ao uso de um meio de troca que coincidia fisicamente com o meio de conta (o peso do metal), agora temos exatamente um movimento de criação de uma moeda rival à estatal que surge como convenção pura: o título da dívida tem um valor de face em unidades de moeda, mas não depende do lastro desta moeda para atuar como unidade de conta. Ele é uma moeda desvinculada de um

²¹¹ A troca simples esgota-se em si própria, enquanto a troca monetária, dependente da instituição do meio de conta como equivalente geral, implica em concentrar as expectativas dos portadores de recursos sobre o número, tornado como força de Lei (cf. Aglietta & Orléan [1990], pgs. 57/65).

²¹² Keynes, CW, XXVIII, pg. 250 – Keynes apela neste texto para a sua autoridade de numismata, que foi um dos seus múltiplos *hobbies*.

²¹³ Keynes, *ibid.*, pg. 251.

²¹⁴ Keynes, *ibid.*, pg. 254.

²¹⁵ *i.e.* de uma taxa informal sobre a emissão de moeda expressa pelo curso forçado de Moeda abaixo do seu peso específico legal.

padrão físico objetivo;²¹⁶ é o que Simmel denominaria de “moeda nominal”, e que Keynes denomina *Moeda Representativa* [*Representative Money*].²¹⁷

As origens históricas do sistema monetário determinam assim que, na sua origem, a moeda estatal tenha a forma arcaica de moeda como quantidade física de uma dada mercadoria – *Moeda Mercadoria* [*Commodity Money*] – ou então, de moeda sem valor intrínseco, mas com um valor convencional associado ao valor desta mercadoria; é a *Moeda Administrada* [*Managed Money*], da qual a moeda de padrão-ouro é o exemplo mais notável. Infelizmente, a forma própria da Moeda Representativa, como moeda produzida privadamente (mas não como *moeda privada*: o valor dos títulos da dívida é representado necessariamente em termos de quantidade de moeda estatal), seria a *Moeda Bancária* [*Bank Money*].

A criação de Moeda faz parte de dois pólos concorrentes – Aparato Estatal e Sistema Bancário – representa um ato de soberania por parte do aparelho emissor, uma geração autônoma de poder de disposição sobre recursos econômicos ativamente apropriados por cada um dos pólos emissores. Mas é o pólo estatal que, impondo uma moeda de curso forçoso, e um padrão de conta a ela associado, permite ao pólo privado emitir títulos da dívida cujo valor é expresso em termos de quantidades de moeda estatal – sendo dotados, para o público, da mesma confiabilidade desta. No entanto, enquanto o padrão monetário estatal permaneceu atrelado à forma da Moeda Mercadoria, ou Representativa – *i.e.* a moeda como massa metálica, ou como representação desta massa – o Estado possuiu uma limitação à expansão da oferta monetária – e, portanto, do seu poder de disposição – limitação que esta não se aplicava aos bancos, que podiam expandir a produção de Moeda Bancária livremente, a partir da simples criação de novos depósitos bancários – a qual pode ser virtualmente ilimitada, dependendo da coordenação mútua entre as instituições bancárias.²¹⁸ Os bancos não apenas criam ativamente Moeda Bancária – ao emprestar ou tomar emprestado – como também podem dispor passivamente da moeda bancária que lhes é criada pela abertura de novos depósitos – o que pode ser feito, inclusive, por outros bancos.²¹⁹ Se nas economias arcaicas era o Estado que podia tomar carona em padrões de troca geralmente aceitos para impor a aceitação de moeda de curso forçoso aos indivíduos, numa Economia Monetária – na sua forma original de economia de padrão-ouro – é o setor privado que toma carona na confiabilidade da Moeda

²¹⁶ Keynes, TM, pg. 11.

²¹⁷ Keynes, *ibid.*, pgs. 5/6.

²¹⁸ Keynes, *ibid.*, pg. 26.

²¹⁹ Keynes, *ibid.*, pgs. 23/25.

Administrada, sujeita a uma limitação intrínseca na sua oferta (existência de reservas) para crescer seu poder de disposição pela emissão de Moeda Bancária. A forma genérica da Moeda enquanto meio de conta surge, assim, como condição prévia da organização de soberanias privadas como poder de disposição que se expande em direção ao futuro como controle planejado de recursos com vistas aos seus rendimentos esperados.²²⁰ Neste ponto, a contradição intrínseca da Economia Monetária é que, em sendo monetária, ela está necessariamente *organizada* enquanto plano previsível; mas seus *resultados* são os do *agon* entre os planos individuais que buscam cada um, a sua parcela de soberania como controle, não só sobre a base produtiva, mas também sobre a própria superestrutura organizacional.

A politização da Ordem Monetária é generalizada quando o Estado busca reapropriar sua soberania na medida em que rompe com o padrão-ouro e estabelece um padrão monetário não referido a qualquer padrão objetivo: a Moeda Fiduciária [*Fiat Money*]. Com o surgimento desta instituição – historicamente associada às necessidades autônomas de financiamento de atividade estatal – desaparece qualquer referência a um padrão objetivo: a ordem monetária passa a estar abertamente referida à ordem política.

A taxonomia da Moeda realizada por Keynes no Tratado (Figura 2) visa salientar o fato de que o processo histórico de multiplicação das formas de Moeda está ligado ao abandono das quantidades físicas como padrões objetivos de medida de valor.²²¹ Na

²²⁰ Em sendo assim, a afirmação de Clarke [1988, pg. 236], de que Keynes não teria desenvolvido o caráter contraditório da Moeda enquanto Capital (*i.e.* seu papel com instrumento de socialização do processo produtivo e como instrumento de apropriação privada) só pode justificar-se em função do velho cacoete marxista, já tratado acima, de considerar o mundo das mercadorias físicas como o *Das Dinge*, relegando os fenômenos da esfera monetária ao limbo das patologias setoriais produzidas pela crise geral do sistema produtivo (inflação por aumento “excessivo” de preços provocados pelos “monopólios”, escravidão dos juros”, “descontrole” do sistema fiscal). Em questões monetárias, os economistas marxistas geralmente compartilham com a Escola Austríaca o fato de considerarem a Moeda como um meio de troca estático, um “duplo” simbólico do mundo físico das mercadorias – com o resultado de que, não podendo postular, como Hayek, a estabilidade intrínseca da ordem dos interesses individuais, são obrigados a oscilarem entre a profecia escatológica e a prédica em favor do “capitalismo organizado”. O resultado é que, desde a década de '30 – quando o caráter monetário das crises econômicas é acentuado – a economia marxista resume-se a um núcleo duro desprovido de um cinturão protetor próprio e incapaz, portanto, de suscitar qualquer espécie de atividade de atualização pela via da *praxis*. Para esta reconstrução de uma *Grand Theory*, seria indispensável tomar como ponto de partida a proposição de Rosa Luxemburgo: “*na economia capitalista a Troca domina a Produção (i.e., a Produção depende em grande parte das possibilidades [i.e. expectativas] do Mercado*” (Luxemburgo, 1986, pg. 69 – grifo da autora).

²²¹ Keynes, *TM*, v.1, pg. 11.

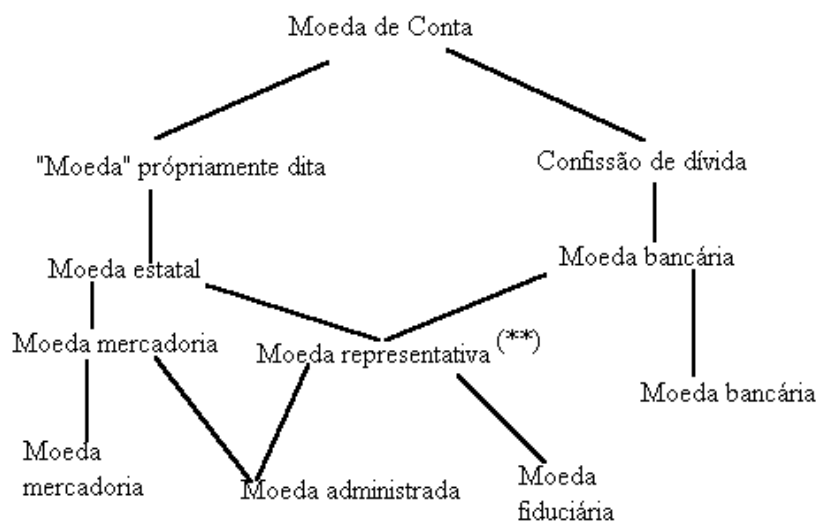
Figura2: Fonte: Keynes, *TM*, v.1, pg. 9.

NOTA:(*) Os diversos níveis da “árvore genealógica” representam etapas ideais de diferenciação entre formas geralmente admissíveis de moeda. Não representam épocas históricas, nem tampouco estão associadas ao uso *de facto* das formas monetárias nelas representadas (a época histórica atual reconhece a moeda metálica e a de padrão-ouro como moedas, ainda que só utilize-se do *Fiat Money* e da Moeda Bancária).

medida em que os bancos aumentam seus depósitos – pela concessão de empréstimos – ou os depósitos de outros bancos – pela transferência interbancária dos mesmos – pode-se dizer que a ação “simpática” dos bancos, no dizer de Keynes, pode garantir uma expansão praticamente ilimitada da quantidade disponível de Moeda Bancária. O único limite deste processo de criação “simpática” de Moeda encontra-se nas expectativas subjetivas partilhadas pelos agentes individuais envolvidos – *i.e.*, bancos e tomadores de empréstimos. A existência destas “simpatias” deriva da existência de expectativas, por definição, *individuais* – pois estão relacionadas a projetos individuais – mas que se comunicam a outros projetos individuais, convertendo-se, sempre “simpaticamente”, em um “clima de opinião”, em uma expectativa *genérica* que não está apoiada em qualquer vínculo de cooperação objetivo entre partes.

FIGURA 2: A TIPOLOGIA DA MOEDA EM KEYNES(*)

FIGURA 3: A TIPOLOGIA DA MOEDA EM KEYNES(*)



(**) A posição da Moeda Representativa como “descendendo” da Moeda Bancária e da Moeda Estatal deve-se ao caráter de fé pública conferido pelo Estado aos títulos privados de dívida.

A idéia do cálculo econômico como cálculo simpático parece bizarra ao senso comum, que deseja fundar as expectativas dos agentes individuais – especialmente as dos capitalistas individuais – num padrão rigorosamente objetivo: a existência de recursos naturais, de reservas de mão-de-obra, de capitais ociosos concretos, etc. Tal senso comum desejaria que a escolha subjetiva de um projeto econômico fosse feita mediante avaliação de probabilidades de êxito e de retorno de vários projetos tomados em isolamento mútuo uns dos outros: algo assim como a decisão de compra de uma pule num hipódromo, onde o apostador avalia o potencial físico do cavalo isolado e a habilidade individual do jóquei.

Diferentemente, no entanto, de uma economia arcaica – onde a circulação dos bens faz-se de forma a esgotar-se num dado momento, para recomeçar no futuro, com os agentes partindo a cada momento de uma posição neutra – a Economia Monetária fundamenta-se na existência de uma massa de Moeda que se encontra em permanente movimento de expansão/contração, mediante interpenetração das trocas (a despesa de um agente é a receita de outro) e criação de Moeda Bancária, para permitir a realização destas trocas. Ao manipularem o *quantum* de Moeda disponível na economia para a realização dos seus objetivos individuais, os agentes econômicos isolados modificam não só as expectativas dos demais agentes, como as possibilidades objetivas de realização dos seus planos.

Imaginemos uma situação tratável pela Teoria dos Jogos: um jogo de roleta. Se um dos jogadores começa a ganhar várias vezes sucessivas, é fora de dúvida que grande parte dos jogadores presentes passa a acompanhar suas escolhas. Ocorre, no entanto, que tal movimento simpático não possui estabilidade dinâmica; por maior que seja o número de jogadores colocando fichas sobre as escolhas do vencedor, uma única escolha errada e o ganho agregado será totalmente cancelado: a existência de uma expectativa compartilhada não tem o poder de alterar a ambiência comum dada; o acúmulo de fichas sobre um dado número, cor ou dúzia não altera os movimentos da roleta. Toda a Teoria dos Jogos fundamenta-se em situações deste tipo: os agentes individuais defrontam-se, com suas crenças e expectativas, a uma realidade objetiva tomada como um dado.

A idéia do movimento simpático em Keynes visa dar conta de situações diversas. Imaginemos um movimento especulativo sobre algumas poucas ações na Bolsa de Valores: na origem, este movimento parece refletir apenas apreciações “especulativas”, no

sentido de crenças subjetivas não validadas por qualquer avaliação objetiva. No entanto, uma firma pode puxar para cima, por um período breve, o preço de suas ações em bolsa, de forma a obter melhores preços de venda para uma emissão de ações novas por subscrição (os preços de subscrição dependendo dos preços de bolsa, embora não sejam os mesmos). O aumento de capital próprio assim obtido permite à firma colocar em execução alguns projetos novos que ainda não tinha conseguido executar por falta de recursos; com o anúncio do início dos projetos, os preços das ações da firma na Bolsa aumentam ainda mais. Pode-se argumentar que é este último aumento de cotações que se funda numa apreciação correta e objetiva da situação por parte dos agentes; mas foi o aumento especulativo anterior que gerou as condições objetivas sem as quais a expansão posterior das cotações não seria possível. A evidência histórica mostra que a organização de uma Economia Monetária iniciou-se sempre da mesma forma: institui-se uma Autoridade Monetária (estatal ou paraestatal) que passa a emitir títulos de dívida contra determinadas garantias reais (geralmente empreendimentos coloniais, obras públicas, ou bens imóveis); a boa aceitação destes títulos de dívida determina sua utilização pelo mercado de crédito; a existência deste crédito abundante facilita a mobilização de recursos para outros investimentos; num dado momento, no entanto, os retornos dos títulos de dívida não parecem suficientes para o público; os títulos perdem a aceitação e a Autoridade Monetária entra em bancarrota. No entanto, quando a bancarrota termina, percebe-se que houve uma desvalorização interna da riqueza “velha” colocada em haveres monetários, e que foi formada uma imensa riqueza “nova” fundada na aquisição de haveres para novas atividades, financiada exatamente pela emissão de títulos de dívida.²²² O elemento supostamente irracional do processo – a formação de expectativas simpáticas – é a causa da reordenação da estrutura produtiva. Pois a Economia Monetária não distingue entre expectativas “naturais” e “antinaturais”, “sólidas” e “especulativas”: ela distingue apenas entre projetos realizados e não-realizados, em termos dos objetivos e do poder de disposição de recursos das partes envolvidas.

²²² O processo de desenvolvimento pode recomeçar apenas com o “enterro” das “moedas podres” como direito adquirido sobre recursos que podem ser transferidos para as atividades emergentes. Esta foi uma posição mantida por Keynes desde o início da sua carreira intelectual: considerar velhas dívidas como intangíveis significa preservar o *vested-interest* dos portadores de posições credoras, geralmente em uma posição de “conexão especial” com o aparato estatal. Era este o fundamento de sua proposta de abolição das dívidas externas entre os países aliados no Pós-1ª Guerra Mundial: “*No que diz respeito às dívidas internas, há partidos interessados de ambos os lados; trata-se de uma questão de distribuição interna de rendas [sic]. [Mas], no caso da dívida externa... [trata-se de evitar] que as nações credoras sofram a inconveniência de associarem seus interesses à manutenção de um determinado tipo de governo ou de organização econômica nos países credores. Conflitos de alianças ou ligas nada são, em comparação com as complicações das dívidas monetárias*” (Keynes, CW, V.II, pg. 177 – grifos meus).

O fato é que a quantidade de Moeda existente, a cada momento, em circulação no sistema econômico não é *a priori* proporcional ao volume de transações efetivamente realizadas nesta mesma economia. É a existência do multiplicador bancário que permite que, *ex post*, o volume de Moeda existente possa (mas não necessariamente o faça de fato) ajustar-se ao nível de transações realizado; no que diz respeito ao seu valor presente a cada momento, os depósitos preenchem uma função de reserva de valor e não de meio de cálculo. Tal significa que a Moeda serve para a contabilidade *Ex Post* de ganhos e perdas, mas não prepara o cálculo racional *Ex Ante*, como desejava Weber. A existência do “multiplicador bancário”, de fato, faz com que os valores monetários sejam *fundamentalmente instáveis*, o que determina que as decisões de negócio – e principalmente as decisões de investimento – não dependam, em última instância, de cálculo. Elas dependem de expectativas “simpáticas” – na medida em que se referem ao “estado dos negócios”, e não à firma ou indivíduo enquanto tal – cuja racionalidade não pode ser estabelecida como um *a priori*.

Keynes aponta para uma dualidade fundamental das funções da circulação da Moeda: de um lado, ela destina-se a financiar compras e vendas correntes, a embasar relações de troca instáveis, expressa sob a forma de preços: é o que Keynes denomina Circulação Industrial da Moeda (*Industry*). De outro lado, a circulação monetária visa a compra e venda de *direitos de propriedade* – ou mais exatamente, dos *títulos* representativos destes direitos: é o que Keynes chama Circulação Financeira (*Finance*).²²³

Existe uma parcela da circulação de moeda que é funcionalmente justificada pela necessidade de acudir à realização de transações correntes presentes, de acordo com critérios racionais de troca. Mas existe outra circulação monetária que está referida exatamente a expectativas disruptivas da ordenação estável de trocas: a apropriação de direitos de propriedades sobre ativos como base da especulação sobre mercadorias – *i.e.*, como expectativas de uma elevação em curto prazo dos preços de determinados bens de forma não imediatamente comunicável aos preços dos demais.²²⁴ Mas são estas expectativas de ganhos irracionais do ponto de vista do equilíbrio estático que estão na base de todo fluxo dos novos investimentos. Há uma assimetria entre a racionalidade *presente* do sistema econômico e a necessidade de assegurar sua racionalidade *futura* – em

²²³ Keynes, *TM*, v.1, pg. 243.

²²⁴ Keynes, *ibid.*, pg. 247.

outras palavras, de garantir que as expectativas criem as condições de sua auto-realização.²²⁵ Quais os mecanismos viabilizadores desta estratégia?

O primeiro elemento a constatar refere-se aos termos em que o problema deva ser colocado. O problema *não* é de correção de uma assimetria entre Poupança e Investimento. Admitir a existência distinta da Circulação Industrial e Financeira da Moeda implica em invalidar a idéia de que as trocas monetárias constituiriam, na Economia Capitalista, elos de uma “cadeia teleológica”. Pois a Circulação Financeira representa exatamente manter Moeda, por um intervalo de tempo indefinido, “congelada” sob a forma de poder de disposição sem data exata de exercício.

Qual o objeto da circulação especulativa e para quais objetos ela dirige-se? Já sabemos que tal circulação encontra-se determinada por expectativas. No entanto, Keynes assinala que o que importa não é a existência destas expectativas *enquanto tais*, mas o seu *objeto específico*. A idéia de especulação está associada, no senso comum, à apropriação de objetos concretos com o fim de formar estoques a preços presentes baixos, na esperança de provocar uma escassez que permita a realização de um lucro por elevação futura dos preços. Tal noção da atividade especulativa já está presente nas economias arcaicas: é aquilo que Aristóteles chamava Crematística – *i.e.*, a busca do dinheiro como fim em si, em oposição à administração autônoma dos circuitos de produção doméstica, que constituiria a Economia.²²⁶ Ocorre, no entanto, que a especulação crematística não implica em interrupção dos circuitos de troca monetária – antes pelo contrário; de fato, se há compras “econômicas” e compras “crematísticas”, não há entesouramento *de Moedas*; o meio circulante monetário é esgotado, sem que sejam paralisados os circuitos produtivos, que, numa economia arcaica, estão organizados independentemente dos circuitos monetários. A especulação arcaica constitui apenas um fenômeno ocasional provocado pela alternância de períodos de escassez e abundância contingente de determinados bens (boas e más colheitas); o lucro especulativo é utilizado geralmente na aquisição de bens de

²²⁵ Weber considerava que a “influência das probabilidades do mercado... e a orientação da produção lucrativa com fins puramente especulativos, estanhos à exploração, é uma das fontes dos fenômenos da moderna economia de troca conhecidos sob o termo de ‘crise’ (sobre os quais não podemos estender-nos agora [sic]” (Weber, 1984, pg. 111). O que Weber deseja é opor racionalidade – ao menos formal – do capital empregado para fins “produtivos”, à irracionalidade da produção voltada para fins “especulativos” de busca do lucro diferenciado, do *windfall profit*. Tal distinção pode ser feita numa economia arcaica, onde a especulação se faz necessariamente em torno do jogo com a *circulação* de mercadorias localmente, ou circunstancialmente escassas (*e.g.* em caso de fomes, de tráficos de tipo colonial, de retenção de estoques), já que a *produção* encontra-se estabilizada em níveis tecnológicos e rotineiros. Ocorre, no entanto, que a Economia Monetária é antes de tudo, uma *Economia Empresarial*, onde as formas tecnológicas e a orientação do processo produtivo estão, na origem, orientadas para fins de especulação e onde a “crise” é uma condição estrutural do sistema.

²²⁶ Aristóteles, *Polític*, I. ix.

raiz para obtenção, pelo especulador, de uma posição privilegiada na sociedade de ordens onde opera. No exemplo de Aristóteles, Tales de Mileto provou aos seus concidadãos o valor da Filosofia ao prever uma escassez de trigo, realizar um lucro especulativo com estoques por ele acumulados, e de tal forma ser reconhecido como um dos mais preeminentes dos milesianos.²²⁷ Admitindo-se a historicidade de Tales, pode-se especular que a Mileto do século VI a.C. tenha ganhado dele, também alguma evergesia: um pórtico, um templo, uma estátua, etc. Assim, a Moeda continuou a circular, e o trigo continuou a ser cultivado do mesmo modo que sempre fora.

Numa Economia Monetária, a atividade especulativa exerce-se, não sobre estoques, mas sim sobre oportunidades de produção; trata-se de apostar na ocorrência de um lucro supranormal futuro a ser obtido por uma firma, ou por um grupo de firmas, ou pela produção de um novo produto, ou pela utilização de uma nova tecnologia, ou por uma mudança de política econômica. Não são os produtos em si, mas seus retornos futuros, que são objeto de especulação. Daí a forma específica da especulação numa Economia Monetária referir-se à compra e venda de *securities*. Estas são um tipo especial de título, representando direitos de propriedade referentes ao *estoque de capital físico efetivamente existente* na economia, valorado de acordo com sua participação *prevista* na geração do produto *futuro*.²²⁸

Ora, o financiamento de investimentos faz-se exatamente através das *securities*; esta é a contradição fundamental da teleologia de uma Economia Monetária. Devido ao caráter concorrencial desta economia, existem vários planos de investimento, diversos quanto ao retorno pretendido e concebidos isoladamente uns dos outros: tal isolamento, determinado pela propriedade privada dos meios de produção, é reconfirmado pelas expectativas dos agentes individuais de terem acesso aos retornos de uma empreitada, em termos de *exclusividade absoluta*. Dizem os economistas que seria exatamente esta busca do lucro *setorial* que produziria, via das inovações técnicas, do registro de patentes, etc., a otimização *global* do nível de mudança tecnológica efetiva (*i.e.* incorporada aos processos de produção correntes).²²⁹

²²⁷ Aristóteles, *Pol.*, I, xi, 1259a3.

²²⁸ Keynes, *TM*, v. 1, pgs. 248/249.

²²⁹ Uma vez que não podemos estabelecer qualquer relação entre a organização concorrencial da Economia Monetária e uma suposta maximização global da *taxa de inovação tecnológica* – *i.e.* o número de novas *descobertas* científicas e técnicas. A teorização do ciclo econômico em Schumpeter (expressa no seu *magnum opus Business Cycles*) – de que os picos de inovação tecnológica corresponderiam a períodos de disponibilidade de fatores de produção não-aproveitáveis pelas ocupações tradicionais – ainda que encontrasse apoio na evidência econométrica (*e.g.* a partir de uma correlação negativa entre a taxa de crescimento do produto econômico e registro de patentes *novas*), não poderia ser aceita senão quando

No entanto, a ordem concorrencial determina a separação entre o que Keynes denomina *investing class* e *business class*, senão enquanto grupos sociais distintos, ao menos em papéis diversos. Na condição de empresário, um agente econômico isolado compromete-se com uma determinada estratégia de organização da produção enquanto forma de utilização de recursos econômicos concretos; na condição de investidor potencial que deseja compor um portfólio de *securities*, ele encontra-se na posição de um portador de riqueza monetária indiferenciada para o qual o ato de conversão da poupança em investimento implica em adesão por experimento crucial²³⁰ a um curso de ação não-reversível. Exatamente por isto, a forma monetária do investimento se permite uma pluralidade de decisões individuais que não seria possível nas economias arcaicas (onde os recursos econômicos têm uma estrutura de repartição rígida que os vincula a um número limitado de aplicações tradicionais), ao mesmo tempo determina que os agentes individuais muitas vezes não sejam capazes de chegar a uma decisão sobre a utilização dos recursos disponíveis.

Keynes considera que os agentes econômicos mantêm parte de suas poupanças com um substrato permanente de riqueza monetária sob a forma líquida, por diversas razões (intervalo entre transações, precaução, etc.) que não levam em consideração as expectativas de retornos das oportunidades de investimentos existentes.

Existem, no entanto, outras poupanças que são realizadas pelo fato do poupador preferir, num dado momento, a posse da riqueza líquida *vis-a-vis* das oportunidades presentes de investimento, considerando que as *securities* existentes terão uma queda futura no seu valor real. Tal estratégia comportamental é chamada por Keynes (de acordo com a gíria da Bolsa de Londres) de estratégia “do urso” (*Bearish*) em contraposição à estratégia “do touro” (*Bullish*).²³¹

A contradição fundamental da Economia Capitalista está em que, na ausência de uma instância de coordenação forçosa das ações dos agentes, ela necessita coordenar ações

acompanhada de uma demonstração causal entre o dado da existência dos fatores ociosos e a atividade de concepção de novas tecnologias que empreguem tais recursos. O que se pode dizer é que o processo concorrencial otimiza o desenvolvimento de esforços no sentido da *aplicação* de tecnologias “puras” já existentes, assim como da sua *difusão* (a adoção de novas tecnologias num dado ramo de produção fazendo-se sempre em bloco, em termos de uma nova forma organizacional do projeto produtivo, com a nova tecnologia operando como princípio ordenador).

²³⁰ Keynes denomina experimento crucial aquele que ao alterar sua ambiência pela sua própria realização, não pode ser repetido e, portanto, não admite a experimentação: se Napoleão tivesse ganho a batalha de Waterloo, repeti-la seria inútil; como a perdeu, a repetição tornou-se impossível. (exemplo de Shackle, *apud* Lopes [1989], pgs. 286/287).

²³¹ Keynes, *TM*, v.1, pg. 250.

em termos puramente subjetivos, de um estado de espírito compartilhado, de forma a desestimular a *bearishness* e estimular a *bullishness*.

Os determinantes de comportamentos generalizados “de urso” no Mercado não devem ser confundidos com a avareza caracterizada por Simmel, onde o indivíduo singulariza-se pelo apego à Moeda em si, como forma pura da riqueza (posse de um tesouro); tampouco se pode considerar os comportamentos “de touro” como análogos da prodigalidade simmeliana, onde o indivíduo singulariza-se, desta vez, pela sua capacidade de apropriação de objetos pela via da riqueza monetária.²³² A avareza e a prodigalidade, fenômenos arcaicos, são formas pelas quais o indivíduo pode singularizar-se mediante um poder de comando (virtual ou efetivamente exercitado) sobre uma massa de bens – incluindo os tesouros monetários – dados que o avaro e o pródigo têm a capacidade de manipular a seu bel prazer. A construção de palácios, templos, aquedutos e catedrais – assim como a posse de um tesouro – pode criar benefícios posicionais, em beleza, rendas e prestígio, a um indivíduo e/ou a um grupo restrito; mas não determina uma estratégia de acumulação: basta que o tesouro real se esvazie para que os castelos caiam em ruínas; morre o avaro e sua fortuna é dispersa.²³³ Avareza e prodigalidade correspondem a situações estáticas e individualizadas.

O perigo da *bearishness* está exatamente no fato de que ela corresponde a uma situação onde a multiplicação de meios postos à disposição do indivíduo para que ele possa realizar uma estratégia dinâmica de acumulação acaba atuando no sentido de defrontar o indivíduo a uma barreira de incerteza que atua como inibidor desta mesma estratégia; o mesmo é verdadeiro da *bullishness*, que sempre pressupõe a possibilidade de uma escolha errada que faz com que o processo de acumulação seja interrompido, não só pela falência dos projetos levados a cabo pelos “tours”, mas pelo aumento da população de “ursos” que tomam o fracasso de um “touro” como um aviso no sentido de maior cautela no futuro.

É que a presença da Moeda Bancária que dá à Economia Monetária seu caráter distintivo quanto à sua representação de si mesma: a criação de moeda pelos bancos é o elemento básico que permite que o processo de acumulação seja representado como resultado do agregado de decisões individuais de agentes isolados que se inter-relacionam em função de seus projetos específicos. O fracasso individual, no entanto – do qual,

²³² Simmel [1990], pgs. 210/211.

²³³ Quando à efemeridade do produto das despesas suntuárias, v. Veyne [1976], pg. 143.

idealmente, apenas aquele que fracassa deveria sofrer as conseqüências – coloca nesta economia a possibilidade permanente da crise da confiança individual atuar como crise de reversão das expectativas genéricas. Se tal ocorre, os bancos podem não mais emprestar, apenas cobrar; os projetos mais inovadores não são iniciados por simples falta de meios. Assim, se nas sociedades arcaicas a crise econômica é sempre local (má colheita, guerra, peste, catástrofe natural) *exatamente devido ao pequeno papel da iniciativa individual* (os não afetados pela catástrofe prosseguem nas suas ocupações tradicionais), a Economia Monetária tem na centralidade da iniciativa individual no processo de acumulação *a principal causa do caráter generalizado de suas crises de acumulação*.

O fenômeno da anarquia da produção por contradição entre forças produtivas e relações de produção toma, assim, uma configuração mais adequada do que a banal afirmação de uma impossibilidade de produzir o bem comum a partir dos interesses individuais, e sim como recorrente impossibilidade genérica de realização dos projetos individuais que se reproduz por contaminação das expectativas negativas na ausência de uma instituição de coordenação. Numa analogia com a análise de Simmel sobre a vida urbana, poderíamos dizer que, na Economia Monetária, a diversidade *potencial* de projetos singulares possíveis é a condição da recorrente carência geral quanto à efetivação *real* de tais projetos.²³⁴

3.4. O Papel dos Bancos

No entanto, se todo o processo de acumulação fundamenta-se na criação privada de um bem público (a Moeda), não poderia exatamente o sistema bancário administrar expectativas, contraindo ou expandindo créditos – ainda mais com a vantagem adicional de ter-se pluralidade de instituições produtoras de Moeda (e de expectativas)?²³⁵

Historicamente, os bancos têm como sua função originária a preservação do valor das poupanças a eles confiadas, tanto pela obrigação de resgate das mesmas pela apresentação de um título de dívida para resgate (o cheque), como pela obrigação em que se encontram, de realizarem a aplicação criteriosa das mesmas poupanças de forma a preservar e aumentar seu poder de compra. Para cumprirem com sua função de depositários fiéis das poupanças privadas, os bancos devem garantir a estas mesmas poupanças um retorno correspondente a uma taxa de juro razoável²³⁶ – o caráter “razoável”

²³⁴ v. Simmel [1990], pg. 245.

²³⁵ Devo esta informação ao Prof. Wanderley G. dos Santos (comunicação oral).

²³⁶ Keynes, *TM*, v.1, pgs. 215 e 217.

da taxa de juros sendo socialmente determinado (já vimos que nenhuma instituição financeira pratica uma taxa única de juro, e sim um *complexo* de taxas de juros).²³⁷ Quando dizemos socialmente determinado, tal quer dizer exatamente que a taxa de juro *não* é uma variável dependente de um consenso psicológico; sua determinação é totalmente empírica e depende de dois elementos:

a) A taxa de juros, para ser razoável, deve oferecer ao poupador uma remuneração proporcional às taxas monetárias de retorno das empreitadas produtivas concretas (*proceeds*) a que o poupador poderia aspirar.²³⁸ Se a manutenção de uma granja permite-me obter, com a renda da renda de aves e ovos, um retorno líquido real de 30% sobre o capital aplicado em um prazo de, digamos, 2 anos, a compra de um título com o mesmo prazo de vigência não pode oferecer-me um rendimento real muito menor do que 30%.

b) Ao mesmo tempo, a taxa de juros a cada poupador individual possui um caráter *relacional* que determina que seu caráter razoável seja dado pelo princípio empírico de taxas iguais para aplicações iguais aplicadas por prazo igual.

A teoria econômica pré-keynesiana supunha que poupança e investimento tenderiam a igualar-se em função do estabelecimento de uma taxa de juro *natural* como preço de equilíbrio entre oferta e demanda de fundos emprestáveis. Ocorre, no entanto, que se esta taxa – que é, por definição, única – for mais baixa do que a taxa de retorno prevalecente em vários setores da economia, ela acabará por determinar o sobreinvestimento, que se resolve apenas com uma crise de superprodução: é o caso de determinadas atividades agrícolas em épocas de escassez aguda de um dado produto: o retorno é tão alto que os agricultores consideram compensador endividarem-se cada vez mais, a custos financeiros cada vez mais altos, até que subitamente, formam-se imensos estoques invendáveis.²³⁹ Em setores onde a taxa de juros natural for mais elevada que a taxa de retorno própria, ocorrerá uma condição crônica de descapitalização: é a situação, por exemplo, da agricultura camponesa, que, em muitos países e épocas, é exercida exatamente por aqueles que *não* possuem recursos monetários para capitalizar sua exploração, e tentam formar um excedente monetário comprimindo seus meios físicos de

²³⁷ Keynes, *TM*, v.1, pgs. 200/201.

²³⁸ Keynes, *ibid.*, v.1, pg. 199.

²³⁹ Problema de coordenação clássico tratado, entre outros, por Elster [1989, pg. 67] e pelos historiadores do complexo cafeeiro no Brasil pré-1930 (Furtado, 1975, pgs. 186 *sqq.*; Cano, 1977, pgs. 43/44; Vilella e Suzingan, 1973, pgs. 163/164; Mello, 1982, pgs. 173.).

subsistência²⁴⁰ se possuíssem algum capital monetário, deslocar-se-iam para outra atividade.

Finalmente, há o efeito de retro-alimentação associado à taxa de juros de mercado: os bancos, por definição, são responsáveis apenas durante “seus” poupadores pela preservação do valor das poupanças por eles realizadas.²⁴¹ Eles *não* são responsáveis pelo financiamento da atividade industrial em nível compatível com as poupanças existentes; não tem obrigação de *emprestar* a taxas razoáveis do ponto de vista dos devedores; apenas possuem a obrigação de *remunerar* a taxas razoáveis do ponto de vista dos credores. Exatamente por isto, os bancos podem ver-se na seguinte situação: eles oferecem altas taxas de remuneração por poupanças recebidas – conseguindo, supostamente ampliar os fundos disponíveis para empréstimo; no entanto, não conseguem encontrar industriais dispostos a tomarem emprestado às taxas oferecidas, *mais* o retorno do próprio banco. No entanto, se as taxas de remuneração das poupanças são reduzidas, os poupadores imediatamente reduzem suas disponibilidades junto aos bancos. Em outras palavras: o aumento da disponibilidade de fundos emprestáveis depende, em certos casos, da manutenção de altas taxas de juro incompatíveis com a utilização destes mesmos recursos para empréstimos efetivos. Em determinadas circunstâncias, o banco pode tentar pagar bem e emprestar muito, mas, caso surja uma crise de inadimplência dos tomadores de empréstimo, o banco não poderá mais remunerar os seus investidores e abrirá falência. A ocorrência deste trauma permite então que o “mercado” – *i.e.* os poupadores – voltem a aceitar taxas de remuneração moderadas, mas com um nível baixo de poupança disponível. Abandonado às estratégias formuladas pelos agentes individuais mutuamente isolados, o sistema opera entre uma condição de aspirações razoáveis – com estagnação do nível de atividade – ou de euforia com inadimplência generalizada: isto é, uma condição de alternância entre dois estados mórbidos.²⁴²

Este mecanismo acima descrito é denominado pelo Individualismo Metodológico *problema de composição*. Os agentes isolados formulam expectativas individuais em termos das instituições existentes: poupadores e investidores possuem expectativas quanto a juros e retornos, respectivamente. A ausência de contato entre os agentes leva-os, no entanto, a formularem expectativas mutuamente contraditórias.²⁴³ os juros exigidos pelos poupadores “devoram” os retornos dos investidores. Desta contradição, surge uma

²⁴⁰ As referências óbvias para este processo de auto-exploração são Kautsky [1977] e Chayamov [1966].

²⁴¹ Keynes, *TM*, v.1, pg. 215.

²⁴² Keynes, *TM*, v.1, pgs. 223/224.

²⁴³ Elster, [1985], pgs. 24/27, 43/38.

causalidade supra-intencional que frustra os desígnios de todos os agentes individuais:²⁴⁴ os investidores falem e os poupadores perdem suas poupanças. A ausência de uma instância coordenadora acaba por frustrar o planejamento individual.

Colocar o problema nestes termos, no entanto, ignora o principal elemento da questão, qual seja o de indagar se tal ação de coordenação é possível de ser alcançada de forma compatível com os interesses individuais comuns. No caso do sistema financeiro, esta indagação deve ser respondida na negativa. Todos os agentes têm um interesse difuso (na terminologia de IM, subindividual) no desenvolvimento do investimento e da produção; supõe-se que este interesse possa ser satisfeito pela simples coordenação: uma taxa de juros “natural”, “razoável”, garantirá o prosseguimento do processo genérico de acumulação em boa ordem. Ocorre, no entanto, que os poupadores, em tais circunstâncias, perderão grande parte do seu estímulo para poupar; a formação do lucro dos industriais parecerá, para eles, decorrer de uma espoliação dos retornos a que fariam jus – mais ainda pelo fato de que tais taxas de lucro são diferenciadas; o poupador, como todo agente individual frustrado, calcula o que efetivamente possui “por baixo”, e aquilo que poderia obter “por cima”. O resultado é que taxas de juros “razoáveis” só têm por resultado – se aplicadas ao pé da letra – garantirem a manutenção de um estado de mediocridade generalizado. Pois é próprio das expectativas individuais que, ao comunicarem-se mutuamente, tendam necessariamente a interferir umas sobre as outras de forma contraditória: o inescapável mal-estar civilizatório provém daí.²⁴⁵ Keynes, nos termos próprios do seu objeto de investigação, repetirá este enunciado: os indivíduos desejam garantir determinadas pretensões (*claims*) sobre rendas futuras a partir de rendas presentes, estas pretensões são, necessariamente individuais; no entanto, tais pretensões só podem ser satisfeitas por uma combinação, para uso produtivo, de vários recursos próprios. Tal combinação implica, portanto, em superpor pretensões individuais sobre um mesmo capital utilizado em comum; “por um acidente [sic] de nossa organização econômica”, esta função de coordenação foi atribuída a outros tantos agentes privados – os banqueiros – dotados de interesses que lhes são próprios.²⁴⁶ Não é preciso mais do que o enunciado da

²⁴⁴ Elster, *ibid.*, *loc.cit.*.

²⁴⁵ Não é outro o argumento freudiano em *O Mal Estar na Cultura*: a norma social deve defender alguma prerrogativa que prescreva o acesso exclusivo a um dado objeto (sexual ou de propriedade) como forma de inibir as tentativas de espoliar este objeto do seu legítimo possuidor – ou de romper a associação pactuada entre partes – por meio da força ou fraude. Mas a existência do exclusivo individual implica em cessação da experimentação antes que se saiba qual associação local – e qual conjunto de associações – pode produzir um ótimo global. Sobre esta fruição antisocial dos produtos da associação social, v. Freud [1981], Cap. IV.

²⁴⁶ Keynes, *CW*, v. XIII, pg. 19.

questão para que a contradição no interior do sistema fique patente: o que importa é estabelecer quais os mecanismos de *resolução* desta contradição

3.5. Taxa de juros e taxa de lucros; o elemento contingente da Economia Monetária

Se os poupadores buscam o juro, o que exatamente buscam os investidores, e como o buscam? É fácil responder que buscam realizar tais retornos sob a forma de *lucros*. Mas o que exatamente vêm a ser tais lucros?

Weber, ao descrever a sua noção de lucro, associa o mesmo ao *cálculo de capital*, qual seja a redução dos diversos bens físicos à disposição da firma para fins produtivos a uma quantidade de Moeda, ou de “meios aquisitivos”.²⁴⁷ O cálculo do capital é a base da *empresa econômica* como base da gestão privada racional dos empresários privados: tendo-se um valor dado, em Moeda, do capital disponível, calculam-se *a priori* as receitas e custos que poderão advir da utilização dos bens disponíveis para diversos fins produtivos possíveis, realizando-se as ações necessárias caso seja constatada a possibilidade de ganhos superiores aos gastos presumidos; *a posteriori*, o ganho *efetivamente* realizado – *se* efetivamente realizado como retorno positivo sobre as perdas também *efetivamente* incorridas – é incorporado à massa de capital do empresário como aumento potencial de sua capacidade de produção.²⁴⁸ O resultado agregado dos diversos empreendimentos realizados no interior do espaço econômico não seria, portanto, senão a agregação dos ganhos e perdas calculados *a posteriori*, realizados pelos diversos empreendimentos individuais. O processo de desenvolvimento econômico, polemiza Weber, *não* está centrado na soberania do consumidor via do equilíbrio entre oferta e procura – como quer a Economia Neoclássica²⁴⁹ – uma vez que os consumidores apenas orientam suas necessidades *vis-à-vis* das mercadorias que lhes são ofertadas pelas firmas, e dos preços praticados por estas. Todo o processo de acumulação econômica capitalista, segundo Weber, seria o processo de emergência de uma racionalidade econômica supra-individual, a partir dos diversos interesses individuais que podem determinar a decisão de produção. De fato, o empresário individual pode ser determinado, na sua decisão de investir, por interesses absolutamente irracionais (ganhos especulativos, *pet projects*, necessidade de financiamento de gastos pessoais desordenados, etc.)²⁵⁰ no entanto, as necessidades de preservação do patrimônio e de aumento da sua rentabilidade, que se veriam *a posteriori*

²⁴⁷ Weber [1984], pg. 69.

²⁴⁸ Weber, *ibid.*, *loc.cit.*.

²⁴⁹ Weber, *ibid.*, pg. 70.

²⁵⁰ Weber, *ibid.*, pg. 74.

possivelmente prejudicadas por decisões temerárias individuais, impõem-lhe a necessidade de ajuste a uma estratégia impessoal de *racionalidade de exploração*²⁵¹ – racionalidade esta que deriva da conformação às possibilidades de retorno *a priori* percebidas como razoáveis. Tal razoabilidade se expressaria no caso, em conformidade das expectativas de lucro às possibilidades determinadas pelo mercado de capital existente.²⁵² Assim, as conseqüências intencionais da ação intencional (decisões errôneas, expectativas temerárias), pela sua simples ocorrência, tenderiam a determinar a emergência de uma norma racional supra-individual.

Voltemos agora a Keynes: qual o defeito que pode ser encontrado na construção weberiana? Deixemos de lado agora o fato de que o principal indicador de possibilidades de ganho no mercado – a taxa de juros – seja um produto de expectativas anterógradas, *a priori* – como desejava Joan Robinson. Mas se a taxa de juros usual – *i.e.*, as possibilidades *presentes* – do mercado de capitais for o único determinante da decisão racional de investimento, os empresários prefeririam todos manter seu capital sob forma estritamente monetária e *emprestá-lo*, ao invés de investi-lo. Em economias não-monetárias, é exatamente isto o que ocorre: o pouco capital mantido sob forma monetária é, ou entesourado, ou emprestado a figuras políticas capazes de retorná-lo a partir de ganhos futuros por via fiscal, por conquista ou por diversas formas de extorsão extra-econômica.²⁵³ Em tais condições, a gestão patrimonial encontra-se separada da gestão financeira: os bens de raiz e os instrumentos de trabalho não circulam no mercado.

Sob que condições pode constituir-se um autêntico mercado “de capitais”, no sentido da generalização do caráter mercantil dos meios de produção? Segundo Keynes, somente quando é possível associar mentalmente a uma dada combinação de recursos presentes (de bens de produção) a possibilidade de ganho *supranormal* futuro, que esteja claramente acima da taxa de juros corrente. Keynes considerava que o Lucro, como retorno incorporado à “fazenda” (para utilizar o termo weberiano) do empresário, isto é, como possibilidade de expansão da sua escala de operações, opõe-se exatamente à taxa de juros corrente – ou taxa de lucro normal – que representa apenas um retorno de reprodução de uma mesma escala de operações.²⁵⁴ O Lucro agregado é a soma dos retornos que *excedem* os níveis de Renda existentes quando das decisões que deram origem aos mesmos lucros; constitui a soma algébrica de resultados contingentes das inversões

²⁵¹ Weber, *ibid.*, *loc.cit.*.

²⁵² Weber, *ibid.*, *loc.cit.*.

²⁵³ v. Finley [1986], pgs. 70 *sqq.*.

²⁵⁴ Keynes, *TM*, v.1, pgs. 123/125.

individuais (*windfall profits & losses*).²⁵⁵ Exatamente porque a idéia do lucro contingente contém a idéia de perda, o lucro keynesiano é uma remuneração assimétrica do Capital, isto é, um retorno que não possui uma relação probabilística definida com o investimento de origem. Se o Lucro é um *windfall*, então a racionalidade da Economia Monetária, sua dinâmica global, funda-se na irracionalidade setorial das decisões dos empresários,²⁵⁶ dependendo da agregação de decisões personalíssimas, do *animal spirits* dos empresários.²⁵⁷ Mas, em tal caso, a racionalidade global não existiria: expectativas pessoais não seriam capazes de sustentar um movimento global de acumulação fundado em expectativas compartilhadas.

É necessário que tais expectativas estejam fundadas num conjunto de arranjos institucionais e/ou de variáveis – que poderemos denominar de blindagens, ou – talvez mais precisamente – de *facilitações* – que permitam a auto-sustentação das expectativas de forma a garantir um dado volume de inversões. Principalmente porque decisões de inversões estão sustentadas em contratos de longo prazo – principalmente de crédito – que envolvem a mobilização de longo prazo do aparato produtivo existente.²⁵⁸ A função destas “facilitações” seria a de selecionar e sustentar – ou, até mesmo, de criar – determinadas expectativas. Para Keynes do *Tratado*, trata-se ainda mais da seleção e sustentação, do que de criação. Tal tarefa seria realizada mais através de um *mecanismo* de manipulação de taxa de juros (como algo que operaria de fora do sistema propriamente dito) do que por um *regime* de acumulação.

3.6. De novo sobre Taxa de Juros, Poupança e Investimento

Introduzir o conceito de facilitações implica em supor que o argumento de Ferguson & Oakshott/Hayek, segundo o qual “*a ordem social é o produto da ação, mas não do desígnio humano*” – isto é, de que a referida ordem resultaria apenas da adição dos planos racionais de vidas singulares²⁵⁹ seria inaplicável à ordem social capitalista que ele toma como ponto de partida. Supomos que exista nesta ordem, um número de possibilidades *dinâmicas* de crescimento econômico – isto é, de possibilidades de produção futura qualitativamente diversas – infinito; o aspecto dinâmico do sistema está exatamente em permitir uma singularização acelerada dos planos produtivos – e

²⁵⁵ Keynes, *ibid.*, pg. 124.

²⁵⁶ Keynes, *ibid.*, pg. 125.

²⁵⁷ O que é proposto por Elster [1988], pgs. 33/34.

²⁵⁸ Keynes, *ibid.*, pg. 126.

²⁵⁹ *Apud* Santos, *op.cit.*, pgs. 50/51.

conseqüentemente de consumo – dos agentes individuais. Inexistindo uma instância supra-individual que selecione *a priori* uma dada combinação de produtos e de quantidades futuras a serem produzidas, no entanto, o planejamento *racional* individual torna-se impossível; não pode existir senão uma aposta temerária no lucro supranormal contingente, no *windfall profit*, que pressupõe, por si só, a possibilidade da *windfall loss*. Apelar para os *animal spirits* não seria suficiente, exatamente porque significaria supor que a manutenção da dinâmica do crescimento de um todo supostamente racional dependeria da existência de impulsos singulares, irracionais, de ganho ilimitado. Tais impulsos, no entanto, não são capazes de determinar um “clima de opinião”, suficiente para garantir o crescimento combinado dos empreendimentos individuais. O dinamismo econômico do sistema tenderia a confinar-se a algumas empreitadas ocasionais, que constituiriam “ilhas” de lucro supranormal flutuando precariamente num mar de estagnação onde os lucros normais financiariam os níveis de renda correntes: a prosperidade econômica seria um acidente produzido pela temeridade de alguns *entrépreneurs*, da mesma forma que a prosperidade de uma cidade ou de um reino, em sociedades pré-capitalistas, dependia das vitórias militares, do “real capricho” ou do acaso da localização geográfica de uma cidade junto a uma rota comercial, um acantonamento de tropas, um palácio, etc.²⁶⁰

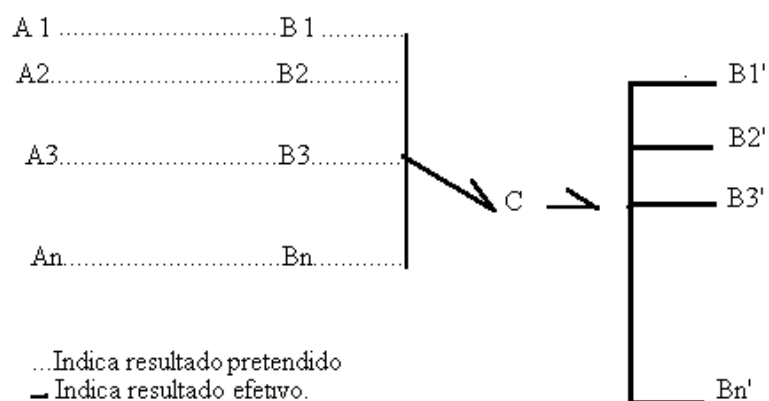
Postular a questão das “facilitações” de um determinado grau da atividade econômica equivale, contrariamente, a propor que a racionalidade econômica da acumulação capitalista seja uma racionalidade do ritmo *geral* de atividade, o que consiste, segundo o Keynes do *Tratado*, num *mecanismo* de formulação de expectativas compartilhadas. Mas como se podem compartilhar expectativas de lucro supranormal, que

²⁶⁰ “Não recordo passagem alguma de qualquer autor antigo em que o desenvolvimento de uma cidade seja atribuído ao estabelecimento de uma manufatura” (Hume, *apud* Finley, 1986, pg. 25, nota 14); sobre o “real capricho”, v. Veyne, *op.cit.*, pgs. 644; sobre a capacidade dos gastos monetários – públicos ou semipúblicos – arcaicos em criarem surtos de prosperidade localizados mesmo em áreas economicamente deprimidas e em períodos de retração generalizada do desenvolvimento das forças produtivas, v. Mac Mullen [1991], pgs. 43/44, 52, 56/57, 59/60, 63/64; sobre como a simples disponibilidade de moeda em fluxos regulares (soldos) pode criar tal “prosperidade”, v. Carrié [1992], pgs. 107/108. Exatamente por isto é que, quando Schumpeter faz residir o elemento dinâmico do capitalismo na ação singularíssima do *entrépreneur*, ele é obrigado a supor que as exigências de organização racional da vida econômica acabarão por conduzir ao desaparecimento do capitalismo, como o socialismo constituído a “economia organizada” por excelência: é o argumento básico de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (Schumpeter, 1984, esp. Caps. XII a XVI). Inversamente, a desregulamentação generalizada do capitalismo na década de ’80 determinou a recorrência de fenômenos “insulares” de desenvolvimento econômico desiguais em áreas geográficas muito restritas, desprovidas de poder de “percolação” do seu dinamismo (Vale do Silício, Rota 66 na Espanha, Norte da Itália) – v. quanto a este processo, Valladares & Petreccille [1990], Bagnasco [1988] e Ozório de Almeida e Rabello de Mendonça [1989]. De fato, o elemento fundamental para a existência de uma “economia organizada” parece ser o da organização de regimes e/ou mecanismos de acumulação onde a organização genérica da economia atue como um mecanismo facilitador da generalização da inovação singular.

são, por definição, singularíssimas? Deve-se notar que a situação proposta por Keynes *não* pode ser resumida nos limites do que o Individualismo Metodológico denomina um “problema de coordenação”:²⁶¹ as decisões de investimento continuam a ser singulares, sendo realizadas por empresários isolados uns dos outros e dos consumidores potenciais. No entanto, deve existir um mecanismo, manipulado por um agente definido, que seja capaz de fazer com que as ações intencionais dos vários agentes singulares movam-se num sentido convergente: algo assim como uma ação intencional dotada de *paramountancy* em relação às demais.

A existência de uma hierarquia das ações intencionais permitiria resolver um velho problema do Individualismo Metodológico: a necessidade de explicar a Sociedade, na falta de uma explicação baseada na intenção dos agentes individuais, pelo recurso fácil das “conseqüências não-intencionais”. Uma sociedade em que tudo fosse conseqüência da ação, mas não da intenção humana, tenderia a solapar os próprios fundamentos da ação individual pela reiteração da frustração das expectativas. Argumentaremos, ao contrário, que determinados agentes têm acesso a mecanismos que orientam as ações individuais em termos de produção de um resultado agregado esperado, e ultrapassaremos a barreira da frustração generalizada como resultado inevitável de toda e qualquer ação individual.

Em outras palavras: o Individualismo Metodológico *strictu sensu* interpretaria a ação social racional da seguinte forma:



As ações intencionais A_i , $i = 1, \dots, n$ encontram-se dirigidas para os n resultados esperados B_i ; ao serem implementadas, sua superposição, no entanto, gera a conseqüência não-intencional C que “refrata” seus resultados individuais como B'_i , sendo a identidade

²⁶¹ Cf., e.g., Elster [1985], pg. 26.

Bi=B'i meramente contingente. Tal gera o *non-sequitur* de ações intencionais orientadas para resultados percebidos *a priori* como inalcançáveis. Suponhamos então uma disposição diversa das intencionalidades, da seguinte forma:

$$[Ai] \times C = [Bi]$$

A matriz de ações intencionais [A] encontra-se orientada *para* C, produzindo sua combinação a matriz de resultados [B]. A existência de C, sua *paramountancy*, constitui a condição de convergência entre ação e intenção. De alguma forma, deve haver um mecanismo que faça com que “os fatos superem as expectativas, salvo se com elas coincidem”.²⁶² Tal afirmação devendo ser entendida da seguinte forma: se há um mecanismo de indução da produção de [B] por [A], enquanto resultado intencional, a ocorrência de [B] tende a gerar expectativas crescentes que se apóiam mutuamente; se [C] não existe, então a ocorrência de [B] como resultado não intencional (geralmente subótimo) de [A] poderá apenas, na maior parte dos casos, gerar uma redução constante das expectativas, em círculo vicioso: se cada empresário reduz seu nível de produção defensivamente, então o nível de produção agregado tende a cair mais do que as mais pessimistas avaliações individuais: os cortes do orçamento de cada um são a condição de redução do tamanho do mercado de todos.²⁶³

Na “cozinha” do Sistema Econômico Capitalista, qual o [B] agregado que se deseja alcançar? Um dado nível de atividade e de produto. Do que [B] decorre? Das decisões individuais de investimento visando lucros supranormais – “*principais indutores de mudança [econômica] em todo o mundo industrial, exceto na Rússia*”.²⁶⁴ De que modo as decisões individuais dos empresários são tomadas? Em função de um cálculo acurado de custos *vis-à-vis* de retornos possíveis? Não; as expectativas empresariais são genéricas e são construídas em torno de *convenções significativas*.²⁶⁵ Podem tais convenções ser manipuladas em função do resultado [B] e alcançar? Sim – e por que mecanismos? Mediante os mecanismos da oferta de moeda e da taxa de juros (e também da Balança Comercial, que deixaremos em segundo plano aqui).²⁶⁶

Qual a forma exata de operação destes mecanismos?

²⁶² Keynes, *TM*, v.1, pg. 160.

²⁶³ Keynes, *ibid.*, *loc.cit.*.

²⁶⁴ Keynes, *ibid.*, pg. 157.

²⁶⁵ Keynes, *ibid.*, pg. 160.

²⁶⁶ Keynes, *ibid.*, *loc.cit.*.

A sabedoria econômica tradicional – a Economia “Clássica” – tinha postulado a interligação estreita entre a Poupança e o Investimento: poupa-se para investir, ou para emprestar aos investidores. Logo, para que haja investimento, o dinheiro deve custar caro: uma taxa de juro elevada estimula a poupança e aumenta o volume de fundos emprestáveis; uma taxa de juro baixa apenas favoreceria, não a produção, mas a especulação com estoques de mercadoria; os investidores, diante do dinheiro “fácil”, desviariam suas expectativas de lucro, da busca da produtividade para a manutenção de estoques que poderiam manter, a crédito fácil, para forçar um aumento de preços posterior.²⁶⁷

Parte-se da idéia de que as múltiplas decisões tomadas pelo indivíduo estão ligadas – *i.e.*, que mantêm entre si uma coerência interna. O que não é gasto em consumo é poupado (Consumo como simétrico à Poupança); o que é poupado é investido ou emprestado (Poupança como simétrica do Investimento).

O que Keynes chama a atenção é para o caráter *não-ligado* destas diversas decisões: a Poupança é uma simples decisão de *não-consumo*, não o simétrico do Investimento. Assim, a assimetria Poupança/Investimento tem sua expressão, não no nível da taxa de juros de equilíbrio, mas no mecanismo que Keynes toma emprestado do economista D.H.Robertson: a idéia da *Poupança Abortiva*.²⁶⁸

Keynes propõe: suponhamos uma economia onde a única atividade existente é a produção de bananas, e onde as taxas de juros são aumentadas para favorecer as poupanças. Ora, os recursos poupados são retirados do consumo de bananas; forma-se um excedente de bananas invendáveis cujo preço tem de ser reduzido; as taxas de lucro da indústria bananeira caem; as expectativas também; o nível de investimento é reduzido pela falta de alternativas. Será preciso que o nível da taxa de juros *caia*, e que as poupanças sejam reduzidas, para que o investimento no parque bananeiro seja de novo convidativo.²⁶⁹ Assim, a emergência das conseqüências não-intencionais deve-se menos à agregação das ações dos diversos agentes, do que a uma contradição interna entre as estratégias dos mesmos agentes.

Qual pode ser o mecanismo harmonizador?

²⁶⁷ Keynes, *ibid.*, pgs. 195/196.

²⁶⁸ Keynes, *ibid.*, pg. 174.

²⁶⁹ Keynes, *TM*, v.1, pgs. 176/178.

Mediante uma demonstração algébrica²⁷⁰ Keynes estabelece que o Lucro Agregado realizado no interior do Sistema Econômico, num dado período de tempo, corresponde à *diferença do Total de Investimento sobre o Total de Poupanças*. Em princípio, esta diferença parece não poder ser positiva; pois tal suporia o absurdo lógico de investimentos não-financiados por poupanças anteriores, isto é, um resultado agregado não-explicável em termos das ações individuais que lhe dessem origem.

Mas, examinemos melhor: se o ato micro de poupar não está referido necessariamente à atividade micro de investir, deve existir um mecanismo pelo qual estas duas ações micro possam ser combinadas para a produção de um dado resultado. Tal mecanismo de conversão da Poupança em Investimento, seria, supostamente, a emissão de títulos de propriedade sobre o capital novo (*securities*), feita pelas empresas para atrair poupanças. A assimetria originária entre Poupança e Investimento seria, assim, fechada na medida em que o rendimento das *securities* emitidas – a taxa de juros embutida no desconto dado sobre o valor da face das mesmas, na determinação do seu preço de venda – é ajustado de forma a carrear as poupanças individuais disponíveis para a realização dos projetos individuais dos investidores. Em outras palavras: trata-se apenas de determinar uma diferença adequada entre o valor de venda do título no presente e aquilo que ele valerá quando foi resgatado no futuro. Trata-se, do ponto de vista da Teoria Sociológica, de uma expressão particular do Problema da Ordem: o objetivo é evitar que efeitos não-intencionais (formação de poupança “abortiva”) ocorram por conta de ações intencionais. A solução encontrada pelo bom-senso econômico preservaria as concepções do Individualismo Metodológico: toda a estabilidade do sistema seria mantida por barganha entre interesses individuais.

Ocorre, no entanto, que as coisas não se conformam ao esquema teórico: a falta de confiança dos poupadores pode ser tal que os títulos, por mais vantajosas que sejam suas

²⁷⁰ Seja E a Renda Monetária Total da Comunidade; se I é o Custo Total de Produção de Novos Bens de Investimento, tem-se que $(E - I)$ é o Custo Total de produção dos Bens de Consumo; sendo S o montante Total de Poupanças, tem-se que $E - S$ é igual ao Gasto Corrente Total de Bens de Consumo. Sendo O o *output* total em termos de unidades ideais de custo de produção idêntico, R o volume total de Bens de Consumo adquiridos (inclusive serviços), e C o aumento líquido na quantidade de Bens de Investimento disponíveis, então $O = R + C$. Partindo-se da expressão algébrica dos agregados de gastos e produto, deseja-se determinar o valor agregado dos lucros como renda agregada *sobre* os custos totais. Sendo O o montante total dos lucros, Q_1 o lucro agregado na produção e venda de Bens de Consumo, e Q_2 o lucro na produção e venda de Bens de Investimento

Tem-se que $Q = Q_1 + Q_2$.

Onde $Q_1 = (E - S) - (E - I)$.

e $Q_2 = I - I'$

Onde I' é o gasto agregado de Investimento.

Substituindo Q_1 e Q_2 , tem-se que: $Q = I - S$. (Keynes, *TM*, v.1, pgs. 135 sqq.)

condições de venda, não encontrem compradores: o grau de *bearishness* do público (sua crença de que o valor dos títulos postos à venda vai baixar no futuro) pode ser tão elevado a ponto da falta de confiança nos títulos *aumentar*, se os descontos aumentam: no temor que todo “negócio da China” inspira. Do mesmo modo, se existe um grau de *bullishness* muito elevado, a febre especulativa pode levar as poupanças a esgotarem-se na aquisição de títulos duvidosos: quanto maior o preço, maior a confiança do público nas possibilidades de ganho e o desejo de não ser ultrapassado pelos acontecimentos.

A explicação dada pelo IM é que tais ocorrências seriam fenômenos desviantes resultantes de percepções incorretas da informação disponível, ou mesmo de desprezo a esta informação: se tratariam de instâncias da causalidade subintencional,²⁷¹ *bullishness* e *bearishness* não seriam senão duas instâncias de formação de crenças “a quente”, sob a forma, respectivamente, de *wishful thinking* ou por redução de dissonância cognitiva. No entanto, diz Keynes, as expectativas especulativas não são alucinações memoriais – *i.e.*, tentativas de representar a situação presente como repetição do passado; senão, os agentes individuais preservariam as mesmas disposições em qualquer situação. O fato de que os mesmos indivíduos movam-se da condição de “tours” à de “ursos”, e vice-versa, implica no fato de que as expectativas, na sua origem, estão ancoradas em uma percepção concreta do mundo da produção, dos *proceeds* concretos.²⁷² Há uma diferença fundamental entre a especulação e o jogo de azar, que pode ser resumida numa analogia: a aposta turfística é usualmente assimilada ao jogo de azar; no entanto, jogar num número na roleta por idiosincrasia (jogar no 13, na primeira dúzia, etc.) é admitido como legítimo; mas jogar num cavalo em função do número de inscrição no páreo, de sua cor ou da cor da camisa do jóquei, não é o comportamento usual do turfista: a aposta do aficionado por cavalos, é determinada pela soma das informações disponíveis sobre os cavalos, e as coisas a eles relativas. Ora, a compra e venda de ações é determinada pelo conhecimento de informação objetiva sobre as empresas evoluídas e sobre a conjuntura econômica e política. Tratar tal especulação como um processo puramente subjetivo seria o mesmo que dizer – como no famoso exemplo de Platão – que existam coisas relativas aos cavalos, mas cavalos não.²⁷³

A assimetria Poupança/Investimento é, assim, uma condição permanente do sistema econômico, expressando a condição de não-ajustamento permanente ente os interesses individuais, salvo como contingência (é possível que as empresas resolvam

²⁷¹ Elster [1985], pgs. 19 *sqq.*

²⁷² Keynes, *TM*, v. II, pg. 199.

²⁷³ Platão, *Apologia de Sócrates*. 27©.

lançar títulos que se verifiquem ter sido lançados na quantidade exata para absorver as poupanças disponíveis, nem mais, nem menos). O modelo de ajuste deve, portanto, introduzir um mecanismo de ajuste permanente, e não pontual. Este mecanismo de ajuste encontra-se na política de crédito dos bancos.²⁷⁴

De acordo com Keynes, a chave do mecanismo da simetria desejável entre Poupança e Investimento encontra-se na capacidade que possuem os bancos de criar moeda mediante empréstimo e criação de depósitos. O mecanismo opera da seguinte forma: suponhamos que o estado de ânimo predominante dos poupadores seja *bearish*: as empresas não conseguem capitalizar-se, pois os títulos de dívida – *securities* – emitidos por eles não conseguem atrair as poupanças do público: como podem os bancos resolver tal assimetria ($S > I$)? Da seguinte forma: para as emissões de *securities* realizadas pelas empresas, existe o “público” genérico, não interessados na sua aquisição por conta de uma disposição quase atávica contrária à aquisição destes títulos; mas existirão interesses particulares de compradores potenciais destas *securities*, interessados no financiamento dos empreendimentos específicos que as empresas desejam realizar. Se tais compradores específicos são portadores de poupanças, então a assimetria originária encontra-se resolvida; mas os compradores potenciais podem estar descapitalizados. É aí que interfere o mecanismo *ad hoc* de equilíbrio; os bancos concedem um empréstimo aos compradores potenciais, financiando sua aquisição de *securities* pela criação *ad hoc* de poupanças por via do empréstimo bancário, concedido a uma taxa de juros decidida por acordo entre as partes – mas que obviamente situar-se-á *abaixo* da taxa de juros “natural” de mercado (supõe-se que os compradores de títulos partilhem das expectativas genéricas do público quanto aos retornos futuros dos mesmos títulos; os bancos, no caso, não desviam poupanças remuneradas para a compra dos títulos; pelo contrário, criam poupança como fonte de rendimento *adicional*). O mecanismo *genérico* do “multiplicador bancário” atua de forma a permitir aos bancos acudir às empresas pelo financiamento, por criação *ad hoc* de poupanças, de empreendimentos *específicos*: o que determina a concessão ou não do financiamento para a aquisição das *securities* pelos bancos é, no final das contas, a confiança dos banqueiros naqueles empreendimentos que eles acabam por financiar, e não expectativas genéricas contrárias às expectativas dos poupadores. É, portanto, dos mecanismos genéricos de financiamento por criação de depósitos, através das suas aplicações específicas, que surge a expressão concreta da produção econômica na sua especificidade: a fisiognomia da atividade econômica (distribuição da produção pelo setor

²⁷⁴ Keynes, *TM*, v. II, pg. 158.

agrícola, industrial e de serviços; produções de cada um destes setores; tecnologias empregadas), emerge, fim das contas, das preferências subjetivas manifestadas pelos financiadores, e não de uma razão técnica genérica (é o que veremos mais tarde, na análise da polêmica entre Hayek e Keynes).

Suponhamos a ocorrência de uma assimetria inversa ($I > S$). A situação, no caso, corresponde à de uma febre de aquisição de títulos de determinados empreendimentos, de tipo “maníaco” (tal como a *Railway mania* dos EUA do último quarto do século XIX), que pode converter-se num estado de ânimo de tipo *bullish* dirigido para a aquisição de quaisquer *securities* existentes (o Brasil passou por dois casos típicos: o Encilhamento dos 1890s e a febre da Bolsa de Valores do início dos 1970s, caracterizados ambos por um desejo de aquisição de quaisquer ações, a quaisquer preços praticados no mercado).²⁷⁵ Teoricamente, tal situação deveria ser resolvida pela utilização do seguinte mecanismo: para emprestarem as poupanças do público, os bancos começariam a exigir taxas de juros mais elevadas, inibindo a realização de investimentos marginais e restabelecendo a simetria. Ocorre, no entanto, que os bancos são pessoas de direito privado, que estabelecem condições de empréstimo de acordo exclusivamente com seus critérios pessoais; destarte, eles podem ser contaminados pela “febre” do público, de forma tal que a situação só seja resolvida por uma reversão de expectativas num *crash* generalizado, onde a simetria $I > S$ é resolvida por uma liquidação do excesso de investimento por liquidação dos bens reais de investidores falidos.²⁷⁶ E, ainda assim, mesmo após um *crash*, há “vencedores” e “perdedores”: há empresas e/ou setores inteiros que, no clima de expectativas crescentes pré-*crash*, conseguem elevar preços de forma a adquirir lucros suficientes para satisfazer as expectativas infladas do público em geral e dos financiadores em particular.²⁷⁷ Tal equivale a dizer que o que é caracterizado como uma política genérica de dinheiro “fácil” ou “difícil”, como expressão de preferências subjetivas genéricas, resolve-se objetivamente num aglomerado de empreendimentos individuais que foram provados viáveis a partir da sua emergência, em função das facilidades que lhes foram – ou não – concedidas.

²⁷⁵ Era bem conhecida em 1971 a anedota – *se no é vero é ben trovato* – do corretor da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que colocou à venda no pregão ações da MERPOSA, as quais foram animadamente disputadas entre os outros corretores até ser esclarecido que se tratavam de ações da hipotética M... em Pó Sociedade Anônima...

²⁷⁶ Keynes, *TM*, v. II, pgs. 164 e sgs. (Depressão dos 1890s).

²⁷⁷ É o que Keynes denomina *profit-inflation*: cf. Keynes, *TM*, v. 1, pgs. 155/156.

Neste sentido, o que pode expressar a assimetria Poupança/Investimento? Sendo a simetria entre estes dois agregados um acidente contingente – o que já se sabia desde Wicksell: não há como postular a convergência entre a taxa “natural” e “monetária” de juros, que, aliás, *não* pode ser concebida como elo de ligação entre os dois agregados – já que não há um canal pelo qual as poupanças existentes sejam drenadas para os investimentos à medida que estes são implementados – o sentido e o tamanho da diferença entre ambos deve ser encarado como uma representação de um regime geral de acumulação capitalista que deve resolver-se num conjunto de empreendimentos específicos. A organização macroeconômica da Sociedade é feita em termos puramente subjetivos. A necessidade de superar a assimetria originária Poupança/Investimento, se deixada a cargo apenas dos bancos, é resolvida em termos de um estado de ânimo subjetivo, já que os banqueiros, ao criarem – ou deixarem de criar – poupanças, podem financiar não importa o que, em não importa que quantidade – ou inversamente, podem deixar de financiar qualquer empreendimento, ainda que, muitas vezes, contrariamente a toda evidência objetiva.

3.7. A vida econômica e o elo Macro/Micro: o debate Keynes/Hayek

O mais crítico do *Tratado Sobre a Moeda* no início dos anos '30 foi Hayek, que não apenas elaborou uma longa resenha crítica do trabalho de Keynes, como desenvolveu uma tentativa de visão alternativa da organização econômica da sociedade no seu *Preços e Produção* (1931). O debate foi inconclusivo; as noções de fundo da Escola Austríaca consistindo numa negação da própria possibilidade de uma Política Econômica (a Ordem Social é o resultado puro das conseqüências não-intencionais das ações intencionais), as críticas de Hayek impressionaram pouco, na época da Depressão, os economistas ingleses, que, na sua correspondência privada à época com Keynes, não pouparam Hayek da acusação de tentar forçar sua entrada no *establishment* acadêmico britânico pela via da provocação.²⁷⁸ Desinteressado do debate, Keynes tratou de exauri-lo fazendo indagações a Hayek sobre detalhes de sua terminologia,²⁷⁹ e, como Hayek não cessasse de responder a cada indagação de Keynes com explicações cada vez mais detalhadas, Keynes acabou por escrever-lhe uma carta em que dava unilateralmente o debate por encerrado.²⁸⁰ Um debate

²⁷⁸ Ver a carta de H.O. Meredith a Keynes, 8/12/1931, *IN Keynes, CW*, pg. 267.

²⁷⁹ V. a resposta inicial de Keynes a Hayek: “The Pure Theory of Money: a Reply to Dr. Hayek”, (novembro 1931), *IN Keynes, CW*, XIII, pgs. 243/256, e as cartas a Hayek de 10, 16, 23 e 25 de dezembro de 1931, 12 de janeiro, 11 de fevereiro e 29 de março de 1932, com as respostas de Hayek, *IN Keynes, ibid.*, pgs. 257/266.

²⁸⁰ “*Estando muito ocupado com outros assuntos, não estudei seu último artigo em Economia [um segundo artigo de crítica de Keynes] tão cuidadosamente quanto deveria fazê-lo. Mas – fora quanto a um ou dois*

marcado por tal carga de ressentimento mútuo tende à esterilidade: fora a crítica inicial de Hayek, a correspondência trocada entre os dois limita-se a opor o pedantismo persistente de Hayek à recusa sistemática ao debate de Keynes. Mesmo no que diz respeito à crítica inicial de Hayek, o debate interessa, no detalhe, apenas ao estudioso profissional de história do pensamento econômico. Mas verifiquemos suas afirmações de fundo.

A crítica primordial de Hayek com efeito, se aceita, deixaria o trabalho de Keynes sem objeto; Hayek postulava que a atividade econômica dos indivíduos deveria apoiar-se fundamentalmente, sobre a atividade produtiva concreta e suas instâncias específicas, que constituiriam o microfundamento objetivo de toda a Ordem Econômica. A Moeda, no interior desta ordem, constitui pura e simplesmente um elemento de distribuição setorial do produto geral; fundar uma Teoria Econômica sobre a Moeda seria dar prioridade lógica ao *Consumo* sobre a *Produção*: “[Tal teoria] é apenas uma aplicação acrítica, aos problemas da Sociedade em geral, da experiência do indivíduo, que acredita necessitar apenas de mais dinheiro”.²⁸¹ Sendo a Moeda um meio de troca genérico, ela representaria uma instância macro em si mesma, vazia; ela não representaria senão uma adição *ad hoc* à verdadeira instância constitutiva da Ordem Econômica: a instância de articulações concretas entre os diversos processos de produção. A Moeda, para Hayek, é uma simples convenção de representação, cuja intangibilidade é tanto maior na medida em que sua única função é a de representar as condições de escassez ou abundância relativa de cada recurso e mercadoria particular. Como agregado, a Moeda é apenas uma frágil representação convencional das instâncias produtivas anteriores a ela e que, estas sim, ordenam a atividade produtiva concreta dos sujeitos.

Tal visão constitui-se num objetivismo até grosseiro, bem próprio da época: uma afirmação normativa da supremacia do mundo concreto da produção do indivíduo empreendedor particular – sobre o mundo uniforme, “cinzento”,²⁸² opaco das especulações

pontos que podem ser tratados isoladamente da questão principal – duvido se retornarei à carga em Econômica. Estou tentando reestruturar e melhorar minha posição principal, e esta, provavelmente, é uma maneira melhor de gastar o tempo do que em controvérsias” (Keynes a Hayek, 29/03/1932, *IN Keynes, CW*, XIII, pg. 266). Em suas “Reminiscências pessoais de Keynes” (1966 – *i.e.*, 20 anos após a morte de Keynes), Hayek sumariza o texto acima dizendo que “*Grande foi meu desapontamento quando todo o meu esforço [de crítica] do Tratado pareceu desperdiçado... pois [Keynes] disse-me que tinha mudado suas idéias e que não mais acreditava no que tinha dito em sua obra [sic]*”. (*IN Shenoy, op. cit.*, pg. 98) Todo o artigo é, aliás, um ataque pessoal a Keynes, a quem Hayek acusa de formação teórica insuficiente, desconhecimento do alemão, dos economistas austríacos e suecos (*id.*, pg. 99), tentativa de intimidação de rivais mais jovens (*id.*, pg. 98), falta de disciplina intelectual, desconhecimento da história econômica do século XIX (*id.*, pgs. 102/3) e de posar como Cassandra, aproveitando-se de seus dotes de políticos e artistas (*id.*, pg. 102).

²⁸¹ Hayek (1931) *IN Shenoy* (ed.) [1979], pg. 13.

²⁸² Termo de Simmel: a uniformidade monetária determina o abandono dos vínculos afetivos aos objetos materiais precisos e traduz-se em comportamentos aberrantes na esfera do consumo: avareza/prodigalidade

monetárias e da inflação. Nas condições concretas dos 1920s, (hiperinflações e depressões, escândalos financeiros e dívida externa, reparações) este objetivismo foi partilhado pela Direita (fascista e liberal) e pela Esquerda; a postura antimonetária de Hayek é paralela à de Lenin, que chegou a declarar que o ouro, na futura sociedade comunista, seria fundido para a produção de vasos sanitários.²⁸³ Esta postura faz-se acompanhar, no entanto, de uma defesa estrita da “verdade monetária”, da preservação do valor geral da moeda enquanto representação das relações de troca. Mas tal é perfeitamente compreensível: a idéia de Hayek é que a Moeda tem por função a sustentação de um sistema de preços relativos²⁸⁴ – isto é, de valores proporcionais das diversas remunerações recebidas pelos portadores de mercadorias e fatores. O financiamento da produção pela criação de Moeda, pode, num dado momento, satisfazer demandas setoriais por “mais dinheiro”; mas tenderá a distorcer a estrutura de repartição dos rendimentos totais em termos relativos, fazendo com que os agentes econômicos iniciem um processo de elevações reativas de preços como forma de restabelecerem o peso relativo dos seus rendimentos: a visão monetária se centraria na idéia de um ótimo global – inexistente, segundo Hayek – em prejuízo da justiça distributiva setorial.

Mas, ainda assim, a existência de recursos ociosos não forçaria o uso do remédio monetário para minorar o desemprego pelo estímulo ao engajamento destes fatores em algum processo de produção, sem prejuízo da proporcionalidade entre remunerações recebidas pelos produtores ativos – ainda que com uma redução do peso relativo de sua participação no produto total? Na visão de Hayek, não; o desemprego é um fenômeno de ajustamento cíclico da estrutura produtiva.

(como desprezo ao objeto particular em favor do gasto em si), ascetismo/cinismo, e finalmente uma atitude *blasé* face aos objetos. *Apud* Orléan [1992], pg. 106.

²⁸³ Anekdota bem conhecida, que Souvarine (1983, pg. 247) atribui a um discurso de Lenin pronunciado em 1920/21, sem dar, no entanto, referências bibliográficas; a datação de Souvarine esbarra no fato de que Keynes, *em* 1919, já atribuía a Lenin o mesmo enunciado de um suposto programa de destruição hiperinflacionária do padrão monetário como forma de confisco generalizado da riqueza privada para a construção do socialismo [Keynes, *CW*, II, pg. 148]. Deve-se observar, no entanto, que, após a hiperinflação de 1918/1920, o padrão monetário soviético foi reestruturado, durante a NEP, com base no *padrão-ouro*, como garantia do poder de compra das poupanças privadas [Carr, 1979, pgs. 385 *seq.*]. A Economia Marxista sempre possuiu uma compreensão conservadora – no sentido de puramente instrumental – do papel da Moeda na organização econômica: a Moeda é concebida como um meio de troca que expressa quantidades de valor-trabalho socialmente aceitas. A inflação – para Lenin como para Hayek – surge como um fenômeno patológico de redistribuição arbitrária de riquezas por confisco das poupanças privadas [Cf. Keynes, *CW*, II, pg. 149]. Todo o processo de desenvolvimento da economia keynesiana, no Keynes após 1919, parte da compreensão de que a acumulação capitalista – e a ordem de auto-reprodução de uma Economia Monetária – está fundada exatamente em mecanismos *intencionais* de redistribuição da riqueza privada através da manipulação monetária. O lucro capitalista, enquanto *windfall* seria a representação máxima desta arbitrariedade intencional.

²⁸⁴ Hyek (1966), *IN* Shenoy, *op. cit.*, pg. 99.

Hayek descreve tal fenômeno cíclico da seguinte forma: uma sociedade hipotética começa a construir uma “supermáquina” para produzir tudo de que necessita; num dado momento, percebe que os recursos desviados na produção desta máquina foram tantos que faltam ferramentas e matérias-primas para a produção de alimentos. A mão-de-obra empregada na construção da supermáquina é então desviada para a produção agrícola. No entanto, não há ferramentas suficientes para ocupar toda a população trabalhadora; mais ainda: parte desta população não tem disponível para si um mínimo de subsistência. Mas eventualmente o crescimento do produto agrícola liberaria recursos para que a sociedade tentasse continuar a produção da “supermáquina”. A dinâmica econômica seria determinada pela necessidade de abandono periódico dos processos “longos” para atender aos processos “curtos”.²⁸⁵

O modelo de Hayek pressupõe, portanto, uma organização social pré-capitalista; a psicologia entrevista dos seus agentes econômicos é a melhor prova disto. A idéia é aproximadamente a de que, a partir dos retornos sobre as atividades econômicas de “curto prazo”, deverá formar-se uma reserva monetária – uma massa de recursos entesourados²⁸⁶ – potencialmente disponível para investimento na ampliação da massa de Capital Social Geral disponível – isto é, para a Formação *Líquida* deste mesmo Capital Social Geral. A existência de tal poupança entesourada colocaria necessariamente em questão, para Keynes, o problema do seu *retorno* em condições de incerteza decorrentes do próprio caráter *concorrencial* da ordem econômica. É este o ponto que Keynes enfatiza. Hayek considerava que a massa de Moeda disponível numa dada sociedade se dividiria necessariamente em três partes: uma parte utilizada na manutenção do Capital Social Geral existente, outra para o consumo pessoal, sendo outra poupada e eventualmente coincidindo com o total de investimento voluntariamente realizado. Tudo se passaria, assim, como se o investidor, assumindo a posição de um evergeta, lançasse mão dos fundos entesourados na produção de uma determinada massa de capital físico. O interesse no lucro individual poderia exercer um papel ou não como causa do ato de investir; ainda que o investimento se realizasse como um puro mecenato (construção de uma biblioteca ou de um museu), o lucro privado poderia emergir na escala geral como lucro dos fornecedores, dos fabricantes de material, empreiteiros, etc. O investimento justifica-se, portanto, por si próprio. Sendo o ato de investimento, no entanto, singular, ele deve levar à emergência de conseqüências não intencionais, que são as conseqüências da construção da

²⁸⁵ Hayek, *apud* Tutin [1988], pgs. 267/268.

²⁸⁶ V. a carta de Hayek a Keynes em 15/12/1931, *apud* Keynes, *CW*, XIII, pg. 257.

“supermáquina” de Hayek, como poderiam ser as da construção de uma pirâmide ou de um templo: os braços desviados para a construção aglomeraram na cidade trabalhadores que não estão plantando trigo para o pão cotidiano; no longo prazo, o pão torna-se escasso: não há trigo disponível pra venda em quantidade suficiente, mesmo em troca dos salários pagos. Num dado momento, portanto, a construção de templos terá de ser abandonada e as ruínas semi-prontas terão de esperar pela formação de um novo excedente de inversão.²⁸⁷ Tudo se resume, assim, às limitações ao processo de crescimento dadas pela existência concreta de recursos escassos que terão de ser distribuídos entre aplicações diversas; a limitação produtiva não é senão uma limitação de base natural e tecnológica do processo produtivo, que impõe uma limitação externa ao processo de produção.²⁸⁸

A crítica de Keynes aponta para a especificidade da dinâmica do crescimento econômico sob o capitalismo e, muito especialmente para especificidade do seu caráter *concorrencial*. Keynes indaga a Hayek: seu modelo supõe que os níveis de investimento estão referidos à formação *líquida* de capital social, a reposição do capital depreciado sendo feita mais ou menos automaticamente. Pois bem: pode você dizer se a reserva de depreciação dos investidores inclui uma provisão para o caso de depreciação *súbita*, por obsoletos, de todos os seus capitais?²⁸⁹ Se, em função da existência de concorrência entre capitais individuais, um dos meios de assegurar a formação de lucros supranormais é a invenção constante de novos processos e produtos; se estas invenções podem determinar a obsolescência de plantas industriais, de firmas, ou até (como a experiência do ajuste econômico dos 1980s deixou mais claro para nós do que para Keynes) de setores econômicos e regiões industriais inteiras,²⁹⁰ então a decisão de investimento não implica

²⁸⁷ “*Construíram-se templos; não foram desbravadas terras virgens, nem investiu-se na indústria têxtil*” (Veyne [1976], pg. 157). Toda a crítica de Veyne (*ibid.*, pgs. 151/158) a Keynes é de cunho hayekiano (muito embora a menção a Hayek seja discreta: v. *ibid.*, pg. 182, nota 196).

²⁸⁸ Veyne propõe uma limitação adicional: o investimento líquido pode cessar em função do moral baixo da classe possuidora de meios de investimento: uma crise política pode fazer cessar o investimento por temor à incerteza dos tempos, ainda que os meios produtivos disponíveis não tenham sido afetados (*ibid.*, pgs. 161/162). A idéia é sempre a mesma: a funcionalidade do sistema produtivo *enquanto tal* não opõe qualquer obstáculo a seu movimento dinâmico; o elemento de limitação é externo (escassez de recursos, incerteza genérica, etc.); não existe uma contradição interna a esta dinâmica.

²⁸⁹ Keynes a Hayek, 12/01/1932, *CW*, XIII, pgs. 262/263.

²⁹⁰ Pois a recuperação da Grande Depressão dos anos '30, determinada principalmente pelos gastos de guerra (Kindleberger [1986], Cap. 13) e pela abundância de dólares decorrente do Plano Marshall (Teixeira [1983], Cap. III) teve uma “catolicidade” – determinada pelo fato de que a estrutura tecnológica – e a pauta de consumo – dos anos '40 era fundamentalmente a mesma dos anos '30 – que não foi compartilhada pela recuperação dos anos '80, precedida por um violento ajuste monetário do governo americano em 1979, e induzida mediante modificações de fundo nos processos de produção (informatização, descentralização, aumento de produtividade), e na composição qualitativa dos bens de produção e de consumo (basta verificar os exemplos banais do computador pessoal, do VCR, do CD, da *mountain bike*, todos inexistentes em 1979; em comparação, o Pós-IIª Guerra Mundial apenas generalizou mundialmente itens de consumo já correntes nos EUA da década de '30, especialmente o carro de passeio e os eletrodomésticos). Sobre esta questão, ver, entre outros, Moffitt [1985], esp. Caps. VI e VII; Griffith-Jones & Sunkel [1990], esp. Cap. 7; Valladares &

apenas numa incerteza quanto a *retornos*, mas principalmente na incerteza quanto à validação social do próprio investimento principal realizado que pode, de um momento para outro, tornar-se absolutamente redundante.

O que implica isto? Implica em que, diversamente de uma economia pré-capitalista – onde os recursos disponíveis tendem a fluir naturalmente em direção a um número reduzido de aplicações consagradas pelos usos e pelos costumes – seja num banquete cívico ou na construção de um palácio, na construção de uma igreja ou no reparo de aquedutos, canais e muralhas – em uma economia capitalista o ato de investir está limitado por uma incerteza fundamental quanto à sua validade social, incerteza que se inicia com as considerações preliminares e estende-se por toda a vida útil do mesmo investimento. Neste sentido, todo investimento capitalista é um processo “curto”: ele deve validar-se e revalidar-se sucessivamente até ser totalmente amortizado: o Longo Prazo, em Keynes, não é senão uma sucessão de Curtos Prazos.²⁹¹

A cada momento do processo de concepção e execução de um dado projeto de produção, todo capitalista será obrigado a refazer as previsões relativas aos retornos de suas atividades; determinar a sua escala de produção; financiar suas despesas correntes; manter ou modificar as características do “seu” produto; buscar mercados; e preparar-se para o eventual desengajamento de suas atividades. O que significa que, ainda que houvesse um vínculo definido entre o ato de poupar e o de investir, ainda assim, não haveria como conformar o investimento efetivamente realizado à poupança disponível.²⁹² E assim chegamos à conclusão de que, numa economia capitalista, o ordenamento econômico enquanto planejamento de longo prazo existe como um mecanismo *ad hoc* que permite o enfrentamento da incerteza originária associada a qualquer empreendimento em condições concorrenciais.

3.8. Capitalismo e Incerteza: a Economia como hiância

Petreceille [1990], esp. Parte I; ver no entanto, a afirmação da continuidade essencial de um regime de acumulação capitalista (domínio do capital financeiro, centralidade do conflito capital/trabalho) por trás da reestruturação dos mecanismos produtivos, feitas por exegetas marxistas ortodoxos *latu sensu* como Ernest Mandel [1991], pgs. 254 *sqq.* E Callinicos [1992], pgs. 96 *sqq.*, cujas análises são superadas, no entanto, neste ponto específico, em poder descritivo, pelas de Tavares [1992] e Coutinho [1992].

²⁹¹ Swalaen [1989], pgs. 36/38.

²⁹² Keynes estabelece que, mesmo no caso de uma casa construída mediante uma hipoteca sobre as poupanças futuras do dono da casa, o financiamento da casa em questão *não* é feito através das poupanças pessoais do poupador, mas sim através do dinheiro que a companhia construtora é capaz de levantar das instituições de crédito como financiamento (Keynes, *CW*, XIV, pgs. 218/219).

O que seria, afinal de contas, a incerteza econômica? O discurso economista neoclássico tende a considerar a incerteza, não como uma condição endógena de um dado modo de organização da vida econômica, mas como uma resultante de uma condição exógena referente à incompletude da informação acessível aos agentes econômicos. Esta incompletude pode ser concebida, ou como uma condição endógena decorrente do afastamento das práticas concretas de uma Economia de Mercado em relação ao tipo ideal de uma Economia Perfeitamente Competitiva, ou como uma simples decorrência exógena decorrente da manipulação indébita de meio de troca portador de informações.

Numa Economia de Mercado, cada agente econômico isolado possui uma determinada dotação de recursos de sua propriedade, podendo trocar tais fatores – ou os serviços realizados por estes fatores – por quaisquer bens que atendam às suas preferências subjetivas. Estes bens encontram-se, além disto, distribuídos numa imensa quantidade de mercadorias qualitativamente diferentes: o indivíduo não pode apropriar-se da totalidade das qualidades das mercadorias oferecidas: ele terá de ordenar – de acordo com uma ordem de prioridades rigorosamente subjetiva – *quais* mercadorias ele poderá desejar primeiro de forma a determinar o *quanto* deseja de cada mercadoria. Para que a ordem de preferências subjetivas possa ser representada em termos de quantidades, torna-se necessário que exista um meio de troca que permite esta representação, qual seja a Moeda como padrão subjetivamente neutro de cálculo puramente objetivo de preferências puramente subjetivas: voltamos ao paradoxo de Simmel: a indiferenciação monetária é o único meio a partir do qual as demandas podem organizar-se como *estilos de vida* puramente individuais.

Existindo a Moeda, o agente econômico poderá encontrar condições propícias para desvincular seu papel *produtivo* do seu papel como *consumidor*. Num primeiro estágio, trata-se de maximizar objetivamente os retornos obtidos em moeda pela posse da dotação de fatores de produção; num segundo estágio, trata-se de maximizar subjetivamente o grau de utilidade individual dos bens consumidos através do uso dos retornos; no entanto, sendo a avaliação da utilidade subjetiva dos bens consumidos de caráter personalíssimo, podemos supor que tal utilidade seja, em princípio, máxima, dado que a remuneração dos fatores empregados seja máxima.

A condição de incerteza, de acordo com o discurso economista, estaria associada à existência de informação imperfeita relativa aos retornos possíveis das aplicações existentes dos fatores de produção – muito especialmente para os capitalistas (no caso dos

trabalhadores, podemos supor que, pela generalização do trabalho assalariado, eles só tenham a escolher entre o trabalho *full-time* e o desemprego); a existência de tal incerteza leva a uma retirada de investimento potencial do sistema econômico, sob a forma de poupanças ociosas.²⁹³ Mais exatamente, não existe uma taxa de juro de equilíbrio que estabeleça o equilíbrio entre a oferta de capitais disponíveis e a demanda destes mesmos capitais, concebida enquanto capaz de otimizar globalmente o grau de utilização dos recursos existentes.

Posso supor então que tal condição de assimetria seja permanente ou transitória. No primeiro caso, posso supor que o Equilíbrio Geral sendo empiricamente impossível, o Equilíbrio Parcial no mercado de capitais também o será. Sendo as demandas de investimento pelas poupanças existentes realizadas a taxas variáveis no decorrer do tempo – de acordo com as expectativas pontuais de poupadores e tomadores de recursos – e tais demandas superpondo-se umas às outras, então é impossível que exista uma taxa de juro natural, senão como tipo ideal que exigiria a impraticável operação de suspensão da efetivação dos contratos enquanto houvesse equilíbrio parcial no mercado de capitais.²⁹⁴

No entanto, ainda que o equilíbrio otimizador seja impossível empiricamente, podemos – na argumentação de Hayek – gravitar ao seu redor. Basta que a integridade da Moeda – como preservação do seu poder de compra e da sua acuidade como instrumento de mensuração dos retornos – seja mantida, para que o investimento centralize-se, na sua maior parte, naquelas poucas aplicações de longo prazo onde a atividade econômica, essencialmente conservadora, tende a concentrar-se. Manipular a Moeda significaria apenas colocar o curto prazo acima do longo prazo e restabelecer a incerteza quanto aos retornos. Desde que o meio de cálculo coletivo seja preservado *enquanto tal*, irá naturalmente fixar-se naqueles empreendimentos conservadoramente reconhecidos como capazes de gerar uma taxa de retorno estável.

Acredito que a argumentação keynesiana exposta acima tenha sido capaz de demonstrar que (a) a estabilidade das taxas de retorno dos empreendimentos consagrados é *convencional*, para não dizer *ficcional*: nenhum empreendimento individual pode garantir retornos de longo prazo sem apoiar-se em créditos que representam poupança *ad hoc* criada por decisão dos bancos; (b) que a taxa de juros *vis-à-vis* da qual é calculada a taxa

²⁹³ “A propriedade privada implica em que os proprietários tenham o direito de retirarem seus recursos da utilização produtiva se não puderem esperar a taxa de retorno que consideram adequada” [Przeworski, 1991, pg. 110].

²⁹⁴ Tais críticas à argumentação walrasiana são sumarizadas por Przeworski, *ibid.*, pgs. 107/108.

de retorno é uma variável convencional; e (c) que, *vis-à-vis* da taxa de juros entendida como taxa de lucro normal, a concorrência capitalista caracteriza-se exatamente pela busca do lucro supranormal.

O discurso economista supõe que os agentes econômicos possam conhecer seus retornos da atividade individual a partir do fato de que sejam capazes de contrapor preços conhecidos de venda de bens e serviços contra custos – ou gastos de consumo pretendidos – também conhecidos, portanto calculáveis. Aqueles que argumentam a partir da racionalidade formal do capitalismo apontam sempre para este argumento: por mais irracionais que sejam os objetivos últimos dos agentes econômicos, eles nada mais fazem do que tomar como dadas as informações sobre preços e taxas de retorno que precedam sua ação; sua ação está fundada no cálculo porque referida a um conjunto de bens e serviços – e de *preços* de bens e serviços – já conhecidos de antemão. O Mercado seria, assim, uma convenção originária que fornece um método de alocação dos recursos previamente existentes entre produtores, e das mercadorias entre consumidores, sempre de acordo com necessidades estabelecidas de forma puramente subjetiva. “*Os indivíduos sabem o que querem, possuem dotações de recursos, e produzem quando querem*”.²⁹⁵ Em torno desta ordem de preferências puramente individual, o Mercado organiza-se como uma função ontológica: um meio neutro através do qual as intenções individuais podem ser expressas e eventualmente realizadas.

Contra este caráter ontológico do Mercado, colocam-se dois fatos:

a) Em primeiro lugar, para que os indivíduos “saibam do que necessitam”, deve-se supor que eles são defrontados a um conjunto de mercadorias cujos atributos – e utilidades – são conhecidos *a priori*, ou que representam uma resposta *a posteriori* de necessidades expressas *a priori*. Paradoxalmente, este enunciado da produção como resposta a necessidades estabelecidas *a priori* pode descrever os mecanismos de produção de uma economia de comando (*i.e.* burocraticamente planificada): possui uma lista de bens de consumo genérico (pão, sabão, alfinetes); outra de bens de produção (máquinas e equipamentos); a partir de uma dada base de recursos naturais e humanos, fixo determinadas metas quantitativas de produção mutuamente compatíveis. Mas este mecanismo não opera no interior de uma Economia Monetária. Para que possa haver lucro *individual* supranormal, é preciso que as qualidades dos bens oferecidos – e *a fortiori* suas tecnologias de produção – sejam constantemente alteradas, o que implica num processo de

²⁹⁵ Przewoski, *ibid.*, pg. 105.

criação de necessidades *a posteriori*. Nem é necessário falar na introdução de mercadorias dotadas de propriedades qualitativamente diversas de qualquer outra já disponível no momento de sua criação (*e.g.* o computador e suas aplicações avançadas, que mudam constantemente); basta pensar na idéia subjacente à propaganda feita por meio de novas embalagens, formas de apresentação e propriedades, nas prateleiras de um supermercado. Toda esta propaganda baseia-se no pressuposto de que o indivíduo *não sabe o que deseja*; de que sua pauta de prioridades de consumo pode ser radicalmente alterada se sua atenção foi atraída para as propriedades de determinadas mercadorias (paradoxalmente, se poderia dizer que as economias de comando, ao esforçarem-se para encherem as prateleiras vazias com bens consagrados pelo uso, baseiam seu planejamento na soberania das necessidades do consumidor).²⁹⁶

b) Em segundo lugar, se as produções estão sendo constantemente modificadas em função da perspectiva dos retornos supranormais, então ninguém produzirá quando desejar, mas sim quando for capaz de cercar-se de garantias *a priori* destes mesmos retornos, como as garantias associadas à existência de crédito a uma dada taxa de juro. Mas estas garantias *individuais* estão associadas à presença de informações necessariamente incompletas sobre organização *global* futura do sistema produtivo, o que constitui a característica básica do estado de *incerteza* como descrito por Keynes:

“Por conhecimentos ‘incertos’... não quero apenas estabelecer uma distinção entre o certo e o provável. O jogo de roleta, nesta ótica, não está sujeito à incerteza... A expectativa de vida é apenas um pouco incerta. Mesmo o tempo o é apenas moderadamente. O sentido no qual utilizo tal termo é o de estabelecer que a perspectiva de uma guerra europeia [o texto é de 1937] é incerta, ou o preço do cobre ou a taxa de juros daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários privados no sistema social em 1970. Tais questões não fornecem bases científicas que

²⁹⁶ E assim a noção marxista de “anarquia da produção” surge não como conflito entre a racionalidade individual e a irracionalidade coletiva [Przewoski, *ibid.*, pg. 108], mas como subsunção das racionalidades individuais dos consumidores genéricos à racionalidade do lucro supranormal buscado por alguns indivíduos, com os efeitos contraditórios de crescimento qualitativo global *versus* regressão quantitativa das forças produtivas: “A modificação constante da produção, o abalo constante de todas as posições sociais, a eterna insegurança e movimento distinguem a época burguesa de todas as anteriores... Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pelas produções do país, ... novas necessidades, que requerem para sua satisfação os produtos de terras e climas distantes. Em lugar do antigo isolamento e auto-suficiência nacional e local, o intercâmbio em todos os sentidos e a interpenetração das nações” [Marx & Engels, 1989, pg. 23].

*permitam formar qualquer probabilidade calculável. Simplesmente não sabemos.*²⁹⁷

Neste sentido, o Mercado, que parecia ser um meio de viabilizar racionalmente decisões subjetivas por via do cálculo surge, *a priori*, como uma hiância: algo que encontra-se *a priori*, vazio. Pois o fato é que a função exercida por este Mercado é a de organizar a realização de *retornos monetários* que simplesmente não se encontram pré-determinados de acordo com o tipo de investimento; não é a existência de trocas que determina os retornos, mas é a possibilidade de realização dos retornos que determina a existência das trocas e da produção como *a posteriori* lógico. Neste sentido, o Mercado se poderia dizer estruturado como uma linguagem: a linguagem da Moeda e dos retornos. Mas esta linguagem não se caracteriza como “estrutura” no sentido de sobredeterminar as ações dos agentes; ela simplesmente fornece um meio de expressão a estratégias intencionais individuais, que, por si só, ela não pode organizar. Neste sentido, antes de atuar com forma de ordenação da produção pelo cálculo racional, ela atua no sentido de permitir a expressão de estratégias individuais anárquicas. O Mercado é o elemento de expressão objetiva da intencionalidade personalíssima; é a forma ordenada de realização da anarquia da produção.

3.9. Conclusão: Economia Monetária e Individualismo Metodológico

A Troca Monetária não está assim associada, em princípio, a nenhum conjunto de objetos: Keynes dirá que a Moeda caracteriza-se, em princípio, pela sua *esterilidade* enquanto forma de riqueza concreta.²⁹⁸ Enquanto meio de troca generalizado, a Moeda caracteriza-se por impossibilitar a realização do cálculo individual centrado nos retornos específicos de cada atividade produtiva; as taxas de retorno em quantidades físicas de bens são substituídas pela taxa de juros como equivalente da taxa de lucro normal. O problema é apenas que tal taxa não fornece qualquer informação relativa aos diversos retornos futuros dos vários investimentos possíveis, os quais se realizam sob o domínio das incertezas relativas à extensão e à própria existência de mercados futuros onde os bens e serviços postos à venda encontrem compradores à taxa de retorno pretendida. Tal implica em que, para que o cálculo monetário individual não seja apenas um fundamento da busca do lucro puramente especulativo sobre estoques de mercadorias, a cada momento teremos de conceber uma instância genérica que manipule a factibilidade e compatibilize as

²⁹⁷ Keynes, *CW*, XIV, pgs. 113/114.

²⁹⁸ Keynes, *CW*, XIII, pg. 115.

diversas atividades econômicas locais de acordo com uma ordem de prioridades global. De fato, o que Keynes parece propor é o seguinte: a contingência histórica associada à gênese do capitalismo – *i.e.* a busca da riqueza monetária como poder de disposição genérico sobre mercadorias, o interesse de alguns agentes sociais historicamente determinados – cuja caracterização e descrição ainda está em grande parte por ser feita²⁹⁹ – em buscar a liquidez absoluta dos recursos produtivos na sua totalidade, determinou a gênese de um sistema econômico – a Economia Monetária – onde tudo encontra-se organizado em função da transmissibilidade dos bens e serviços produzidos, mercê da conversão generalizada destes mesmos bens e serviços a quantidades de Moeda.

A aporia fundamental da Economia Monetária – até hoje não vencida pelo discurso economista – está em que a generalização da forma monetária, sendo funcional no sentido de otimizar a transmissibilidade de riqueza material entre indivíduos – e, portanto, de certa forma, tornando a propriedade privada, pela primeira vez na História, propriedade puramente *individual*, e não apenas privada – *não* é funcional no que diz respeito à organização do processo produtivo geral enquanto agregado de coeficientes técnicos, como processo tecnológico enquanto variável social. Se de um lado, a generalização da

²⁹⁹ Pois o processo histórico da Acumulação Primitiva [Marx, 1976, Parte 8] ainda está por ser descrito no que diz respeito aos sujeitos históricos envolvidos, suas intenções e ações. De fato, este processo *não* pode ter como seu principal ator uma “burguesia” de indústrias e comerciantes, organizada em termos de corporações de ofício dotadas de interesses na imobilização de seu patrimônio por meio de privilégios, patentes e monopólios. A tese dos *enclosures* (acumulação primitiva por conversão da propriedade da terra em propriedade capitalista, com criação de uma força de trabalho livre) não explica o fenômeno que tornou possível a sua ocorrência, *i.e.* a formação de um mercado monetário de produtos agrícolas que tornasse possível a acumulação de capital no campo inglês entre os séculos XV e XIX (o intervalo de tempo envolvido aponta, aliás, para o pequeno dinamismo do fenômeno). O “segredo da acumulação primitiva” talvez deva ter seus sujeitos históricos procurados fora do “centro” do sistema produtivo pré-capitalista. Originariamente, estes sujeitos devem ter ocupado posições marginais; são basicamente bucaneiros, traficantes, agiotas, etc. Os fatores principais de expansão da esfera das trocas para o centro do sistema produtivo, no caso, parecem ter sido dois: a expansão do comércio colonial e ultramarino, *mais* as imensas necessidades fiscais dos estados absolutistas (das quais fazia parte o empreendimento colonial), resolvidas pela expansão da dívida pública e pela expansão extorsiva da base da taxa necessária como resposta aos encargos desta mesma dívida. Tal explicação abriria um caminho importante da investigação, qual seja o de postular o caráter forçoso da monetarização genérica das relações de produção, principalmente no que diz respeito à *liquidez* dos patrimônios pessoais que se realizou apesar de toda a oposição do estamento aristocrático. “A dívida nacional, isto é, a alienação (*Veräußerung*) do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – marcou a era capitalista como um sinête” (Marx, *ibid.*, pg. 919). Sobre este processo de privatização da máquina estatal, como resultado contingente de um processo dirigido em torno de interesses concretos de grupos estabelecidos *vs.* grupos marginais, ainda há muito a dizer. E este é o ponto de Keynes: o fato histórico de que a organização da economia capitalista esteja, por virtude do acidente histórico, nas mãos, não dos industriais, como maiores interessados na “calculabilidade precisa dos fatores técnicos mais importantes” [Weber, 1985, pg. 9], mas sim nas mãos dos banqueiros [Keynes, *CW*, XIII, pg. 19]. Contrariando a noção marxista vulgar do que a Circulação Financeira da Moeda consistiria num simples custo de produção associado à redistribuição da Mais Valia Social Geral entre os vários capitalistas (como sustentado, *e.g.*, por Mattick [*op. cit.*, pg. 171]) Keynes aponta desde o início para o fato de que tal custo financeiro, longe de representar um *faux frais de production*, representa, de fato, uma instância de *organização global do regime de acumulação* (no que diz respeito à organização inter-setorial da produção em termos das várias taxas de retorno), oculto sob a aparência apenas de um interesse privado a mais.

Mercadoria enquanto forma da riqueza social é um requisito indispensável para que esta riqueza seja acumulada privadamente, de outro lado a redução de todo produto à forma de Mercadoria impede exatamente a identificação dos diversos processos de produção como combinações tecnológicas dependentes de coeficientes de produção específicos. Assim, por diversas vezes, teremos que produtos fundamentais para a operação do sistema de produção correm o risco de não estarem disponíveis por sua produção não poder ser realizada a uma taxa de retorno monetária considerada apropriada pelos agentes individuais. A forma Moeda, portanto, indispensável para que a Economia Monetária possa existir como Economia *Empresarial* – *i.e.* como economia da propriedade privada – irá atuar no sentido de bloquear as estratégias de acumulação individual que ele visava favorecer. Neste sentido é que se pode interpretar a idéia de uma contradição entre Relações de Produção (a forma pela qual estas relações são representadas de forma a estabelecer regras básicas de intercâmbio entre os agentes) e Forças Produtivas (a organização concreta dos processos de produção mutuamente articulados) sob o Capitalismo.

O Individualismo Metodológico quer explicar a ação social “*em termos de indivíduos: suas ações, propriedades e relações.*”³⁰⁰ Ocorre, no entanto, que as relações entre indivíduos realizam-se, não entre indivíduos tomados enquanto tais, mas a partir de representações que informam quanto a suas propriedades e ações pretendidas *vis-à-vis* uns dos outros. Para que tais relações possam gerar estratégias individuais factíveis e coerentes entre si, é necessário que se vá além da forma de instituição enquanto tal; trata-se de adaptá-la intencionalmente aos fins globais (*i.e.* agregados) pretendidos; a instituição não é um meio neutro, nem abstração pura.³⁰¹ O erro do discurso economista foi basicamente este: tomar as instituições como um universal desprovido de qualquer propriedade senão as expressivas dos interesses individuais, e atribuir todos os efeitos perversos da ação individual ao fenômeno patológico da insuficiência da informação. A análise keynesiana da Moeda como instituição chega exatamente ao ponto de partida da não-neutralidade das instituições *vis-à-vis* de ações individuais isoladas e, portanto, da necessidade de uma adaptação do meio institucional *vis-à-vis* do resultado global, agregado, das várias ações individuais que se pretenda realizar.

³⁰⁰ Elster [1989], pg. 36 – grifo meu.

³⁰¹ Sobre esta questão em relação à forma Mercadoria, ver o interessante trabalho de Zizek [1991], sobre o qual ainda falaremos.

Ao passarmos da análise do *Tratado Sobre a Moeda* à da *Teoria Geral* – que constituiria o ponto de partida da Macroeconomia keynesiana – podemos estabelecer que tal Macroeconomia não pode ser entendida como uma simples “economia dos agregados” – *i.e.* como uma postulação metodologicamente tosca de uma uniformidade das reações individuais a um efeito exógeno produzido pelos *policy-makers*. De fato, a análise keynesiana partirá do fato de que o agregado de objetivos intencionalmente procurados é irreduzível a suas partes componentes; e que, na sua forma monetária, ele exige um desenho institucional que permita superar as aporias locais da sua concepção global. Neste sentido, a criação da Macroeconomia é o ponto de partida para dotar o discurso economista de um método, antes de mais nada relacional. A análise keynesiana rompe com o Individualismo Metodológico estrito e passa à crítica das instituições. É o que se verá a seguir.

No entanto, vem a propósito estabelecer, ao final de três capítulos de exegese, o que exatamente buscamos encontrar na formação do *opus magnum* de Keynes, a *Teoria Geral*.

Até agora, vimos que o discurso economista “inseminou” as demais Ciências Sociais com a idéia de que seria possível fundar a análise social nos indivíduos – e na ação coletiva como associação entre indivíduos para a busca de fins específicos consensualmente acordados entre os membros desta associação. Para tal, o discurso economista postulou: ontologicamente, existe um mundo natural, dotado de propriedades físico-químicas, que, ao mesmo tempo em que defronta os indivíduos como um dado, está aberto à apropriação por parte da atividade coletiva dos indivíduos (o Individualismo Metodológico não necessita necessariamente propor o indivíduo como um Robinson em sua ilha). O “númeno” constituído pelo Mundo Natural só é cognoscível, capaz de ser representado, a partir da sua expressão fenomênica. Tal expressão fenomênica só pode derivar da representação do Mundo Natural como portador de *recursos*, de meios de reprodução da expressão material da vida social. Tais representações, no entanto, devem ser, desde a sua origem, singulares; as diversas formas históricas de apropriação social da base material de recursos econômicos são prova suficiente deste enunciado. Ao ser objeto de representação, a mesma base material, como “coisa em si”, dá lugar a diversas representações singulares, partilhadas por diversos grupos de indivíduos empenhados na sua reprodução social. *Exatamente* tal pluralidade de representações é que permite que seja a apropriação da base material geral da existência social o momento da constituição, por

excelência, dos “objetivos, crenças e interesses” individuais em torno dos quais irá explicar-se toda e qualquer ação social.

A origem da Moeda – a precocidade de sua aparição no tempo histórico – seria, assim, um “fato social total” de tipo durkheimiano; mas o que caracterizaria o caráter “total” deste fato social seria paradoxalmente, de acordo com o discurso economista, o caráter em si mesmo *indeterminado* da representação monetária; *em si mesma*, a Moeda não conteria qualquer forma de representação genérica do Mundo Natural; muito pelo contrário, ela seria “vazia” em termos de constituição de uma ordem de significância. *Exatamente* por constituir um sistema de classificação vazio, é que a Moeda constituiria o meio de representação por excelência a partir do qual o comércio entre interesses individuais poderia realizar-se, sem necessidade de pressupor a constituição de uma esfera do interesse coletivo; ela é o meio de representação possível a partir do qual os recursos concretos de *A* (Poupança) podem ser apropriados por *B* (Crédito) para atender aos interesses específicos de *A & B* (Retorno do Investimento, dividido em Lucro de *B* e Juro de *A*). O discurso economista, como forma do Individualismo Metodológico, pressupõe a Moeda como Estrutura; mas esta estrutura seria característica pela sua neutralidade absoluta *vis-à-vis* dos interesses singulares que representa; não é senão uma transcrição, em termos uniformes de quantidade, de qualidades absolutamente singulares. Mais do que isto, a Moeda seria o meio através do qual tais representações qualitativas singulares poderiam permanecer singulares na medida em que, se todos os indivíduos buscam maximizar retornos monetários, cada um os busca no interesse de fins que dizem respeito a ele e apenas a ele. A Moeda é o meio pelo qual as consciências individuais podem comunicar-se entre si nominalmente... sem nada precisarem comunicar subjetivamente. Ainda que se denuncie a Moeda como fetiche, o que ainda se pressupõe é a sua neutralidade *vis-à-vis* das relações sociais enquanto tais, que ela pode desvelar ou ocultar, mas que, ainda assim, limita-se a representar reflexivamente.

O que apresenta de novo a análise de Keynes é precisamente o fato de estabelecer que a Moeda não representa o Mundo da Produção Material, senão que, numa Economia Monetária, a Moeda *é* o Próprio Mundo de Produção Material. De fato, o que toda a exegese de Keynes, que foi feita acima, destacou foi apenas isto: o fato de que, numa economia em que todas as representações dos agentes estão reduzidas à expressão da Moeda, é a partir desta expressão geral que se organizam os interesses singulares, e não o inverso. O Mundo da Produção (e do Trabalho) não possui, na instabilidade geral das

tecnologias, dos produtos, das formas de distribuição da produção, outra expressão estável que não a expressão monetária. O Mundo Natural não é senão uma representação simbólica que, em si mesma é vazia, e cujo sentido subjetivo, longe de ser *representado* pela Moeda, precisa ser *produzido* quotidianamente pelos agentes econômicos.³⁰² A Economia, segundo Keynes, não é senão uma tentativa – não necessariamente bem sucedida – dos agentes econômicos, enquanto indivíduos ou grupos organizados, de converterem mera quantidade em qualidade. Neste sentido, Keynes continua a ser um aderente do Individualismo Metodológico: ele acredita que a história da sociedade possa ser contada em termos de ações, interesses e fins individuais. Mas tais interesses e fins *não* estão inseridos originariamente na tessitura da atividade individual; terão de ser produzidos pela ação quotidiana que os retira de uma ordem simbólica à qual estes indivíduos estão defrontados. É neste espírito que cumpre, agora, retomar a leitura de Keynes.

³⁰² O que poderia implicar em dizer que, à maneira do Pós-Estruturalismo à maneira de Foucault, falamos aqui de um Poder (o do Capital Financeiro) que constitui os interesses setoriais pela manipulação da Ordem dos Símbolos, que cria as “Coisas”, ao criar as “Palavras”. Mas o fato é que a aplicação deste aparato conceitual à ordem do econômico nos permite postular – exatamente ao contrário do Pós-Estruturalismo – que encontramos-nos diante de um Poder diretamente engajado num processo de *produção intencional de uma base material da vida social a partir de sua expressão mental simbólica*. Nos quadros de uma exegese marxista, propor que a realidade social seja, *a priori*, mental nada mais será do que hegelianismo elementar; o processo de produção concreta da Vida Social é, fundamentalmente, uma atividade mentada. O que importa é que, ao propormos a Economia como uma “Real Simbólico”, saímos agora do raio da ação de uma vontade de Potência sem origem ou fim determinado, ao lhe atribuirmos como objetivo a *organização dos processos de produção concretos através da repartição, a priori, dos seus retornos entre os diversos interesses setoriais dos vários agentes da classe dominante*, o que permite ao Materialismo Histórico “fagocitar”, para a sua linha de interesse (a vida coletiva como um processo de produção física) a fixação com o “Poder” desencarnado do Pós-Estruturalismo (v. Anderson [1992], pg. 152; Callinicos [1994], pgs. 80/91).

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DA “MACROECONOMIA”: A PREPARAÇÃO DA “TEORIA GERAL”

4.1. Introdução

Ao analisar-se o processo de formulação da teoria Keynesiana “madura” que levou à *Teoria Geral do Emprego, de Juro e da Moeda*, deve-se primeiro considerar a posição dada por Keynes à Economia, *vis-à-vis* das demais Ciências Sociais, pela determinação do seu *objeto* próprio.

É sabido que Keynes concebeu sua Teoria Econômica como *Macroeconomia*. Esta Teoria, como guia da atividade prática do economista, dirige tal atividade sobre *agregados* – isto é, destina-se a controlar níveis genéricos da produção e do emprego; não tanto mediante interferência nos processos de produção como tais, mas sobre variáveis fiscais e/ou monetárias.³⁰³ A determinação da massa total de meios monetários em circulação; as taxas de juros; os níveis gerais de despesa e receita tributárias; o nível agregado de gastos, e, principalmente, o nível agregado de investimento; desde Keynes, são estes os instrumentos de interferência *ativa* do que os economistas lançam mão na determinação de uma política econômica. O deslocamento fundamental consiste no fato de que, pré-Keynes, os economistas atuavam como guardiões da integridade originária da Moeda – através do seu papel como controladores do nível da reserva – ouro dos bancos centrais – garantindo, assim, a transparência dos contratos interindividuais; é o que Keynes denomina “Visão do Tesouro” da política econômica.

Ao final dos anos 20, a emergência de uma economia centralmente planificada na U.R.S.S. tinha estabelecido um modo alternativo de política econômica: o controle direto

³⁰³ O que seria linha divisória fundamental entre os economistas Keynesianos de esquerda e de direita, os primeiros comprometendo-se com uma política fiscal visando, através de esquemas bem definidos de gasto público, expandir a produção de bens e serviços públicos determinados, enquanto os segundos prefeririam o caminho da expansão monetária mais ou menos indiscriminada do crédito mediante políticas de redução de impostos e da taxa de juros, não ligadas a qualquer meta produtiva em particular – como forma de estimular a economia sem tocar as estruturas sociais existentes (cf. Carvalho [1995], pg. 5). Daí considerarem os críticos do neoliberalismo que a política de expansão descontrolada do déficit público adotada pelo Governo Reagan, que determinou um surto de expansão econômica fundado na expansão das despesas de consumo e das manobras especulativas nos mercados de capitais em escala mundial, nada mais foi do que um Keynesianismo... direitista. “[A recuperação econômica americana de 1983-84 foi] o resultado de uma política Keynesiana padrão de reflução da demanda” (Anatole Kaletsky, *apud* Callinicos [1994], pg. 141). Isto é, a *forma* dos instrumentos de intervenção permanecer fundamentalmente a mesma que era desde 1995; o *conteúdo político* (concentração de renda, organização de bolsões de consumo conspícuo, favorecimento à especulação) é que foi decisivamente alterado.

dos fluxos de bens e serviços entre unidades produtoras, reduzindo o papel do sistema de preços ao de regulador do “resíduo” de aquisições de bens de consumo realizadas pelo público junto aos órgãos estatais de produção. No entanto, na economia planificada que emergiu do Primeiro Plano Quinquenal, a dimensão própria dos fenômenos econômicos continuou sendo, tanto quanto na “visão do tesouro”, a dimensão *micro*: a Economia era estendida fundamentalmente, como uma rede de contratos entre entes individualizados. As diferenças entre a “visão do tesouro” e a “visão do GOSPLAN” estavam somente na substituição de contratos em moeda por contratos envolvendo quantidades de produto (envolvendo uma contabilidade monetária convencional); e no fato de que os contratos – que na visão do tesouro representavam interesses e objetivos puramente individuais – passavam, na economia planificada, a atuar como instâncias locais dos interesses e objetivos globais. Mas a insuficiência fundamental do planejamento centralizado estaria exatamente na idéia de um planejamento geral que necessitava, permanentemente, recriar os instrumentos locais de sua atividade – algo como um *dandy* que, para andar no rigor da moda, tivesse não só de costurar suas próprias roupas, mas também de selecionar os melhores fios de lã e algodão disponíveis.

A visão Keynesiana partiu de uma idéia oposta: a de que seria possível fixar objetivos na esfera macro e realizá-los exclusivamente a partir de instrumentos de coordenação também macro. A idéia keynesiana é de que existiriam mecanismos capazes de impulsionar as atividades micro de forma a conformá-las *Ex Post*, a objetivos macro estabelecidos *Ex Ante*, de acordo com as “leis psicológicas gerais”. Tais mecanismos consistiriam fundamentalmente na ação sobre as representações sobre os custos e retornos *monetários* das atividades econômicas particulares. A manipulação destas expectativas constituiria o principal instrumento de política econômica para a indução de atividades micro visando a um resultado agregado macro.

As críticas a Keynes são críticas à relação suposta entre os níveis micro e macro; mais exatamente, são afirmações da prevalência do nível micro na explicação dos fenômenos econômico. Deixemos de lado a crítica marxista – por inexistente; a emergência do keynesianismo coincidiu exatamente com a eclipse stalinista do marxismo como “crítica concreta das situações concretas”.³⁰⁴ As críticas conservadoras a Keynes são

³⁰⁴ Que as críticas stalinistas à *Teoria Geral* tenham sido exercícios de indigência mental (Cf. Skidelsky [1992], pg. 582), não merece comentário; a ausência prolongada de um comentário marxista crítico de Keynes até hoje (o trabalho de Mattick sendo fundamentalmente uma reafirmação dos postulados básicos de Marx) é mais importante, na medida em que reflete todo o processo de auto-confinamento do marxismo ao campo de uma *Radical Sociology* entre outras, que abandonou qualquer visão “macro”.

relevantes exatamente pelo fato de serem críticas da idéia do economista como demiurgo da Ordem Social que o keynesianismo parece propor – e dos seus efeitos nocivos e supostamente inevitáveis.

Tal crítica diz que o planejamento genérico feito por via monetária sofreria de dois vícios simétricos: (a) de um lado, ele seria genérico demais para funcionar como indutor concreto da atividade específica. Pense-se, por exemplo, no suposto instrumento keynesiano por excelência: o gasto público deficitário. Lançar dinheiro sobre a Economia – dirão os críticos – equivaleria a lançá-lo sobre uma cidade do alto de um helicóptero:³⁰⁵ nada garante que este dinheiro será utilizado para propósitos produtivos.

O economista poderia ver-se assim obrigado a (b) interferir diretamente em projetos concretos de produção. Mas tal implicaria em favorecer alguns agentes particulares em detrimento de outros, na repartição de recursos escassos; significaria favorecimento a estratégias de ganho diferencial, implicando na subversão do elemento isonômico da ordem contratual.³⁰⁶

Percebe-se, assim, que a insistência dos conservadores anti-keynesianos na recessão como modo de ajustamento deve-se ao fato desta ser a única política compatível com seus próprios suportes metodológicos; a recessão seria a única política *genérica* o suficiente para garantir a manutenção da simetria geral entre os contratos dos agentes “micro”. Mas tal não impede de perceber que as políticas “keynesianas”, ao oscilarem entre o gasto inflacionário genérico (*déficit* “reflacionador”) e o favorecimento de interesses privados específicos (“gastos sociais” ou de “defesa estratégica”) não têm sido muito mais brilhantes. Mais ainda: os economistas queixam-se repetidamente de que sua ação geral sobre a economia esbarra na evidência de que a psicologia dos agentes econômicos, devido à “interferência” da política, da situação intencional etc., não está de acordo com o que previam as “leis psicológicas gerais”. Isto é: as políticas macro tem encontrado o obstáculo... das variáveis macro que determinam o comportamento geral dos agentes.

A “reabilitação” de Keynes terá, assim, de levar em consideração a questão: existem em Keynes os elementos de uma visão “macro” *conceitualmente coerente*? O

³⁰⁵ O formulador desta imagem é, paradoxalmente, um keynesiano, Don Patinkin, que a utiliza para retratar a neutralidade da Política Monetária; *apud* Buchanan *et alli* [1978], pg. 24.

³⁰⁶ Buchanan *el alli, ibid*, pgs. 18/23. O *déficit* tenderia a ser manipulado no interior de um mercado de facções políticas; sobre este tema, a literatura é extremamente abundante.

consenso genérico previsto por Keynes prevê as condições específicas da sua realização (incluídas “interferências” políticas ou de outro tipo)? Uma exploração sobre as condições históricas de formulação da visão keynesiana pode esclarecer-nos quanto a tais pontos.

4.2. Os alicerces da *Teoria Geral*: Keynes e o Comitê Macmillan

4.2.1. Os impasses do discurso economista

Em 5 de novembro de 1929, o *Chancellor of the Exchequer* do governo trabalhista inglês (segundo governo McDonald) instituía um Comitê de Finanças e Indústria encarregado de “investigar a banca, as instituições financeiras e o crédito, assinalar os fatores nacionais e internacionais que regulam sua operação, e fazer recomendações que possibilitem que tais órgãos promovam o desenvolvimento dos fluxos comerciais nacionais e internacionais [*trade and commerce*] e o emprego da força de trabalho”³⁰⁷ que seria presidido pelo juiz escocês H. P. Macmillan. Em 10 de dezembro, era instituído um Comitê de Aconselhamento Econômico diretamente dependente do gabinete que deveria “aconselhar o Governo de Sua Majestade em assuntos econômicos, desenvolvendo um estudo contínuo dos desenvolvimentos comerciais e industriais no uso dos recursos nacionais e imperais, dos efeitos da legislação e da política fiscal no país e no exterior, e de todos os aspectos da economia nacional, imperial e internacional que afetam de alguma forma [sic] a prosperidade do país”.³⁰⁸ Keynes era um dos quinze membros não-ministeriais do conselho, e nesta condição prestou depoimento em nove sessões do Comitê Macmillan, as quais foram de 20 de fevereiro a 5 de dezembro de 1930.

Basta examinar as citações dos atos de constituição dos dois organismos para perceber que ambos nada mais eram que comissões de notáveis; agrupamentos de indivíduos eminentes na sua área própria de atividades, e/ou na sua corporação acadêmica, mais desprovidos de um objetivo – e, portanto, de um plano – concreto de atividade. É inútil, portanto, descrever em detalhe a composição de ambos os organismos, ou o *timing* de suas atividades; o que importa é que, no decorrer das sessões do Comitê Macmillan, os depoimentos de Keynes vão dando conta de uma modificação decisiva do seu aparato conceitual.

Como visto no capítulo anterior, para Keynes que elaborou o *Tratado sobre a Moeda* (que seria publicado em outubro de 1930, em plena atividade da Comissão

³⁰⁷ *Apud* Keynes, CW—XX, pg. 17.

³⁰⁸ *Apud* Keynes, *ibid*, pg. 28.

Macmillan) a Economia consistia numa Ciência das representações monetárias dos processos concretos de produção por parte dos agentes individuais. O *Tratado* adota os pressupostos do IM: cada agente econômico individual possui preferências e demandas que se referem a ele e apenas a ele. O que permite a racionalidade da gestão econômica é o fato de que as pretensões dos agentes sejam *representadas* em termos de quantidades de Moeda – isto é, em termos de custos e de retornos. Supõe-se, no *Tratado*, que cada agente econômico, ao retendo uma quantidade determinada da Moeda na condição de poupador, é capaz de prever os retornos monetários de cada investimento alternativo. Era esta condição que permite ao Individualismo Metodológico estrito do discurso economista dizer que não há condição lógica de uma poupança não vir a ser convertida em investimento – diretamente pelo poupador ou através de um terceiro; desde que o indivíduo seja suficientemente informado das alternativas disponíveis, ele necessariamente fará uma escolha. Em fazendo tal escolha, ele torna suas preferências individuais concretas, realizando-a sob a forma de ação social no sentido weberiano: *i.e.* da ação orientada pelas ações de terceiros – no caso, as oportunidades de retorno de investimento conhecidas e provadas. Sendo a Moeda simples representação, a decisão de retê-la como tal não seria socialmente significativa; seria um ato idiossincrático decorrente de uma disposição peculiar do indivíduo (avareza).³⁰⁹ A Moeda existiria para permitir a escolha entre vários bens concretos, de consumo ou de investimento: a escolha individual existiria na medida em que estivesse expressa num objeto.³¹⁰

No entanto, o caso, exposto por Keynes no *Tratado*, da “Poupança Abortiva”, ou do “excesso de poupanças” em relação aos investimentos, colocava um problema importante para o Individualismo Metodológico: o desejo de realizar ganhos especulativos *potenciais* – introduzido por um nível elevado da taxa de juros – pode levar uma parcela significativa dos agentes individuais a *não* escolherem entre as várias possibilidades – de investimento ou de consumo – concretas. É o caso da economia bananeira do debate Keynes/Hayek, que Keynes expõe novamente diante dos membros da comissão Macmillan. Numa economia cujo único produto são bananas, a única ação racional que os poupadores podem realizar será buscar aumentar sua poupança presente ao máximo, para estarem em condições de adquirirem, no futuro, a maior quantidade possível de bananas. Mas – continua Keynes – a mobilização de uma quantidade excessiva de poupanças para financiar o consumo futuro de bananas pode implicar, pela falta de consumo atual, na

³⁰⁹ Weber [1984], pg. 18 e segs.

³¹⁰ Concreto é o sentido de aforismo Kantiano de *Crítica da Razão Prática: Man fühlt sich Wohl im Guten*; a utilidade – o bem abstrato – precisa ser buscada em bens concretos.

redução da quantidade de bananas postas à disposição do público no *presente*. Para evitar a ocorrência da situação “abortiva” de escolha de uma não-opção – *i.e.* da inação presente – é necessário recorrer-se a uma instância corporada situada acima dos indivíduos. É possível, por exemplo que os bancos concedam um empréstimo favorecido aos plantadores de bananas, o que pode ser feito pelo uso do “multiplicador bancário”: os bancos realizam uma operação de refração da Economia. Ao mesmo tempo, a Autoridade Monetária pode baixar a taxa de juros, desviando poupanças para o consumo das bananas excedentes.³¹¹

Tal solução introduz um elemento complicador na explicação das atividades econômicas nos termos do Individualismo Metodológico, mas não é, em princípio, intratável por este. A ocorrência do fenômeno da “Poupança Abortiva” é apenas um exemplo daquilo que o IM denomina de efeito de composição: buscando fins racionais (a maximização dos retornos de suas poupanças) os agentes econômicos geram um efeito de agregação (a redução da produção por deficiência da demanda presente) que anula o sentido racional de sua atividade individual. O exemplo típico seria o de poupador que perde seu emprego na indústria bananeira e vê-se na obrigação de gastar suas poupanças para o financiamento de gastos presentes – *i.e.*, na aquisição de uma quantidade de bananas menor do que o que poderia esperar adquirir com os retornos futuros de sua poupança. Entendida a ocorrência do efeito da composição, ele é eliminado pela autoridade de um agente corporado individual já presente – os bancos e/ou a Autoridade Monetária que agrega tal atividade – de financiamento da manutenção dos estoques e/ou estímulo do consumo – às suas atividades usuais.

Se considerarmos que o keynesianismo, enquanto política econômica, resume-se a uma política de “refração” da economia por multiplicação da massa de meios monetários em circulação e/ou por redução das taxas de juros – então o keynesianismo seria indistinguível do restante da Teoria Econômica quanto à metodologia; a teoria Keynesiana seria apenas a descrição de um caso particular de efeito da composição, e teria, assim, um valor apenas heurístico. A teoria Keynesiana da política de “refração” daria simplesmente um embasamento teórico a uma série de práticas “protokeynesianas” fartamente

³¹¹ Keynes persistiria nesta posição no decorrer da década de '30: “A Moeda ‘acalma as inquietudes’ dos portadores de riqueza... Sendo arriscados, os ativos de capital devem oferecer alguma compensação para poderem competir com a Moeda [em forma pura]”. Ao resenhar esta passagem, Carvalho [1995, pg. 10] aponta a convergência entre Keynes e o Marx, que, nos *Grundrisse*, escrevia que “para comercializar com a mercadoria específica que acumulei, devo ser um comerciante de cereais, de gado, etc. A Moeda como representação *geral* da riqueza exime-me disto”. (*apud* Carvalho, *ibid.*, *op. cit.*, nota 7).

empregadas pelos formuladores de políticas econômicas já antes da Depressão de 1929: o uso da dívida pública para o financiamento de obras públicas; a aquisição de estoques de produtos excedentes; a redução de restrições ao valor do crédito oferecido pelos bancos, com a conseqüente redução das taxas preferenciais do juro.³¹² Tais esquemas, na prática, terminam por resolverem-se em situações comuns até hoje nos E.U.A. e na Europa Ocidental, onde grupos corporados (principalmente agrícolas) são financiados pelo Estado para produzirem enorme quantidade de mercadorias invendáveis que acabam sendo utilizadas em operações de ajuda ao 3º Mundo e/ou de *dumping* da concorrência internacional, quando não são armazenadas *sine die* ou destruídas. Nestes termos, o “Keynesianismo” seria insustentável; ele seria um exemplo do efeito perverso que se propunha a eliminar: as conseqüências agregadas irracionais da atividade econômica racional dos agentes individuais.³¹³

A crítica conservadora ao Keynesianismo sempre assinalou este ponto: admitir a ocorrência da “poupança abortiva” implica em admitir a existência de poder de disposição não exercido pela inexistência de alternativas convidativas de investimento. Mas tal problema poderia ser corrigido pela simples realocação dos recursos imobilizados em empreendimentos menos eficientes. O desmonte por falência destes empreendimentos criaria capacidade ociosa que, posteriormente viabilizaria a emergência de usos alternativos. A simples existência de terras de cultivo abandonadas e com baixo preço de revenda, numa região dotada de boa infra-estrutura, por si só permitiria conceber usos alternativos – e mais lucrativos – para tais terras. Estas alternativas poderiam inclusive, não terem sido consideradas anteriormente devido ao alto preço da terra quando ainda cultivada com culturas subsidiadas. É o argumento que o sindicalista Ernest Bevin coloca na Comissão Macmillan como prova de nível geral de eficiência da economia britânica: se todo processo de reestruturação industrial deve envolver – como nos E.U.A., antes do *boom* de 1921 – de 5 a 7 anos de “massacre” [*wholesale slaughter*] prévio de indústrias não-competitivas, a simples ausência de uma onda de falências na Inglaterra provava o alto grau de eficiência econômica nacional.³¹⁴

O próprio Keynes parece admitir este argumento, quando coloca que a ocorrência de um “excesso” de poupança teria como conseqüência empírica – caso não houvesse

³¹² É um ponto controverso se estes esquemas levavam em consideração a obra de Keynes (Przeworski [1995] pg. 147, nota 57). Para a descrição, ver Lee [1989]. A identificação do keynesianismo com uma simples política de reflexão encontra-se, entre outros autores, em Gourevitch [1986], pgs. 48 e segs.

³¹³ Przeworski [1991], pg 100.

³¹⁴ *Apud* Keynes, CW-XX, pg. 58.

financiamento das perdas – a canalização da poupança excessiva para a aquisição de ativos pertencentes às indústrias não-competitivas.³¹⁵ Assim, o efeito perverso tenderia a resolver-se num processo de reestruturação preferível ao gasto de recursos escassos na sustentação subsidiada de grupos econômicos dotados de capacidade olsoniana de sobre-representação política via *lobby*.³¹⁶

Ocorre, no entanto – prosseguia Keynes, voltando ao exemplo da economia bananeira – que os empresários não-competitivos podem resolver o problema de coordenação por conta própria: eles também podem organizar-se em cartel e fixar um preço para as bananas *que efetivamente conseguem vender* de forma tal que efetivamente satisfaça suas expectativas de retorno. As bananas excedentes podem então ser jogadas fora e/ou deixadas para apodrecer no pé.³¹⁷ Não se forma qualquer disponibilidade de terras ou de capital; mas os empresários reduzem custos despedindo mão-de-obra.

Sustentar, a partir daí, o caráter necessário das “conseqüências não-intencionais das ações intencionais” não é suficiente. Pois, independentemente do que se queira sustentar ou não a idéia da existência de uma “negação da negação”, o fato é que a estranheza produzida pela perversão das intenções originais dos agentes pelas conseqüências não-intencionais existe objetivamente.³¹⁸ Mas a existência de tal estranheza não implica na inevitabilidade de outra ação objetiva, que corrija estes efeitos perversos. Nos termos de Keynes, tenta eliminar uma contradição pela inação – como alternativa *second best* às conseqüências não esperadas da ação – “é uma das aberrações mais desesperadoras que a mente humana já concebeu”³¹⁹ pois a tentativa de chegar a um determinado objetivo através do não fazer nada equivale a manter-se em pé de ponta-cabeça.³²⁰ Ao não indicar a forma pela qual a ação individual não apenas concebe, mas realiza objetivos, o Individualismo Metodológico do discurso economista desfaz-se na trivialidade arrogante do apelo às “conseqüências não intencionais”.

4.2.2. Uma reconsideração do Individualismo Metodológico

Durante seus depoimentos à Comissão Macmillan, Keynes começou por estabelecer que o problema fundamental da política econômica britânica, desde 1925, era a

³¹⁵ Keynes, *ibid*, pg. 74.

³¹⁶ Lee, [1989], pg. 164.

³¹⁷ Keynes, CW-XX, pg. 78.

³¹⁸ Boudon [1989], pg. V.

³¹⁹ Keynes, CW-XX, pg. 144; v.tb. CW-IX, pg. 41 e 124.

³²⁰ Keynes, *ibid*, pg. 145.

manutenção de altas taxas de juros visando sustentar reservas para preservação do padrão-ouro. Em 1930 começou-se a suspeitar da viabilidade desta política; mas continuou-se a insistir numa política de juros altos, com três objetivos: impedir uma fuga de capitais ingleses para o exterior; atrair capital estrangeiro; e tentar fazer com que o desemprego resultante da política de crédito difícil persuadissem os trabalhadores a aceitar salários nominais mais baixos, que resultassem em exportações mais competitivas.³²¹

Keynes começou por apontar o fato da política de juros altos apoiar-se sobre a falácia de acreditar que, a partir da manipulação de uma única variável monetária, a totalidade dos agentes econômicos viesse a desenvolver comportamentos convergentes que produzissem um resultado estratégico otimizador, ao invés de supor que eles viessem a tentar defesas táticas opostas ao resultado estratégico pretendido.

O Tesouro supunha que o aumento das taxas de juros seria suficiente para atrair capitais ao mercado da *City* que seriam utilizados para financiar novos negócios competitivos, uma vez reorganizada a indústria pela redução das folhas de salários. Supunha-se que não só os trabalhadores estariam dispostos a reduzir salários em troca de novos empregos em indústrias competitivas, como também que os empresários estariam dispostos a reduzir preços em troca do seu acesso competitivo aos mercados internacionais. Finalmente, supunha-se que qualquer capitalização posterior da indústria poderia ser feita a partir da atração de mais capitais para a *City*, através das altas taxas de juros.

O ponto nodal da estratégia era, assim, a competitividade dos produtos britânicos nos mercados internacionais. Mas estes mercados existiam apenas como um cenário possível descrito em termos do seu fluxo monetário hipotético. Os formuladores da política – apesar de todo o seu empirismo anglo-saxônico – jamais chegaram a indicar *quais* mercados seriam acessíveis, nem para *que* produtos. Mas o fato é que se tratava da “visão do tesouro”. A necessidade empírica de uma política de produção não foi considerada pela razão de os técnicos não terem outra experiência que não a do gerenciamento de fluxo de capitais especulativos. A obsessão por soluções monetárias era menos o resultado da esclerose de uma burocracia de recrutamento fechado,³²² – ou da

³²¹ Isto é, o mesmo “pacote” que as economias latino-americanas atuais aplicaram nos seus planos de estabilização econômica; para uma n-ésima reafirmação desta ortodoxia, v. *O Globo* 1º/11/1995: “*Forbes*: Governo sufoca o Brasil”.

³²² Esta visão do keynesianismo como política econômica de uma burocracia mais aberta no seu recrutamento – no caso do *New Deal*, pela interpretação do “tesouro” e da Academia; no caso sueco, pela incorporação dos sindicatos e do Partido Social-Democrático à administração como entes para – estatais – é

adesão a um “paradigma” teórico desgastado³²³ do que o resultado do fato de que, se a gerência da política econômica é entregue a banqueiros, nada mais natural que estes buscassem soluções em termos monetários.

O “keynesianismo”, ao recolocar no centro da interpretação econômica a *produção* no lugar da *circulação*, representaria então uma expressão da influência política renovada de grupos de interesses especiais? Seria ele, como quer a interpretação de Gourevitch³²⁴ (que elaborou em linguagem acadêmica uma tese de Galbraith³²⁵ a expressão econômica das articulações políticas entre grandes coalizões de interesses originariamente antagônicos através de um pacto político de assistência mútua (grande empresa e sindicatos, segundo Galbraith; coalizão *Lib-Lab* de *farmers* e sindicatos, mais empresas trabalho-intensivas voltadas pra o mercado interno, segundo Gourevitch)?

Tal interpretação chocaria Keynes, que não tinha ligação com estes interesses, nem pretensões políticas de representá-los; esta interpretação “política” tem o defeito de não explicar porque o keynesianismo teria sido formulado no único país desenvolvido da época onde *não existiam* as condições políticas para sua implementação, por inexistência da coalizão de interesses mencionada; não existiam *farmers* e a cartelização industrial era praticamente nula. O próprio Keynes era, antes de mais nada, um economista monetário; seu conhecimento dos fenômenos produtivos e das tecnologias era rudimentar (o que era seu grande *handicap* em relação ao seu concorrente acadêmico, Schumpeter).

Para interpretar Keynes politicamente – e seus opositores – é preciso partir do fato de que ambos eram “prisioneiros” de uma visão monetária do fenômeno econômico; mas tal visão correspondia objetivamente à verdade da economia mundial contemporânea, onde a especulação monetária operava “descolada” dos processos específicos de produção. Num documento um pouco anterior aos trabalhos da Comissão, Keynes considerava que a preocupação em atrair capitais especulativos para a economia britânica – que fundamentava a insistência no padrão-ouro – fazia desaparecer a possibilidade de uma política econômica consistente: “*as conseqüências da liberdade externa de empréstimos externos de que atualmente gozamos nunca deixaram de perturbar-me, desde que comecei*

uma das interpenetrações padrão da sociologia política do fenômeno keynesiano, proposta basicamente por Weir [1985 e 1989].

³²³ Esta segunda interpenetração padrão é defendida, entre outros, por Salant [1989]; Dobbin [1993], de forma mais sofisticada, vê na sucessão de políticas econômicas o resultado de alterações no *sistema de representações* das variáveis econômicas.

³²⁴ Gourevitch [1986, 1989].

³²⁵ Galbraith [1977].

a estudar Economia”...³²⁶. O constrangimento político fundamental para Keynes, era o da necessidade – e da possibilidade – de realizar uma política econômica minimamente coerente... na era do Imperialismo no sentido leninista, isto é, de hegemonia do Capital Financeiro.³²⁷

Na ausência de uma política industrial, os agentes econômicos esgotavam-se em táticas defensivas: os capitais repassavam os custos dos juros a seus produtos – ou abriam falência;³²⁸ os trabalhadores ainda empregados resistiam a qualquer tentativa de redução de salário – mesmo sob pena de possível desemprego futuro;³²⁹ o caráter não-coordenado destas táticas defensivas determinava um “desânimo” [*feeling of discouragement*] genérico; o aumento constante da taxa de juro, que supostamente deveria *estimular* o nível do investimento, desencorajava-o; o clima de desânimo determinava que as expectativas de lucro permanecessem bem abaixo da taxa de juros vigente.³³⁰

O problema fundamental, portanto, seria o de que os agentes econômicos, sob o Capitalismo, encontravam-se na condição originária de orientarem sua ação através do cálculo monetário. O discurso economista supunha que tal cálculo monetário fosse estritamente local, resultando da comparação dos retornos possíveis das diversas empreitadas acessíveis ao agente individual. Keynes assinalou que as expectativas de retornos particulares encontram-se referidas a uma estrutura global de empreendimentos mutuamente articulados entre si quanto aos seus retornos. Os cálculos *forward* dos investimentos potenciais, longe de levarem em consideração apenas o retorno particular de cada investimento *vis-à-vis* de taxa de juro, de fato tomam em primeiro lugar, a taxa de juro, para então considerarem se o empreendimento considerado, dadas as condições

³²⁶ Keynes, CW-XX, pg. 9.

³²⁷ O que colocava outro problema para o tesouro e para os banqueiros da Inglaterra em declínio do entreguerras “A Supremacia do Capital Financeiro sobre todas as outras formas de capital implica em que... um pequeno número de estados financeiramente ‘sólidos’ destacam-se no meio dos demais” (Lenin [1985], pgs. 238/239).

³²⁸ Keynes, CW-XX, pg. 44.

³²⁹ “Portanto, no meu modo de pensar, é um imenso infortúnio que os esforços coordenados da classe trabalhadora estejam dirigidos para a melhoria de sua condição através da concentração exclusiva no aumento de salários, a ponto de suspeitar-se da desconfiança dos sindicatos em relação a qualquer outro método alternativo... Pois, se a luta perpétua por melhores salários fosse abandonada, o sindicato perderia sua razão de ser” (Keynes, CW-XX, pg. 13). Como descrição, a citação poderia passar por um trecho do *Que fazer?*, como denúncia do “economicismo”. É importante notar que Keynes propunha uma política social alternativa de oferta de uma “cesta-básica” qualitativamente definida de bens e serviços que tendessem a ser universalmente acessíveis a toda a população por financiamento através da taxação geral, (e não como salário indireto) – aí incluída mesmo uma “mesada” (*allowance*) atribuída a qualquer criança como uma soma fixa *per capita* (Keynes, *ibid*, pg. 14). Note-se que tais reivindicações jamais foram executadas por qualquer *welfare state*; os benefícios sociais, na sua maior parte, depende do salário pago. A proposta de Keynes teria a possibilidade de, romper a barreira entre interesse Local e Global que o controle corporativo dos benefícios sociais via sindicatos sempre representou.

³³⁰ Keynes, *ibid*, pg. 63.

gerais de Economia, permite entrever a expectativa de uma taxa de retorno própria maior do que a taxa de juro geral. Sendo a taxa de juro, em última análise, aquilo que os Bancos e/ou a Autoridade Monetária determinam, as taxas de retorno representarão, não tanto aquilo que o empreendimento em si pode render, mas sim aquilo que o estado geral da economia permite em retorno a este investimento particular. O cálculo econômico assim, é, ao mesmo tempo, *feeling* e cálculo racional, por estar referido a uma ambiência geral que o agente condensa na sua apreciação do estado geral das coisas.

A taxa de juros, neste esquema geral, atua como um elemento de transferência de poder de disposição: quando baixa, favorecendo os *windfall profits* e a acumulação de capital novo, o lucro *foward* que irá cobrir dívidas *backward*; quando alto, favorecendo a formação de capital ocioso ao dispor dos portadores de poupança abortiva.³³¹

Assim, os empreendimentos econômicos organizam-se localmente a partir da taxa de juros genérica. A tática dos agentes é dependente da estratégia da Autoridade Monetária. O Individualismo Metodológico teria colocado a economia de cabeça para baixo. É a esta condição invertida que Keynes refere-se, quando diz que:

“quando as causas gerais atuam, são sempre os indivíduos ou as indústrias que estão em menor condição de suportar qualquer alteração no seu estado que sofrem mais; mas pode-se sempre atribuir o que ocorrer à condição vulnerável destes sujeitos, e não às causas gerais”.³³²

O sistema econômico não sendo um agregado das transações bilaterais, e sim um agregado estruturado a partir das respostas táticas a uma estratégia geral, não existe uma simetria necessária entre o elemento monetário e o produtivo; esta simetria terá de ser *produzida*.

4.3. A determinação dos remédios

4.3.1. Digressão sobre Fundamentos da Escolha Racional

O sistema econômico capitalista não apresenta no que se refere à articulação entre produção e circulação, qualquer simetria, efetiva ou potencial, necessária para que a ação isolada de um agente possa produzir resultados unívocos. Tal implica admitir que, para que decisões interdependentes produzam um resultado previsível, elas devem estar

³³¹ Keynes, CW-XX, pg. 73.

³³² Keynes, *ibid*, pg. 94.

ajustadas entre si – ainda que informalmente – *Ex Ante*. Em última análise, a dinâmica econômica geral não pode ser analisada em termos de ação/reação simétrica dos agentes. A metodologia da Teoria dos Jogos é inaplicável à análise dinâmica dos fenômenos genéricos. Keynes, que não chegou a conhecer a TJ, atacou no entanto o postulado da univocidade causal entre eventos, como exposto na Econometria (variáveis “dependentes” cujo valores são determinados pelas das variáveis “independentes”) em termos perfeitamente aplicáveis à TJ:

*“Falando em termos gerais, ao tomarmos uma decisão, temos diante de nós um grande número de alternativas, nenhuma das quais é mais ‘racional’ que as outras; isto é, não podemos dispor em ordem crescente a soma agregada dos benefícios a obter das conseqüências completas de cada uma [i.e.: não podemos colocar tais benefícios numa matriz de pay-offs]... tal aplica-se tanto ao homem econômico quanto ao não-econômico”.*³³³

Assim, das duas uma: (a) ou bem admitimos que em Economia – como na ação social em geral, não há escolha racional – e sim “hábito, instinto, preferência, desejo, vontade etc”,³³⁴ i.e., o *animal spirits*, concebido praticamente como uma descarga pulsional da energia indiferenciada;³³⁵ (b) ou então, a racionalidade da escolha está referida à organização de um sistema de atividades individuais articuladas *Ex Ante* em vista de um determinado resultado global. Mas tal pressupõe o processo decisional somente como atividade ativa; ele poderá, ainda, ser (c) uma ação adaptativa dos agentes a condições dadas. A análise de Keynes tem como ponto de partida as condições de passagem da decisão passiva do tipo (c) para a decisão racional ativa do tipo (a).

4.3.2. Decisão racional e estabilização econômica

Os depoimentos de Keynes à Comissão Macmillan buscavam, portanto, estabelecer de que forma a Inglaterra poderia resolver o problema do seu alto nível de desemprego persistente – dentro dos limites da custosa política do padrão-ouro, pois a abolição súbita

³³³ Carta a Hugh Towshend, 7.12.1938, apud Skidelsk [1992], pg. 621 – grifo meu.

³³⁴ Keynes, *ibid*, *loc. cit*.

³³⁵ Sobre o *animal spirits*, ver os comentários de Moggridge e Ozawa [1992].

deste padrão poderia provocar uma fuga de capitais para o mercado americano, em função da perda de poder de compra dos credores em libra.³³⁶

Existiria, assim, um remédio alternativo: a redução de 10% nos valores nominais de todo e qualquer rendimento – no caso de salários, pelo custo nominal; no caso de rendas “de propriedade” [*unearned*], via taxaço na mesma base percentual (2 Shillings para 1 libra), que seria empregada para o financiamento do seguro social.³³⁷ Tal remédio teria a vantagem, principalmente, dos meios de sua implantação: “Penso no Primeiro-Ministro convocando uma reunião de representantes econômicos do país, propondo-lhes um redirecionamento do nível das rendas monetárias de toda e qualquer espécie”. Em outras palavras: “*A factibilidade [deste esquema] seria uma questão de fatores políticos e psicológicos, e não econômicos*”.³³⁸ A idéia era de refundar um consenso através do elemento psicológico da estabilidade do poder de compra preservado, *mais* o elemento político da redução proporcional das rendas, ao invés da idéia da desvalorização como ato súbito, unilateral, e não proporcional.

A partir daí, Keynes propunha um segundo remédio: a organização de um processo de reordenação industrial que implicasse numa simetria entre o que fosse gasto e o que fosse produzido.³³⁹

³³⁶ “Se fizéssemos tal coisa, naturalmente, as preparações teriam de ser feitas no mais completo sigilo e o golpe dado de súbito ...[.] seria fundamental para nosso crédito que o Banco da Inglaterra fosse dotado de grandes fundos para compensar todos os devedores de boa fé de títulos de curto prazo... Levando-se em conta também a espantosa desorganização do mecanismo de crédito que este tipo de coisa provocaria nas mentes... sinto-me absolutamente confiante – e espero que os outros membros do Comitê partilhem deste sentimento [afirmação para o público externo?] – ... que este é um remédio que os poderes estabelecidos só aplicarão ... *in extremis [under duress]*” (Keynes, CW-XX, pg. 100). Para Keynes, em princípio, a volta ao padrão-ouro não deveria jamais ter sido instruída; mas ele considerava que seria igualmente danoso querer fundar um plano de reorganização econômica a longo prazo sobre um “pacote” sigiloso, com todas as oportunidades de vazamento, rumores e ganho especulativos que ele ofereceria. Como observado pelo Prof. T.E. Gregory: “Se colocarmos [esta possibilidade] no relatório final podemos estar certos que a libra cairá 10 pontos [percentuais] no dia seguinte” (Keynes, *ibid*, pg. 101). Pois não haveria sentido algum em frustrar expectativas dos agentes como forma de criar consenso – a não ser que se estivesse disposto a reduzir o adversário à total impotência. No ano seguinte (15.09.1931) o padrão-ouro seria abandonado definitivamente como remédio *in extremis* depois de uma corrida bancária deflagrada por um motim da frota britânica na Escócia (Skidelsky, [1992], cit., pgs. 396/397; Lee, *op. cit.*, pg. 150). E, como sempre ocorre quando um governo reformista é obrigado a apelar para este tipo de meia medida após um longo período de indecisão, a reação conservadora apresentou-se como única alternativa à confusão geral: menos de dois meses depois, o trabalhismo foi expelido do poder pela maior vitória conservadora de toda a história eleitoral inglesa (Skidelsky, *op. cit.*, pgs. 400/401).

³³⁷ Keynes, CW-XX, pgs. 102 e 103

³³⁸ Keynes, *ibid*, pg. 102 – grifo meu.

³³⁹ Keynes, *ibid*, pg. 128.

Tal poderia ser conseguido pela proteção via tarifas alfandegárias, e mesmo através de subsídios, que poderiam ser admitidos em casos emergenciais.³⁴⁰ Mas “*quando se entra no mundo da iniciativa privada, levantamos muitas questões difíceis quanto à conveniência de ajudar um determinado indivíduo e não ajudar seus competidores*”.³⁴¹ Daí ser mais interessante concentrar os gastos públicos novos – já que as despesas com a dívida pública cairiam com a queda na taxa de juros provocada pela deflação – na realização de investimentos da infra-estrutura – *i.e.*, na produção de bens públicos. Daí a sugestão fundamental de Keynes: um grande plano de gastos públicos concentrado em empréstimos para a realização de um grande esquema de construção de estradas, ferrovias e expansão dos serviços telefônicos.³⁴²

4.3.3. As objeções do Tesouro

Em 22 de maio de 1930, Keynes participou do interrogatório do representante do Tesouro, Sir Richard Hopkins, que deveria expor um memorando dando a opinião oficial a respeito das propostas de Keynes, tanto quanto ao seu plano de gastos públicos em geral, quanto sobre suas prioridades.

O processo de construção de estradas na Inglaterra da época deixava a administração da construção a cargo das municipalidades, implicando num complicado processo burocrático de transferência de recursos a partir do governo central.³⁴³ O plano de Keynes, elaborado durante a campanha do Partido Liberal de Lloyd George em 1929, previa gastos de 145 milhões de libras em dois anos,³⁴⁴ diretamente administrados pelo governo central. As ferrovias, sendo firmas privadas, tiveram atenção secundária no programa, que previa apenas um aumento da bitola para o tamanho “continental”.³⁴⁵ Assim, todos os cuidados tinham sido tomados para que a proposta apresentada implicasse em gasto de dinheiro público apenas para a produção de bens públicos, evitando também a duplicação burocrática de responsabilidades. No entanto, o Tesouro não ficou convencido da utilidade da proposta, como *Sir Hopkins* deixaria bem claro:

³⁴⁰ “Podemos produzir aço competitivamente em qualquer lugar do mundo; se pudéssemos oferecer salvaguardas à indústria siderúrgica e nos livrarmos destas salvaguardas depois, sem dúvida eu poderia concordar com isto” (Keynes, *ibid*, pg. 116).

³⁴¹ Keynes, *ibid*, pg. 148.

³⁴² Keynes, *ibid*, pg. 176.

³⁴³ Winch [1989], pg. 116.

³⁴⁴ Keynes, CW-XX, II, 4, pgs. 96/97. Previa-se que a reconstrução total do sistema rodoviário britânico não custaria menos de 1,5 bilhão de libras, o que implicaria num investimento total de menos de 10% do necessário.

³⁴⁵ Keynes, *ibid*, pgs. 95/96.

“Uma estrada, é claro, passa por vários pontos no seu trajeto [sic] ... passando por terras que eram propriedade privada. Atravessam os jardins das pessoas, às vezes pelo meio de uma aglomeração de chalés; em alguns lugares, passam por pontos conhecidos pelas suas belas paisagens, o que perturba todos aqueles que estão associados às sociedades de preservação das belezas do campo inglês etc. Além disto, o encargo de construir estradas pertence ... às autoridades ... locais [que sabem] quais as pessoas que podem suportar os danos trazidos por uma estrada e qual o tempo necessário para abafar celeumas deste tipo. Além disto, há o tempo gasto pelos engenheiros ... em planejamento ... e a questão do recrutamento ... do trabalho ... e dos alojamentos ... [Além disto] um projeto de tal escala ... [seria percebido] como extravagância e desperdício; ele produziria protestos contra a burocracia. Afinal, todos suspeitam – corretamente – de atividades gigantescas e apressadas do governo ... [e não acredito] que houvesse interesse genérico em investir nestes vastos empréstimos do governo. ... [Além disto] este plano ... prevê a oferta de oportunidades de emprego e atividade para certas indústrias específicas, tais como a extração de pedras ... os empreiteiros ... os fabricantes de equipamento telefônico ... e outras coisas deste tipo, enquanto não assiste a siderurgia ... a indústria têxtil, naval ou quaisquer esquemas de transporte marítimo. Parece-me, de modo geral, que tal produziria uma prosperidade extremamente parcial [lopsided]”.³⁴⁶

À primeira vista, parece quase como se Hopkins, movido por uma má-vontade *a priori*, estivesse pronto a invocar as perturbações que a construção de estradas poderia trazer à caça à raposa, à degustação do chá das cinco e à prática do *cricket*. Mas suas alegações quanto ao financiamento de interesses particulares por este tipo de políticas públicas expressam preocupações fundadas; afinal, qual a garantia de que a atividade dos *lobbies* não viesse a determinar a emergência do que Winch chama gastos públicos *open ended*?³⁴⁷ Projetos públicos abortivos, depois de certo tempo, criam, só por existirem, interesses privados opostos ao seu desengajamento – sem que haja nisso necessariamente

³⁴⁶ Cf. Keynes, CW-XX, pg. 168.

³⁴⁷ Winch, *op. cit.*, pg. 116. o problema fundamental, aqui, é que, a partir de uma legislação absolutamente genérica, que visa garantir determinados *padrões gerais* de convivência social (pleno emprego, acesso geral a determinadas utilidades), o *Welfare State* converte o “Império da Lei” liberal no seu oposto. Para garantir o pleno emprego, o abastecimento de mercadorias, o *Welfare State* terá de intervir em situações particulares, de forma que os liberais consideram “discricionária”. (Unger [1977], pg. 193 e segs.; Scheuermann [1994]; O’Neil [1995]) O que afinal significa a necessidade de uma escolha entre o “Império da Lei” e o *Welfare State*, a ser politicamente resolvida.

qualquer intenção espúria. Existe um Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica que representa fundamentalmente os interesses dos colonos e posseiros assentados na região, e é apoiado pelo CONTAG.

Não sendo uma Ideologia uma simples expressão de uma má consciência, e sim uma *Weltanschauung*, a idéia da separação entre a Economia – esfera de Interesse privado – e a Política – esfera dos Direitos genéricos – era escrupulosamente observada pelos vitorianos sob a forma de uma prescrição normativa: O Estado não poderia fornecer bens passíveis de apropriação privada, quer trate-se de instrução escolar, assistência médica, ou mesmo bens públicos cuja demanda deixasse qualquer dúvida quanto ao caráter genérico de sua procura. Ao rirmos da visão de Hopkins, tornamos a fronteira entre Economia e Política indecisa, mas não duvidamos sobre a existência de fronteira, em si – como, aliás, o próprio Keynes; daí ele ter centrado seu plano nas rodovias, sem apresentar um plano de transporte ferroviário, talvez igualmente necessário e urgente. Mas em que ponto preciso uma política pública deixa de ser resposta a um consenso e passa a ser resposta *ad hoc* a um interesse setorial? Em que, precisamente constituiu-se o caráter consensual de uma demanda por bens públicos? Finalmente, o que é exatamente tal “público”? Outro colega de Keynes na Comissão Macmillan, o banqueiro Reginald McKenna, estabelecia que uma vez que o “público” não é uma individualidade empírica [*single entity*], as instituições públicas não poderiam realizar uma política ativa; apenas responder as demandas “unâнимes” consensuais.³⁴⁸ Mas onde, precisamente, encontram-se os limites entre interesse da maioria o de todos? Daí o diálogo entre Keynes e Hopkins; Hopkins considerava que os projetos de Keynes não eram aceitáveis, em última análise, em função de sua baixa taxa de retorno. Mas qual, precisamente, seria o valor mínimo desta taxa de retorno? Tudo dependeria – resposta Hopkins – da comparação entre a taxa própria de retorno e a taxa de juros *futura*. E qual seria – pergunta Keynes – esta taxa de juros futura, precisamente? Acompanhando-se a transcrição do interrogatório, percebe-se que Hopkins não sabia qual é esta taxa – e nem poderia sabê-lo, já que se tratava de uma taxa de juros futura. Ele simplesmente concebia esta taxa como a repetição, no futuro, de níveis de juros considerados “razoáveis” no presente.³⁴⁹

³⁴⁸ Keynes, CW-XX, pg. 134.

³⁴⁹ “KEYNES: *Um projeto dotado de um retorno de 5% [reais, ao ano] desde o seu início – seria um bom projeto?* HOPKINS: Sim. KEYNES: *Se o retorno fosse de apenas 4% – então seria um mau projeto?* HOPKINS: *Não necessariamente, porque aí entraria a questão da taxa de juros existente comparada com a taxa de juros futura [...]* KEYNES: *Então, em sua opinião, projetos com uma taxa de retorno de 4% reduzem o desemprego enquanto projetos com uma taxa de retorno de 3% não reduzem o desemprego?* HOPKINS: *Oh não! Já percebi o dilema lógico onde você está tentando levar-me. Naturalmente, irei encarar [este dilema] lentamente e com o máximo de cautela [...] talvez eu tenha o direito de, como leigo,*

O senso comum dos agentes econômicos, na Economia Monetária, toma receitas e custos futuros – quer nominais ou indexados – como repetição das receitas e custos presentes. Para cada empreendimento, existe uma taxa de lucro própria “padrão”, sempre visto como um percentual, um sobrepreço aplicado sobre os custos de produção unitários, e sempre superior à taxa de juros “padrão” cobrados pelo mercado. Nestes esquemas, pressupõe-se que exista uma simetria absoluta entre oferta e procura; as mercadorias oferecidas serão compradas na sua totalidade, permitindo que o sobrepreço cobrado transforme-se em lucro efetivamente realizado. O problema é que, até o retorno do investimento, a taxa de juro poderá variar – até o ponto em que a cobrança do sobrepreço previsto sobre os custos não seja suficiente para realizar lucro. Mesmo que a taxa de juros permaneça igual *para um determinado investimento em particular*, ainda permaneceria o problema da taxa de juro *genérica*. Suponhamos uma política de incentivos fiscais que concedesse benefícios, de forma *não-lopsided*, tanto à construção de estradas quanto à de redes telefônicas, à indústria naval e à indústria têxtil – por exemplo, pelo financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos. O próprio caráter difuso do plano tenderia a tirar-lhe efetividade: cada indústria realizaria pequenos aumentos, em vários lugares, da mão-de-obra empregada e das suas compras; a ausência de um foco de prosperidade concentrada impediria a reversão de expectativas. Suponha-se, por exemplo, que a indústria têxtil aumentasse suas encomendas de produtos siderúrgicos, a cia. telefônica a de peças eletrônicas etc. Estes aumentos de demanda seriam insuficientes para que qualquer uma das indústrias de máquinas e equipamentos ficasse animada a realizar um plano de expansão maciça de sua capacidade produtiva. Na ausência de um sinal evidente de recuperação econômica, o mercado financeiro tenderia à ação defensiva de cobrar altas taxas de juro, aprofundando a tendência depressiva da economia como um todo; a economia continuaria com alta capacidade não-utilizada e com grande quantidade de poupança abortiva.

Inversamente, a existência de projetos que tenham por objetivo uma prosperidade *lopsided* teria por primeiro efeito exatamente o fato de que indústrias bem determinadas, em certos locais, seriam capazes de entregarem-se, com segurança, a planos de aumento maciço de sua capacidade produtiva e/ou de modernização tecnológica. Exatamente pelo caráter concentrado destes surtos de prosperidade parcial, ocorreriam efeitos “em cadeia” (uma expansão maciça da produção de telefones determina uma expansão maciça de produção de peças e componentes eletrônicos; uma expansão localizada da massa de

não ser obrigado a seguir a argumentação de um economista.” (Keynes, CW-XX, pg. 174).

salários leva a uma instalação de filias de firmas produtoras de bens de consumo, que podem, a partir da expansão local, financiar outros projetos a nível global) que se alastrariam, num certo espaço de tempo, pela maior parte do espaço econômico; a recuperação do clima de confiança do mercado financeiro levaria a uma política de juros baixos; o processo de acumulação adquiriria um movimento inercial. O caráter geral e simétrico do processo de acumulação decorreria do fato de, na sua origem, haver sido localizado e unilateral.

Prosseguindo nesta linha de argumentação, pode-se perguntar: se então, o processo de recuperação econômica é concebido como algo desencadeado por um processo decisório unilateral – expresso na concentração dos investimentos públicos em uns poucos empreendimentos selecionados – por que escolher as estradas e os telefones, de preferência às ferrovias e à indústria têxtil? Qual o critério que ordenaria tal processo seletivo?

4.3.4. Uma ética da Política Econômica?

Mesmo que tenha ficado clara a ligação causal entre iniciativas particulares de desenvolvimento e desenvolvimento econômico geral, resta ainda perguntar: em que sentido iniciativas deste tipo podem ser claramente caracterizadas como tendo em vista o desenvolvimento econômico genérico e não simples interesses corporativos? Tais políticas, dirigidas para setores específicos, não apresentariam o risco de tornar a ação econômica do Estado prisioneira do *vested interest*? A própria escolha de alguns setores particulares para intervenção não tenderia a atrelar o desenvolvimento econômico geral ao desempenho de alguns setores particulares?

Num sumário de recomendações de política econômica preparado para uso do Primeiro Ministro em 21 de julho de 1930, Keynes desenvolvia um tema já avançado no decorrer dos trabalhos da Comissão Macmillan: o livre-cambismo econômico, resumindo a política econômica à manutenção da estabilidade da Moeda de forma a permitir uma contabilidade transparente dos custos e retornos, parecia haver alcançado o grau máximo da generalidade possível, na medida em que supunha que a fisionomia produtiva de cada economia nacional fosse apenas e tão-somente a expressão de decisões concorrenciais individuais. No entanto, dizia Keynes, enquanto as decisões monetárias são decisões de curto prazo referentes aos custos e benefícios monetários, as decisões produtivas estão referidas às conexões existentes e/ou previstas entre unidades produtivas, sendo portanto

decisões de longo prazo. É fato que existem empreendimentos inviáveis que, instalados em condições protegidas, podem persistir durante longo tempo em condições artificiais.³⁵⁰ Mas existem também empreendimentos potencialmente viáveis, que, em condições não-protegidas, não podem sequer começar a existir; pois, para serem instalados, exigiriam um cenário estruturado de articulações produtivas futuras: a decisão da instalação de uma siderúrgica depende da existência de um cenário futuro que inclua a formação de uma rede de estradas, a existência de uma indústria de mineração e seu desenvolvimento etc. Neste sentido, toda política é genérica, na medida em que está referida, não apenas ao setor econômico objeto da decisão, como também a estrutura produtiva (presente ou futura) onde o setor objeto da decisão deve encaixar-se; o que implica em estabelecer que as iniciativas setoriais só sejam válidas como parte de um plano global.

Exatamente porque tais cenários de desenvolvimento futuro são em grande parte – ou mesmo na sua quase totalidade – hipóteses de trabalho, a viabilidade da estrutura como um todo é algo que *não pode* ser submetido ao teste da concorrência, e sim tem de ser *afirmado* de antemão. Daí a afirmação de Keynes de que:

“Não sou mais um livre-cambista – e acredito que ninguém mais o seja – no sentido de acreditar num alto grau de especialização nacional e no abandono de qualquer indústria que não consiga manter-se num dado momento... Acredito, por exemplo, que este país, no longo prazo, está razoavelmente preparado para ter – e deve ter, em caráter permanente – uma indústria automobilística, uma siderurgia, uma agricultura... Os que se denominam livre-cambistas dizem quase sempre que tais indústrias, podem sobreviver sem proteção alfandegária, ou mesmo que esta proteção lhes é danosa. Mas tal resposta nada tem a ver com livre-cambismo; um livre-cambista nem se interessaria em dar uma resposta a tal questão”.³⁵¹

Em outras palavras: a política econômica tem por objetivo realizar cenários de desenvolvimento futuro que, em primeiro lugar são cenários de desenvolvimento global, os quais encontram sua justificação última num juízo de valor, e não a partir de um julgamento de racionalidade técnica – na medida em que, se o que se objetiva é criar um sistema de articulações *qualitativamente* diverso do efetivamente existente, tal cálculo é, em princípio, impossível.

³⁵⁰ Keynes, CW-XX, pg. 48/49.

³⁵¹ Keynes, CW-XX, pg. 379/380.

As decisões econômicas de longo prazo constituem assim, opções políticas no sentido estrito da palavra: são decisões que pressupõem padrões de valor (a preservação do emprego, a absorção de alta tecnologia etc.) que buscam tornarem-se concretos na atividade produtora, que busca adaptar os meios econômicos disponíveis às prioridades gerais a que se destinam, e não o contrário.³⁵²

Mais exatamente, não se trata de adaptação dos fins aos meios; ao atuar como criação de novas combinações qualitativas de produtos, os fins de gestão econômica, de certa forma, produzem seus próprios meios; valorizam recursos de acordo com sua utilidade. É a colocação de Keynes, ao estabelecer que o caráter específico da crise dos anos '30 estava, não numa descoordenação das atividades produtivas, mas sim num excesso genérico de produção já existente; portanto, numa incapacidade do capital privado de mobilizar recursos para novos usos construtivos.³⁵³ Estes usos teriam de ser definidos na escala dos valores. Mas, para isto, a dominância da gestão monetária sobre a gestão produtiva teria de ser abandonada em favor de uma nova concepção de política econômica.

4.3.5. Política Econômica e Política Monetária: repensando o Individualismo Metodológico

A medida que era instado pelos membros da Comissão Macmillan, ou do Comitê de Economistas, a apresentar um programa da recuperação econômica, o pensamento de Keynes sofreu uma inflexão importante no que diz respeito à representação da crise econômica dos anos '30; de uma crise monetária, ela passa a ser representada como uma crise produtiva.

Como já vimos, a teoria Keynesiana do *Tratado sobre a Moeda*, de certo modo, já havia colocado o discurso economista “de cabeça pra baixo”, na medida em que as assimetrias entre Poupança e Investimento eram então concebidas como resultantes do nível da taxa de juros praticado pelos bancos – e/ou pela Autoridade Monetária.³⁵⁴ No

³⁵² “*Toda política racional serve-se da orientação econômica dos meios e toda política pode pôr-se ao serviço de finalidades econômicas*” (Weber [1984], pg. 47 – grifos do autor).

³⁵³ Keynes, CW-XX, pg. 517.

³⁵⁴ No caso da Inglaterra do tempo de Keynes, estas duas instâncias confundiam-se; o Banco da Inglaterra era formalmente um banco privado dotado pelo governo do poder de emitir moeda e de atuar como emprestador emergencial via redesconto de títulos, manutenção de uma reserva bancária etc. Tal situação implicava em que a política do *BE* – especialmente no que diz respeito a fixação e taxa de juros – estivesse influenciada mais pelo desejo de preservar a “solidez” do Banco enquanto instituição privada, do que pelo seu papel como instituição de execução de uma política econômica genérica; o *BE* apresentava uma tendência constante a garantir sua liquidez elevando a taxa preferencial de juros praticado por todo o

discurso economista, as decisões de poupar a investir dependiam exclusivamente dos indivíduos; a taxa de juro de mercado expressaria o equilíbrio entre oferta e procura de capitais monetários.

O *tour de force* de Keynes, no caso, foi simplesmente o de incorporar à Teoria Económica um truísmo simples quando fazemos uma poupança pela compra de um título qualquer, ou quando tomamos um empréstimo no banco, o juro recebido ou pago *não* depende de uma barganha – individual ou coletiva – entre banco e cliente; o que fazemos é conformarmo-nos a uma taxa de juros *dada* pelo banco. É claro que não existe uma taxa única de juro; no entanto, os diferenciais internos do complexo de taxas de juros (descontos para tomadores preferenciais, extras para emprestadores de longo prazo e/ou de grandes quantias) não são produto da barganha individual e sim diferenciais-padrão regulados unilateralmente pelos bancos.

Daí a contradição cabal entre o Individualismo Metodológico do discurso economista – que prevê a Moeda como simples idioma comum das transações – e a percepção social efetiva da instituição monetária. Os agentes económicos individuais não consideram os grandes indicadores económicos como produto final da sua ação individual; muito pelo contrário, tomam estes indicadores – a taxa de juros, o nível de preços – como expressão de um movimento genérico da economia ao qual são obrigados a adaptar-se. Longe de constituir-se numa variável local, o Juro – mais ainda do que o Salário – constituiu a mais genérica das representações da atividade económica. Exatamente por isso é que, através da História, sempre que houve desenvolvimento de mecanismos económicos fundados na troca monetária, a questão da “usura” tendeu a emergir como representação emblemática do estranhamento originário entre os agentes individuais e as condições gerais de auto-reprodução de sua atividade, *i.e.*, como incapacidade da produção do consenso genérico por agressão dos arranjos particulares.³⁵⁵ A proposta de Keynes, de fato, pode ser resumida como um apelo em favor de que o Poder Político realizasse – conscientemente e de forma aberta ao público – aquilo que os bancos privados faziam empírica e discricionariamente: planejar a economia para o futuro.

mercado, e por exigir dos demais bancos reservas bancárias elevadas. Daí a necessidade imediata da sua reorganização: “Penso que [o Banco da Inglaterra] estará sempre num dilema enquanto fingir ser o que não é – uma instituição privada”. (Keynes, CW-XX, pg. 248).

³⁵⁵ Um exemplo gritante pela sua data remota é o de Tácito, *Anais*, VI, 16 e 17, que começa com o desabafo eloquente: “porque o bem público é sempre proposto à utilidade particular”.

No *Tratado sobre a Moeda*, Keynes afirmou claramente que a assimetria Poupança/Investimento existia em função de níveis de taxas de juros em torno dos quais o equilíbrio entre produção e consumo era alcançado, *não* mediante uma modificação da taxa de juros em si, mas através de transferências maciças da propriedade entre indivíduos; juros muito altos (*i.e.* Poupança maior que Investimento) determinariam vendas maciças de ativos de investidores desencorajados ou falidos; juros baixos (*i.e.* Investimento maior que Poupança) determinariam a criação de acréscimos maciços de bens e serviços vendáveis, vendidos por poupadores descapitalizados e apropriados pelos investidores como *windfall profits*. Keynes estabeleceu que a incapacidade de começar a recuperação econômica pelo aumento da taxa de juros estava no *feedback loop* produzido por uma política de dinheiro “difícil” sobre o estado geral de expectativas; a persistência da política de juros altos tendia a autoperpetuar-se, pois os emprestadores tenderiam, com a passagem do tempo, a considerar as taxas de juros elevados como normais, e pressionariam a Autoridade Monetária no sentido de sua permanência (*e.g.*, quando o mercado de capitais recusa-se a adquirir títulos públicos não dotados de rendimento “suficiente”). Mais do que favorecer o grupo de pressão “mimado” dos emprestadores, no entanto, a persistência da política de juro alto tenderia a perpetuar-se através de *self-fulfilling prophecies*; onde o dinheiro é caro, só tomam emprestado devedores de último caso (os *distress borrowers*) – muito especialmente os governos.³⁵⁶ Um mercado de capitais onde apenas semi-falidos tomam emprestado é um mercado onde haverá muitas dívidas não – pagas – o que justifica retrospectivamente as altas taxas de juros como um prêmio legítimo do risco dos emprestadores.

³⁵⁶ “*Alguns governos, tais como o do Brasil, que foram gravemente afetados pela queda de preço das suas exportações básicas, consideram conveniente pagar quaisquer taxas que lhes sejam pedidas... Em Nova Iorque, vários países sul-americanos ficam satisfeitos em tomar emprestado a quaisquer termos razoáveis. É claro que estes empréstimos não estão destinados a qualquer propósito produtivo, e as taxas pagas não estão ligadas a qualquer parâmetro de retorno físico ou monetário*” (Keynes, CW-XX, pg. 398 – o texto citado é de setembro de 1930). Como suplemento ao texto acima, note-se que em fevereiro de 1945, Keynes, então envolvido na redação dos estatutos do FMI em Bretton Woods, recebeu uma carta de D.H.Robertson que exigia a redação de uma cláusula obrigando o governo brasileiro a pagar de imediato aos exportadores ingleses com as reservas em libras obtidas pelos seus exportadores (tratam-se das famosas – e impagáveis – posições credores de US\$ 6 milhões do Brasil “liquidadas” com a “nacionalização” da *Leopoldina Railways* a preços superfaturados, entre outros episódios escandalosos). “Isto é assimétrico e aparentemente injusto” diz Robertson – “mas é a nosso favor [sic], e é uma concessão defensável a ... um país membro que todos [sic] querem que continue a atuar como guardião das reservas intencionais apesar de não estar numa posição muito forte [sic] (penso que é assim que os americanos [sic] vêem a questão)”. A proposta de Robertson foi rejeitada por Keynes (Cf. Keynes, CW-XXVI, pgs. 164/167). A razão óbvia é a de que ele percebia que as reservas comerciais de 1945 não compensariam os capitais perdidos na década de '30 (no caso brasileiro, pela reestruturação monetária de 1937; v. Malan *et alli* [1980], pgs. 123/124) e muito menos o seu *by-product*- a hegemonia financeira britânica (a delegação brasileira em Bretton Woods não contando com sua simpatia; v. Keynes, *ibid.*, pgs. 42/43).

Ocorre, no entanto, que se o mecanismo necessário provocado pelo aumento da taxa de juros é cumulativo, a reversão deste processo *não* pode ser provocada apenas pela redução da taxa de juros; pois, se a assimetria Poupança/Investimento é a representação genérica de uma disposição também geral do sistema produtivo, a redução da taxa de juro por um ato unilateral da autoridade monetária resultaria, na ausência de uma definição quanto aos campos de investimento alternativos para onde as poupanças especulativas seriam encaminhadas, o que tenderia simplesmente a criar um acúmulo da poupança redundante que seria desviada da especulação ao entesouramento.³⁵⁷

Nunca, em outro momento histórico antes da década de 1930, a falácia da dicotomia Economia/Sociedade como dicotomia entre os interesses originários dos indivíduos e a norma exógena foi tão evidente. Quando a instância geral deixou de produzir um cenário articulado de possibilidades genéricas de empreendimentos, o interesse individual perdeu seus meios de existência:

“O que ocorreu foi que as forças coordenadoras não coordenaram. Elas não criaram um meio ambiente onde novas energias pudessem encontrar um derivativo adequado”.³⁵⁸

A única saída, portanto, estava em afirmar concretamente o primado do Geral sobre o Particular – ou mais exatamente, em permitir ao Particular expressar-se através do Geral, através de um ato de criação da ambiência geral dos interesses particulares por um *estímulo direto*.³⁵⁹

4.3.6. Fundamentos da terapêutica

Assim, no decorrer dos trabalhos da Comissão Macmillan, Keynes começou a postular que a taxa de juros – e, portanto, a política da Autoridade Monetária – não podiam ser considerados, nem o resultado não – intencional das ações intencionais dos agentes, nem tampouco uma variável independente em torno da qual o equilíbrio econômico – como condição de utilização plena dos recursos produtivos disponíveis pudesse ser determinado. A taxa de juros consistia, basicamente, na representação de um

³⁵⁷ Keynes assinala este fato quando nota que nos E.U.A. do início da Depressão, a queda maciça de todos os preços resultou numa política de dinheiro barato que apenas aumentava a desconfiança do público na segurança dos depósitos bancários, com o resultado de que, num dado momento haveriam pelo menos 400 a 500 milhões de dólares (em 1930!) sendo retidos nos bancos pelo público... sob a forma de papel-moeda depositado em cofres de segurança (Keynes, CW-XX, pg. 570).

³⁵⁸ Keynes, *ibid.*, pg. 517.

³⁵⁹ Keynes, *ibid.*, pg. 285.

estado das coisas que lhe era logicamente anterior; consistia uma expressão *in nuce* das expectativas gerais dos agentes produtivos quanto ao grau de articulação entre as diversas partes do sistema produtivo, e, portanto, quanto à previsibilidade dos seus retornos.

Uma política de redução das taxas de juro e/ou da desvalorização da libra, assim, *não* deveria ser tentada como instrumento de política econômica, devido às suas conseqüências desorganizadoras. Tal potencial desorganizador, no entanto, *não* se devia à desvalorização *em si* – que em curto prazo melhoraria substancialmente a competitividade das exportações inglesas – ou ao desestímulo aos poupadores *em si* supostamente provocado pela queda da taxa de juros – que, considerada isoladamente, favoreceria os investidores – mas sim porque ambas as medidas provocariam uma evasão de capitais pelo simples fato de “confirmarem” as expectativas genericamente pessimistas dos investidores potenciais. Em outras palavras, o dilema keynesiano dos anos ’30 era exatamente o de produzir uma reversão das expectativas gerais apesar do ceticismo individual compartilhado por cada um dos agentes privados. O ponto sociológico no caso, é fundamental: nada se aproxima mais do Holismo Metodológico estrito do que o Individualismo Metodológico estrito dos discursos economistas. Pois indivíduos sem acesso ao quadro de referências das suas atividades quotidianas só podem formar expectativas racionais no quadro das suas ações rotineiras, que se revalidam mutuamente.

Se “explicar é oferecer um *mecanismo*, abrir a caixa preta e mostrar os parafusos e porcas, os desejos e crenças que *geram* o resultado agregado”,³⁶⁰ o fato é que explicar *como* as engrenagens de uma caixa preta funcionam é algo totalmente diverso de explicar *para que* a mesma caixa funcionasse. Na maior parte das vezes, quando se trata de fenômenos sociais, os desejos e crenças existem apenas e tão-somente em função de um determinado resultado agregado que se quer produzir; argumentar que crenças e desejos geram [*generate*] o resultado agregado é um puro contrasenso – uma inversão da relação causal entre o *explanans* e o *explanandum*, na linguagem de Elster. Sabemos bem que, na História da Ciência e da Tecnologia, ferramentas, materiais e mecanismos novos foram inventados não pelo estudo de suas propriedades *enquanto tais*, mas em função da sua utilidade para a produção de um resultado estabelecido *ad hoc*. Sabemos que o nível tecnológico da relojoaria, no século XVIII, foi decisivamente impulsionado, não pela intenção de apurar o mecanismo dos relógios enquanto tais, mas pelo interesse na sua utilização para a determinação de longitudes – problema este que se tentava resolver com

³⁶⁰ Elster [1985], pg. 5, *apud* Wright, Lavine e Saber [1993], pg. 210 – grifo meu.

o uso dos instrumentos tradicionais de navegação (astrolábios, sextantes etc.). O impulso da tecnologia dos *meios* deu-se em função do deslocamento dos seus *afins*. Adam Smith era bem claro a respeito disto: a divisão do trabalho implicava em que todo desenvolvimento posterior das manufaturas fosse obra do “filósofo”, único capaz de pensar o projeto produtivo enquanto totalidade abstrata adaptável a novos fins.³⁶¹ A Consciência Social implica na produção de meios particulares para a geração de objetivos genéricos.

O problema específico de Keynes era um clássico problema de ação coletiva: aumentar os níveis gerais de produção e emprego mantidos baixos em função das expectativas pessimistas individuais dos agentes. No auge do processo depressivo, tal pessimismo já tinha gerado um atomismo³⁶² social: na medida em que nenhum agente era capaz de afetar pela sua conduta o resultado agregado global, cada um, por iniciativa própria, escolhia a inação como forma de atividade generalizada. Na ausência de atividade relacional, a manipulação de uma representação geral (a taxa de juro) não apresentava possibilidade de reverter expectativas.

Exatamente por isto, aliás, o discurso economista insistia em apresentar um *Homo Oeconomicus* motivado ontologicamente pela busca do ganho egoístico, exatamente porque sabia que este “primeiro motor” era uma necessidade lógica para explicar como os agentes econômicos atomizados seriam capazes de superar a reversão de expectativas produzida por um longo período de crise.³⁶³

Assim, é necessário considerar, diz Keynes, que, se os agentes podem mergulhar num desânimo produzido pela persistência dos efeitos perversos de sua atividade relacional, tal desânimo só poderia ser superado pela reorganização desta atividade pelo estímulo direto de uma instância geral.³⁶⁴ Mas qual o caráter específico deste estímulo?

4.3.7. Instrumentos de terapêutica

Os remédios propostos por Keynes como estímulos diretos à Economia em 1931 abandonavam, de forma conspícua, a utilização da redução da taxa de juros e uma política

³⁶¹ Smith [1983], v. I, pg. 45.

³⁶² Conforme o significado do termo dado por Wright *et alli* [1993], pgs. 193/195.

³⁶³ Diga-se de passagem, que, se os agentes buscassem sempre aumentar seus ganhos, a crise, como produto da reversão de expectativas seria impossível; Jevons levou este raciocínio às últimas conseqüências no final da vida, quando explicou o caráter recorrente das crises econômicas como uma conseqüência ... das manchas solares, que produziriam más colheitas e desencadeariam a crise pela ruptura dos compromissos assumidos pelos agricultores (*apud* Keynes, CW-X, pgs. 123/128).

³⁶⁴ Keynes, CW-XX, pg. 285.

genérica de crédito fácil. Keynes propunha três remédios alternativos: (a) a redução linear de todos os salários e ordenados; (b) o controle de importações e o auxílio às indústrias exportadoras; (c) assistência do Estado – direta ou por meio de subsídios – a certas indústrias selecionadas. No entanto, ela tendia a considerar que, em termos de uma política industrial sustentada, (a) deveria ser descartado.

A argumentação de Keynes quanto ao corte geral de salários como instrumento de política econômica tornou-se uma expressão clássica da problemática do elo micro/macro como “problema de composição” tendo sido tratado como tal recentemente por Elster,³⁶⁵ Keynes argumenta que uma redução geral de salários – seguida por uma redução geral de preços – não tendo qualquer efeito no poder de compra, tenderia a ser percebida apenas sob a forma de preços de exportação mais baixos, argumentando a competitividade econômica internacional do país que realizasse tal corte geral. O corte, no entanto, nunca é realizado, na medida em que ele só seria “neutro” se fosse genérico. Cada capitalista – e cada sindicato – teme baixar seus preços (ou seus salários) antes que os demais o façam. Na versão de Elster (retirada não de Keynes, mas de Joan Robinson): “*Cada capitalista deseja baixos salários para seus próprios trabalhadores... e altos salários para os trabalhadores dos demais capitalistas*”.³⁶⁶ O problema, no entanto, é que, no fraseado de Elster, o ajuste *não* é problemático: na medida em que os capitalistas sejam capazes de subjugar os sindicatos, um a um, eles poderão realizar cada um o seu ajuste particular. Se a dificuldade prática de ajuste fosse apenas este, então Keynes teria sido um tatcheriano *avant la lettre*. Mas, lendo-se o texto de Keynes, descobre-se que o problema do corte dos salários emerge não da dificuldade setorial de realizá-lo, mas sim *das conseqüências gerais de sua aplicação*. Note-se a mudança sutil do *wording*:

“Cada empregador pode perceber claramente as vantagens obtidas para si próprio pela queda de sua folha de salários, ma percebe menos claramente as desvantagens resultantes da queda do poder de compra dos seus próprios consumidores”.³⁶⁷

Tal quer dizer: na medida em que um capitalista consiga reduzir sua folha de salários, nominal, ele abre um precedente para que todos os outros, em nível de economia nacional, o façam também. Efeito imediato: o poder de compra interno dos salários permanece o mesmo; as exportações são desvalorizadas. Mas, tendo o processo se

³⁶⁵ Elster [1985], pg. 26.

³⁶⁶ Elster, *ibid*, *loc. cit.*.

³⁶⁷ Keynes, CW-XX, pg. 289 – grifos meus.

generalizado a nível nacional, ele prosseguirá a nível internacional: outras economias realizarão ajustes idênticos para baratear suas exportações. No fim, teremos preços mundiais baixos em escala planetária... e dívidas internacionais e nacionais do mesmo valor nominal e com as mesmas taxas de juros de antes - portanto valorizadas, e ainda mais pesadas.³⁶⁸ O clima de incerteza geral quanto a capacidade dos retornos superarem as dívidas irá aumentar, e não diminuir. Esta última implicação foi inteiramente desconhecida por Elster.

Por que? Exatamente porque o Individualismo Metodológico de Elster vê o Geral apenas como agregado de ações individuais articuladas entre si pela adição de comportamentos semelhantes, enquanto que Keynes vê o Geral como prescrição exógena de comportamentos individuais diversos e articulados entre si para produção de um resultado geral estabelecido *Ex Ante*.

Exatamente por isto é que ele propõe que uma política de incentivo no *Investimento Geral* esteja fundada no estímulo a determinadas indústrias *selecionadas* – em função do seu potencial exportador, do padrão tecnológico que se quisesse generalizar, da região que se quisesse favorecer, desde que esta solução de setores prioritários fosse feita de forma não-individualizada. O que importava, no caso, era fixar os estímulos, as condições de elegibilidade, as exigências – e selecionar da forma mais aberta possível entre os diversos interessados.

Keynes colocava, assim, os termos de um dilema que afeta todas as políticas de regulação: em que termos um benefício social – de uma aposentadoria até um incentivo fiscal – pode ser concedido sem converter-se em privilégio pessoal? O raciocínio do individualismo vitoriano supôs que, sendo esta linha impossível de ser traçada, o benefício social obtido seriam incompatível com o ordenamento legal econômico. Em sendo assim, era preferível inculcar nos indivíduos a injunção moral de poupar para a velhice – e aceitar que os indivíduos incapazes de fazer tal poupança tivessem de recorrer à caridade para sobreviver – do que conceder um direito à aposentadoria que poderia beneficiar os imprevidentes. Ou o benefício é acessível de forma igual a todos, ou não deve ser concedido: já vimos acima que Jevons era a favor dos concertos públicos, mas não dos hospitais públicos.³⁶⁹

³⁶⁸ Keynes, *ibid*, pg. 292.

³⁶⁹ Numa carta ao *Manchester Guardian*, em 16.11.1929, Keynes resumia este estado de espírito dizendo que “[A idéia] de que conceder benefícios não-salariais à classe trabalhadora teria um efeito danoso ‘sobre o caráter dos indivíduos’ lembra-me da resposta que recebi de uma menina... à pergunta: ‘O que querem os

Fazendo uma digressão: Recentemente, surgiu uma discussão no interior do “Marxismo Analítico” a respeito de utilidade de uma renda mínima universal como pagamento de transferência acessível a qualquer indivíduo que tivesse uma renda monetária inferior ao montante estabelecido, como instrumento de justiça distributiva alternativo à transformação socialista da estrutura produtiva.

A proposta – feita originalmente pelos economistas Veen e Parijs e submetida a discussão num número especial de um *magazine* acadêmico³⁷⁰ foi unanimemente rejeitada, por diversas razões de factibilidade empírica. No entanto, Elster oferece uma crítica filosófica, que pode ser sumarizada numa citação curta:

“Oponho-me frontalmente à proposta... O conceito deontológico fundamental é o de autonomia, e não a noção abstrata de direitos... o estado das Ciências Sociais está a anos-luz de permitir-nos prover os efeitos globais de um equilíbrio de longo prazo... Os efeitos [da proposta] estão cercados de incerteza... [e] a proposta vai contra uma noção geralmente aceita de justiça: é injusto que pessoas sadias vivam de trabalho de outros”.³⁷¹

socialistas?” ... ‘Eles achavam que faria bem aos pobres torná-los iguais aos ricos’. Mas isto não seria bom. Estragaria o seu caráter” (Keynes, *ibid*, pgs. 16/17. O dilema fundamental do liberalismo político anglo-saxão (quer na sua versão *whig*, ou na versão do Partido Democrata) está resumido nestas linhas. Suponhamos que acreditemos no Individualismo, não apenas como uma Metodologia, mas como uma *Deontologia*; que acreditemos, de acordo com um senso comum praticado por todos – *tories*, *whigs* e trabalhistas, republicanos e democratas – que os indivíduos devam orientar suas ações pontualmente de acordo com os seus interesses e objetivos individuais, e que o grau de moralidade de uma sociedade seja medido pelo fato de ela estar fundada na responsabilidade pessoal do indivíduo pelas conseqüências das suas ações. Se adotamos esta Deontologia, poderemos, ao mesmo tempo, sustentar a necessidade de determinados programas sociais mínimos de inserção, que garantam a cada indivíduo os meios materiais mínimos para que possa vir a efetivamente *escolher* entre padrões de conduta alternativos. Em princípio, tais programas de inserção podem indiferentemente consistir desde o acesso a uns poucos bens públicos de acesso geral (parques e concertos públicos) até gastos complexos em equalização de oportunidades, tais como gastos em educação supletiva para as minorias desfavorecidas, programas de renda mínima, etc. Mas quando desejamos equalizar oportunidades de escolha *individuais*, quais os limites entre a garantia de oportunidades iguais e o puro e simples benefício corporativo? Assegurar a todos um seguro de saúde público consiste em igualar oportunidades de acesso ao sistema de saúde – ou consiste em favorecer os esbanjadores de sua renda em prejuízo dos que gastam na aquisição de um seguro-saúde privado? Diante da dificuldade de traçar limites, o senso comum de tipo *tory* tende naturalmente a refugiar-se na inação, sob a forma de adoção de uma posição conservadora extrema. Se eu não tenho como distinguir entre o que é uma ajuda legítima e o que é um privilégio corporativo, então por que não deixar a cargo dos próprios indivíduos – através da ajuda mútua informal – a busca de equalização das suas oportunidades? Como demonstram Feldman & Zaller [1992], a opinião pública americana pode ser predominantemente a favor de alguma forma de *welfare state*, mas, na medida em que ela acredita não menos firmemente no Individualismo Deontológico, ela não consegue organizar um consenso político que torne o *welfare* possível; o mesmo quanto à Política Econômica: se nos limitamos a dar um choque exógeno, podemos favorecer ou prejudicar diferencialmente certos grupos; portanto, melhor renunciar a qualquer política econômica ativa (Blackburn & Chistensen [1989]).

³⁷⁰ Veen & Parijs [1986].

³⁷¹ Elster [1986], pgs. 709 e 719 – grifos do autor.

O Individualismo Metodológico de Elster tem, assim, o seu remate lógico no senso comum vitoriano. Mas o fato é que ele sequer considera se a verdadeira solução, ao invés de uma operação da caridade estatal por tempo indeterminado, a solução do problema exposto não estaria exatamente em, através de políticas públicas, em oferecer aos indivíduos oportunidades de expressarem concretamente suas potencialidades, pela oferta de uma ocupação que atuasse como ponto de partida para que tais indivíduos pudessem escolher entre a ociosidade e a participação num processo social de produção. Nas palavras de Keynes:

*“Há trabalho a fazer; há homens para fazê-lo. Por que não colocar um e outro em contacto?”*³⁷²

Para os que alegam que tal seria uma negação do valor deontológico de autonomia, o que estamos tentando demonstrar é exatamente que tal “autonomia” não existe senão sob a forma de escolha de um papel específico numa empreitada produtiva que é, por definição, externa aos indivíduos e que exige, para existir e subsistir, fins gerais claramente determinados *Ex Ante*. É óbvio que as oportunidades genéricas assim oferecidas não podem ser qualitativamente ilimitadas; restringirão o leque de escolhas individuais possíveis; não se pode financiar a Siderurgia e a indústria cinematográfica de forma suficientemente elástica para atender a todas as ambições individuais. Mas, desde que a seleção das prioridades gerais seja feita de forma aberta à *accountability* da Sociedade, melhor oferecer alguma escolha do que deixar os indivíduos mergulharem no desespero da ausência de escolhas possíveis.

4.3.8. As objeções a Keynes.

Em fins de 1930, a Comissão Macmillan e o Comitê dos Economistas estavam ideologicamente divididos quanto à factibilidade do plano de Keynes, acabando por produzir relatórios finais inócuos. Foi então que foi produzido um memorando, a 13 de outubro, do economista Hubert Henderson, que atacava as propostas de Keynes com todo o peso das críticas conservadoras consagradas.

Henderson dizia que, por trás de um aparato conceitual sofisticado, Keynes buscava ocultar a necessidade inadiável de enfrentar “a desagradável e reacionária necessidade de cortar custos (incluindo salários) e gastos públicos... como qualquer

³⁷² Keynes, CW-IX, II, 4, pg. 91.

observador imparcial nos diria para fazer... Tal é a moral da situação, nua e crua [*plain as a pikestaff*]³⁷³. Pois uma política de gastos públicos maciços, se mal sucedida em elevar o nível de investimento genérico na Inglaterra, poderia provocar uma fuga da libra, a inflação, e, ainda que houvesse recuperação, tal como na Alemanha e na Áustria, “o processo provocaria um grau importante de empobrecimento permanente, com a perda definitiva, por exemplo, da posição de Londres como centro financeiro hegemônico”³⁷⁴ a política de Keynes devia ser evitada a todo custo pelo seu caráter aventureiro [*gambling*]; dever-se-ia ter a coragem de enfrentar a situação com o duro – e necessário – remédio do ajuste recessivo.

O ajuste recessivo foi levado até as últimas conseqüências... até a saída final do padrão-ouro em 1931, na esteira de uma crise bancária européia; os efeitos da depressão que se seguiu só foram superados pela IIª Guerra Mundial, ao fim da qual a Inglaterra tinha perdido qualquer pretensão à hegemonia financeira. O ajuste “keynesiano”, do imediato pós-IIª Guerra, ocultou a profundidade de crise dos anos ’30 pelo seu próprio sucesso; o crescimento acabou por parecer um processo “natural”. É isto que permite releituras que colocam o Keynesianismo como parte do *ethos* “totalitário” dos anos ’30 – num amálgama muito ao gosto do neoliberalismo.³⁷⁵ Amálgama este que não considera o fato de que durante o início da década de ’30, Inglaterra e Estados Unidos haviam tentado

³⁷³ *Apud* Keynes, CW-XX, pg. 452.

³⁷⁴ *Apud* Keynes, *ibid*, pg. 454.

³⁷⁵ Um historiador americano conservador, no decorrer de uma muito patriótica e oficiosa história da 2ª Guerra Mundial, insinua que os desentendimentos entre os governos britânico e americano sobre a recuperação econômica da Inglaterra teriam sido prejudicados pelo fato de que a posição “germanófila” de Keynes em 1919, contra as reparações de guerra a serem pagas pela Alemanha, o teria tornado pouco simpático a Roosevelt (Weinberg [1995], pgs. 729 e nota (a)). A verdadeira fonte do desentendimento era de fato que Keynes considerava necessário – em 1919 e em 1945 – que os E.U.A. preservassem a tessitura econômica européia contra uma fragmentação das economias nacionais em blocos hostis, para o que teriam de suprir as economias européias com investimentos que contrabalançassem o seu imenso *superávit* comercial com a Europa – o que lhe valeu a hostilidade do governo americano (cf. Kolko [1990], pgs. 248 e 492) – que acabaria executando tal política, sob sua hegemonia, com o início da Guerra Fria, através do Plano Marshall. Talvez Weinberg considere como “germanofilia” o fato de Keynes haver-se oposto a propostas de reparações de guerra no quadro do Pós-1945, que, entre outros detalhes, previam o desmembramento do território alemão e o uso maciço de mão-de-obra alemã em trabalhos forçados de reconstrução (Keynes, CW-XXVI, pg. 392). Mas, não tendo lido os escritos de Keynes, ele não tomou conhecimento de que Keynes advertiu o seu governo que tais propostas significariam que “*uma economia burguesa de tipo ocidental não poderia sobreviver... [seria] a sementeira da revolução social na Europa*” (Keynes, CW-XXVI, pg. 384). Sem falar, é claro, que aquilo que a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial tinha significado em termos de ganho ético e moral teria sido perdido em grande parte. De fato, a acusação de Weinberg mostra apenas a que ponto o grau de moralidade presente no consenso político burguês foi erodido nos últimos 15 anos de neoliberalismo, comparado ao grau relativamente alto a que havia chegado com o esmagamento do fascismo e com o pacto social que tornou possíveis 30 anos de prosperidade capitalista e de *Welfare State* no mundo desenvolvido.

um ajuste liberal que – mesmo na ausência de qualquer ameaça externa imediata – teve de ser abandonado pelo seu caráter absolutamente anômico.³⁷⁶

A “coragem” de Henderson em anunciar a necessidade da recessão, como condição prévia da recuperação a ser produzida pela atividade espontânea dos indivíduos é apenas mais um espécime do discurso da austeridade produzido pelos economistas conservadores.

Tal discurso, do ponto de vista do senso-comum, simplesmente não estabelece uma relação de causalidade inteligível entre os atos – para não dizer as intenções – dos agentes e suas conseqüências. Sendo o ajuste recessivo um momento de reversão generalizada de expectativas e de empobrecimento genérico, como postular tal ajuste como *causa* da recuperação posterior? Como uma contração generalizada da demanda poderia *causar* uma expansão posterior da oferta? Que a existência histórica demonstra que tais ajustes sejam feitos de forma uniformemente *lopsided* – que exista sempre um “núcleo duro” de grupos que podem se colocar a salvo dos custos do ajuste – longe de constituir uma ocorrência patológica, constitui a condição necessária para que o processo de “destruição criadora” resulte numa reordenação coerente da esfera produtiva, e não num colapsamento generalizado da estrutura previamente existente.³⁷⁷

Já verificamos em capítulos anteriores que o problema das conseqüências não-intencionais enquanto problema de coordenação de um sistema econômico cada vez mais complexo havia colocado dificuldades quase insuperáveis ao Individualismo Metodológico dos economistas – tomando como casos significativos os esquemas econômicos de Marshall e de Hayek. Marshall já tinha colocado o problema de que, apesar da capacidade do cálculo (para fins egoístas ou altruístas) ser partilhada por todos os

³⁷⁶ Após uma visita aos E.U.A., em 1931 – isto é pré-*New Deal*, Keynes escrevia um memorando onde estabelecia que “Os riscos sociais do corte de salários nos E.U.A. não consistem... tanto em greves e *lockouts*, mas na possibilidade de desordem social direta, saques e outras formas de *lawlessness* neste país sem leis [sic]... Quando discuti esta questão com o Presidente Hoover... interessei-me [pelo fato de que ele]... tenha colocado em primeiro lugar... [que] a Depressão até agora tinha ocorrido sem qualquer necessidade até o momento de convocar-se a polícia ou a milícia, o que ele parecia considerar uma notável realização” (Keynes, *ibid*, pg. 579). Note-se que os herdeiros políticos de Hoover, desde os recentes distúrbios de Los Angeles, não podem reivindicar tal realização a seu crédito no novo ajuste liberal. Na Europa Ocidental, os custos do ajuste foram principalmente de ordem externa; em 1938, o governo inglês não tinha condições de enviar uma força expedicionária ao continente, enquanto o exército francês estava reduzido a uma “concha inerte” (Cf. Lee, *op. cit.*, pgs. 148/150).

³⁷⁷ O conceito de destruição criadora em Schumpeter tenta estabelecer uma causalidade significativa entre ajuste e recuperação na medida em que o ajuste libera recursos econômicos para reutilização em novas combinações tecnológicas de processos produtivos por parte dos empresários orientados pela busca do lucro extraordinário. Mas o esquema dinâmico de Schumpeter não explica a coincidência temporal entre o ajuste e a inovação tecnológica concentrada que a ele se seguiria; passa-se, de uma Sociologia da inovação técnica centrada em efeitos não-intencionais (a recessão dando lugar a recuperação) para a noção de uma astúcia da razão onde os ciclos econômicos são a realização do plano do Espírito (a recessão necessariamente cedendo lugar a recuperação fundada na inovação maciça) (Cf. Possas [1987], pgs. 189/199).

indivíduos, os problemas de coordenação de atividades econômicas criariam um número crescente de imprevistos que não poderiam ser resolvidos pelos planos dos indivíduos isolados; um trajeto evolutivo, sob a forma de rotinas, deveria compensar os efeitos perversos não-intencionais. Para Hayek, os efeitos perversos necessariamente tenderão a ser recorrentes, mas seus resultados concretos tenderiam a equilibrar-se mutuamente: se, num dado período, houve um investimento demasiado em estradas, sem preocupação em alimentar os operários, nem por isso as estradas construídas deixam de estar à disposição do público – inclusive para o transporte de alimentos; o fato de a economia ser monetária permite com que os agentes desloquem incessantemente o foco dos seus objetivos, estabelecendo sinergias produtivas entre eles. O processo recessivo consistiria, assim, num intervalo de coordenação, num reordenamento das conexões concretas entre os agentes pela eliminação de atividades redundantes e reordenação da destinação de recursos.

O *tour de force* de Keynes consistiu em perceber que a Economia Monetária não seria apenas uma Economia onde os objetivos e interesses dos agentes estariam *expressos* em termos de Moeda, mas sim uma economia onde objetivos e interesses são formulados em função da operação do sistema econômico como um todo, isto é, a partir do estado geral da Economia e do conjunto das suas articulações produtivas. O ponto de vista dos agentes é o de uma “totalidade”, precisamente porque tal totalidade corresponde a articulações concretas e rotineiras entre os agentes, que encontram sua representação própria na invenção da Moeda como instância coordenadora dos processos produtivos (o que foi conseguida através da invenção das formas “generalizadas” da Moeda: fiduciária e bancária).

Neste sentido, a crise econômica, sendo crise das expectativas de *lucro monetário*, possui necessariamente o caráter de crise *generalizada*, da desorganização total do sistema de expectativas, objetivos e planos da *totalidade dos agentes individuais*: os canteiros de obra caem em ruínas *enquanto* as terras deixam de ser cultivadas. A recuperação tem de ser realizada enquanto *plano coordenado*.

Assim, somente o desinteresse persistente dos economistas pelas questões da metodologia – e a falta de cultura sociológica de Keynes – é o que nos impediram até agora de perceber que a obra keynesiana implica, para o discurso economista, numa inversão da sua metodologia típica – uma colocação do IM utilitarista “de cabeça para baixo”.

Exatamente a partir desta inversão é que é possível o entendimento da peculiar relação entre keynesianismo e marxismo, que está na base do processo do gênese da *Teoria Geral*.

4.4. Conclusão: A Carta a GBS e a gênese de uma afinidade eletiva

A indiferença e o desdém intelectual de Keynes pelo marxismo³⁷⁸ são bem conhecidos, assim como o fato de que Keynes definia a si mesmo como membro de campo liberal, não só em termos “ideológicos”, mas de expressão crua de um interesse de classe declarado.³⁷⁹

Paradoxalmente, já é possível perceber, antes de chegarmos à conclusão desta tese, que as propostas de Keynes no sentido de uma economia gerenciada pela coordenação direta da esfera pública pouco tem a ver com as políticas de *déficit* público *open-ended* e de uso da *fiat money* em favor de grupos de interesse, que, no período 1945/1974, ganharam o nome de “keynesianismo”. Exatamente porque, em tais políticas – praticadas mais pelos liberais conservadores do que pela Social-Democracia³⁸⁰ – a teoria de Keynes entrou principalmente sob a forma de argumento da autoridade *ad hoc*, é que foi possível a todo o *establishment* político burguês, entre 1945 e 1974, oferecer *lip service* ao keynesianismo como instrumento de emergência, sem jamais utilizá-lo como base permanente de um programa político. “Somos todos keynesianos hoje” – dizia Richard Nixon. Mas jamais existiu um partido político que se considerasse keynesiano, ou que tivesse incluído a teoria de Keynes como parte de seu programa político até a década de ’90, quando keynesianismo foi incorporado ao programa do Partido do Trabalho, uma formação marxista de extrema-esquerda organizada em 1992 na Rússia de Yeltsin³⁸¹ no

³⁷⁸ “*Juntamente com a literatura teológica, talvez a mais inútil e mais tediosa das formas de criação verbal*” (Keynes, CW-X, pg. 67).

³⁷⁹ “*Se devo perseguir interesses seccionais, então perseguirei os meus. No que diz respeito à luta de classes enquanto tal... posso ser influenciado pelo que parece justo e sensato; mas a guerra de classe irá encontrar-se do lado da burguesia educada*” (Keynes, CW-IX, IV, 3, pg. 297 – grifos do autor).

³⁸⁰ “Curiosamente, enquanto a Social-Democracia [...] aceitou [...] o ‘Estado de Bem-Estar Social’ [...] não [foi ela] que criou [...] e [ele] não desempenhou papel relevante em seu pensamento. Na Grã-Bretanha foi elaborado principalmente pelos liberais [*whigs*], na França pelos social-católicos e na Alemanha por burocratas socialmente conscientes” (Hobsbawn [1992], pg. 260). De fato, o papel do “Keynesianismo” foi fundamentalmente, no pós-1945, fornecer uma legitimidade intelectual vicária a políticas empíricas de “defesa da Sociedade” que vinham sendo praticadas por medo à expansão das idéias socialistas desde o *New Deal* de Roosevelt e que foram patrocinadas (ou pelo menos, não combatidas) pelo consenso conservador que soube impor-se à Europa Ocidental através do Plano Marshall. A Social Democracia, neste episódio histórico, desempenhou seu papel próprio desde 1914: o de parasitar o consenso dominante em prol de interesses corporativos.

³⁸¹ Kagarlitsky [1993], pg. 243. Não foi possível obter acesso ao livro de Stanislav Menshikov: *Catharsis or Catastrophe? The Soviet Economy Today*, 1991, onde seria formulado um programa de reconstrução keynesiana do planejamento centralizado na U.R.S.S. Mas o princípio de tal reestruturação está claro num trabalho mais recente de Kagarlitsky: utilizar os mecanismos do Mercado e da propriedade privada do

que constitui um curioso arremate de um longo processo de tentativas intelectuais de fusão entre Keynes e Marx, iniciado na década de '30 por Sweezy e Kalecki. Este processo de fusão intelectual estava aliás atrasado em relação às primeiras tentativas de aliança *política* entre keynesianismo e marxismo; sem entrar no que pretendo seja o assunto de um trabalho posterior, basta notar que as críticas de Keynes ao Tratado de Versalhes, que lhe valeram ataques pesados no Ocidente, foram aprovados nos congressos da IIIª Internacional por Lenin e Trotsky.³⁸² Mas apesar de todo o *cross-breeding* do marxismo com outros sistemas de pensamento praticado pelo Marxismo Ocidental, em *Teoria Econômica* os marxistas sempre foram exclusivistas; após a “Crítica da Economia Política”, a Teoria econômica enquanto tal só pode continuar a ser praticada por “economistas vulgares”; uma Teoria Econômica associada a um esquema rival de reforma social e política – produzida por um membro declarado de intelectualidade burguesa – deveria ter-lhes despertado uma hostilidade ainda maior. Há aí uma afinidade *eletiva* cuja estranheza deve ser reconhecida e submetida a uma tentativa da explicação.

Em 1934, Keynes engajou-se numa troca de cartas com George Bernard Shaw que – de forma, aliás, absolutamente trivial – afirmava o valor heurístico dos conceitos de luta de classe e de mais-valia.³⁸³ A réplica de Keynes foi rápida e concisa:

*“Meus sentimentos a respeito d’ O Capital são os mesmos que sobre o Alcorão. Sei que é historicamente importante, e sei que muitas pessoas, nem todas as quais são idiotas, encontram nele uma espécie de Pedra Filosofal portadora de inspiração. No entanto, quando o leio, considero tais efeitos inexplicáveis. Suas controvérsias áridas, acadêmicas e antiquadas, são extraordinariamente inadequadas para tais propósitos... como é que qualquer um destes dois livros pôde ser carregado através da metade do mundo a fogo e ferro? Simplesmente não entendo... Você acredita em ambos – O Capital e o Alcorão? Ou só n’ O Capital? Qualquer que seja o valor sociológico deste, estou certo de que seu valor econômico contemporâneo... é nulo.”*³⁸⁴

Capital como base de um processo de acumulação “pós-stalinista”, ao mesmo tempo em que se deixaria bem claro aos empresários que teriam que “desenvolver seus negócios à sombra e sob a proteção de um Estado completamente não-burguês” (Kagarlitsky [1995], pg. 170). Resta saber quais as chances de um tal programa ser aplicado em escala puramente *nacionail*...

³⁸² Sem reciprocidade: Keynes considerava que a desorganização econômica da Europa pós-1918 poderia “produzir a revolução de forma mais inevitável através de um Klotz [Ministro das Finanças francês] ou de um [Lloyd] George de que através do intelectualismo, para nós por demais impiedoso e arrogante, dos sanguinários filósofos da Rússia” (Keynes, CW-II, pg. 150).

³⁸³ Shaw a Keynes, 30.11.1934; cf. Keynes, CW-XXVIII, pg. 37.

³⁸⁴ Keynes a Shaw, 2.12.1934; cf. Keynes, *ibid*, pg. 38 – grifos do autor.

Uma avaliação deste tipo mereceria ser posta de lado e esquecida, não fosse exatamente pelo paralelo que enuncia.

Desde que Keynes não trata com *O Capital* e o *Alcorão enquanto tais*, mas a partir de determinadas *representações* consensuais de seus conteúdos, é possível responder à sua indagação... mesmo sem ter lido o *Alcorão*. Independentemente do que contenham *de fato*, o consenso a respeito de ambos é de que são portadores – ou oferecem um ponto de partida – de um sistema de proposições de atividades concretas extensivas, não-contraditórias e integradas entre si. Mais ainda: tais proposições estão integradas em função de um fim genérico para o qual devem concorrer as diversas instâncias locais da atividade prática; tais instâncias locais existem como expressões de um movimento *geral e tendencial* das coisas: no caso do *Alcorão*, como expressão de uma ordem providencial do Mundo; no caso d'*O Capital*, como expressão da existência que busca reproduzir-se enquanto consciência e atividade prática. O que se supõe é que ambos sejam portadores de uma *Weltsanschauung*, não só como *representação* abstrata do “ponto de vista da Totalidade” e mais como uma *tópica* de propostas concretas para a realização de um objetivo global.

Dito isto, a hostilidade de Keynes *vis-à-vis* do marxismo, e a inesperada afinidade eletiva dos marxistas *vis-à-vis* de Keynes explicam-se facilmente: em Keynes, como expressão da rivalidade do formulador de uma *Weltsanschauung*, *vis-à-vis* de uma visão do mundo *supostamente* concorrente; nos marxistas, como *ausência* de fato desta *Weltsanschauung*.

Contrariamente ao que se supõe, *O Capital* – e, de modo geral, a obra *econômica* de Marx – devem sua fortuna crítica especialmente ao fato de consistirem nos seus escritos mais conforme às noções geralmente aceitas da cientificidade; a tal ponto que se tornou possível a Weber afirmar que a Economia de Marx, como criação de tipos ideais, era perfeitamente *wertfrei*.

A cientificidade da Teoria Econômica de Marx encontra-se, no caso, no que constitui o seu maior problema teórico: a Teoria do Valor Trabalho. Exatamente pelo fato desta teoria não ter jamais ultrapassado totalmente suas origens ricardianas, ela tendeu a adquirir um estatuto da cientificidade perfeitamente aceitável pelo Positivismo. Marx fez as diversas trocas particulares entre mercadorias dependerem da existência de um elemento essencial e concreto subjacente a todas as mercadorias particulares: o trabalho

físico genérico. É claro que ele adverte que se trata de trabalho “abstrato”; mas como a maioria dos exegetas considerou que tal trabalho é abstrato apenas e tão-somente na medida em que representa uma quantidade estatisticamente média de trabalho concreto, o entendimento mais comum da teoria continuou aderido à idéia do real social como *real concreto*, ao qual a categoria valor estaria ligada como tipo ideal.

Ora, existindo tal real concreto genérico, por trás do real abstrato particular, se se ganha pela constituição de um tipo ideal livre quanto a valores, perde-se quanto à sua capacidade de fornecer uma explicação de conduta dos agentes individuais. Saber que os preços derivam dos valores não explica as oscilações de comportamento dos agentes econômicos *vis-à-vis* dos preços – *i.e.* suas decisões de gasto, poupança e investimento. Não se trata, como diz Elster, de considerar que o conhecimento da estrutura atômica dos materiais utilizados na fabricação de uma mesa não apresenta qualquer importância no que diz respeito à sua utilização.³⁸⁵ Conhecer a estrutura molecular de diversos tipos de madeira permite avaliar sua dureza e sua durabilidade; permite-nos perceber como a mesa foi montada, e de que forma ela pode atender às finalidades a que foi destinada. Ocorre, no entanto, que saber que uma mesa foi construída numa madeira excepcionalmente resistente e decorativa permite-nos explicar o seu uso numa refeição ao ar livre; mas tal conhecimento nada nos diz a respeito da regras de comportamento que regem as maneiras à mesa dos grupos de convivas que a utilizam. O valor heurístico da Lei do Valor e do conceito de Mais-Valia limita-se a explicar os mecanismos de repartição excedente social geral sob o Capitalismo; mas pouco nos explica sobre os mecanismos do conflito distributivo e as várias formas típicas da luta de classes.

Pode-se avançar perfeitamente a opinião de que a crise do marxismo não reside na falta de cientificidade de sua Teoria Econômica ou de um “primado de Economia”, que ao fim das contas, reduz-se ao quase truísmo de afirmar o movimento obrigatório da consciência em direção à sua objetificação como atividade prática orientada para um fim: “pois o viver inclui, antes de tudo, o comer e o beber, o morar, o vestir-se, e várias outras coisas”.³⁸⁶ A aporia fundamental do marxismo está simplesmente, não na inconsistência da sua Teoria Econômica, ou no caráter fundante da mesma, mas sim no fato de que esta Teoria Econômica *não* explica as condutas dos agentes individuais nem funda uma *Weltsanschauung* especificamente marxista. A grande aporia consiste, não na explicação econômica da sociedade, mas sim no *divórcio absoluto* entre a explicação marxista de

³⁸⁵ Elster [1985], pg. 124/125.

³⁸⁶ Marx & Engels [1976], pg. 47.

política, da cultura etc., e sua Teoria Econômica. O que caracteriza a *Weltsanschauung* marxista é exatamente o seu caráter predominante político e filosófico; a Economia não entra na sua composição. Um dos elementos característicos da história do marxismo é exatamente a reduzida importância do debate econômico na sua elaboração; pode-se ser marxista ignorando sequer no que consiste a teoria do valor-trabalho.

Exatamente por isto, no decorrer do tempo “a economia marxista atual é quase tão influenciada por Keynes quanto por Marx³⁸⁷ pelo fato de que o keynesianismo fornecia ao marxismo o que lhe faltava: uma *Teoria Monetária* desenvolvida.

Em si, a instância genérica do valor não apresenta valor explicativo da conduta dos agentes individuais. Mas o Valor só pode manifestar-se, enquanto instância genérica, através de um sistema de preços de *mercadorias genéricas* (e não de *espécimes* particulares destas mesmas mercadorias). Consideremos, ainda, que é a existência deste sistema de preços genéricos que permite aos indivíduos formularem expectativas quanto aos diversos *proceeds* de produção concretos, interligados entre si pela mediação genérica – e necessária – da Moeda. Depreende daí que a Moeda é o mecanismo necessário a partir do qual o Valor atua sobre os agentes individuais enquanto instância genérica; mais exatamente, ela é o meio pelo qual, numa Economia Monetária, as várias instâncias particulares do real concreto – os diversos objetos produzidos pelas diversas tecnologias – são reduzidas de um conjunto de coisas concretas, *i.e.* – de um real concreto, material (*sachlich*), à condição comum de valores monetários, tornando-se tratáveis pela ação humana como elementos comensuráveis de um único real *simbólico* reificado (*dinglich*).³⁸⁸

³⁸⁷ Elster [1989], pg. 78.

³⁸⁸ Esta primazia do Global, como real simbólico, sobre o Local, como real concreto, fundada na conversão da diferença lexical *Sache/Ding* em diferença conceitual, encontra-se sugerida pelo menos uma vez em Marx – as economias não-monetárias que precedem o Modo de Produção Capitalista caracterizam-se pela unidade do trabalho com seus pressupostos materiais (*sachlich* – Marx [1981], pg. 471). Reaparece num comentador moderno, Poggi, que estabelece que para Marx, a “intratabilidade” dos objetos (*Gegenstände*, do prefixo *Gegen*, “contra” – Poggi [1972], pg. 96) só podia ser superada pela sua redução de “coisas” concretas, *Sachen*, à instância única da “coisa” – *Ding* – Moeda como expressão reificada do sistema de relações sociais. Não é necessário, portanto, estender-se sobre a cisão entre o Real e o Simbólico em Lacan para sustentar esta análise. Mas veja-se de qualquer modo Lacan: uma vez que a multiplicidade dos objetos concretos só se tornam “tratáveis” – em termos do investimento neles realizado com vista a um objetivo qualquer – quando reduzidos a uma divisão em categorias simbólicas (Lacan [1988], pg. 64), o que importa na análise de um sistema de representações simbólicas não são as características concretas dos vários objetos, senão o *princípio* a partir do qual foram reduzidos a uma totalidade internamente ordenada [Zizek, 1991, pg. 134]. A Teoria do Valor, na Economia, é importante, não na medida em que seria uma representação de uma quantidade concreta de trabalho presente numa mercadoria, ou um equilíbrio pontual de Oferta e Demanda, mas sim na medida em que a existência da categoria valor expressa a existência de um sistema unificado de troca de mercadorias consideradas na sua generalidade, e não em suas características de *especimen* [Zizek], *ibid*, pg. 135/136]. Em sendo assim, o sistema de preços, nas suas variações, representa a totalidade de um sistema de arranjos de poder, e não uma instrumentalidade neutra [Marramao, 1990, pg. 50]. Suponho, no caso, que propor que o “Real”, no marxismo, seria real simbólico (reduzido a signo), nada mais é do que ser coerente com sua concepção da natureza humana como *pensamento abstrato* sobre o objeto da

Neste ponto, a afinidade eletiva Marx/Keynes está esclarecida; o golpe de força de Keynes consistiu em, involuntariamente, estabelecer em que condições o que era, no marxismo, uma posição normativa – o domínio do Global sobre o Local – podia adquirir valor heurístico da explicação da conduta dos agentes individuais a partir de um elo da dimensão “macro” para a dimensão “micro”.

Torna-se, então, finalmente possível falar-se da relação entre Política e Economia como relação Base/superestrutura no Capitalismo na medida em que, nele, a expressão genérica da “Base” econômica é ela própria parte da “superestrutura”. A forma por excelência da gestão política da Economia, sob o Capitalismo consiste não numa política de produção, mas sim numa política monetária – ou mais exatamente, em um conjunto de políticas – monetária e fiscal – que se realiza *através da Moeda*, como instância de representação genérica do sistema de produção.

4.4.1. Carta a Dora Russell – Uma nota prévia a uma conclusão.

Em 24 de novembro de 1935, Keynes respondia a uma carta da Sra. Bertrand Russell, Dora, que indagava: “*na ausência de motivo de força maior, por que as políticas que v. propõe não são adotadas na Inglaterra?*” Ao que Keynes respondia que tal ainda não havia ocorrido por ter-lhe até o momento faltado a capacidade de convencer uma maioria ponderável de leigos e/ou de *experts*. E concluía estabelecendo que, enquanto os revolucionários pensavam que a mudança social tinha como principal obstáculo o interesse setorial dos grupos de classe, ele tendia a considerar que, sendo extremamente difícil aos indivíduos e/ou aos grupos setoriais encontrar uma via de satisfação dos seus interesses, e mais ainda persuadirem outros indivíduos e/ou grupos da correção desta via, o problema fundamental era o da formulação de um programa genérico que pudesse persuadir indivíduos e/ou grupos de que nele encontrariam um nicho de realização do seu interesse

atividade produtiva (cf. Marx [1976], pg. 284: “*Ao final de cada processo de trabalho, emerge um resultado que o trabalhador tinha já concebido anteriormente, e que portanto já existia idelamente*”). O impasse do marxismo estaria exatamente em ter preservado, de suas raízes hegelianas, a noção da Sociedade como movida pelo conflito de interesses, mas ter progressivamente passado a compartilhar, como o Liberalismo, a noção deste conflito como produzido *por simples desigualdades de repartição de bens naturalmente produzidos* (cf. Wiley [1983], pgs. 32/33) com a conseqüência política desastrosa de que rigorosamente todos os partidos de esquerda (social-democratas e comunistas) passagem a privilegiar a busca de uma repartição mais igualitária de rendimentos de preferência ao controle político do planejamento econômico. Ora, quando os arranjos distributivos do *Welfare State* cessaram de interessar politicamente às burguesias “globalizadas” dos anos ’80 (aí incluídas as burocracias stalinistas) elas souberam manipular os instrumentos políticos à sua disposição de forma tal que, sem qualquer oposição direta ao *Welfare*, conseguiram torná-lo simplesmente inviável por ausência de recursos taxáveis. E “*somente o controle sobre os bancos, sobre o centro, sobre o pivô e principal mecanismo da circulação capitalista, tornaria possível o controle real e não fictício da vida econômica*” (Lenin [1980], pg. 335).

setorial.³⁸⁹ Um pouco mais tarde, numa carta suplementar – e famosa – a Shaw, ele emitia as seguintes afirmações contraditórias sobre o seu trabalho na *Teoria Geral*:

“Acredito estar escrevendo um livro sobre teoria econômica que revolucionará largamente... a forma como o mundo pensa sobre problemas econômicos. Quando minha nova teoria tiver sido devidamente combinada à política, aos sentimentos e às questões práticas, não posso prever qual o resultado final quanto a seus efeitos nos atos e nos problemas. Mas será uma grande mudança...”³⁹⁰

O raciocínio inicial nada tem de conservador: se o Interesse Geral é expresso através da ordem do simbólico, sua expressão concreta deriva da capacidade de erigir-se como uma *Weltsanschauung* – i.e. como um projeto dinâmico voltado para um objetivo genérico onde cada interesse setorial encontre um nicho onde espera encaixar suas inclinações e interesses setoriais.³⁹¹ Na incerteza de Keynes quanto ao resultado final da aplicação de sua teoria fica implícita, no entanto, sua incerteza quanto ao problema das conseqüências não-intencionais; a *Weltsanschauung* poderia realizar-se à maneira de Ferguson; como *intenção* e não como *resultado*.

De fato, escrevendo a partir do ponto de vista dos anos '90, a *Weltsanschauung* keynesiana parece ter-se esgotado – não sem antes ter sido considerado responsável por um longo período de prosperidade econômica no Ocidente. Mas uma avaliação final do projeto não poderia dispensar uma tentativa de responder sumariamente: quais os elementos originais do projeto keynesiano? Como resolvia ele o problema da articulação entre o interesse local e o global? Quais as modificações que ele sofreu na sua aplicação concreta? Podem tais modificações ser consideradas não-intencionais? Como tais modificações levaram ao esgotamento do projeto? Tal é a tarefa da conclusão desta tese.

³⁸⁹ Keynes, CW-XXVIII, pgs. 35/36.

³⁹⁰ Keynes a G.B.Shaw, 1º.01.1935, cf. Keynes, *ibid*, pg. 42.

³⁹¹ Marxistas que consideram o conceito de ditadura do proletariado como o simples exercício da coação da maioria sobre a minoria enuncia um *non sequitur*: a “anarquia da produção” será sempre suficiente para garantir que a população ativamente engajada em ocupações assalariadas produtivas esteja sempre insulada no interior de um exército industrial de reserva e de uma imensa massa de *lumpens*, camponeses, profissionais liberais etc. O potencial revolucionário da classe operária correspondente à sua possibilidade de instituir uma dominação legítima fundada na sua posição estratégica no processo da produção concreta. A afirmação desta posição estratégica pressupõe a ocorrência de uma disrupção da ordem da dominação onde, no entanto, o elemento da coerção encontra-se associado ao da emergência de uma dominação legítima (“dualidade de poderes”).

Que fique claro de antemão o seguinte: o problema fundamental que Keynes procurava resolver é o de todo reformador social. É certo que toda proposta transformadora da Sociedade encontra público exatamente na medida em que responde ao óbvio interesse dos seres humanos de preservarem-se da inoportunidade das “conseqüências não-intencionais”; quanto a isto não pode haver dúvida; desde o Iluminismo, a aspiração à “maturidade” da Humanidade fundamenta-se na possibilidade de modificação controlada dos mecanismos de reprodução da Sociedade. O problema, no entanto, está em que todos os nomotetas, “legisladores” *lato sensu* que a Humanidade possuiu desde o século XVIII, encontraram uma dificuldade fundamental na execução de suas propostas: podiam simplesmente formular propostas normativas amplas, de “Imperativos Categóricos”, “Éticas da Responsabilidade”, “Filosofias do Direito”, visando preservar certa pluralidade dos modos de vida individuais – e verificarem que a frouxidão das suas propostas impedia sua aplicação efetiva; entre Berlim e Viena, várias destas utopias frouxas foram formuladas, para dissolverem-se na inefetividade absoluta ou na *Realpolitik* da exaltação do *status quo* (a última destas sendo, obviamente, o neoliberalismo, produto intelectual, tardiamente saído do estado de latência, da Viena *fin de siècle*). Intelectos mais pragmáticos – geralmente sob a influência da Economia clássica inglesa – tentaram elaborar propostas normativas mais concretas, mais apoiadas no Concreto e menos no Espírito; mas incorreram no problema de que tais utopias fortes apoiavam-se tanto sobre o controle dos comportamentos micro que acabavam por apresentarem um elemento “totalitário”, i.e., fortemente antipluralista; é o caso do marxismo na sua forma vulgar. O mérito de Keynes consistiu exatamente em, percebendo o caráter *originariamente mental* da Vida Social, ter-se aproveitado de uma conjuntura histórica específica – a da existência de uma economia mundial capitalista – de modo a selecionar uma variável crítica de atuação – a Moeda – a partir da qual seria possível atuar diretamente sobre o Concreto a partir de um nível abstrato, macro, de atuação, preservando o máximo de liberdade para a realização dos mais diversos arranjos micro. Isto é: uma proposta de reforma social abstrata, mas cujo próprio nível de abstração a tornaria objetivamente efetiva precisamente na medida em que sua objetividade dependesse de um consenso subjetivo a alcançar em circunstâncias historicamente determinadas.

CONCLUSÃO

A “TEORIA GERAL” E OS FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA KEYNESIANA

C.I. A Crítica da “Macroeconomia”

A descrição das propostas de Keynes na Comissão Macmillan permite analisar de imediato as objeções atuais ao seu receituário macroeconômico. Dizem os não-keynesianos que a proposta de Keynes utiliza um caminho Macro/Macro de recuperação econômica: a partir de um certo número de *pet projects* – ou mesmo a partir de uma simples facilitação do crédito, ou através do gasto deficitário – o Estado injeta Moeda na Economia. Conforme os críticos, Keynes teria suposto que, na medida em que bens e serviços – principalmente serviços de trabalho – até então ociosos, fossem mobilizados pelo Estado ou pelos agentes privados, este primeiro aumento de poder de compra da população teria um efeito euforizante prolongado sobre a Economia; havendo poder de compra genérico, haveria Demanda genérica – principalmente derivada da expansão da folha salarial agregada. Havendo Demanda, haveria Oferta de bens e serviços, em resposta à existência de novos mercados, exigindo a mobilização de fatores de produção ociosos através de novos investimentos, o que determinaria uma expansão adicional de poder de compra.

Dizem os críticos que, na medida em que “grandes projetos”, públicos e privados, pudessem absorver principalmente mão-de-obra desqualificada, não-necessitada de treinamento prévio, que gastasse seus salários principalmente em bens e serviços produzidos por outros trabalhadores não-qualificados – ou por trabalhadores qualificados até antes ociosos – e que os processos de produção fossem principalmente rotineiros, o efeito Macro/Macro pretendido por Keynes teria sucesso. Para reabrir minas de carvão inativas, construir estradas de terra, ou plantar árvores à beira das estradas, bastaria empregar indiscriminadamente quaisquer homens adultos que se apresentassem. Enquanto tais trabalhadores se contentassem em comprar sabão, roupas e alimentos básicos com seus salários, o efeito euforizante produzido pelos “Grandes Projetos” determinaria a elevação dos níveis gerais de produção, já que o Capital Físico exigido seria de produção

pouco complexa e, no mais das vezes, seria composto de fatores de produção antes ociosos – e.g. terras improdutivas e máquinas simples.³⁹²

Suponhamos, no entanto, que a Demanda Agregada venha a distribuir-se, ao nível micro, em direção a bens e serviços de produção tecnologicamente mais sofisticada; que os novos trabalhadores engajados no processo produtivo não desejem apenas comprar frutas, verduras, e peças de vestuário – ou mesmo habitações modestas; mas que gastem uma parte crescente dos seus salários em eletrodomésticos, alimentos industrializados e serviços médicos. Neste momento, o efeito euforizante macro dará lugar a uma série de “gargalos” micro; o Capital Físico necessário não está disponível, a mão-de-obra treinada é escassa, não há infra-estrutura de transporte e comercialização etc. A existência destes “gargalos” de Oferta implicará em que os produtores dos bens e serviços mais escassos tentarão realizar ganhos especulativos – e, na medida em que a moeda é abundante, conseguirão o seu objetivo. Estas elevações de preços setoriais tenderão a difundir-se por toda a Economia, na medida em que cada agente buscará preservar seu poder aquisitivo genérico; o resultado final será um surto inflacionário com uma desorganização mais ou menos acentuada de todo o sistema de trocas.³⁹³ Mas o problema será ainda agravado na medida em que, tendo a monetarização original criado um precedente, os interesses corporativos dos agentes tenderão a exigir do Estado novas injeções de moeda na Economia de forma a atender os *seus* interesses particulares. Neste ponto – concordam os críticos liberais e marxistas – as políticas de atendimento ao Interesse Geral do *Welfare State* resolvem-se abortivamente.³⁹⁴ Na exacerbação da luta anômica dos interesses corporativos por posições de influência junto às instâncias decisórias dos “grandes projetos” a serem realizados; o desenvolvimento das Forças Produtivas esbarra no *vested interest* das Relações de Produção;³⁹⁵ onde deveria haver um jogo de soma positiva, acabou por ter-se um jogo de soma zero, onde ganhadores e perdedores são arbitrariamente determinados.³⁹⁶ Para este problema, só haveria duas soluções possíveis: ou estabelecemos uma simetria absoluta entre Demanda e oferta, na medida em que só deixamos expressarem-se as demandas micro para as quais já existe *ex ante*, uma oferta

³⁹² Matzner e Streeck [1991], pgs. 2-4: “O operário típico beneficiado pelo ‘Keynesianismo’ pode provavelmente ser concebido como um mineiro entre 20 e 65 anos, numa pequena cidade mineira inglesa”.

³⁹³ Na análise famosa de Friedman [1977], no longo prazo, todos os agentes – empresários e assalariados principalmente – tenderão a incorporar a taxa inflacionária decorrente da tentativa de estímulo da economia às suas expectativas, reajustando seus preços periodicamente; a economia tenderá, assim, a uma condição de *indexação* – formal ou informal – que torna as tentativas de estímulo ao nível de ocupação por inflação mais ou menos inócuos, preservando o que Friedman chama a “taxa natural de desemprego”.

³⁹⁴ *Übernatürlich Fehlgeburt der Gesellschaft* (Marx, *apud* Scherf [1986], pg. 80).

³⁹⁵ Scherf, *ibid.*, pg. 75.

³⁹⁶ “Um jogo de azar com muitos zeros” (Scherf, *ibid.*, pg. 86, citando Keynes, *CW-VII*, pg. 381).

micro à sua disposição – e teremos uma Economia centralmente planejada. Ou então mantemos a estabilidade macro da Moeda, de maneira a preservarmos a transparência das expectativas micro de ganho de cada agente econômico, de forma a que cada troca garanta um ganho inflacionário positivo a ambas as partes envolvidas; não serão feitas trocas que impliquem em ganho *post factum*, e a estabilidade monetária será a garantia de ganho real nas trocas. Neste caso, teremos uma Economia de Mercado organizada em moldes estritamente neoliberais.

A vantagem do Neoliberalismo para os seus apologetas, estaria exatamente em estabelecer um compromisso do Estado ao nível macro, como meio de orientação da atividade micro. Tal simetria Macro/Micro se oporia, assim, tanto à política “Macro/Macro” do Keynesianismo (utilização de meios macroeconômicos visando a resultados agregados), quanto à política “Micro/Micro” da planificação socialista (determinadas quantidades e tipos de bens produzidos setor a setor). Ao tentar evitar o problema fundamental da economia planificada – a necessidade de dispor de uma soma impossível de informação atualizada sobre interesses e gostos micro de cada consumidor e/ou grupo de consumidores – o Keynesianismo teria caído num laxismo pragmático (basta lançar moeda sobre a Economia) que simplesmente privaria os agentes da informação relevante necessária para organizarem suas ações.

Resta apenas saber se tal visão do Keynesianismo corresponde efetivamente à inteireza das proposições econômicas do próprio Keynes.

C.II. Keynes e a especificidade do Capitalismo

Em apoio às suas críticas do Keynesianismo como uma “planificação frouxa”, os neoliberais apontam para a famosa passagem da *General Theory of Employment, Interests and Money* onde está dito que uma forma eficiente de combate ao desemprego seria que o Tesouro enterrasse papel-moeda em velhas garrafas em poços de minas abandonadas e, cobertos estes poços de lixo, o território “monetarífero” [*note-bearing*] seria arrendado à iniciativa privada de acordo com os princípios do *laissez-faire*... A contratação de mão-de-obra e de capitais para o trabalho de escavação liquidariam com o desemprego e elevariam o nível de renda da comunidade antes que a primeira garrafa fosse desenterrada.³⁹⁷

³⁹⁷ Keynes, *CW-VII*, pg. 129.

Evidentemente, a leitura deste texto é feita de forma *deadly serious*, para que uma fábula moral – análoga à de Mandeville – fosse analisada em termos literais.³⁹⁸ Mas citemos o trecho:

*“O Egito Antigo era duplamente afortunado, devendo sem dívida sua fabulosa riqueza ao fato de possuir duas atividades, a saber: a construção de pirâmides e a mineração de metais preciosos que, se não podiam ser consumidos, também podiam ser acumulados em abundância sem se deteriorarem. A Idade Média construía catedrais e cantava ladainhas. Duas pirâmides, duas missas pela alma dos mortos valem duas vezes mais que uma; mas o mesmo não acontece com duas ferrovias de Londres a York. Nós, que somos tão sensatos, aprendemos a nos parecer todos com financistas prudentes, e ponderamos com cuidado antes de acrescentar um peso aos encargos ‘financeiros’ dos pósteros construindo casas onde eles poderão viver; portanto, não temos uma forma tão simples de escapar aos sofrimentos do desemprego. Somos obrigados a aceitá-los como o resultado inevitável da aplicação, à conduta do Estado, das máximas calculadas para ‘enriquecer’ um indivíduo, quando ele acumula direitos para usufruir de prazeres que não têm data definida para serem exercidos.”*³⁹⁹

Trata-se, mais do que uma adaptação, de uma inversão do aforismo de Mandeville: antes, vícios privados e virtudes públicas; agora, virtudes privadas e vícios públicos.

Keynes tinha suficiente sentido histórico para perceber a noção específica do econômico numa sociedade pré-capitalista. No texto acima, “Egito Antigo” e “Idade Média” não são exemplos da utilidade econômica do consumo conspícuo e do luxo privado no sentido de multiplicar as oportunidades de lucro privado.⁴⁰⁰ Na verdade, eles são ilustrações de uma percepção *qualitativamente diversa* dos próprios fenômenos de “luxo” e “consumo”.

Numa economia capitalista, os bens de luxo, tanto quanto a experiência empírica nos garante, podem, como quaisquer outros bens, gerar lucros ou perdas a seus produtores, na medida em que encontrem ou não consumidores aos preços pedidos, dependendo da

³⁹⁸ Um crítico tão conservador em termos de Economia como Veyne tem o mérito de perceber e expressar por escrito o que é óbvio a qualquer leitor de Keynes dotado de um mínimo de sensibilidade: “*Keynes tem humor e deve ser lido com humor*” (Veyne [1976], pg. 158).

³⁹⁹ Keynes, *CW*-VII, pg. 131.

⁴⁰⁰ Como considera, entre outros, Veyne [1976], pg. 158.

utilidade individual que de seus compradores potenciais encontrem neles; eles estão sujeitos aos mesmos processos de saturação do mercado consumidor que qualquer outro bem. Daí a prescrição normativa de Malthus que, apelando ao “consumo conspícuo” como base da prosperidade econômica, propunha a existência de uma classe consumidora para a qual o consumo fosse um valor em si – algo como *potlach* individual;⁴⁰¹ o que significaria que a prosperidade econômica continuaria a depender das disposições micro dos indivíduos. O que Keynes sublinha é exatamente o fato de que, se nas economias arcaicas existia um fundo aparentemente inesgotável de disposição ao consumo, tal disposição decorre exatamente de uma identidade *in limine* de Oferta e Demanda produzida pela *apropriação coletiva dos bens de uso individual*.

Sabemos bem que uma euforia econômica necessariamente baseia-se sobre o sentimento *generalizado* de crescimento iminente dos mercados, e que tal sentimento vago funciona como uma profecia auto-realizável; os capitalistas, através dos seus diversos investimentos, criam, pelas suas despesas na produção de capital físico, na aquisição de matérias-primas, no pagamento de salários, poder aquisitivo macro, indiferenciado, necessário à aquisição das mercadorias que se propuseram produzir; havendo gastos de investimento, é provável que haja níveis de demanda que justifiquem, *ex post*, o investimento realizado.

Suponhamos, no entanto, que, num dado momento, ocorram duas coisas: há uma quebra de confiança nos níveis de crescimento futuro por parte de um pequeno grupo de capitalistas (e não por parte da imensa maioria dos trabalhadores assalariados, que, encontrando-se com um padrão de vida tão deprimido *vis-à-vis* das classes proprietárias, demandarão indistintamente toda e qualquer mercadoria produzida, desde que tenha dinheiro no bolso).⁴⁰² Como a maior parte do crescimento econômico depende das despesas feitas pelos capitalistas entre si, se eles persistem em manter reservas mentais importantes sobre o estado da economia, tais reservas podem ser suficientes para, por si

⁴⁰¹ “(um consumo elevado) é incompatível com os hábitos usuais da maior parte dos capitalistas... é necessário que exista uma classe numerosa de indivíduos que possuam a vontade e a capacidade de consumir mais do que produzem, para que as classes mercantis continuem a exercer seu comércio e dele retirar lucro...” (Malthus, *apud* Cartelier [1971], pg. 237.

⁴⁰² Para os assalariados, que não têm qualquer controle prévio sobre o seu nível de renda, a disponibilidade de Moeda não existe como “poder de compra” indiferenciado (como para os capitalistas) e sim como meio de acesso a determinadas mercadorias; a própria poupança só existe como possibilidade de consumo *diferido* de uma determinada mercadoria. O consumo assalariado, portanto, na sua composição qualitativa, tende a deslocar-se para as mercadorias... efetivamente disponíveis; não distingue entre necessários e supérfluos. Sabe-se bem que uma das maneiras de evitar gastos supérfluos está exatamente em manter o mínimo de dinheiro vivo no bolso, já que, sempre que saímos à rua, acabamos por gastar... aquilo que temos no bolso; é também o problema da inadimplência dos donos de cartões de crédito; a existência do crédito, por si só, gera a realização de gastos até o limite do cartão.

sós, desencadearem uma crise; os gastos são adiados, os recursos entesourados – ou reinvestidos em outros mercados – e os investimentos já realizados não encontram comprador para as mercadorias que produzem. Investiu-se na construção naval; mas os armadores não adquirem navios; investiu-se na siderurgia; mas não há investimento na construção e, portanto, não há compra de aço.⁴⁰³

O que Keynes quer dizer, ao levantar o caso das civilizações arcaicas imunes às crises de abundância, é exatamente o fato de que nestas civilizações não operariam os problemas das quebras de confiança e do entesouramento defensivo, já que, nestas sociedades, as possibilidades de gasto só são limitadas pelas disponibilidades físicas do sistema econômico como um todo, na medida em que todo consumo pessoal, “micro”, é, por definição, consumo “social”, “macro”. Os “vícios privados” que o particular do tempo de Mandeville busca satisfazer eram privados apenas no sentido de que eram *domésticos*; eram gastos referentes à *household*. O gasto privado era uma maneira de dar uma demonstração da capacidade de dispor, de demonstrar poder, que devia se refletir na esfera pública.⁴⁰⁴ Exatamente porque aquilo que *podia* ser produzido *deveria* ser distribuído sob a forma de consumo social – visando um ganho de poder e de *status* decorrente de tais distribuições – as civilizações arcaicas eram civilizações em que a produção econômica, por definição, ocorria sempre em *full blast*;⁴⁰⁵ eram civilizações “do luxo” – ainda que, na ausência de mecanismos de concorrência privada, de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, tal luxo fosse necessariamente um “luxo de pobres”, um “pobre luxo”.⁴⁰⁶ Keynes não transfere arbitrariamente as categorias do capitalismo às civilizações

⁴⁰³ É o velho problema marxista da especificidade da crise capitalista: “... a Indústria e a Manufatura perecem aniquiladas, e por quê? Porque há demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada Indústria e demasiada Manufatura” (Marx e Engels [1993], pg. 26). Sardoni assinala, no entanto, que Marx teria se preocupado fundamentalmente com a *demonstração algébrica* das crises econômicas capitalistas como súbitas crises gerais de acumulação, e não considerou que tais crises estão sempre presentes sob a forma latente de depressões setoriais persistentes de determinadas atividades econômicas, que, em momentos de depressão geral de expectativas, tendem a expandir-se a outros setores para determinar a ocorrência de uma crise geral; em outras palavras, Marx teria negligenciado a determinação do elo Micro/Macro nas crises econômicas (Sardoni [1987], pgs. 4-5).

⁴⁰⁴ Da natureza pública destes gastos “privados” dos contemporâneos de Mandeville dá conta o texto de N. Elias: durante todo o século XVIII, os membros da *gentry* passavam a *season* mundana em Londres, mas suas residências privadas onde “*jogando e julgando-se reciprocamente durante inumeráveis divertimentos mundanos, aos quais se juntavam os grandes jogos das lutas políticas e parlamentares, aumentavam, diminuíam ou perdiam seu valor mercantil individual; seu renome, prestígio, em suma: suas chances de poder segundo o código em vigor.*” (Elias [1985], pgs. 87-88).

⁴⁰⁵ É uma sociedade onde, quanto maior o desperdício, maior o prestígio pelo fato mesmo de tratar-se de desperdício. Daí tais sociedades serem também sociedades de endividamento generalizado; veja-se o episódio das memórias de Saint Simon [1982], pgs. 432-433 sobre a exigência feita aos Cortesãos de Luis XIV de arruinarem-se para comprarem vestimentas dignas de um casamento principesco.

⁴⁰⁶ Veyne [1976], pg. 198, nota 31.

arcaicas; muito pelo contrário, aponta para a especificidade, a *raridade*, do mesmo capitalismo.⁴⁰⁷

A fábula keynesiana deseja apenas assinalar que, na sociedade capitalista o movimento é inverso: não é o privado que se torna público, e sim o público que se torna privado. O particular burguês não tem um compromisso público com a sua riqueza. Ele gasta única e exclusivamente para satisfazer suas necessidades pessoais de consumo, ou para reinvestir. Para ele, a riqueza privada não é um meio de aquisição de “valor mercantil individual”; ela é um fim em si e, exatamente por isto, tem sua utilização efetiva adiada, tanto quanto possível, dados os riscos das empreitadas incertas. Como o uso efetivo da riqueza privada comporta o risco de perdê-la, a participação do indivíduo privado na produção de bens coletivos é evadida. Na sociedade senhorial, o gasto em bens coletivos era uma forma de o indivíduo crescer em poder político; na sociedade burguesa, uma necessidade custosa. O *ethos* individual predominante do burguês pode ser sumarizado no comentário mordaz de Keynes sobre as idiossincrasias do economista Jevons. Este temia a ocorrência de uma escassez futura de papel devido ao consumo geométrico dos recursos naturais; daí ter acumulado em sua casa um suprimento de papel de todos os tipos ... que ainda não tinha sido esgotado cinqüenta anos após sua morte. Mais ainda, ele escrevia suas notas de trabalho no verso de envelopes usados e pedaços de papel de embrulho. Diz Keynes: “*suas conclusões eram influenciadas [...] por um traço psicológico [...] que muitos outros compartilham: um certo instinto entesourador, sempre disposto a alarmar-se e excitar-se com a idéia da exaustão dos seus meios*”.⁴⁰⁸ O problema fundamental da sociedade capitalista é, assim, o de conter em si uma aporia que os críticos vêem no texto de Keynes; o fato de que os seus comportamentos micro, não estão modulados para a produção dos resultados desejados na esfera macro; tal sociedade, no que diz respeito à sua organização econômica, nada mais é do que o reino “das conseqüências não intencionais da ação intencional”, o que constitui um traço distintivo, uma expressão da sua especificidade histórica. É o que intui um crítico conservador: as aporias aparentes de Keynes se desfazem se entendermos sua posição de princípio como uma posição a favor,

⁴⁰⁷ No sentido que Foucault dá a esta noção (cf. Veyne [1978]). De fato, nestas sociedades, o consumo como decisão privada dos consumidores não existe; “*oligarcas e notáveis... decidem sobre quase todo consumo que não é de subsistência, inclusive a ornamentação monumental e as evergesias. São produtores, investidores e evergetas, enquanto que as pessoas do povo estão condenadas a [auto] consumirem a totalidade dos seus ganhos e a não serem sujeitos ativos da economia*” (Veyne [1976], pg. 160).

⁴⁰⁸ Keynes, *CW-X*, pg. 117.

menos do gasto deficitário ou da baixa taxa de juros, e mais como uma posição a favor *do controle social do Investimento*.⁴⁰⁹

C.III. A política econômica de Keynes

As proposições explícitas de políticas públicas são raras na obra de Keynes, senão sob a forma de medidas emergenciais (obras públicas, gasto deficitário). O grande erro dos críticos foi sempre o de deduzir, destas propostas tópicas, primeiro, que a metodologia keynesiana seria uma metodologia puramente macro (a distribuição de Moeda gera, por si só, o gasto de investimento); segundo, que esta metodologia macro se fundamentaria em posições de princípio grosseiras sobre o comportamento dos agentes individuais (fornecendo-se ao público dinheiro barato, o instinto competitivo dos capitalistas determinaria a apropriação desta disponibilidade de moeda para fins de investimento). De fato, todas as proposições fundamentais do keynesianismo baseiam-se numa compreensão da psicologia dos agentes individuais nas condições de uma Economia Monetária.

Tomemos o princípio básico do Keynes da Teoria Geral: o da *Demanda Efetiva*. Este pode ser descrito como uma forma particular do Dilema do Prisioneiro. Sendo a produção capitalista de mercadorias voltada para a realização de um lucro monetário, cada capitalista determinará o quanto deseja produzir a partir de suas expectativas quanto à demanda futura do mercado.⁴¹⁰ Por mais que estas expectativas estejam referidas ao “clima geral” dos negócios (euforia/depressão, taxa de juros alta/baixa, poder de compra geral do público), o fato é que cada capitalista ou grupo de capitalistas – possui um *mercado particular*, onde o seu desempenho dependerá de uma série de condições específicas (instituições, gostos e preferências, infra-estrutura de transporte e comercialização etc.)⁴¹¹ para as quais o mercado financeiro *não é capaz* de fornecer informação relevante. Como a demanda dos produtos é feita por via monetária, as decisões de gasto dos compradores podem voltar-se indistintamente para quaisquer bens; a informação mais relevante para o planejamento racional (quanto produzir, a que custo, para quem) encontra-se *escamoteada* pelo ordenamento institucional; a “racionalidade procedural” de uma economia fundada na contabilidade quantitativa acaba por obscurecer a informação qualitativa relevante.⁴¹² A racionalidade dos meios determina a irracionalidade dos fins; o grau de liberdade dado às decisões individuais, quando tomadas em termos de gasto monetário, acaba por obscurecer

⁴⁰⁹ Meltzer [1990], pgs. 38-39 e 130-131.

⁴¹⁰ Chick [1989], pg. 37.

⁴¹¹ Sobre este elemento “idiográfico” da Economia, ver Burlamaqui [1993] e Burlamaqui e Fagundes [1993].

⁴¹² Meltzer, *op.cit.*, pgs. 348-349.

toda a possibilidade de tomada de informação relevante que oriente as decisões dos agentes.

Em tais circunstâncias, cada empresário individual esperará que os outros empresários tomem a iniciativa de realizarem gastos e criarem um mercado para os seus produtos, podendo assim tomar “carona”.

O que significa isto? Significa que toda a mecânica de funcionamento do Capitalismo – mais especificamente a mecânica de gerenciamento do nível de atividade pela manipulação da taxa de juros (a qual tinha sido o objeto da análise de Keynes no *Tratado sobre a Moeda*) torna-se, em última análise, *inútil*. O que os capitalistas individuais desejam *não* é tanto uma *expectativa genérica* de retorno, e sim uma *garantia individual* do mesmo retorno, garantia esta que eles irão buscar junto à autoridade governamental ou na convicção íntima de sucesso de suas expectativas. Apenas, tal convicção íntima – sabendo-se que a Economia Monetária obscurece a informação relevante – só pode ser, em última análise, *irracional*; é algo movido por um ato de fé, pela crença num sinal evidente de eleição, na crença no poder da propaganda, na capacidade de convencimento etc. – mas não deriva da análise da informação de custo-benefício (que só pode referir-se a situações passadas).

Tal análise derruba toda a arquitetura da análise weberiana dando-lhe um sentido novo. Os métodos da gestão capitalista da Economia – burocratização, contabilidade, cálculo – com sua óbvia utilidade como instrumentos de controle, só podem funcionar se postos a serviço de considerações *de valor*, as quais determinam um processo de tomada de decisão, em última análise, movido pela convicção íntima do êxito. Como já vimos, com o exemplo do desenvolvimento do fornecimento de energia elétrica como serviço industrial (analisado por Granovetter) nenhuma consideração contábil, ou tecnológica, ou de observação dos casos passados, permitia prever que a transmissão da energia aos consumidores (com tudo o que implica em investimentos de infra-estrutura, treinamento de pessoal, responsabilidade jurídica das empresas) iria prevalecer sobre a venda de geradores; a decisão pelo desenvolvimento da transmissão domiciliar de energia foi decidida através de uma convicção íntima de Edison e Insull.

Tal *não* indica, no entanto, que a história do Capitalismo possa ser transformada – à maneira do Schumpeter de *Business Cycles* – na história idiográfica – ou idiosincrática – de uma sucessão de empresários inovadores. Pois a economia capitalista apresenta

tendências internas – fundadas no seu caráter de Economia Monetária – que a levam a tender – de forma setorial e/ou geral – para a estagnação no rotineiro, através do que Keynes denomina *Preferência pela Liquidez*.

A cada momento, os capitalistas individuais controlam uma massa monetária que poderá ser utilizada para manter o capital existente – ou para criar capital novo. Uma leitura schumpeteriana de Keynes dirá que esta criação de capital novo será feita necessariamente, na medida em que a psicologia geral do capitalista deva incluir um determinado teor de *animal spirits* – “de uma urgência espontânea de decidir pela ação e não pela inação, não determinada pelo cálculo de benefícios quantitativos multiplicados pelas possibilidades quantitativas”.⁴¹³ Leituras teleológicas do processo de desenvolvimento capitalista irão converter o *animal spirits* num mecanismo *ad hoc* que explica todo o processo de desenvolvimento.

Ocorre, no entanto, que o *animal spirits* não é parte obrigatória da psicologia dos capitalistas individuais; ele pode existir ou não. Os capitalistas têm a alternativa de transformar ou não em gasto efetivo seus acréscimos de poder de compra – e, segundo Keynes, geralmente não o farão, pelo menos não integralmente; preferirão agir “weberianamente”, decidindo pelo bom senso conservador. Enquanto indivíduos privados, suas necessidades pessoais já se encontram geralmente atendidas, não havendo razão para alterar sua estrutura de gastos. Enquanto empresários, não há qualquer garantia de que eles alimentem necessariamente expectativas de elevação da demanda efetiva que satisfaçam suas expectativas individuais de lucro. Neste sentido, eles preferirão geralmente aumentar suas poupanças e preservarem-nas como poder de disposição virtual, que não se exerce de fato sobre objeto algum. Enquanto eles se comportarem racionalmente, todo o sistema tenderá à estagnação. Pois, na ausência de qualquer mecanismo de comunicação institucional entre os diversos agentes, no que diz respeito às suas decisões de investimento, o mais razoável para cada empresário individual será raciocinar sempre em termos do *pior cenário possível*;⁴¹⁴ só começar a investir após todos os demais haverem começado.

Na Depressão de '30, os economistas propunham que o investimento poderia ser estimulado pela redução geral dos salários monetários, que, reduzindo proporcionalmente o custo de produção dos bens-salário, manteria o poder de compra dos trabalhadores e

⁴¹³ Keynes, *CW-VII*, pg. 161.

⁴¹⁴ Sobre este mecanismo do *worst case*, ver Schübler [1988].

aumentaria o nível do produto através da redução dos custos de produção (“Efeito Pigou”). Keynes, no entanto, considerava que tal redução simultânea na mesma proporção dos salários monetários seria impossível, na medida em que, como vimos antes, sempre haveria algumas categorias profissionais mais resistentes a cortes de salários do que outras. Os setores onde esta rigidez do salário nominal fosse maior tenderiam a trabalhar com custos de produção mais elevados e reduziriam seu nível de produção. Como o gasto de um capitalista é a renda dos demais, seriam criadas condições para uma redução geral dos níveis de produção e emprego, já que os capitalistas que conseguissem a redução dos salários poderiam ter como seu principal mercado exatamente os assalariados dos setores mais rígidos, agora desempregados, ou os capitalistas destes setores, que teriam seus lucros reduzidos.⁴¹⁵

O problema enfrentado pelos economistas da década de ’30 é o mesmo enfrentado a partir da década de ’80 pelos planejadores neoliberais: para garantir que haja um fluxo positivo de investimentos privados na economia – sem financiamento potencialmente inflacionário através de gastos públicos ou de uma política monetária de estímulo ao crédito – é necessário combinar Valorização Cambial da Moeda e eliminação do *déficit* público, e “desregulamentar” a economia, principalmente no que diz respeito à carga tributária sobre ganhos de capital e ao controle sobre movimentos de capital especulativos. A necessidade de manter o orçamento equilibrado com menor receita significa a necessidade de abandonar qualquer compromisso com o pleno emprego ou com as conquistas do *Welfare State*. Para evitar o problema de uma rigidez dos custos salariais em determinados setores, portanto, os governos neoliberais passaram a praticar uma política ativamente dedicada a rebaixar o valor real de salários e benefícios conexos, como forma adicional de “desregulamentação” da economia, e de mecanismos de atração de investimentos.⁴¹⁶ O que ocorre, no entanto, é que tais mecanismos, que visariam substituir uma estabilidade induzida pelo gasto público por uma estabilidade resultante do livre jogo competitivo dos mercados, apenas torna as economias nacionais *mais voláteis*, na medida em que qualquer oscilação negativa dos níveis de atividade e nas expectativas de lucro é imediatamente seguida por uma evasão de capital disponível. Quanto mais porque a desregulamentação encoraja atitudes de tipo especulativo de parte dos capitalistas portadores de capital monetário, os quais de certa forma, impõem à indústria a tarefa de satisfazer suas expectativas de retorno puramente monetário. Pode-se dizer que, em tais

⁴¹⁵ Keynes, *CW-VII*, pg. 264.

⁴¹⁶ V., *inter alia*, Fageberg *et alli* [1990]; Grahl [1991]; Büchtemann [1991]; Herr [1991]; Notermans [1993].

condições de “globalização”, será uma economia *mais* regulamentada que poderá oferecer maiores expectativas de ganho aos investidores especulativos – desde que tenha acumulado um potencial de competitividade *Ex Ante*⁴¹⁷ -- na medida em que saiba preservar, via políticas públicas, o poder de compra estável da população, sua capacidade genérica de inovação e competitividade tecnológica, etc. (é o caso das economias asiáticas⁴¹⁸).

A partir de Keynes, podemos estudar a mecânica do Capitalismo não mais em termos da fórmula ainda vazia – porque despida do apoio de mecanismos da Psicologia Individual – da oposição marxista entre Forças Produtivas e Relações de Produção – ou da Psicologia Weberiana da racionalidade burocrática. O que fica estabelecido é que, independentemente de qual seja a psicologia individual dos capitalistas – ou mais exatamente, devido à própria variabilidade destas psicologias individuais e da sua combinação com os mecanismos próprios da Economia Monetária, o sistema opera – pelo menos aparentemente – de forma a frustrar a racionalidade individual que ele pretendia erigir como regra do processo de tomada de decisões econômicas. Para funcionar, o sistema necessita de uma dose adequada de irracionalismo subjetivo, caso contrário ele tenderá a permanecer numa estagnação rotineira induzida pela ausência de informação relevante sobre os resultados das decisões individuais, já que toda informação relevante foi escamoteada atrás da “nuvem da ignorância” da redução dos processos de produção concretos e quantidades de Moeda. Na melhor das hipóteses, nos seus próprios termos institucionais, o sistema só pode funcionar adequadamente através de *starts and fits*, de explosões individuais de atividade, em última análise, irracional. Para funcionar, o sistema tem de reintroduzir, sub-repticiamente, comportamentos irracionais (o *Aura Sacra Fames*, o comportamento especulativo, *va banque*) que ele mesmo teria desautorizado. A Sociedade Capitalista constituiria a entronização de um Individualismo autodestrutivo, um “império das conseqüências não intencionais”, intencionalmente introduzido. Em termos da metodologia, o Individualismo Metodológico necessário à análise de tal sociedade seria a simples representação do compromisso autodestrutivo da sociedade capitalista em operar de forma a frustrar de maneira sistemática as aspirações éticas individualistas em torno da qual organizou seus ideais normativos. Em nome da ética individual, uma sociedade

⁴¹⁷ Pois o mercado tende a perpetuar as expectativas formuladas no passado, quer corretas, quer oriundas de erros de percepção, já que tais expectativas tendem à auto-realização; tal é o essencial da reflexão dos economistas keynesianos mais recentes, os “novos keynesianos” (Cf. Gordon [1990]).

⁴¹⁸ “*A região do capitalismo mundial que apresenta mais êxitos nos últimos 20 anos é também a menos neoliberal*” (Anderson [1995], pg. 22).

compromete-se a desenvolver seus meios de produção de forma similar às atividades de um cassino.⁴¹⁹

Ou não?

C.IV. O Capitalismo segundo Keynes

O golpe de força de Keynes consistiu em estabelecer o caráter macro desorganizado da produção capitalista como fundado na psicologia empírica dos seus agentes. O keynesianismo pôde superar a concepção neoclássica do fenômeno econômico como simples busca do individualmente útil, fundada no equilíbrio entre trocas, na medida em que apontou para o fato de que, numa Economia Monetária, a ausência de informação relevante sobre a utilidade efetiva das mercadorias levará os agentes econômicos a simplesmente suspender as trocas; Keynes convida os neoclássicos a reconhecerem que uma economia que oscila perpetuamente entre surtos de gasto febril e longos períodos de austeridade depressiva (tanto no que diz respeito aos indivíduos quanto ao sistema como um todo) não é uma economia funcional, e sim a expressão de uma condição patológica crônica.⁴²⁰

Neste sentido, a análise keynesiana do Capitalismo pode ser utilmente agregada à análise marxista. O *tour de force* do marxismo estava no seu ponto de partida: o de ter entendido a especificidade da economia capitalista na opacidade das suas relações sociais básicas do ponto de vista dos agentes, no véu estendido pela economia monetária sobre a indeterminação do sistema (Fetichismo da Mercadoria). Ocorre, no entanto, que exatamente a passagem da investigação filosófica do Livro I d’*O Capital* para a análise algébrica (e filosoficamente nula) dos esquemas de reprodução no Livro II, e dos problemas de transformação e da queda tendencial da taxa de lucro geral no Livro III, levou a economia marxista a esgotar-se num debate vazio de conteúdo desde o final do século XIX. Conhecemos bem este debate: trata-se de deduzir, de uma proposição geral referente às equações fundamentais de reprodução, ou do enunciado $p = (c/v) \div (1 + s/v)$, ou a inevitabilidade ou não do colapso geral de um sistema econômico até então funcional. Como esta análise algébrica não investiga as motivações concretas dos agentes (o que pode ter a ver com a incompletude dos manuscritos de Marx, aos quais faltou agregar uma

⁴¹⁹ Meltzer, *op. cit.*, pg. 183.

⁴²⁰ “O amor do dinheiro como posse – em oposição ao amor ao dinheiro como um meio de gozo dos prazeres e realidades da vida – será [no futuro] reconhecido como o que é, um estado mórbido um pouco repugnante, uma propensão semi-criminosa e semi-patológica que é entregue, com um calafrio, às mãos dos especialistas em doenças mentais” (Keynes, *CW-IX*, V, 2, pg. 329).

parte da análise de estudos de casos concretos⁴²¹ ela toma a crise como algo que vem “de fora”, sob a forma de um colapso súbito que apanha os agentes desprevenidos. Sempre constituiu um bônus para os marxistas reformistas, desde Bernstein, apontar para o fato de que o modo de operação concreto da economia capitalista combina permanentemente destruição e criação, prosperidade e miséria, emprego e desemprego, euforia e depressão⁴²² - quando poderia replicar-se que esta combinação de elementos contraditórios seria exatamente a maior expressão concreta da anarquia da produção, do caráter originariamente desorganizado da economia capitalista. Em vez disto, os marxistas revolucionários apegaram-se sempre à noção mítica de um colapso súbito, final – como se não fosse a flutuação econômica crônica a expressão acabada da impossibilidade endêmica do capitalismo de purgar a intenção das suas conseqüências não intencionais.

O golpe de força keynesiano, portanto, estava justamente em ter dado conta de que aquilo que a Economia Monetária ganhou em flexibilidade, em ampliação das possibilidades de concorrência, ela perdeu em capacidade de organização genérica da produção social. Em suma: trata-se de uma sociedade que multiplica possibilidades de ação individual isolada em detrimento das possibilidades de articulação destas ações entre si. É este *tour de force* que permite ao keynesianismo produzir uma articulação Micro/Macro frutífera, em oposição tanto à análise Micro/Micro dos neoclássicos quanto à análise Macro/Macro do marxismo tradicional. Daí o diagnóstico de Keynes:

“Os defeitos principais da sociedade econômica em que vivemos são sua incapacidade de garantir o pleno emprego e sua distribuição arbitrária e desigual de riqueza e renda”.⁴²³

Isto é: o problema econômico da sociedade capitalista é, não tanto o problema da desigualdade, mas o da desigualdade arbitrária e não-funcional.⁴²⁴

C.IV.1 Epílogo: O “Controle Social do Investimento”: uma agenda para o futuro

⁴²¹ “*digressões sobre questões laterais que emergiram no curso da investigação, e cujo lugar próprio foi deixado para depois*” (Engels [1981], pg. 92).

⁴²² Bernstein [1991], *e.g.*, pgs. 88-89.

⁴²³ Keynes, *CW-VII*, pg. 372.

⁴²⁴ Elemento que aparece, é claro, em Marx, mas sob forma não-sistemática, como uma heurística, e não como um sistema.

Se admitirmos que o núcleo das proposições keynesianas compõe-se de uma afirmação da instabilidade do Capitalismo devido à opacidade dos mecanismos monetários como orientadores do gasto de investimento, então – dirão os críticos monetaristas (e marxistas tradicionais) – *menos* razão temos para acreditar que uma política “keynesiana” de dinheiro barato e de gasto deficitário venha a ter sucesso, na medida em que o que faremos será apenas dotar os agentes econômicos de uma reserva monetária para especulações com mercadorias, gerando um surto inflacionário que tornará o planejamento micro ainda mais difícil. Os críticos monetaristas apontam para o fato de que foi exatamente a idéia “keynesiana” de um *trade-off* grosseiro entre inflação e desemprego (“curva de Philips”) que deu lugar as combinações destrutivas de estagnação e inflação nas economias desenvolvidas nos anos 70, as quais levaram à perda da legitimidade dos governos social-democratas junto às suas bases tradicionais, o que, associado à desconfiança da classe média, deu lugar à onda neoliberal dos anos 80;⁴²⁵ quanto mais pelo fato de que, sendo o gasto deficitário cada vez mais financiado pela dívida interna, a absorção de reservas especulativas através do gasto público tendem apenas a criar um novo tipo de especulação com títulos de dívida do governo e a elevar a taxa de juro básica da economia – aumentando portanto o problema da estagnação econômica.⁴²⁶ Melhor seria, portanto, do ponto de vista da transparência da informação, recorrer à nacionalização generalizada associada ao planejamento detalhado de todos os fluxos físicos de produção, isto é, desmonetarizar a Economia. Mas tal implicaria em sérios problemas de coordenação física, além de pouca flexibilidade do organismo econômico para a incorporação de novas tecnologias.⁴²⁷ A única solução possível seria o comprometimento primário com a estabilidade monetária como único meio de cálculo de custos e retornos “micro” suficientemente flexível para permitir a decisão individual e a inovação técnica, mesmo a custo de colocar a sociedade a mercê das “conseqüências não-intencionais” (inversamente, um marxista mais tradicional poderia argumentar que o planejamento central preserva exatamente certos compromissos éticos – e.g. a existência de um padrão físico mínimo de existência – mais importantes do que a inovação tecnológica). Nesta situação de *tertium non datur*,⁴²⁸ o keynesianismo seria apenas mais uma heurística da “opacidade do mercado”, em torno do qual não se poderia desenvolver uma política econômica sustentável.

⁴²⁵ Scharpf [1988].

⁴²⁶ Scharpf [1991], pg. 29.

⁴²⁷ Blackburn [1992].

⁴²⁸ Termo usado por E. Mandel [1991].

Deve-se levar em conta, no entanto, que, para Keynes o “dinheiro barato” era apenas um *ponto de partida* nas condições da Depressão de 1930, principalmente devido aos constrangimentos políticos da época; era necessário colocar de pé alguma política de expansão do nível de emprego que atraísse apoio do capital privado dentro de um clima de hostilidade burguesa genérica a qualquer tipo de “política industrial” de maior fôlego.⁴²⁹ Keynes não pode ser censurado por ter preferido, *in limine*, uma estratégia política que jogava entre as contradições no interior de uma classe de preferência e as contradições entre classes, por ter tomado como ponto de partida a “eutanásia dos rentistas”⁴³⁰ de preferência à “expropriação dos expropriadores”. O objetivo das políticas de dinheiro barato e *déficit* público era fundamentalmente modesto; tais políticas buscavam basicamente *desvalorizar os ativos monetários existentes ext ante*, transferindo poder de compra sobre ativos reais para interesses empresariais emergentes e mais inclinados a investir seus recursos para a ampliação do seu capital real, do que a manter tais recursos como uma reserva de valor. Tratava-se, fundamentalmente, de uma medida emergencial de redistribuição da propriedade privada de forma tal que, nas condições da época, visava introduzir “*medidas necessárias de socialização [...] gradualmente e sem uma ruptura nas tradições gerais da sociedade*”.⁴³¹ Keynes estava bem consciente que tais medidas não poderiam substituir um plano geral de investimento socializado – seja em escala *nacional*, seja em escala *internacional*; Schumpeter e Frank Knight estavam absolutamente certos ao acusá-lo de desejar retirar o investimento da esfera do interesse privado para a esfera da política.⁴³² Exatamente por isto, o programa econômico Keynesiano dos anos 40 buscou ligar a expansão da base monetária nacional à produção de mercadorias determinadas – o que seria o cerne da proposta de Keynes e Beveridge de atrelar a garantia a cada habitante da Inglaterra de uma renda mínima à aquisição de um “pacote” determinado de bens, e de reprimir o crescimento de reservas monetárias especulativas internacionais – através da proposta de Keynes, em Bretton Woods, de criação de uma contabilidade destas reservas numa unidade artificial manipulada pelo FMI (o “Bancor”) o que permitiria descontar valor das reservas internacionais de países que preferissem mantê-las como reservas especulativas. Sabe-se que esta parte do programa Keynesiano não foi cumprida; a parte nacional foi adotada pelo *Welfare State* como um simples plano de benefícios monetários de utilização livre; a parte internacional foi totalmente subsumida pela adoção de um

⁴²⁹ Keynes, *CW-VII*, pg. 375; Chick [1983], Cap. 19.

⁴³⁰ Keynes, *ibid*, pg. 376.

⁴³¹ Keynes, *ibid*, pg. 438.

⁴³² Cf. Skidelsky [1992], pg. 577.

padrão-dólar que estaria na base de todas as febres especulativas sofridas pela economia mundial globalizada a partir de 1971, quando os EUA abandonaram o padrão-ouro.

A falência do Keynesianismo nos anos 70, portanto, resultou fundamentalmente do fato de que a aplicação do programa reflacionador inicial foi perpetuada, no Pós-Segunda Guerra, como um fim em si mesmo, como um modo de estimular o investimento – mantendo a propriedade privada formalmente intocada; apenas, num dado momento, a existência de uma massa de capital especulativo a manipular passou a ser utilizada pelos governos e pelos agentes privados menos para produzir riqueza e mais para a *apropriação hostil* de propriedade privada já existente; Keynes falhou ao subestimar esta dimensão da concorrência “intra-específica” entre os interesses privados, o cunho “agônico” da dinâmica capitalista.

Mas esta é outra história (e outro trabalho...). Principalmente, não se deve desprezar a dimensão dialética da proposta Keynesiana, de manipulação política dos ativos monetários privados como modo de socialização dos objetivos econômicos. Pois “*a vida consiste... em que um ser é ao mesmo tempo ele mesmo e outro*”;⁴³³ a socialização é um processo que exige esforços políticos permanentes para não ser abandonado a meias; não é um *Deus ex machina*.

O ponto de partida da investigação de Keynes consistiu em verificar que, o Capital Monetário não sendo uma grandeza *dada*, como a terra, seu preço não é uma medida da sua escassez, ou de uma utilidade específica (que ele não poderia possuir), e sim, nas suas instâncias fundamentais – taxas de câmbio e juros – um valor *socialmente estabelecido*, através de taxas *politicamente determinadas*; o que foi verificado por Keynes, quanto ao câmbio, no *Tract*; quanto ao juro, no *Treatise*. O que ele estabeleceu foi que tal valor do Capital constituía uma *Rent*, uma remuneração produzida a partir de uma “escassez” *socialmente produzida*, e que o valor do Capital representava fundamentalmente poder de disposição socialmente concedido. Precisamente por isto, para Keynes, este preço administrado do Capital poderia ser o mais flexível dos instrumentos de planejamento, na medida em que, socializando-se o crédito a nível nacional e internacional – i.e. manipulando-se o *complexo* de taxas de câmbio e juro existentes, seria possível favorecer determinados empreendimentos socialmente mais valiosos e desestimular outros, *favorecer novos tipos de gestão e formas de propriedade em relação a outros*, a nível, não mais da fábrica, da firma, mas de *instâncias políticas genéricas*, de forma a tornar a gestão

⁴³³ Engels [1990], pg. 102.

geral da Economia algo acessível ao julgamento e à sanção da esfera pública. Poder-se-ia, e.g., acelerar o momento em que a abundância das mercadorias básicas as retiraria do mercado, utilizando como instrumento transitório exatamente a idéia de converter o retorno específico de cada investimento – e não mais o juro – no principal valor do Capital – de forma a que “o Estado seja capaz de determinar o volume agregado de recursos destinado a aumentar os instrumentos [de produção] e a taxa básica de recompensa a quem os possui”.⁴³⁴ Proprietários estes, aliás, que poderiam ser tanto *indivíduos* quanto *corporações*.

É claro, assim, que o dinheiro barato é um ponto de partida; ele necessita ser complementado, mais tarde, por uma política de taxaço direta que concentre recursos monetários excedentes, que os particulares teria, ademais, de entesourar nas mãos do Estado; e por uma política de organização social do consumo que, de um lado, garantisse uma renda básica a todos os habitantes do território nacional; de outro, direcionasse estas rendas para a demanda de determinados setores produtivos.

É óbvio que a implementação deste programa terá de apoiar-se naqueles elementos não contemplados por Keynes: a existência de partidos e de um claro interesse estratégico dos agentes envolvidos, um interesse de classe (na medida em que não se pode mais subestimar, como Keynes, o caráter agônico do *ethos* burguês neste fim de século); tal tarefa terá de ser acompanhada de um formidável esforço teórico para que não se caia no ecletismo e na confusão política. Mas o que interessa é reconhecer que a teoria Keynesiana é um efetivo instrumento de transformação social em larga escala, e que sua análise do elo Micro/Macro permite considerá-lo como parte do *Pensamento Social* de nossa época. O fato é que, numa sociedade constituída em torno da ausência de decisões de valor, ser Keynesiano poderá representar, cada vez mais, uma ruptura clara com o conservadorismo; o Keynesianismo tem por destino histórico ser reciclado pela Esquerda, ou perecer. Mas acredito que Keynes não faria objeção a tal processo, ele que tanto atacou o poder das idéias absorvidas acriticamente e sem recurso à imaginação criadora:

*“Os homens práticos, que acreditam estar isentos de influências intelectuais, são geralmente escravos de algum economista defunto. Loucos em posição de autoridade, que ouvem vozes no ar, extraem sua loucura de algum escrevinhado acadêmico [...] Estou certo que o poder do vested interest é muito exagerado em comparação à fossilização gradual das idéias”.*⁴³⁵

⁴³⁴ Keynes, *CW-VII*, pg. 378.

⁴³⁵ Keynes, *CW-VII*, pg. 383.

Isto é o que importa, que a consciência busque realizar-se efetivamente no seu social. Como não subscrever tais palavras? Que a tarefa será difícil não há dúvidas. Mas, como dizia o grande iluminista: ter algo implica em dispor-se a conquistá-lo diariamente. O que interessa é reconhecermos a impossibilidade de que uma economia monetária possa existir sem articular as ações e intenções dos vários agentes econômicos individuais para um resultado predeterminado e considerado como socialmente desejável. Se o Estado não realizar tal planejamento, então o Capital Financeiro – através fundamentalmente do uso de taxas de juros diferenciadas e do multiplicador bancário – irá encarregar-se disto. Apostar na proposta keynesiana de uma gerência política da Economia, de preferência aos mecanismos embutidos de planejamento privado, significa apenas dar preferência sobre expectativas desencontradas, de pouco fôlego, oscilando permanentemente entre euforia aventureira *bullish*, e a desconfiança suspeitosa do tipo *bearish* – como resultado que são apenas de preconceitos e idiosincrasias de indivíduos arbitrariamente dotados da posse de meios monetários – expectativas coletivamente formuladas em função de prioridades coletivamente selecionadas e sujeitas à *accountability* política.

Desde os Fisiocratas, a Economia tem sido representada como uma Ecologia humana, como um processo de apropriação dos recursos originários da Natureza pelo Homem. Nada haveria de insultuoso nisso à liberdade humana, não fora a necessidade de reconhecer que tal Ecologia seja *socialmente produzida*, em função de interesses divergentes, dotados de conteúdos de classe diversos e voltados para fins diversos.

Toda a passagem do século XX ensinou-nos que a sociabilidade humana é algo mentalmente produzido sobre o mundo físico, através de uma pluralidade de mundos possíveis, e onde uma escolha entre tais mundos implica em debate, transparência e busca de um consenso (ainda que este possa ser produzido não-consensualmente). Daí a necessidade de compenetrarmo-nos do fato de que, se o século XX não passou em vão, é necessário que o pluralismo da Pós-Modernidade não venha a deter-se às portas do FMI e do Banco Mundial. Em Economia, como em tudo mais, estamos destinados à não aceitação da verdade dogmática como Naturalidade.

BIBLIOGRAFIA

I. OBRAS DE KEYNES:

1. *A Treatise on Money. Londres, Macmillan & Co. Limited, 1934.*

- V. I: The Pure Theory of Money.
- V. II: The Applied Theory of Money.

2. *Collected Writings of J.M. Keynes, Managing Editors: Austin Robinson & Donald Moggridge. Macmillan/Cambridge U.P. for the Royal Economic Society, 1971 e segs.:*

- V. II: The Economic Consequences of the Peace [1919].
- V. IV: A Tract on Monetary Reform [1923].
- V. VII: The General Theory of Employment, Interest and Money [1936].
- V. IX: Essays in Persuasion [1931]:

II.4 – “Can Lloyd George do it?” [1929].

III.4 – “The Speeches of the Bank Chairmen” [1924, 1925, 1927].

III.5 – “The Economic Consequences of Mr. Churchill” [1925].

IV.2 – “The End of Laissez-Faire” [1924/6].

IV.3 – “Am I a Liberal?” [1925].

V.2 – “Economic Possibilities for our Grandchildren” [1930].

- V.X.: Essays in Biograph [1933]:

Cap. 11: “Trotsky on England” [março 1926].

Cap. 13: William Stanley Jevons [1936].

Cap. 14: Alfred Marshall [1924/1933].

Cap. 39: *My Early Beliefs* (Publicação póstuma em 1949; editado por David Gennet e aditado a *CW-X* como apêndice).

- V. XIII – *The General Theory and After. Part I: Preparation* (1987 – reimpressão corrigida).
- V. XIV – *The General Theory and After. Part III: Defence and Development* (1987 – reimpressão corrigida).
- V. XX – *Activities 1929 – 1931: Rethinking Employment and Unemployment Policies*.
- V. XXVI – *Activities 1941 – 1946: Shaping the Post-war World; Bretton Woods and Reparations*.
- V. XXVII – *Activities 1940 – 1946: Shaping the Post-war World: Employment and Commodities*.
- V. XXVIII – *Social, Political and Literary Writings*:
 - “Keynes and ancient currencies” [1920], pgs. 223-294.
 - “A Positive Peace Programme” [25/03/1938], pgs. 99-104.
- V. XXIX – *The General Theory and After: a Supplement* [publicado pela primeira vez em 1979; manuscritos preparatórios de Keynes à *General Theory*].

II. OUTROS AUTORES:

II.1. Antigos:

1. ARISTÓTELES – *The Politics*. Tradução inglesa de T.A. Sinclair. Harmondsworth, Penguin, 1981 (ed. Revisada por T.J. Saunders).
2. HOMERO – *Iliada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes, Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1967.
3. PLATÃO – *Apologie de Socrate* (com o *Criton* e o *Fédon*). Tradução francesa de Émile Chambry. Paris, GF/Flammarion, 1965.

4. ____ – *La République*. Trad. francesa de Robert Baccon. Paris, GF/Flammarion, 1966.
5. TÁCITO – *Anais*. Tradução de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1967.

II.2. Modernos:

1. ALEXANDER, Jeffrey C. – *The Logic Reconstruction of Classical Thought: Parsons* (Theoretical Logic in Sociology, vol. 4). University of California Press, Berkeley/Los Angeles, 1983.
2. AGLIETA, Michel & ORLÉAN, André – *A Violência da Moeda*. Tradução de Sônia T. Tomazini. São Paulo, Brasiliense, 1990.
3. ALTVATER, Elmar – “O Capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a Crise de 1929”. Tradução de Luís Sérgio N. Nenriques. *IN* Eric. Hobsbawn (org.), *História do Marxismo*, v. VIII, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
4. AMADEO, E. J. – *Keyne's Principle of Effective Demand*. Edward Elgar, Aldershot, Hampshire, 1989.
5. ANDERSON, Perry – *A Zone of Engagement*. Londres, Verso, 1992.
6. ____ - “Balanço do Neoliberalismo”. *IN* Emir Sader (org.), *Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pgs. 9-23.
7. BAGNASCO, Arnaldo – *La Construzione Sociale del Mercato*. Bologna, Il Mulino, 1988.
8. BERNSTEIN, Eduard – *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Berlim, Dietz Verlag. 1991.
9. BLACKBURN, Keith & CHRISTENSEN, Michael – “Monetary Policy and Policy Credibility: Theories and Evidence”. *Journal of Economic Literature*, v. XXVII, março de 1989, pgs. 1-45.
10. BLACKBURN, Robin – “O Socialismo após o Colapso”. Tradução de Maria Inês Rolin. *IN* Blackburn (org.), *Depois da Queda*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

11. BLAU, Peter – “Contrasting Theoretical Perspectives”. *IN Alexander et alii* (eds.), *The Micro-Macro Link*. University of California Press, Berkeley, 1987.
12. BOTTMORE, Tom – “Introdução” a Hilferding (1985). Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant.
13. BOUDON, Raymond – “The Individualistic Tradition in Sociology”. *IN Alexander* (ed.), *The Micro-Macro Link, op. cit.*, 1987.
14. ____ - *Effects Pervers et Ordre Social*. PUF/“Quadrigue”, Paris, 1989.
15. ____ - “La Teoria della conoscenza nella “Filosofia del denaro di Simmel”. Tradução italiana de Simonetta Simoni. *Rasegna Italiana di Sociologia*, ano XXX, nº 4, outubro/dezembro de 1989, pgs. 473-501.
16. BUCHANAN, James – *The Limits of Anarchy*. The University of Chicago Press, 1975.
17. BUCHANAN, J. M.; BURTON, John e WAGNER, R. E. – *The Consequences of Mr. Keynes*. Londres, Institute of Economic Affairs, 1978.
18. BÜCHTEMANN, Christoph F. – “Does (De-)Regulation Matter? Employment Protection in West Germany”. *IN MATZNER & STREECK* [126], pgs. 111-136.
19. BURAWOY, Michael – “A Transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado”. Tradução de Vera Pereira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº13, ano 5, junho de 1990, pgs. 29-50.
20. BURKE, Edmund – *Reflections on the Revolution in France*. Penguin Books, Harmondsworth, 1988.
21. BURLAMAQUI, Leonardo – “Três Problemas de Construção da Economia Política Clássica: uma perspectiva keynes-schumpeteriana”. *Arché*, ano II, nº 5, pgs. 81-101.
22. ____ e FAGUNDES, Jorge – “Keynes, Schumpeter e Política Industrial”. *Arché*, ano II, nº 6, 1993, pgs. 9-81.
23. CALLINICOS, Alex – *A vingança da História: o Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Tradução de Ruy Jungmann, com revisão técnica de Carlos Néson Coutinho. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

24. ____ - *Against Postmodernism: A Marxist Critique*. Cambridge, Polity Press, 1994 (reimpressão).
25. CANO, Wilson – *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.
26. CARR, E. H. – *A Revolução Bolchevique*, vol. 2. Tradução de Maria João Delgado. Porto, Afrontamento, 1979.
27. CARRIÉ, Jean-Michel – “O Soldado”. IN Giardina, Andrea (org.), *O Homem Romano*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Editorial Presença, 1992.
28. CARTELIER, J. – *Surproduit e Reproduction*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1976.
29. CARVALHO, Fernando José Cardim de – “Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: A Teoria de uma Economia Monetária”. *Texto para Discussão* nº 126, IEI/UFRJ, 1988.
30. ____ - “Economic Policies for Monetary Purposes: Keynes’s Economic Policy Proposals for an Unemployment-Free Economy”. *Texto para Discussão* nº 331, IEI/UFRJ, fevereiro de 1995.
31. CASTRO, Antônio Barros de – *O Capitalismo ainda é Aquele*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
32. CASTRO, Nadya Araújo & GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo – “Além de Bravermann, Além de Burawoy: Vertentes Analíticas na Sociologia do Trabalho”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, ano 6, outubro de 1991, pgs. 44-52.
33. CHAUVIER, Jean-Marie – “Ordre Nouveau en Russie”. *Le Monde Diplomatique*, nº 476, novembro, 1993, pgs. 18-19.
34. CHAYANOV, A.V. – *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, I11., The American Economic Assotiation, 1966.
35. CHICK, Victoria – “A Teoria Geral de Keynes 50 anos depois: o que resta?”. IN E.A. Swalaen (org.), *J.M. Keynes: 50 anos da Teoria Geral*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1989, pps. 33/43. S/indicação do tradutor.

36. ____ – *Macroeconomics after Keynes: a Reconsideration of the General Theory*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1989a.
37. CLARKE, Simon – *Marx, Marginalism and Modern Sociology: from Adam Smith to Max Weber*. Macmillan, Londres, 1982.
38. ____ – *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State*. Aldershot, Edward Elgar, 1990.
39. COLEMAN, James – *Microfoundations of Macrosocial Behavior*. *IN* Alexander (eds.) – *The Micro-Macro Link, op.cit.*, 1987.
40. ____ – *Foundations of Social Theory*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass./Londres, 1990.
41. COLLIN, Randall – *Sociological Insight*. Oxford University Press, Oxford/Nova Iorque, 1982.
42. ____ – *Weberian Sociological Theory*. Cambridge, Cambridge U.P., 1990.
43. COUTINHO, Luciano – “A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica”. *Economia e Sociedade*, nº 1, agosto 1992, pg. 69.
44. DAVIDSON, Paul – *Money and the Real World* (2ª ed.). Macmillan, Londres, 1986.
45. DOBIN, Frank R. – “The Social Construction of the Great Depression: Industrial Policy during the 1930s in United States, Britain and France”, *Theory and Society*, v. 22/1, fevereiro 1993.
46. DURKEIM, Émile – *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, PUF, Paris, 1968.
47. ____ – *Leçons de Sociologie*, PUF, Paris, 1969.
48. ____ – *A Divisão Social do Trabalho*. Tradução de Edmundo Freitas & Maria Inês Marinho, 2ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1984.
49. ____ – *Sociologia, Educação e Moral*. Tradução de Evaristo Santos. Porto, Rés, 1984a.

50. ELIAS, Norbert – *La Société de Cour*. Tradução francesa de Pierre Kamnitzer e Jeanne Etoré. Paris, Flammarion, 1985.
51. ELSTER, Jon – *Making Sense of Marx*. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l’Homme, 1985.
52. ____ – “Comment on Van der Veen and Van Parijs”. *Theory and Society*, v. 15/5, 1986.
53. ____ – *Explaining Technical Change*. Cambridge U.P., Cambridge, 1988.
54. ____ – *Marx Hoje*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
55. ____ – “Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico”. *Lua Nova*, nº 17, junho de 1989. Tradução de Régis de Castro Andrade [1989a].
56. ____ – *Ulysses and the Sirens*. Cambridge U. Press/Maison des Sciences de l’Homme, Cambridge/Paris, 1990.
57. ____ – *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990 [1990a].
58. ____ – *Psychologie Politique (Veyne, Zinoviev, Tocqueville)*. Minuit, Paris, 1990 [1990b].
59. ENGELS, Frederich – *Anti-Dühring*. S/indicação do tradutor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
60. ____ – “Preface” a MARX, K., *Capital-Volume 3*. Tradução inglesa de David Fernbach. Harmondsworth, Penguin, 1981.
61. FAGEBERG, Jan; CAPPELEN, Ådne; MJØSET, Lars; SKARSTEIN, Rune – “The Decline of the Social-Democratic State in Norway”. *New Left Review*, nº 181, maio/junho 1990, pgs. 60-94.
62. FIELDMAN, Stanley & ZALLER, John – “Political Culture of Ambivalence: Ideological Responses to the Welfare State”. *American Journal of Political Science*, v. 36, nº 1, fevereiro 1992, pgs. 268-307.

63. FINLEY, M.I. – *The World of Odysseus*. Harmondsworth, Penguin, 1982 (2ª ed.).
64. ____ – *A Economia Antiga*. Tradução de Luísa Feijó e Carlos Leite, Porto, Afrontamento, 1986 (2ª edição).
65. ____ – *The Use and Abuse of History*. Harmondsworth, Penguin, 1987.
66. ____ – *Politics in the Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
67. FIORI, José Luiz – “A Análise Política do Tempo Conjuntura”. *DADOS*, v. 34, nº 3, 1991.
68. FITZGIBBONS, Athol – *Keynes’s Vision: A New Political Economy*. Clarendon Press, Oxford, 1989.
69. FREUD, Sigmund – “El Malestar en la Cultura”. Tradução castelhana de Luiz Lopez – Ballesteros y de Torres. *IN Obras Completas*, v. III, Madri, Ed. Biblioteca Nueva, pgs. 3.017 a 3.067.
70. FRIEDMAN, Milton – *Inflation and Unemployment: the New Dimension of Politics*. IEA Occasional Paper 51, Londres, 1977.
71. FURTADO, Celso – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
72. GALBRAITH, John Kenneth – *O Novo Estado Industrial*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, São Paulo, Pioneira, 1977.
73. GAREGNANI, Piero – “Sobre a Teoria da Distribuição e do Valor em Marx e nos Economistas Clássicos”. Tradução de Regina Kümmel, revista por Antônio Barros de Castro. *IN Progresso Técnico e Teoria Econômica*, HUCITEC, Campinas, 1980.
74. GAUTHIER, David – *Morals by Agreement*. Clarendon Press, Oxford, 1988.
75. GORDON, Robert J. – “What is New-Keynesian Economics?” *Journal of Economic Literature*, vol. XXVIII, setembro 1990, pgs. 1115-1171.
76. GOUREVITICH, Peter A. – *Politics in Hard Times*, Ithaca, Cornell University Press, 1986.

77. ____ – “Keynesian Politics: the Political Sources of Economic Policy Choices”. IN Peter A. Hall (ed.) – *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*, Princeton, Princeton University Press, 1989.
78. GRAHL, John – “Economies out of Control”. *New Left Review*, nº 185, janeiro/fevereiro 1991, pgs. 170/183.
79. GRANOVETTER, Mark – “Economic Institutions as Social Constructions: a Framework for Analysis”. *Acta Sociologica*, v. 35, 1, 1992.
80. GRIFFITH-JONES, Gareth & SUNKEL, Osvaldo – *O Fim de uma Ilusão: as Crises da Dívida e do Desenvolvimento na América Latina*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Brasiliense, 1990.
81. HARCOURT, G.C. – *Some Cambridge Controversies on the Theory of Capital*. Cambridge U.P., 1972.
82. HAYEK, F.A. – *The Road to Serfdom*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979.
83. ____ – “Misuse of Aggregates”. IN SHENOY, Sudha R. (ed.) – *A Tiger by the Tail: the Keynesian Legacy of Inflation*, San Francisco, Cato Institute, 1979, pg. 13-22.
84. ____ – “Personal Recollections of Keynes”. IN SHENOY, *ibid.*, pgs. 97/104.
85. ____ – *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and The History of Ideas*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1985.
86. HELD, Michael – *Sozialdemokratie und Keynesianismus: von der Weltwirtschaftskrise bis zum Godsberger Programm*. Campus Verlag, Frankfurt a.M./Nova Iorque, 1989.
87. HERR, Hansjörg – “External Constraints on Fiscal Policies: an International Comparison”. IN Matzner & Streeck [126], pgs. 161-181.
88. HILFERDING, Rudolf – *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. *Os Economistas*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.
89. HOBBS, Thomas – *Leviathan*. Penguin Books, Harmandsworth, 1985 [edição da C.B.Macpherson].

90. HOBSBAWN, Eric – “Renascendo das Cinzas”. Tradução de Susan Semler. *IN* BLACKBURN [1992], *op. cit.*, pgs. 255-270.
91. HOLTON, R.S. & TURNER, B.S. – *Max Weber on Economy and Society*. Routledge & Kegan Paul, Londres/Nova Iorque, 1989.
92. JAFFÉ, William – “Walra’s Economics as Others See It”. *Journal of Economic Literature*, junho 1980.
93. JEVONS, Stanley – *A Teoria da Economia Política*. Tradução de Cláudia. Laversveiler de Moraes. Abril Cultural, (“Os Economistas”) São Paulo, 1983.
94. KAGARLITSKY, Bóris – *A Desintegração do Monolito*. Tradução de Flávia Villas-Boas. Editora UNESP, São Paulo, 1993.
95. _____ – *Restoraion in Russia*. Tradução inglesa de Renfrey Clarke. Londres, Verso, 1995.
96. KAUTSKY, Karl – *La Cuéstion Agraria*. Tradução espanhola de Carlos Altesirano *et alli*, México, Siglo XXI, 1977.
97. KINDLEBERGER, Charles P. – *The World in Depression, 1929-1939*, Berkley, University of California Press, 1986.
98. KNIGHT, Frank – *Risk, Uncertainty and Profit*. Chicago/Londres, University of Chicago Press, 1971 [ed. Original: 1921].
99. KOLKO, Gabriel – *The Politics of War: the World and United States Foreign Policy, 1943-1945*. Nova Iorque, Pantheon Books, 1990.
100. LACAN, Jacques – “Das Ding”, *IN, Seminário 7 – A Ética da Psicanálise*, Tradução de Antônio Quinet, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988 (2ª ed.).
101. LEE, Bradford A. – “The Miscarriage of Necessity and Invention: Proto-Keynesianism and Democratic States in the 1930s”, *IN* Hall, [77], 1989.
102. LENIN, V.I. – “Imperialism, the Highest Stage of Capitalism”. Tradução inglesa de Yuri Sdobnikov (George Hanna (ed.)). *IN Collected Works*, v. 22, Moscou, Progress Publishers, 1985, pps. 185/304.

103. ____ – “The Impending Catastrophe and how to Combat it”. Sem indicação do tradutor inglês (eds. Stepan Apresyan e Jim Riordan). *IN Collected Works*, v. 25, Moscou, Progress Publishers, 1980.
104. LOPES, Carlos – “Keynes on Probability, Econometrics and Expectations”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*, Fortaleza, 1989, pgs. 273-289.
105. LUXEMBURGO, Rosa – “Reform or Revolution”. Sem indicação do tradutor inglês. *IN Mary-Alice Waters (ed.), Rosa Luxemburg Speaks*, Nova Iorque, Pathfinder Press, 1986.
106. MACMULLEN, Ramsey – *Le Déclin de Rome et La Corruption du Pouvoir*. Tradução francesa de Alain Spiquel e Aline Roussele. Paris, Les Belles Lettres, 1991.
107. MALAN, Pedro *et alli* – *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro, IPEA, 1985 (2ª ed.).
108. MALTHUS, Thomas Robert – *An Essay on the Principle of Population*. Penguin Books, Harmondsworth, 1982.
109. MANDEL, David – *Perestroika and The Soviet People*. Montréal/Nova Iorque, Black Rose Books, 1991.
110. MANDEL, Ernest – *Late Capitalism*. Tradução inglesa de Joris de Bres. Londres, Verso, 1980 (2ª edição).
111. ____ – *Além da Perestroika – Vol. I*. Tradução de João Machado, Isaac Axelrud e Celso Paciornick. São Paulo, Busca Vida, 1989.
112. ____ – *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo/Campinas, Ensaio/Editora da UNICAMP, 1990.
113. ____ – *Socialismo e Mercado*. Tradução de J. Almeida de Souza Jr., S. Paulo, Ensaio, 1991.
114. MARIE, Jean-Jacques – “Introduction” a TROTSKY, *Historie de la Révolution Russe*, v. 1, Paris, Éditions du Sueil, 1967.

115. MARRAMAO, Giacomo – *O Político e as Transformações: Críticas do Capitalismo e Ideologias da Crise entre os Anos Vinte e Trinta*. Tradução de Antônio Roberto Bertelli. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
116. MARSHALL, Alfred – *Princípios de Economia*. Tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. Nova Cultural (“Os Economistas”), São Paulo, 1988, 2 volumes.
117. MARX, Karl – *Capital – Volume One*. Tradução inglesa de Ben Fowkes, Harmondsworth, Penguin Books, 1976.
118. MARX, Karl – *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Tradução inglesa de Ben Fowkes. *In* D. Fernbach (ed.) *Surveys from Exile: Political Writings Volume 2*. Penguin Books/New Left Review, Harmondsworth, 1977.
119. ____ – “The Chartists”. *IN* David Fernbach: *Marx: Surveys from Exile*, Penguin Books, Harmondsworth, 1977 (reprint) [Publicado originalmente em inglês no *New York Daily Tribune* de 25.08.1852].
120. ____ – *Theories of Surplus Value*. Tradução inglesa de Emile Burns (ed. S. Ryazanskaya). Moscou, Progress Publishers, 1978, 3 vols.
121. ____ – *Grundrisse*. Tradução inglesa de Martin Nicolaus. Penguin Books, Harmondsworth, 1981.
122. ____ – *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Tradução inglesa de W.S. Ryazanskaya. Progress Publishers, Moscou, 1984.
123. ____ & ENGELS, Frederich – *The German Ideology*, Sem indicação do tradutor inglês, Moscou, Progress Publishers, 1976.
124. ____ & ENGELS, Frederich – *Manifest der Kommunistischen Partei*. Stuttgart, Philip Reclam Verlag, 1989.
125. MATTICK, Paul – *Marx & Keynes: the limits of the Mixed Economy*. Londres, Merlin Press, 1980.
126. MATZNER, Egon e STREECK, Wolfgang – “Introduction: Towards a Socio-Economics of Employment in a Post-Keynesian Economics”. *IN* Matzner e Streeck (eds.), *Beyond Keynesianism*, Aldershot, Edward Elgar, 1991, pgs. 1-18.

127. MAUSS, Marcel – Essai sur le Don. *IN Sociologie et Anthropologie*, PUF/“Quadrigue”, Paris, 1985.
128. MELLO, João Manuel Cardoso de – *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
129. MELTZER, Alan H. – *Keyne’s Monetary Theory: a Different Interpretation*. Cambridge, Cambridge U.P., 1990.
130. MOFFIT, Michael – *O Dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à Beira da Insolvência*. Tradução de Lucas Assunção/S.C.F. Soares da Cunha. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
131. MOGGRIDGE, David – *Maynard Keynes: An Economist’s Biography*. Routledge, Londres/Nova Iorque, 1992.
132. ____ & OZAWA, Tenutomo – “Correspondence: The Source of Animal Spirits”, *Journal of Economic Perspectives*, v. 6, nº 3, verão de 1992.
133. MÜNCH, R. – The Interpretation of Microinteraction & Macrostructure in a Complex and Contingent Institutional Order. *IN* Alexander (ed.) – *The Micro-Macro Link*, *op. cit.*, 1987.
134. NAPOLEONI, Claudio – *O Pensamento Econômico do Século XX*. Tradução de Aluísio Teixeira. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1980.
135. O’NEIL, John – “Polity, Economy, Neutrality”. *Political Studies*, 1995, XLIII, pgs. 414-431.
136. Von NEUMANN, John & MORGENSTERN, Oskar – *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton, Princeton U.P., 1947.
137. NOTERMANS, Ton – “The abdication from National Policy Autonomy: Why the Macroeconomic Policy Regime has become so Unfavorable to Labour?” *Politics & Society*, v. 21, nº 2, junho de 1993, pgs. 133/167.
138. OLIN WRIGHT, Erick, LEVINE, Andrew e SOBER, Elliott – *Reconstruindo o Marxismo*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Vozes, 1993.

139. ORLÉAN, André – “La Monnaie comme Lien Social: Étude de *Philosophie de l'Argent* de Georg Simmel”. *Genèses*, 8, junho 1992, pgs. 86-107.
140. OZÓRIO DE ALMEIDA, Anna Luiza & REBELLO DE MENDONÇA, Carlos Eduardo – “A Pequena Produção: uma visão unificada”. *Estudos Econômicos*, 1989, v. 19, pgs. 9-23.
141. PARETO, Wilfredo – *Sociological Writings*. Seleção e Introdução de S.E.Finer. Tradução inglesa de Derek Mifflin. Frederick A. Praeger, Publishers, Nova Iorque, 1967.
142. PARSONS, Talcott – “Wants and Activities in Marshall”. *Quarterly Journal of Economics [QJE]*, XLVI, 1931/2, pgs. 101/140.
143. ____ – Economics and Sociology: Marshall in Relation to the Thought of his Time. *QJE*, vol. XLVI, 1931/2a, 316-347.
144. ____ – “Some Reflections on ‘The Nature and Significance of Economics’”. *WJE*, v. XLIII, 1934, 511-545.
145. ____ – Sociological Elements in Economic Thought: I. Historical. *WJE*, Maio, 1934/5, pgs. 414-453.
146. ____ – Sociological Elements in Economic Thought II. The Analytical Factor View. *QJE*, v. XLIX, 1934/5, 646-665 [1934/35a].
147. ____ & SMELSER, Neil J. – *Economy and Society*. Glencoe, The Free Press, III., 1957.
148. ____ – “Estrutura Social e Meios Simbólicos e Troca”. Tradução de Antônio Cirurgião. IN BLAN, Peter M. (org.) – *Introdução ao Estudo da Estrutura Social*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
149. PATINKIN, Don – “Achados e Perdidos”. *Gazeta Mercantil*, 19/02/1993. [Traduzido do The Economsit].
150. POGGI, Gianfranco – *Images of Society: Essays on the Sociological Theories of Tocqueville, Marx and Durkeim*, Stanford/Londres, Stanford U.P. & Oxford U.P., 1972.

151. ____ – *Calvinism and Capitalist Spirit: Max Weber's "Protestant Ethic"*. Macmillan, Londres, 1983.
152. POLANYI, Karl – *A Grande Transformação*. Tradução de Fanny Wrobel/Ricardo Benzaquén de Araújo. Rio de Janeiro, Campos, 1980.
153. POSSAS, Mario – *A Dinâmica da Economia Capitalista: Uma Abordagem Teórica*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
154. PRZEWORSKI, Adam – “Marxismo e Escolha Racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 6, 1983.
155. ____ – *Democracy and the Market*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
156. ____ – *Estado e Economia no Capitalismo*. Tradução de Argelina Cheibub Figueiredo e Pedro Paulo Zaluth Bastos. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
157. REBELLO DE MENDONÇA, Carlos Eduardo – “Moeda e Ação Individual”. *Presença*, nº 16, abril 1991.
158. REIS Fº, Daniel Aarão – *A Construção do Socialismo na China*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
159. RICARDO, David – *Princípios de Economia Política e de Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Abril Cultural (*Os Economistas*), 1982).
160. ROBINSON, Joan – “A Fusão da Produção e a Teoria do Capital”. Tradução de Waltensir Dutra, revista por Isaac Kerstenetzky. *IN Contribuições à Economia Moderna*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979 [originalmente publicada na *Review of Economic Studies*, v. XXI (2), 1954].
161. ROEMER, John – *A General Theory of Exploitation and Class*. Harvard U.P., Cambridge (Mass.), 1982.
162. ROSANVALLON, Pierre – *Le Liberalisme Economique Sueil (“Points – Histoire”)*, Paris, 1989.

163. ROSDOLSKY, Roman – *Génesis y Estructura de 'El Capital' de Marx – Estudios sobre los Grundrisse*. Tradução espanhola de León Mames. Siglo XXI, México, 1983 (3ª ed.).
164. SALANT, Walter S. – “The Spread of Keynesian Doctrines and Practices in the United States” *IN* Hall, [77], 1989.
165. SAINT-SIMON, Louis Rouvtoy de – *Mémoires 1761-1701*. Paris, Bibliothèque de la Pléiade, 1982, ed. Yves Coirault.
166. SANTOS, Wanderley Guilherme dos – *Paradoxos do Liberalismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
167. SARDONI, Claudio – *Marx and Keynes on Economic Recession*. Nova Iorque, New York University Press, 1987.
168. SCHARPF, Fritz W. – *Crisis and Choice in European Social Democracy*. Tradução inglesa de Ruth Crowley e Fred Thompson. Ithaca, Cornell U.P., 1991.
169. ____ – “A Game – Theoretical Interpretation of Inflation and Unemployment in Western Europe”. *Journal of Public Policy*,..., 7,3, 227-257.
170. SCHERF, Harald – *Marx und Keynes*. Frankfurt a.M., Surkhamp Verlag, 1986.
171. SCHEUERMANN, Bill – “The Rule of Law and the Welfare State: Toward a New Synthesis”. *Politics & Society*, v. 22, nº 2, junho 1994, pgs. 195-213.
172. SCHIMITZ, Hubert – *Manufacturing in the backyard: Case studies of Accumulation and Employment in Small-scale Brazilian Industry*. Frances Pinter/Allanhead-Osmun, Londres/New Jersey, s/d.
173. SCHUMPETER, J.A. – *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
174. SCHÜßLER, Rudolf – “Der homo oeconomicus als skeptische Fiktion”. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, caderno 3, ano 40, 1988, pgs. 447/463.

175. SERGE, Victor – *Mémoires d'un Revolutionnaire (1901-1941)*. Sueil, Paris, 1951 (Coll. "Points/Politique").
176. SIMMEL, Georg – *The Philosophy of Money*. Tradução inglesa de Tom Bottmore & David Frisby. Routledge, Londres/Nova Iorque, 1990 (2ª ed.).
177. SKIDELSKY, Robert – *John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920*. Macmillan, Londres, 1983.
178. ____ – *John Maynard Keynes: The Economist as Saviour, 1920-1937*. Macmillan, Londres, 1992.
179. SMITH, Adam – *A Riqueza das Nações*. Tradução de João Luís Baraúna. São Paulo, Abril Cultural (*Os Economistas*), 2 vols., 1983.
180. SOUVARINE, Boris – *Staline. Apperçu Historique du Bolchevisme*. Paris, Gérard Leibovici, 1985 (2ª ed.).
181. SWALAEN, E.A. – *Keynes's Principle of Effective Demand*. Aldershot, Edward Elger, 1989.
182. TAVARES, Maria da Conceição – "Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora". *Economia e Sociedade*, nº 1, agosto 1992, pgs. 21-57.
183. TEIXEIRA, Aluísio – *O Movimento de Industrialização das Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra*. Tese de Mestrado, IEI/UFRJ, 1983.
184. THOMPSON, E.P. – *The Making of the English Working Class*. Penguin Books, Harmondsworth, 1979.
185. TOCQUEVILLE, Alexis de – *Democracy in America*. Tradução inglesa de Henry Reeve, rev. Por Francis Bowen e corrigida por Philips Bradley. Vintage Books, New York, 1945.
186. ____ – *O Antigo Regime e a Revolução*. Tradução de Yvonne Jean. Editora UnB, Brasília, 1982 (2ª ed.).

187. TURNER, Brian S. – “Marx, Weber, and the Coherence of Capitalism: the Problem of Ideology” IN WILEY, Norbert – *The Weber/Marx Debate*, Key Issues in Sociological Theory (2), SAGE/ISA, Beverly Hills, 1987.
188. TURNER, S.P. & FACTOR, R.A. – *Max Weber and the Dispute over Reason and Value*. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1983.
189. TUTIN, Christian – “Intérêt et Ajustement: le débat Hayek/Keynes (1931/1932)”. *Economie Appliquée*, v. XLI, n° 2, 1988, pgs. 247-287.
190. UNGER, Roberto Mangabeira – *Law in Modern Society*. Nova Iorque, The Free Press, 1977.
191. VALLADARES, Lícia & PETRECEILLE, Edmond – (orgs.) – *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo, Nobel/IUPERJ, 1990.
192. VAN DER VEEN, Robert J. & Von PARIJS, Philippe – “A Capitalist Road to Communism”, *Theory and Society*, v. 15/n° 5, 1986.
193. VEYNE, Paul – *Le Pain et Le Cirque: Sociologie Historique d’un Pluralisme Politique*. Paris, Seuil, 1976.
194. ____ – “Foucault révolutionne l’histoire”. IN *Comment on écrit l’Histoire*, Paris, Seuil, 1978.
195. VILLELA, Aníbal Vilanova & SUZINGAN, Wilson – *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
196. WACQUANT, Loic J.C. & CALHOUM, Craig Jackson – “Interesse, Racionalidade e Cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 15, ano 6, fevereiro de 1991, pgs. 76/100. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges.
197. WALRAS, Léon – *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. Nova Cultural (“Os Economistas”), São Paulo, 1988.
198. WEBER, Max – *Economia y Sociedad*. 2ª edição. Tradução de José Medina Echeverria *et alli*. Fondo de Cultura Económica, México, 1984.

199. ____ – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de Maria Irene de Q.F. & Tamás J.M.K. Szmreczányi. São Paulo, Pioneira, 1985.
200. ____ – *Metodologia das Ciências Sociais*. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo/Campinas, Cortez/UNICAMP, 1993 (2ª ed.), 2 vols.
201. WEINBERG, Gerhard L. – *A World at Arms: A Global History of World War II*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
202. WEIR, Margaret – “Ideas and Politics: The Acceptance of Keynesianism in Britain and in the United States”, *IN* Hall, [76], 1989.
203. ____ & SKOCPOL, Theda – “State Structures and the Possibilities for ‘Keynesian’ responses to the Great Depression in Sweden, Britain and the United States”, *IN* Evans, Rueschameyer and Skocpol (eds.) – *Bringing the State Back in*, Cambridge, Cambridge U.P., 1985.
204. WICKSELL, Knut – *Lições de Economia Política*. Tradução de Maria Beatriz de Albuquerque David. São Paulo, Nova Cultural (*Os Economistas*), 1988.
205. WILEY, Norbert – “The Congruence of Weber and Keynes”. *Sociological Theory*, 1983, v.1, pgs. 30-57.
206. WINCH, Donald – “Keynes, Keynesianism and State Intervention”, *IN* Hall, [77], 1989.
207. WOOD, Ellen Meiksins – “‘Rational Choice’ Marxism: Is the game worth the candle?” *New Left Review*, 177, set/out 1989, pgs. 41-88.
208. ZIZEK, Slavoj – “O Segredo da Forma – Mercadoria: Por que Marx inventou o sintoma?”. *IN O Mais Sublime dos Históricos: Hegel com Lacan*. Tradução de Vera Ribeiro (revisão de Octavio de Souza). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991, pgs. 131-148.

Dados da licença no Creative Commons:

O trabalho J.M. Keynes e o encerramento do Homo Oeconomicus de Carlos Eduardo Rebello de Mendonça foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)